

Língua e Literatura



DEPARTAMENTOS DE LETRAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº. 29 – 2007/ 2008/ 2009

Língua e Literatura



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Margarida Nitrini

Vice-Diretor: Prof. Dr. Modesto Florenzano

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof^ª. Dr^ª. Ieda Maria Alves

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

Chefe: Prof^ª. Dr^ª. Maria Augusta da Costa Vieira

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS

Chefe: Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Araújo

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

Chefe: Prof. Dr. Ronald Beline Mendes

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LIT. COMPARADA

Chefe: Prof. Dr. Marcus Vinícius Mazzari

LÍNGUA E LITERATURA

Editor responsável: Eduardo de Almeida Navarro

Conselho editorial:

Ivan Carlos Lopes (DL)

Jorge de Almeida (TL)

Margareth dos Santos (DLM)

Michel Sleiman (DO)

Patrícia de Jesus Carvalhinhos (DLCV)

Paulo Roberto Massaro (DLM)

Endereço para correspondência

LÍNGUA E LITERATURA – Centro Ángel Rama – FFLCH/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, sala 37

05508-010 – São Paulo, SP – Brasil

e-mail: carama@edu.usp.br

VENDAS

LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária

05508-010 – São Paulo – SP – Brasil

Tel: 3091-3728 / 3091-3796

DISTRIBUIÇÃO FFLCH

Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária

05508-080 – São Paulo – SP – Brasil

Telefax: 3091-4589

e-mail: pubfflch@usp.br

<http://www.flch.usp.br/humanitas>



ISSN: 0101-4862

Língua e Literatura



FFLCH
USP

DEPARTAMENTOS DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
N. 29, p. 1-294, 2007/2008/2009

Copyright © 2011 dos autores

É proibida a reprodução parcial ou integral
sem autorização prévia dos detentores do *copyright*

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP

Língua e Literatura/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas. Universidade de São Paulo. - n.1 (1972) - -
São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1972 -

Anual

Descrição baseada no n. 24, 1998

ISSN 0101-4862

1. Língua 2. Literatura 3. Teoria literária I. Universidade
de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Huma-
nas.

CDD 400

800

Esta publicação é indexada por GeoDados: Indexador <<http://www.geodados.uem.br>>

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Coordenação Editorial

M^a Helena G. Rodrigues - MTb n. 28.840

Diagramação

José Antônio Barbosa

Projeto de capa

Moema Cavalcanti

Arte da capa

M^a Helena G. Rodrigues

Revisão de texto

Edimara Lisboa Aguiar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07

ARTIGOS

Do teatro escolar no Colégio das Artes de Coimbra ao Teatro de Anchieta

Maria Margarida Miranda 11

Narrativa e identidade no MST

Vanderlei J. Zacchi 25

Salgado, o inesperado: o Brasil dos quatro romances de Plínio Salgado

Flávio Aguiar 51

Uma relação conturbada: interpretações da natureza americana

Alfredo Cordiviola 71

A sintaxe dos pronominais átonos em perspectiva: um exame variacionista do fenômeno de cliticização em gêneros textuais do Português do Brasil do século XX

Daniely Cassimiro de Oliveira Santos 87

Do mito à razão: a lógica da ambiguidade e a lógica da não contradição

Claudia Luiza Caimi 105

Memórias de rios e de lagos na ficção amazônica

Elizabete de Lemos Vidal 125

<i>Os atos de fala e a ética do discurso</i>	
Júnia Diniz Focas	153
<i>Anchieta, literato y humanista</i>	
Eduardo de Almeida Navarro.....	177
<i>Formação do educador, complexidade e saber linguístico – A ciência, a linguagem e a tecnologia em um país emergente</i>	
Maria Goreti Amboni Stadtlober	193
<i>A encarnação de um ideal</i>	
Pablo Alex Souza	207
<i>As variedades linguísticas e usos sociais da comunidade de fala dos “holandeses” de Carambei/PR</i>	
Leticia Fraga	239
<i>Influência dos especialistas no conteúdo definicional dos dicionários especializados: o caso do vocabulário multilíngue de dermatologia – VMD</i>	
Lídia Almeida Barros	257
TRADUÇÃO	
<i>A carta de Émile Zola ao Capitão Dreyfus</i>	
Rosane Mavignier Guedes	279
RESENHA	
<i>Luís Augusto Fischer. Literatura brasileira: Modos de usar. Porto Alegre: L&M Pocket Book. 2007 144p.</i>	
Daniel Iturvides Dutra	287
POEMA	
<i>Juliana</i>	
Renato da Silva Ferreira	293

APRESENTAÇÃO

Este número 29 de **Língua e Literatura** persegue a mesma linha temática que guiou a publicação das duas revistas anteriores.

Com efeito, perfilhamos a ideia de que a natureza poliédrica da verdade requer, para que a acerquemos, uma abordagem multidisciplinar.

Hodiernamente, em face da multiplicação das revistas universitárias, faz-se necessário contrapor a tal esfacelamento do saber uma ação decidida de unificação de suas diferentes partes para uma melhor compreensão da realidade. Esse tem sido o escopo da revista **Língua e Literatura** nos últimos anos. Com efeito, um saber autenticamente universitário deve buscar resgatar o lídimo sentido da *universitas* e não se encerrar nas raias de uma ultraespecialidade limitadora.

Este número 29 vem a lume com contribuições de pesquisadores de diversas partes do Brasil e, mesmo, de Portugal, corroborando nosso desiderato de busca de abrangência e pluralismo.

Que tenhamos um bom sucesso nesta difícil mas possível tarefa!

Eduardo de Almeida Navarro (editor)

Artigos

DO TEATRO ESCOLAR NO COLÉGIO DAS ARTES DE COIMBRA AO TEATRO DE ANCHIETA

Maria Margarida Miranda¹

mmiranda@fl.uc.pt

RESUMO: Após evocar a estada de José de Anchieta como estudante no Colégio das Artes de Coimbra, o presente ensaio descreve algumas das práticas pedagógicas que tomaram lugar ali e que, eventualmente, conformaram suas obras dramáticas. Com referência a isso, a prática do teatro escolar nos cursos de Retórica é posta em relevo, inclusive no Colégio da Guiena, onde a maior parte dos quadros do Colégio das Artes havia servido, no passado, como professores. Dentro desse pano de fundo, algumas reflexões concludentes sobre a especificidade catequética e missionária das obras dramáticas de Anchieta são propostas.

Palavras-chave: Anchieta; Colégio das Artes; Teatro Jesuítico; Retórica; Pedagogia

1. ANCHIETA NO COLÉGIO DAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A fundação em Coimbra, em 1548, do Colégio das Artes, ou Colégio Real, foi o aspecto mais marcante das reformas de D. João III em matéria de instrução. Destinava-se o Colégio a ensinar as Humanidades a todos os estudantes que quisessem frequentar as Faculdades superiores, para deste modo transformar Coimbra numa Academia digna das aspirações

¹ Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal

culturais do Renascimento. A criação dessa original instituição confiava-a o rei ao Mestre André de Gouveia, cuja fama como pedagogo excedia já a de seu tio Diogo na função de Principal do Colégio de Bordéus. Por sua vez, Mestre André trazia consigo de Bordéus os principais regentes seus colaboradores, todos eles homens de grande reputação nas Letras e Humanidades: João da Costa, Diogo de Teive, Nicolau de Grouchy, Guilherme de Guérente, Elias Vinet, Arnaldo Fabricio, Jorge Buchanan, entre outros.

Ora, é precisamente nesse ano que chega a Coimbra o jovem José de Anchieta. Vem com seu irmão, Pedro Nunez, que se matricula na Universidade e dirige-se ao Colégio Real de Coimbra, recentemente fundado – caminho obrigatório para eventualmente seguir mais tarde os passos do irmão. Acompanhava todos os escolares de Humanidades que até aí frequentavam os Gerais da Universidade, e muitos outros que vinham de todo o país, atraídos pela fama de tais mestres. Tenha ou não estado presente na sessão inaugural do Colégio, Anchieta² foi, portanto, um dos primeiros 1.000 discípulos daquele ilustre corpo docente, que veio a merecer do monarca múltiplos louvores³

O mesmo não pensavam provavelmente os cônegos regentes de Santa Cruz, subitamente preteridos nos privilégios reais, e compelidos a entregar alguns dos seus próprios edifícios para a instalação dos novos gerais. Na verdade, o Colégio das Artes ia ocupar provisoriamente uma boa parte da Rua da Sofia, que era propriedade dos Cônegos: o edifício do Colégio de S. Miguel com as casas anexas, e o de Todos-os-Santos, que os frades ainda tinham em construção.

² A abertura solene do Colégio das Artes foi em 21 de Fevereiro de 1548, e a notícia mais antiga que temos da presença de Anchieta em Coimbra é de Outubro desse ano.

³ VIOTTI S. J., P. Hélio Abranches. *Anchieta. Apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980. 28, n.8 prova que Anchieta foi efectivamente aluno do Colégio das Artes, nomeadamente de Diogo de Teive.

Foi neste lugar que habitou Anchieta. Foi aí que ele se encontrou com o Novo Mundo; foram estes os mestres que despertaram nele as qualidades literárias e humanísticas, patentes nos seus escritos, como oportunamente tem demonstrado o Senhor Doutor Costa Ramalho⁴. Foram estes, portanto, os mestres do apóstolo do Brasil. Lembrou ainda o mesmo autor, que o facto de em 1551 Anchieta se ter feito jesuíta não o obrigava a abandonar o Colégio das Artes. Os noviços da Companhia continuavam, na verdade, a frequentar aquele estabelecimento, e por isso, quando o Colégio das Artes foi entregue à Companhia em 1555, o número de jesuítas tinha aí aumentado⁵.

Como terá sido essa entrada de Anchieta no mundo académico de Coimbra? Quem foi esse estrangeiro entre os da sua classe? Como era a disciplina neste colégio e como se educavam então os alunos para as Letras?

Da escolaridade de Anchieta diz-nos o seu primeiro biógrafo (um ano após a sua morte) que, na cidade de Coimbra, “com a grande habilidade que tinha, cedo se mostrou dos melhores da primeira classe, e juntamente aprendeu a falar português tão propriamente como se mamara essa língua no leite, cousa que raramente se acha nos que têm a língua castelhana por natural” E mais à frente refere ainda as grandes esperanças que aquele noviço dava à Companhia, “com sua boa índole, muito engenho e felicíssima memória”⁶ (Recorde-se que a “primeira classe” a que o autor se refere correspondia no *modus parisiensis*, à classe mais elevada dos estudos de Latinidade, e não à classe de iniciação).

⁴ Entre outros títulos, “Coimbra no tempo de Anchieta (1548-1551)” 8º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura. Edições Geniasa, Rio de Janeiro, 1976, 46-69; “Anchieta em Coimbra” *Humanitas*, 29-30 (1977-78) 226-229.

⁵ RAMALHO, A. Costa, Recensão a Leodegário A. de Azevedo Filho, *A Obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal*. Rio de Janeiro, 1985. 53 pp., in *Humanitas*, Coimbra, 37-38 (1985-1986) 382-386.

⁶ CAXA, Quirício, “Breve relação da vida e morte do P. José de Anchieta, 5º Provincial que foi do Brasil” *Brotéria* 18 (1934) 169.

Acompanhemos o dia a dia dos mestres e dos alunos, tal como estabeleciam os estatutos do Principal André de Gouveia (de Abril de 1548), e vejamos em particular o caso dos pensionistas. Às 4h da manhã um porteiro tinha o encargo de percorrer as várias câmaras, acordando os escolares com uma sineta, e dando-lhes luz nos meses de inverno. Uma hora depois começava a oração privada, e às 6h a missa, a que todos deviam comparecer. Os nomes dos faltosos eram entregues ao Principal por um elemento de cada classe, para isso designado.

Depois da primeira refeição da manhã, a sineta soava de novo às 7h30, para que às oito em ponto começasse a primeira aula. Duas horas de *praelectio*, seguidas de três horas de *disputationes*, até às 13 horas. No período da tarde, as *praelectiones* eram das 3 às 5 horas, seguidas de uma hora de *disputationes*. Ceia às 6 horas, finda a qual se reuniam os discípulos com os seus mestres nas salas de aula para as célebres *repetições*, em que os alunos expunham ao professor, outras vezes a um elemento da classe, o conteúdo das lições daquele dia. Depois do canto do hino próprio do tempo litúrgico, o mestre continuava ainda o seu ofício. O repouso doméstico só o conseguia depois de acompanhar o grupo de pensionistas de sua câmara na realização dos múltiplos exercícios diários⁷ E o Principal em pessoa percorria diariamente todas as câmaras para observar a actividade dos alunos. Eis o horário de trabalho de Anchieta e dos seus mestres.

Por essa altura, em Coimbra e em toda a parte, era crescente o interesse pelas Humanidades e pela Retórica. Na nova instituição queria o monarca que se ensinassem Gramática,

⁷ Vd. "Regimento do Colégio das Artes de 16 de Novembro de 1547" apud FERREIRA, Francisco Leitão, *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Segunda Parte (1548-1551)*. Coimbra: 1944, 283-308; O mesmo documento pode encontrar-se ainda em BRANDÃO, Mário, *Documentos de D. João III*, Coimbra, 1939, vol. III, 108-117; TEIXEIRA, José António, *Documentos para a história dos Jesuítas em Portugal*, Coimbra, 1899, n.40.

Retórica e Poesia, Lógica, Filosofia, Grego e Hebraico⁸. Se, portanto, os *currícula* escolares mudavam, tais mudanças traziam consigo uma pedagogia também renovada⁹. E os humanistas chamados ao Colégio das Artes iam fazê-lo de forma sistemática.

No plano ideológico, os modelos incontestáveis eram agora Cícero e Quintiliano. No plano dos métodos, André de Gouveia e os seus colaboradores (bordaleses e parisienses) não faziam mais do que trazer para o novo ginásio as práticas escolares havia muito experimentadas em todas as instituições escolares de França, a começar pela Universidade: ordem e exercício eram os dois traços distintivos do *modus parisiensis*¹⁰.

O que caracterizava este sistema pedagógico era, por um lado, distinguir com firme rigor os cursos e as classes de alunos e estabelecer dentro de cada classe diferentes ordens, segundo graus de aprendizagem¹¹; por outro lado, chamar o

⁸ Vd. o mesmo Regimento, *apud* FERREIRA, Francisco Leitão, *Notícias Cronológicas...* 283-292.

⁹ Sobre o lugar da Retórica na pedagogia dos humanistas portugueses e europeus, vd. CASTRO, A. Pinto "La Poétique et la Rhétorique dans la Pédagogie et dans la Littérature de L'humanisme Portugais", *L'Humanisme Portugais et l'Europe – Actes du XXI Colloque International d'Études Humanistes, Tours, 3-13 Juillet 1978*. Paris : Gulbenkian, 1984, 699-721. Sobre os princípios que presidiam à pedagogia do Humanismo é assinalável o artigo de SOARES, Nair N. Castro, "Pedagogia e Humanismo" *Humanitas*, 47 (1995) 799-844. Para o caso específico da pedagogia humanística nos colégios jesuíticos vide MIRANDA, Margarida "Uma paideia humanística: a importância dos estudos literários na pedagogia jesuítica do séc. XVI", *Humanitas* 48 (1996) 223-256.

¹⁰ Apesar de ser este o nome que o tornou conhecido, este sistema educativo já fora criado e posto em prática pelos *Irmãos da Vida Comum*. Um estudo mais completo sobre o *modus parisiensis* e a pedagogia dos Jesuítas encontra-se em CODINA MIR, G., *Aux sources de la pédagogie des jésuites. Le modus parisiensis*, Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1968, *maxime* 151-181 e 99-147.

¹¹ Quando os primeiros jesuítas adoptaram em Itália o *modus parisiensis*, a seu lado prevalecia ainda um ensino mais solene do que eficaz, a alunos e auditórios de várias capacidades, sem que os professores se apercebessem do aproveitamento dos estudos. Cfr. BARBERA, Mário, *La Ratio Studiorum e la parte IV delle Costituzioni della Compagnia di Gesù. Traduzione con introduzione e note*, Padova, 1942, 51.

aluno a uma actividade múltipla e constante, sempre acompanhado pela vigilância do mestre e estimulado pelos mais variados processos de emulação.

Prova desta pedagogia diferenciada era a divisão do curso de Latinidade em dez classes, entre as quais se devia transitar durante o ano escolar. Deste modo, jamais um aluno estaria em classe inadequada às suas competências, pois o Principal tinha poder para o deslocar em qualquer altura do ano, inclusivamente para uma classe inferior.

Nos programas elaborados por André de Gouveia para o Colégio de Guiena, em Bordéus, e muito provavelmente adoptados em Coimbra, a Retórica de Cícero e de Quintiliano tinha efectivamente um lugar de grande importância. Segundo Mário Brandão¹², as três classes mais altas já estudavam livros inteiros de cartas de Cícero, bem como alguns discursos, especialmente os que o autor consagrava à Retórica. Esse trabalho era, porém, acompanhado da aplicação prática dos preceitos aprendidos, em constantes exercícios de composição. Finalmente, os alunos da primeira classe estudavam os historiadores, poetas e oradores clássicos em função de todos os preceitos teóricos aprendidos, a fim de saberem compor não só com correcção mas também com elegância e perfeição. E essa perfeição de modo nenhum era indiferente à cultura e à erudição. Por isso, na linha de Cícero e de Quintiliano, a Retórica não era apenas a arte da eloquência mas também o lugar da sapiência.

2. ALGUMAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: O TEATRO ESCOLAR NA CLASSE RETÓRICA

Os novos objectivos pedagógicos exigiam do aluno um trabalho essencialmente activo, não consagrado ao avanço da ciência em si mesma, mas ao desenvolvimento das fun-

¹² *O Colégio das Artes*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1924. Vol. I., 276 ss.

ções intelectuais do educando, as quais faziam dele simultaneamente um homem de bem e um bom orador, segundo os modernos critérios da Europa do Renascimento.

Na classe de Retórica aperfeiçoavam-se todos os exercícios práticos que permitiam ao aluno possuir as regras da persuasão. O domínio perfeito da palavra passava por uma incansável actividade de exercícios específicos, que iam desde a palavra *escrita* à palavra *declamada*. O aluno devia estar habituado a discutir e a mostrar-se em público. O Teatro era, portanto, o ponto mais alto de uma série de mecanismos cénicos didácticos que pretendiam activar todas as energias do educando e colocá-las ao serviço da aprendizagem: repetições diárias diante do mestre, declamações semanais, diante da classe ou, mais solenemente, diante de outras classes e até do Principal do Colégio, e ainda as célebres *disputationes* ou *concertationes*. Esta última era uma prática que, baseada no princípio da emulação, consistia em transpor para as classes de Letras o método das disputas típico do ensino das Artes e da Teologia, em que se fazia um debate para discutir determinadas opiniões, submetendo-as à prova da crítica. O resultado era uma assimilação mais pessoal e convicta dos conteúdos¹³.

3. TEATRO ESCOLAR: DO COLÉGIO DE GUIENA AO COLÉGIO DAS ARTES E AOS COLÉGIOS JESUÍTICOS

Do benefício de todos estes exercícios veio a colher o sistema de ensino jesuítico, bem como, aliás, de todos os estímulos ao estudo, que então a vida escolar punha em prática, nomeadamente a celebração de Actos Públicos (a *renouatio studiorum*, por exemplo, ou a festa do santo padroeiro do Colégio). Coincidiam estas datas com a representação

¹³ Para um desenvolvimento específico de cada um destes exercícios vd. MIRANDA, M., "Uma paideia humanística..." 239-240; 247-255.

solene de um drama, normalmente em latim¹⁴, que absorvia toda a vida do colégio, e que era da responsabilidade do professor de Retórica.

Cabe pois salientar o modo como o fenómeno escolar do teatro jesuítico, que tão amplo papel teve na educação jesuítica em todas as partes do mundo, veio a receber um grande impulso da parte dos professores do Colégio de Guiena e mais tarde do Colégio de Coimbra¹⁵

Já em 1533, o primeiro Principal do Colégio de Bordéus, Mestre João de Tartas, introduzira o teatro de forma sistemática na vida escolar do Colégio a que presidia: cada professor tinha o dever de compor e pronunciar regularmente discursos, diálogos e comédias. Apesar deste e de outros méritos de Tartas, a confiança que os magistrados tinham no mestre foi, porém, esmorecendo, e no ano seguinte a escolha foi para André de Gouveia, então principal no Colégio de Santa Bárbara e, segundo o testemunho de Montaigne, que conheceu pessoalmente as suas funções em Guiena, *o maior principal de França*. Ora, foi precisamente no tempo de André de Gouveia que o teatro escolar conheceu o seu maior esplendor, com a obra de Jorge Buchanan.

Entre 1539 e 1542, Buchanan apresenta em Bordéus duas adaptações latinas de Eurípides (*Medeia* e *Alceste*) e dois outros dramas de inspiração bíblica: *Baptista* ou *Calúnia* e *Jephte*, ou *O Voto*¹⁶.

Outros professores fizeram também representar as suas tragédias latinas, como Guilherme Guérente e Marco António Muret. Comédias, tragédias e diálogos tornaram-se os exercí-

¹⁴ O Latim era a única língua admitida no regulamento destes colégios, e havia uma severa disciplina para manter esta regra.

¹⁵ Um estudo comparativo dos dois colégios congéneres e das suas raízes comuns pode ver-se em CODINA, MIR. *Aux sources de la pédagogie des jésuites...* 192-218.

¹⁶ SHARRAT, R. e WALSH, P. G. (ed). *George Buchanan Tragedies*. Scottish Academic Press, 1983.

cios literários mais apreciados pelos escolares e pela cidade inteira, que vinha assistir às representações e aplaudir os seus filhos.

Quando estes mestres vieram para o Colégio Real de Coimbra, nele instalaram os mesmos hábitos: solenes Actos Públicos, em que os alunos apresentavam diante da cidade os progressos alcançados nos seus estudos, com as suas próprias composições, em prosa ou em verso, ou com a apresentação de uma peça de teatro.

Convém todavia salientar que não foram os mestres bordaleses que introduziram o teatro no meio universitário de Coimbra. Em Coimbra eles encontraram, aliás, uma sólida tradição dramática escolar (anterior pelo menos a 1538)¹⁷ Antes da fundação do Colégio, os professores da terceira e quarta classe de latim da Universidade eram obrigados a compor e a apresentar anualmente uma comédia – no momento e no lugar designados pelo Reitor¹⁸. Ora, a abertura do Colégio das Artes não podia deixar de dar um novo vigor a esta tradição coimbrã, pois com André de Gouveia vinham os melhores dramaturgos, como Buchanan, Guérente e Diogo de Teive, que tinham distinguido o Colégio de Guiena, entre as outras instituições escolares de França, pelo cultivo do teatro escolar.

Ainda que a documentação desta época não dê notícias certas sobre representações dramáticas no Colégio das Artes, podemos admitir com certa probabilidade que os mestres de

¹⁷ É desta data um alvará de D. João III que levantava aos estudantes a proibição de usarem, nas suas representações, vestes de seda, desde que tais vestes tivessem sido fabricadas antes da dita proibição (BRANDÃO, M., *Documentos de D. João III*, vol. I, 75. e vol. III, 47).

¹⁸ O subsídio, de 15 cruzados, oferecido pelo monarca evidencia o interesse programático por este género de representações, tendo em vista a reforma dos estudos. Sobre o teatro escolar em Coimbra e em Portugal vd BRANDÃO, Mário, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*. Coimbra, 1969, vol. II, 996-1010; FRÈCHES, Claude-Henri, *Le Théâtre Neo-latin au Portugal (1550-1745)*. Paris-Lisbonne: Nizet-Bertrand, 1964.

Retórica tenham feito representar as peças que já tinham composto. E aquelas que não chegaram a ser representadas eram pelo menos conhecidas em manuscrito, senão em livro – a *Medea*, de Buchanan, por exemplo, já tinha vindo à estampa, em 1544.

O mesmo aconteceria com as obras de Diogo de Teive. Deste humanista sabemos que compôs duas peças de tema bíblico, hoje perdidas: *Judith* e *David*. Pelo menos esta última, cujos Coros musicais ainda eram célebres, meio século depois, foi representada em Coimbra, em 1550, no mosteiro da Santa Cruz, por jovens alunos do Colégio Real. A única peça de Teive que chegou até nós foi a que compôs, em 1554, sobre a morte do Príncipe D. João – uma tragédia latina em moldes clássicos destinada certamente a ser representada no Colégio das Artes, mas que nunca seria posta em cena (apenas foi publicada em 1558)¹⁹.

Da actividade dramática de Coimbra ao tempo de Anchieta há ainda notícia de uma comédia de Plauto ter sido representada, para celebrar uma visita de D. João III ao colégio, em 1550²⁰

Depois que D. João III entregou o Colégio à Companhia de Jesus, diálogos, comédias e tragédias sucedem-se com a regularidade de quaisquer exercícios ou Actos Públicos. Alguns dos seus autores iam ganhar fama internacional, e as suas peças iam espalhar-se por toda a Europa em cópias manuscritas ou impressas, para conhecerem uma longa história de representações²¹ A aura que rodeava os antecessores

¹⁹ SOARES, Nair de Nazaré Castro, *Tragédia do Príncipe João*, introdução, texto, versão e notas. Coimbra, 1999 (edição revista e actualizada).

²⁰ FRECHES, Claude-Hemi, *Le Théâtre Neo-latín...* 240 ss. Estas eram as representações oficiais, com apoio das instituições e dos mestres. Mas havia também representações de estudantes, de carácter mais popular, em língua portuguesa, celebrando certos actos académicos ou acontecimentos festivos. Cada doutorando, por exemplo, tinha de celebrar a obtenção do grau, levando à cena uma comédia (Cfr. BRANDÃO, Mário, *A Inquisição...* vol. II, 1007-1009).

²¹ Foi o caso do P. Miguel Venegas e do P. Luís da Cruz.

dos jesuítas em Coimbra, e particularmente o prestígio da sua produção literária, não pode ter sido alheia ao investimento que os jesuítas punham agora em grandiosos Actos Públicos, como a distribuição de prémios literários ao alunos, acompanhadas de solenes representações teatrais. Com efeito, outros Colégios contemporâneos não o faziam ainda com o mesmo esplendor, nem de forma tão sistemática.

Ora, é neste momento que passa pelo Colégio de Coimbra uma geração de homens que irá marcar profundamente o modo de ensino e os programas de estudos de todos os Colégios da Companhia: os retóricos Cipriano Soares e Miguel Venegas, o humanista Pedro Perpinhão, o filósofo Pedro da Fonseca, o gramático Manuel Álvares.

A Pedro Perpinhão, por exemplo, em 1565, três anos depois de ter deixado Coimbra, pedia-se que desse alguns elementos sobre o ensino no Colégio Real, no tempo em que aí leccionara. O resultado foi o *De ratione liberorum instituentorum litteris latinis et graecis*²² Pedro Perpinhão não pertenceu a nenhuma das comissões encarregadas da elaboração da *Ratio Studiorum* mas este opúsculo não pode ter deixado de assistir aos seus últimos redactores, pois são numerosos os pontos de contacto. A parte final do seu tratado incidia sobre as vantagens pedagógicas dos estímulos ao estudo, particularmente da distribuição de prémios e da realização de exercícios públicos. De facto, é Pedro Perpinhão quem encontramos no júri da primeira sessão pública deste género de celebrações – no Colégio Real de Coimbra, em 1557 – e é o mesmo que vemos, sete anos depois (em 1564), inaugurar a mesma prática no Colégio Romano, aquele que serviria de modelo para todos os Colégios.

Concursos e prémios literários, e públicas representações dramáticas vieram assim a tomar-se ocasião das maio-

²² Vd. Monumenta Historica Societatis Iesu, *Monumenta Paedagogica S.I.* vol. I-IV, Roma: Institutum Historicum S.I., 1965-1981, II, 644-657. Um comentário a este tratado pode ver-se em MIRANDA, M., “Uma Paideia humanística...” 233-234.

res solenidades do ano académico, não apenas como exercício escolar mas como verdadeira intervenção na vida cultural contemporânea. Mais do que recreio, estas representações eram um exercício do ensino da Retórica e das Humanidades mas também uma forma de identificar afectivamente os pequenos actores com os bons costumes de personagens sempre edificantes²³. Por isso o teatro se tornou objecto obrigatório da regulamentação da *Ratio Studiorum*²⁴, para finalmente se impor aos Colégios de todo o mundo.

4. TEATRO JESUÍTICO E TEATRO DE ANCHIETA

Aparentemente já nos teremos desviado de Anchieta, das suas trovas ao gosto popular, dos seus Autos em português, tupi, espanhol, por vezes em latim macarrónico... Com efeito, todas as representações de colégio, mesmo nos colégios do Brasil, deviam ser necessariamente em latim, *por serem cousas mais escolásticas e graves* – assim insistia o P. Geral, perante o pedido do P. Visitador, Cristóvão de Gouveia, para que o português fosse permitido, em nome do entendimento. Os jesuítas brasileiros tiveram de facto algumas dificuldades em adaptar-se aos costumes europeus da Companhia. Mais facilmente se adaptavam ao gosto indígena pelas representações, pelas danças e pelo canto, acompanhadas de instrumentos primitivos. Trocando apenas as letras, os padres aproveitavam as disposições inatas dos índios e levavam-nos, pouco a pouco e sem violências, à prática dos bons costumes e da religião. Isso mesmo levantou as críticas do primeiro Bis-

²³ Sobre os objectivos didácticos e pedagógicos deste teatro no ensino da Retórica e dos bons costumes, vd. MIRANDA, M., “Uma paideia humanística...” maxime 247-250, bem como “Teatro Jesuítico: Miguel Venegas, Dramaturgo e Mestre de Retórica” in. FERREIRA, José Ribeiro (ed.), *A Retórica Greco-Latina e a sua perenidade*. Porto, 2000. vol.II, pp. 656-669, ou ainda, de forma mais sistemática, *Teatro nos Colégios dos Jesuítas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

²⁴ *Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus – Regime escolar e Curriculum de estudos*. Edição bilingue latim-português. Versão portuguesa de Margarida MIRANDA. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

po do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, que se indignou com tantas concessões aos costumes gentílicos, e se apresou a escrever para Portugal: *Além de serem provocadores do mal são tão dissonantes da razão que não sei quais são as orelhas que podem ouvir tais sons e rústico tocar*. E aos domingos, acrescentava o prelado, os padres tinham cantares a Nossa Senhora ao tom gentílico, e tocavam os mesmos instrumentos que aqueles bárbaros usavam quando queriam beber seus vinhos e matar seus inimigos²⁵!

As mesmas concessões fazia José de Anchieta nos seus autos sacros, quando a aldeia recebia solenemente relíquias de santos, ou quando recebia a visita do Provincial. Os seus objectivos eram tão didácticos como os do teatro de Colégio, mas menos escolásticos. Não se tratava de fazer propaganda teológica, mas de ensinar costumes. O teatro de Anchieta era dirigido não só a colonos, soldados, marinheiros, e negociantes, mas sobretudo aos índios silvícolas, a quem era preciso, antes de mais, dar uma lei que os afastasse da antropofagia e da poligamia. As cartas dos Padres são unânimes em afirmar a superioridade do seu talento. Mas – é o próprio Anchieta quem se queixa – por ser esta terra *relaxada, remissa e melancólica, tudo se vai em festas, cantar e folgar*²⁶ Esta era uma das dificuldades com que mais frequentemente se debatiavam os primeiros educadores do Brasil: o escasso interesse local pelos estudos. Além disso, se nos colégios ao modo europeu havia lugar para a função temível do Corrector, a verdade é que aos meninos índios não se podia ralhar, muito menos castigar. Os índios, na verdade, fugiam para o mato com os mais fúteis pretextos: bastava que se lhes falasse mais alto, ou se lhes castigasse um filho.

²⁵ Carta de D. Pedro Fernandes Sardinha ao P. Simão Rodrigues, de Salvador, a 6 de Outubro de 1553, *apud* LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Livraria Portugália, 1938, Tomo II, pp. 105-107

²⁶ Anchieta, *Cartas*, 415, *apud* LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo I, 83.

O teatro foram os colonos que o trouxeram para o Brasil – nas igrejas representavam-se autos à moda portuguesa. Os escritos contemporâneos sublinham o gosto dos indígenas por qualquer género de representações²⁷

O jogo cénico e dramático, as personagens alegóricas, a dança, a música, o colorido das vestes eram as linguagens que encontravam a maior simpatia dos índios, e que permitiram a Anchieta criar um teatro que se tornou um “catecismo em imagens” especificamente adequado ao povo que queria converter²⁸.

O que há, então, de comum entre os Autos populares de Anchieta e o teatro humanístico dos Colégios? Que semelhanças pode haver entre o erudito teatro jesuítico do continente europeu e o teatro em línguas indígenas, nas aldeias dos índios?

Com esta questão abre-se um imenso campo de investigação nas literaturas comparadas e na história do teatro nas diversas missões jesuíticas. O que as considerações acima feitas permitem afirmar é que, se José de Anchieta foi o fundador do teatro brasileiro, foi-o sem dúvida com as propícias circunstâncias que nesta terra encontrou. Mas a semente, essa veio consigo de Coimbra – a mesma semente, aliás, que havia de frutificar na legislação positiva da *Ratio Studiorum* sobre teatro escolar, nos Colégios de todo mundo.

Quando Anchieta deixou Coimbra e fez nascer o primeiro núcleo de civilização nos sertões de Piratininga, trazia consigo a ideia de que o teatro era um precioso auxílio pedagógico e um excelente instrumento missionário.

²⁷ “Memorial” do P. Beliarte, *ibidem* 599-613.

²⁸ A expressão é de FRECHES. Claude-Henri, no comentário que faz à obra dramática de Anchieta: “Le Théâtre du P. Anchieta. Contenu et structures” Napoli, *Annali dell’Istituto Universitario Orientale Sezione Romanza* (1961) 47-70.

NARRATIVA E IDENTIDADE NO MST

Vanderlei J. Zacchi¹

vanderlei@ufs.br

RESUMO: O papel da narrativa na construção da identidade do sem-terra é o tema central deste trabalho. O processo de narrar envolve a possibilidade de se construir uma identidade para si mesmo. No caso do MST, esse é um artifício importante para que o movimento apresente – tanto para os próprios sem-terra quanto para a sociedade como um todo – uma imagem diferente daquela que é proposta, e às vezes imposta, por grupos dominantes, normalmente identificados como seus adversários. Trata-se de instituir contra-narrativas que vão nortear não apenas a auto-representação, mas também as ações dos sem-terra. Ao fazê-lo, a identidade que o movimento busca construir tanto pode assentar-se sobre atributos retirados da tradição – e reforçar, portanto, tendências puristas – quanto instituir a diferença como um de seus elementos fundamentais. Parte importante dessa análise é a postura que o movimento assume em relação a manifestações linguísticas e culturais com base em textos retirados de suas mídias virtuais e impressas.

Palavras-chave: narrativa; identidade; estrangeirismos; cultura

INTRODUÇÃO

Um dos principais objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é assegurar que se realize no Brasil uma ampla reforma agrária que garanta o acesso à terra a milhões de trabalhadores do campo, atualmente às margens do processo produtivo. Para o movimento, no entan-

¹ Professor da Universidade Federal de Sergipe

to, o acesso à terra não seria suficiente, pois não mudaria a estrutura social vigente e manteria as condições que têm gerado a desigualdade no campo no decorrer da história. Para alcançar esses objetivos, o MST tem-se aliado a grupos sociais diversificados, que podem agir tanto local quanto globalmente. São grupos que não têm necessariamente as mesmas causas que o movimento, como reforma agrária ou financiamento agrícola, mas que têm em comum com o MST a condição de serem grupos minoritários de resistência aos interesses dos grupos dominantes e hegemônicos. Na pauta do movimento, portanto, entram também questões como diferenças de classe, gênero e etnia, ou ainda aquelas relacionadas ao ambientalismo. Todos esses aspectos pressupõem alguma forma de negociação e articulação, gerando conflitos e contradições que são extremamente importantes para a construção da identidade do movimento.

Marina dos Santos (2006), integrante da Coordenação Nacional do MST, afirma em entrevista que “O principal inimigo do MST é o avanço da parceria entre latifúndio, o agronegócio e empresas transnacionais da agricultura” Por trás dessa parceria, no entanto, estão categorias mais amplas: o neoliberalismo, as grandes potências – os Estados Unidos em especial, pelo seu papel de liderança – e a chamada grande mídia. Em oposição a essas forças, o movimento busca afirmar sua identidade. Segundo Gohn (2006, p. 10), o MST se formou ao redor de uma identidade, a do sem-terra, que tem a perspectiva de alterar a qualidade dessa identidade e passar a ser um “com-terra” Nesse processo, o objetivo não é alcançado apenas com a conquista do título da propriedade ou do crédito necessário para trabalhar a terra, mas com a transformação de toda a sociedade. A auto-representação da identidade do grupo deixa entrever o grau de abrangência do movimento, que elege como adversários atores de tão grande porte e alcance.

Marina dos Santos aponta ainda outro inimigo do MST e da sociedade brasileira: a falta de um projeto para o Brasil.

Um novo modelo agrícola precisa de um projeto de *desenvolvimento nacional*, que tenha como centro o fortalecimento do mercado interno, a distribuição de renda, a indústria nacional para sustentar a geração de emprego e renda para o povo. O MST está fazendo o seu papel com suas mobilizações populares, nos debates com a sociedade e na formulação desse projeto de desenvolvimento nacional. (SANTOS, 2006 – grifos meus).

A insistência da agricultora num plano de desenvolvimento nacional remete-nos a mais um aspecto identitário do grupo: o movimento se assenta sobre um projeto de nação, que ele pretende que seja estendido a toda a sociedade brasileira. Essa ideia está implícita no *slogan* do movimento entre 1995 e 2000: “Reforma agrária: uma luta de todos!” (HISTORY..., 2006). Para Marina, “As terras devem estar a serviço do *povo brasileiro*” e não para atender às necessidades das transnacionais da agricultura e do mercado financeiro internacional.

Seria o caso de se questionar se a identidade que o MST busca construir para si não estaria baseada num ideário de nação brasileira inspirado por noções essencialistas de cultura. O que faria supor que o termo “brasileiro” é mais bem caracterizado por um certo povo e uma certa cultura, considerados legítimos pelo movimento e que seriam a base de resistência à invasão externa representada pelo neoliberalismo e as empresas transnacionais. Os setores brasileiros que se alinham com o capital internacional – como o agronegócio, o latifúndio, as elites e a grande mídia – não estariam defendendo os interesses da nação.

Uma leitura mais atenta, no entanto, pode apontar outros caminhos. Em primeiro lugar, as identidades do MST não se limitam apenas a uma afirmação do seu caráter nacional. Em oposição às transnacionais da agricultura, por exemplo, o movimento se alinha com grupos ambientalistas internacionais, defendendo um desenvolvimento sustentado e a preservação do meio ambiente, como ocorre na campanha contra a liberação do plantio de milho transgênico no Brasil,

da qual participa, entre outros, o Greenpeace. Há também um forte interesse em combater a desigualdade de relação entre homens e mulheres, tanto dentro quanto fora do movimento, fazendo par com interesses históricos de movimentos feministas em várias partes do mundo. Para Lourdes Vicente, integrante do Setor de Gênero, que foi instituído em 2000 (MULHER..., 2006), a mulher sem-terra é duplamente oprimida: pela exploração do capital e por ser mulher. Mas, na comparação com as mulheres do campo em geral, as do movimento apresentam um diferencial. Lourdes Vicente acredita que “as sem-terra têm uma chance de se reconhecerem oprimidas e de construir uma identidade com a discussão de seu papel social, questionando e problematizando”

Outro aspecto que entra em conflito com o discurso nacionalista do movimento é o fato de que, para que seja possível o intercâmbio com grupos internacionais e, principalmente, com aqueles que defendem interesses mais intimamente relacionados ao movimento – como reforma agrária, financiamento agrícola e soberania alimentar –, o MST faz uso de duas importantes ferramentas: línguas estrangeiras, notadamente o inglês, e novas tecnologias de comunicação, como a Internet. Lançada em 1996, a página www.mst.org.br recebe cerca de 1.000 visitas por dia, segundo o próprio movimento (COMMUNICATIONS..., 2006).

Os conflitos presentes na auto-representação e nas ações do movimento definem o contexto para a discussão a seguir, concentrada no papel desempenhado pela narrativa na construção da identidade do sem-terra. A partir da ideia de que o direito de narrar pressupõe o direito de se construir uma identidade para si mesmo (BHABHA, 2003), chega-se às definições de identidade de tradução e de tradição (HALL, 2003), que serão então trabalhadas com base nas concepções de linguagem e de cultura do movimento.

1. NARRATIVA

A tentativa de construção de uma identidade nacional, por um lado, e a cooperação com outros agentes nacionais e internacionais, por outro, podem configurar-se como fonte de conflitos para o movimento. Mais ainda se levamos em consideração que essa cooperação se dá através de ferramentas que têm como grande centro irradiador os Estados Unidos, país de onde também se originam, em boa parte, os adversários do MST. Conflito e contradição são inerentes à constituição da identidade de um movimento social:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. (CASTELLS, 1999b, p. 22)

No MST, a auto-representação (“sem-terra”) é usada justamente para reforçar a ideia de que a ação social é necessária:²

Muitas pessoas que ouvem falar nos “Sem Terra” imaginam que somos trabalhadores rurais, meeiros ou arrendatários que não possuem terra. / “Sem-Terra” se tornou um nome próprio – o nome dos trabalhadores que se organizaram para lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. / “Sem-Terra” se tornou um símbolo para o resgate da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras que antes eram chamados de andarilhos, chutados de um lado para o outro. Esses trabalhadores alcançaram sua própria identidade ao se juntar à luta: Eu sou um “Sem-Terra” é afirmado com orgulho. (WHO..., 2006)

² A tradução dos textos originalmente em língua estrangeira foi efetuada pelo próprio autor deste trabalho.

Para o MST portanto, a identidade se constroi na própria luta e se faz a partir da contraposição a uma narrativa concebida por terceiros, conforme se verá abaixo. Para Castells (1999b), toda identidade é construída a partir de elementos fornecidos pelas mais variadas fontes: história, biologia, memória coletiva, aparatos de poder e outros. Caberia aos grupos sociais, segundo o autor, processar todo esse material e reorganizar seu significado “em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social” (p. 23), ideia que remete à noção de orquestração de discursos de Bakhtin (1988, p. 146): “*Nossa transformação ideológica é justamente um conflito tenso no nosso interior pela supremacia dos diferentes pontos de vista verbais e ideológicos*” Para Bakhtin, a autoria do discurso se dá através das vozes às quais o falante está exposto. Elas somente se tornam “próprias” quando ele “*a[s] povoa com sua intenção, com seu acento*” (p. 100). Tomando as palavras de outros, o sujeito as reelabora internamente, tornando-as parcialmente suas, num processo dialógico com outros discursos com os quais esteve em contato em outros momentos, para em seguida torná-las palavras próprias. Bakhtin mostra que o discurso interno, sendo aberto e inacabado, está sujeito às relações sociais e condições materiais em que está inserido. Ele está em constante diálogo com seu meio e em relação com outros discursos.

Bruner (1990, p. 137) trabalha com uma concepção semelhante no que ele chama de “psicologia popular” (*folk psychology*): “*noções culturalmente delimitadas segundo as quais as pessoas organizam os pontos de vista que têm de si mesmas, dos outros e do mundo em que vivem*” É, portanto, um processo baseado na construção de sentido:

...as vidas e os Eus (Selves) que construímos são o resultado desse processo de construção de sentido. Mas [...] os Eus não são núcleos isolados de consciência encerrados na cabeça, mas são “distribuídos” interpessoalmente. Nem tampouco os Eus surgem desenraizadamente em resposta apenas ao presente; eles obtêm sentido também das cir-

cunstâncias históricas que deram forma à cultura da qual eles são uma expressão. (BRUNER, 1990, p. 138)

Substituindo-se o termo “Eu” por “identidade” temos o conceito de identidade coletiva conflituosa usado neste trabalho. Pode-se dizer, assim, que a construção da identidade nos movimentos sociais – a exemplo da autoria do discurso de Bakhtin e da psicologia popular de Bruner – é um processo interno e conflituoso, mas em estreita correlação com os dados externos, que são múltiplos e variáveis, tanto no tempo quanto no espaço. A construção de sentido, para Bruner, se dá através da narrativa e da interpretação. Cada cultura fornece a seus membros um estoque de narrativas, que não são fixas, pois mudam no decorrer do tempo. Um dos aspectos que definem uma narrativa é o fato de ela ser sensível ao que é previsto (cânone) e ao que rompe com essa expectativa. Essa canonicidade também é construída e depende da interpretação. As narrativas canônicas, em geral, identificam-se com os grupos dominantes, enquanto que as minorias buscam romper com a previsibilidade por meio de suas contra-narrativas:

Uma vez adotada a ideia da narrativa, pode se perguntar por que uma história e não outra. E tal questionamento logo levou à suspeita de que as concepções de Eu “oficiais” ou “impostas” poderiam ser usadas para o estabelecimento de controle político ou hegemônico de um grupo sobre outro. (BRUNER, 1990, p. 114)

Quando uma narrativa toma um aspecto demasiadamente ideológico ou para atender a interesses próprios, Bruner (p. 96) afirma que há uma “superespecialização da narrativa” Como resultado, a descrença toma o lugar da interpretação e pode haver uma ruptura cultural. Para Bhabha (2003, p. 181), o que acontece nesse caso é a supressão do direito de narrar, efetivada em geral por sociedades autoritárias, países xenófobos, Estados militares. Recorrendo-se a Gramsci (2000), pode-se

dizer que essa situação de conquista e manutenção da hegemonia se dá através da coerção, do uso da força, em oposição à hegemonia do consenso, que pressupõe a negociação.

Conforme já se mencionou, na auto-representação do MST apresentada acima (WHO..., 2006) há uma justaposição de narrativas conflituosas. A representação em torno da palavra “Sem-Terra” mostra como seu significado muda de acordo com o lócus de enunciação do narrador. Numa narrativa canônica, o termo representa pessoas desocupadas, insignificantes, “chutadas de um lado para o outro” A União Democrática Ruralista (UDR), formada por fazendeiros e latifundiários, classificou os sem-terra como “preguiçosos e vagabundos” (BOGO, 2005). Essa é a ideia subjacente ao senso comum que os grupos dominantes, adversários do MST, precisam reiterar para a manutenção do controle. O movimento, no entanto, apropria-se desse senso comum para explicar o excepcional: “Eu sou um ‘Sem-Terra’ é afirmado com orgulho” explicitando ainda um outro aspecto considerado por Bruner (1990, p. 77) e fundamental na narrativa: a perspectiva do narrador. Como numa autobiografia, o discurso do MST conjuga as vozes do narrador e do protagonista.

Esse conflito de representações remete ao que Menezes de Souza (2004, p. 117), aludindo à obra de Homi Bhabha, considera “uma fenda entre o significante e o significado” Em vez de uma representação de algo exterior, ou o real, o texto entra num processo de produção de significados, estabelecendo histórica e ideologicamente posições de sujeito, que tanto podem ser do autor quanto do leitor. As “condições de existência do texto” na produção e na recepção, são constituídas nessa negociação de significados. Segundo Ricoeur (1976, p. 91), há mais de um modo de construir um texto, mas seu campo de construções possíveis é limitado. Por outro lado, há uma versatilidade maior nas possibilidades de interpretação: “É sempre possível argumentar a favor de ou contra uma interpretação, confrontar interpretações, arbitrar entre elas e procurar um acordo” O que está por detrás do

texto não é a intenção do autor, nem tampouco a situação histórica do autor e de seus leitores originais. A interpretação permite apropriar-se do “poder de desvelar um mundo, que constitui a referência do texto” (p. 104). Ela produz um evento do discurso, no momento presente: torna-se, portanto, um acontecimento.

A negociação de significados está no cerne também do que Bhabha chama de “direito de narrar”:

...todas aquelas formas de comportamento criativo que nos permitem representar as vidas que levamos, questionar as convenções e costumes que herdamos, contestar e propagar as ideias e ideais que chegam até nós naturalmente e ousar alimentar os mais audaciosos medos e esperanças para o futuro. (2003, p. 180)

Bhabha considera ainda que a narrativa é tanto discurso quanto ação e é o próprio meio pelo qual nos revelamos uns aos outros. O direito de narrar, portanto, tem forte correlação com o direito de se construir uma identidade para si mesmo.

2. IDENTIDADE

Castells (1999b, p. 24) classifica as identidades coletivas em três grupos: a legitimadora, a de resistência e a de projeto. A *identidade legitimadora* – “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” – aplica-se a diversas teorias do nacionalismo. A *identidade de resistência*, por outro lado, está vinculada a grupos sociais em desvantagem diante da lógica da dominação e que constroem sua resistência a partir de princípios diferentes, ou mesmo opostos, aos das instituições dominantes da sociedade. O discurso nacionalista, por exemplo, foi muitas vezes defendido por essas instituições em outras épocas. Hoje ele

foi apropriado por grupos minoritários, como os próprios sem-terra – que buscam um resgate do que eles entendem por cultura popular brasileira em resposta a uma lógica de dominação internacional representada principalmente pelos Estados Unidos. Nesse caso, o MST se insere na categoria de identidade de resistência.

Por não estar apenas defendendo interesses próprios, mas também propondo uma transformação da sociedade (GOHN, 2006, p. 10), o movimento se encaixa ainda na *identidade de projeto*: “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999b, p. 24). Se na modernidade a identidade de projeto foi constituída na sociedade civil, na sociedade em rede atual ela se desenvolve a partir da resistência comunal. Portanto, para Castells, na era da informação, os sujeitos transformacionais são um prolongamento da resistência comunal. Mas, na sociedade em rede, as comunidades não estão isoladas. Castells (1999a, p. 498) define rede como “um conjunto de nós interconectados” de modo que a distância entre dois pontos (ou posições sociais) é menor se ambos forem nós de uma mesma rede. Estar fora da rede é estar excluído. Conforme discutido anteriormente, o direito de se construir uma identidade pode ser alcançado por meio do direito de narrar, cujo sujeito, segundo Bhabha (2001), não é o indivíduo, “mas toda uma rede discursiva, cultural, política, institucional, uma rede de eventos e enunciações e construções e escritas que constroem a possibilidade da narração. É um direito enunciatório” Assim, o MST procura ampliar sua rede incluindo outros grupos minoritários e oprimidos, como os índios e os quilombolas, que de outra forma poderiam estar total ou parcialmente excluídos: nós fora da rede. Esses nós são semelhantes ao que Laclau (2000, p. 57) chama de “pontos nodais de articulação” a partir dos quais há uma recomposição da estrutura, a criação de novas identi-

dades e a produção de novos sujeitos. Um exemplo dessa articulação é a campanha iniciada pelo MST – em parceria com entidades ligadas às lutas indígenas e a Via Campesina (instituição internacional que reúne diversos movimentos rurais) – para recolher assinaturas em um abaixo-assinado pela demarcação, no Espírito Santo, das terras Tupiniquim e Guarani que estão sob posse da Aracruz Celulose, empresa responsável também, segundo o MST, pela expulsão de mais de oito mil famílias quilombolas no estado (CAMPANHA..., 2007).

A articulação entre o MST e outros grupos ou movimentos sociais aponta para uma coexistência plural no interior da estrutura social, mas não em uma situação em que cada grupo mantém uma identidade essencial e individual, pressupondo uma convivência harmoniosa e de mútuo respeito. Na verdade, há momentos de intersecção entre as diversas identidades que compõem uma sociedade, que podem resultar tanto em acordos quanto em conflitos. Requerem, portanto, uma negociação e, nesse processo, a identidade de cada grupo se modifica. Para Mouffe (1995, p. 317), é um movimento de mão dupla. De um lado, há um descentramento na estrutura social que impede a fixação de posições em torno de um ponto preestabelecido. Na direção contrária, há a instituição de pontos nodais, “fixações parciais que limitam o fluxo do significado sob o significante” Essa dialética só é possível porque não há um centro de subjetividade anterior às identificações do sujeito. O resultado é, portanto, uma “estrutura descentrada” (LACLAU, 2000, p. 56), marcada não por uma simples ausência de centro, mas por “*uma pluralidade de centros de poder com diferente capacidade de irradiação e estruturação, em luta entre si*” Esse deslocamento estrutural, por sua vez, implica uma atuação no mundo, que, não sendo predeterminado, precisa ser construído, de modo que, conseqüentemente, os agentes sociais acabam transformando também a si mesmos, e novas identidades são forjadas.

No âmbito da política, Mouffe (1995, p. 327) acredita que a transformação de subjetividades já existentes é fun-

damental para a implantação de uma democracia radical, cujo objetivo deveria ser a construção de uma identidade política coletiva visando a uma nova hegemonia, articulada através de relações, práticas e instituições sociais novas e igualitárias. Para isso, seria necessário que os movimentos sociais se organizassem em torno de causas em comum, utilizando-se do princípio da “equivalência democrática” (p. 325), sem eliminar as diferenças. O bem comum (de toda a sociedade), nesse caso, seria apenas uma referência, mas nunca poderia ser alcançado, pois uma comunidade sem conflitos e antagonismos é inimaginável. Dessa forma, a própria noção de “bem comum” estará também em constante transformação e negociação.

O MST, ao transcender seus objetivos corporativos (a reforma agrária), alia-se a grupos e movimentos sociais que têm causas em comum – índios, ecologistas, mulheres, desempregados, entre outros –, em especial por sofrerem algum tipo de opressão ou por resistirem ao poder dominante e suas narrativas canônicas totalizantes. O movimento adota uma estratégia identitária que lhe permite atuar em diversas frentes. Se por vezes ostenta um discurso de cunho nacionalista, também se engaja em disputas internacionais que podem estar relacionadas tanto a seus interesses imediatos quanto aos de grupos estrangeiros em situação de desvantagem, como é o caso de seu apoio à causa do Líbano e da Palestina na disputa histórica que esses países travam com Israel. Em situações como essa, a língua inglesa e a Internet são ótimas aliadas, apesar de serem instrumentos que, conforme já mencionado anteriormente, estão em grande parte identificados com países hegemônicos, como os Estados Unidos. A questão é que uma identidade não anula completamente a outra.

Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de “Tradição” tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da História, da Política, da represen-

tação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou “puras”; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de “Tradução” (HALL, 2003, p. 87)

Portanto, a afirmação da identidade do MST remete à “tradução” pois é uma identidade contingente, criada para enfrentar seus adversários históricos, e que estará em constante mudança, em função dos desenvolvimentos político-culturais de cada época e de suas relações com outros grupos e movimentos sociais. Isso não quer dizer que, em alguns momentos, o movimento também não assuma uma identidade de “tradição”. Há, no discurso do MST, uma tendência em considerar o estrangeiro como uma ameaça à “pureza” do elemento nacional. Mesmo não sendo o nacionalismo o elemento principal que molda a identidade do sem-terra, ele está presente em seus discursos, contradizendo aspectos do movimento que lhe dão expressão mundial.

Para Hall (2003, p. 48-49), a nação é uma comunidade simbólica, um “*sistema de representação cultural*” que produz sentidos e conseqüentemente constroi identidades, ao fazer que as pessoas participem da ideia da nação como uma representação de sua cultura nacional. Um dos aspectos que colaborariam para a construção dessa identidade é a ênfase na tradição e nas origens, de modo que os elementos essenciais do caráter nacional permaneceriam imutáveis. Mas se, por um lado, o MST busca forjar uma cultura brasileira unificada, desconsiderando as diferenças, por outro defende a diversidade como forma de resistência às forças homogeneizantes da globalização. Essa contradição se explica pelo fato de que “*as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas*” (HALL, 2003, p. 65).

De acordo com Bhabha, o que caracteriza a nação não é tanto sua individualidade em relação a outras nações, mas a heterogeneidade conflituosa de seu povo:

Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria [It/Self], alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural. (BHABHA, 1998, p. 209-210)

A nação é produzida pela cisão narrativa entre uma temporalidade continuísta, cumulativa, que representa “uma eternidade produzida por autogeração” (p. 209) – o pedagógico – e uma estratégia repetitiva, recorrente, “*a interpelação mais específica a interesses e identidades contenciosos, desiguais, no interior de uma população*” (p. 207) – o *performativo*. O povo, nesse caso, não é nem o princípio nem o fim da narrativa nacional: ele representa o tênue limite entre o pedagógico e o “performativo” Mas é o “performativo” que intervém na soberania da autogeração da nação e introduz “a temporalidade do entrelugar” (p. 209), evitando a polaridade entre a nação e seus outros externos e reiterando as “fraturas e ausências” (p. 235) da história nacional: no caso do Brasil, o índio, o negro, o caboclo, o sem-terra.

Patton (1995, p. 227) argumenta que, por atuarem necessariamente num contexto, as identidades são elas próprias “performativas” A “performatividade” segundo Yúdice (2004, p. 74-75), baseia-se na ideia de que a reprodução de hierarquias sociais é obtida pela repetição de normas. Mas, como a repetição nunca é exata, existe sempre uma discrepância, gerando a mudança. Nesse processo, muitas mudanças acabam por ser incorporadas à estrutura social, abrindo espaço para novas transformações. Bruner (1990, p. 47) afirma que a negociação de sentidos essencial para uma cultura depende da capacidade da narrativa de lidar com o cânone e o excepcional ao mesmo tempo. Se uma cultura contém um conjunto de normas, ela deve conter também um conjunto de

procedimentos interpretativos para dar sentido à exceção. “A função da narrativa é encontrar um estado intencional que atenuie ou pelo menos torne compreensível um desvio de um padrão cultural canônico. É esse o feito que dá verossimilhança a uma história. Pode lhe dar também uma função apaziguadora” diz Bruner (p. 49-50 – grifos no original). As narrativas e suas interpretações estão no centro dos conflitos entre grupos sociais diversos: para os dominantes, como forma de neutralizar a exceção ou incorporá-la à regra; para os oprimidos, como uma maneira de reiterar as diferenças e relativizar a posição do dominante.

Segundo Bhabha, na leitura entre as fronteiras do espaço-nação, há um movimento narrativo duplo na concepção de povo: “Os fragmentos, retalhos e restos da vida cotidiana devem ser repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato da “performance” narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais” (1998, p. 207). Para ele, é nesse conflito que se dá a escrita da nação. E são as “contra-narrativas” (p. 211) da nação que transgridem suas fronteiras totalizadoras e impedem as identidades essencialistas. Esse conflito também está presente na atuação do MST que faz uso de contra-narrativas (a exceção ao cânone) para afirmar a(s) diferença(s), não só do próprio grupo como também de outras minorias. No entanto, ao evocar uma identidade nacionalista, como algo inerente e não construído, o movimento faz uso de uma narrativa canônica em muitos casos utilizada também por instituições conservadoras e tradicionalistas, mais bem caracterizadas pela identidade legitimadora – por buscar “expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1999b, p. 24) – ou de tradição, por tentar “recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas” (HALL, 2003, p. 87).

3. TRADIÇÃO OU TRADUÇÃO?

Entre os adversários do MST, estão empresas transnacionais que desenvolvem produtos geneticamente modificados e outras responsáveis pelos chamados desertos verdes, que são enormes áreas de monocultivo de eucalipto. No caso destas últimas, as consequências podem ser múltiplas e duradouras. No âmbito ecológico e agrário, ocorrem a desertificação e a diminuição da biodiversidade. No âmbito econômico e sociocultural, a monocultura de eucalipto pode causar a especialização da atividade de produção, gerando a ruptura de tradições produtivas, como a pecuária e a agricultura de subsistência, que é realizada nos espaços que separam as grandes propriedades. A transformação da paisagem e da identidade cultural é também outro efeito:

As áreas onde há monocultura de eucalipto, como a região dos campos do Rio Grande do Sul, são ecossistemas em risco. O lugar faz parte da construção da identidade das pessoas e sua modificação, com a plantação das mesmas árvores, quilômetros a fio, implica uma transformação violenta da cultura local. (EUCALIPTO..., 2006, p. 21)

Em oposição às monoculturas introduzidas pelas transnacionais, o MST vem desenvolvendo técnicas inovadoras na agricultura, como produtos orgânicos e sementes livres de agrotóxicos. Noutros âmbitos, porém, a ameaça externa pode ter implicações diferentes, principalmente no que se refere a manifestações artístico-culturais e linguísticas. No aspecto linguístico, a página oficial do movimento na Internet não contém qualquer estrangeirismo, mesmo aqueles típicos do mundo eletrônico virtual, que obviamente se originam do inglês. O *site* está disponível em sete línguas estrangeiras, mas a página em português está livre de estrangeirismos, mantendo-se pretensamente pura e sem a possibilidade de interação com as demais línguas.

Tanto no caso da língua como no de outras expressões culturais, a ameaça em geral está representada pelo mundo anglo-americano. Na música, é o estilo *country*, “com suas roupas de cowboy e músicas pasteurizadas no estilo dos grandes rodeios” segundo reportagem do *Jornal Sem Terra* (VIOLAR..., 2006, p. 10). Edvar Lavratti, da direção estadual do MST em São Paulo, afirma: “*Nada disso é nosso*” Diante dessa constatação, os sem-terra decidiram criar, em 2003, o Encontro Nacional de Violeiros, que se vem realizando anualmente na cidade de Ribeirão Preto, no interior paulista. A afirmação de que o evento se realiza sob uma imensa figueira de 400 anos reforça a ideia da tradição. Recorrendo às palavras do violeiro Ivan Vilela, a reportagem, no entanto, defende que, antigamente, as manifestações culturais estrangeiras que chegavam ao Brasil não eram totalmente assimiladas, mas se fundiam com o repertório nacional. A própria viola, símbolo da cultura caipira, foi introduzida durante a colonização portuguesa, de acordo com Vilela. Hoje as coisas mudaram:

...está cada vez mais difícil que a mistura aconteça, pois essas referências nacionais estão se perdendo. A missão de quem procura preservar as raízes culturais brasileiras hoje vai além de uma atitude puramente xenófoba, de negar o que vem de fora, mas sim garantir que não haja apenas assimilação, mas uma fusão com nossos elementos. (VIOLAR..., 2006, p. 10)

Assim, o MST se coloca como missão promover e defender a cultura brasileira das invasões externas, o que para os sem-terra é motivo de orgulho (NESTA..., 2004). É preciso ressaltar também que a fusão entre as manifestações culturais estrangeiras e locais nunca foi natural e harmoniosa, mas sempre se deu em um contexto de conflito e negociação, o que ainda é válido nos dias de hoje.

Se, na agricultura, o movimento responde às ameaças externas com novas técnicas de cultivo e organização, na cul-

tura a resposta se dá pela defesa de elementos tidos como tradicionais e tipicamente brasileiros: uma visão romântica de cultura. Apesar de reconhecer a mescla como constitutiva das manifestações culturais, o movimento se refere a elas como puras e portadoras de uma essência que as diferencia uma da outra em termos de filiação nacional. Como resultado, há um embate que se inscreve no tradicional estilo *Nós versus Eles*: a típica e pura cultura norte-americana em oposição à típica e pura cultura brasileira. Mas que cultura brasileira é essa que o movimento procura promover? A cultura sertaneja, derivada da indígena e cabocla, que nos remete aos primórdios da fundação do país. Ela se observa não apenas na música, mas também na culinária e noutras manifestações artísticas. Durante o Encontro Nacional de Violeiros, é realizada também a Festa do Milho Verde, “repleta de milho cozido, pamonha, bolo de milho e curau” (NESTA..., 2004). O MST utiliza elementos da cultura sertaneja para afirmar sua identidade própria, definindo-o como um movimento brasileiro formado por grupos raciais e sociais marginalizados. Mas também se apropria desses elementos para caracterizá-los como a pura expressão da cultura brasileira em geral. Obviamente não deixa de ser uma manifestação política. O caipira é o que mais se aproxima de ser o outro do estilo *country*, que, em termos culturais, é uma representação dos adversários do movimento.

Por motivos semelhantes, a cultura popular brasileira esteve também em evidência nas discussões que se seguiram à apresentação, pelo deputado Aldo Rebelo, de um projeto de lei para regulamentar o uso de estrangeirismos no Brasil. O deputado defende que o linguajar do camponês nordestino tem mais legitimidade do que o dos cariocas urbanos que instalaram uma estátua da liberdade em plena Barra da Tijuca. Rajagopalan comenta que o deputado, em nome da defesa do povo, efetua uma uniformização dos diferentes segmentos que o compõem. Os moradores da Barra da Tijuca estariam traindo os verdadeiros interesses da pátria, atuando como agentes

das forças de globalização. Para o deputado, portanto, “o verdadeiro povo brasileiro seria composto pelos camponeses e não pelos esnobes, desenraizados da verdadeira cultura” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 96).

Quanto ao MST, as línguas disponíveis na página da Internet são todas de origem europeia: inglês, espanhol, francês, italiano, sueco, alemão e holandês. Essa opção se explica provavelmente pelo grande número de pessoas que elas atingem no mundo todo, o que fica mais evidente no caso do inglês. São também as línguas dos países onde há grupos que apoiam as causas dos sem-terra. A atuação desses grupos é um exemplo da ausência de fronteiras fixas entre os chamados países centrais e periféricos na atualidade. Com relação ao português, o movimento optou por não fazer uso de estrangeirismos em seus documentos, provavelmente como forma de resistência à invasão cultural norte-americana, em sintonia com as propostas do deputado Aldo Rebelo. Mas o português não deixa de ser também a língua do invasor, ainda que em outras épocas. Se houve uma mescla entre elementos portugueses, indígenas e africanos na música e na culinária, entre outras manifestações culturais, na língua a assimilação foi quase completa. O português se impôs como língua oficial, tomando de empréstimo apenas alguns poucos elementos das línguas indígenas e africanas. Além disso, a norma utilizada é a culta, que em tese não reflete a identidade dos sem-terra. Entretanto, a exemplo do inglês e das novas tecnologias, a norma culta do português possibilita a adoção ou elaboração de práticas discursivas que dão acesso ao poder ou se constituem como resistência ao poder constituído.

Já foi mencionado anteriormente que o MST procura se articular com outros movimentos sociais que tenham pelo menos uma causa em comum: a luta contra a opressão de poderes hegemônicos e totalizantes. Essa luta pode ter uma dimensão tanto local quanto global, dependendo de quais atores estejam envolvidos. No entanto, há uma aparente contradição quando o movimento adota um discurso nacionalista e

promove uma variante particular de cultura, baseada na tradição, com o objetivo de universalizá-la, pelo menos em território nacional. Construir identidades diferenciais com um total isolamento em relação ao mundo exterior não é, para Laclau (1996, p. 29), uma alternativa política viável, pois a preservação de identidades puras pode ser usada como desculpa para a consolidação de formas de subordinação e exclusão. Laclau aponta que o oprimido não pode afirmar sua identidade sem afirmar também a do opressor: a diferença que os define é um componente essencial da identidade do oprimido. Nesse caso, é importante a ideia de que uma identidade não pode ser definida sem se contrastá-la com seu contexto. Ao se fazer a diferenciação, também o contexto é definido. O oposto também é válido: *“não posso destruir um contexto sem destruir, ao mesmo tempo, a identidade do sujeito particular que efetua a destruição”* (LACLAU, 1996, p. 27).

Por essa razão, um movimento social não se define pelas suas qualidades particulares e intrínsecas, mas pelas relações de poder que caracterizam o contexto em que ele está inserido. Transformadas essas relações, modifica-se também sua identidade. No atual contexto da globalização hegemônica, a música e a culinária caipiras promovidas pelo MST adquirem significado principalmente em contraste com o estilo *country* norte-americano. O mesmo se aplica à oposição entre a língua portuguesa e a inglesa. São contra-narrativas, fazendo frente a uma narrativa canônica dominante. Se houver uma mudança nessa relação, os significados também mudarão. No entanto, quando o MST lança mão de discursos puristas para afirmar sua identidade, ele está negando as próprias relações de poder existentes entre os grupos sociais.

A identidade nacional que o movimento deseja promover assume as particularidades definidoras do sem-terra, como se fossem próprias de uma essencialidade inerente. O problema com essa postura é que, segundo Laclau (1996, p. 27), *“se a particularidade se afirma como mera particularidade, numa relação puramente diferencial com outras particularidades, ela*

está sancionando o “status quo” na relação de poder entre os grupos” Se a diferença é colocada como algo essencial, então qualquer particularidade está apta a se tornar universal. Como a do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), cujo objetivo principal é defender e promover a chamada *cultura gaúcha* não apenas como uma manifestação regional, mas também como tipicamente brasileira (OLIVEN, 1992). Esse movimento busca também resgatar muito da cultura indígena local e defender o que ele acredita serem os costumes do campo, a exemplo do MST. Entretanto, seus fundadores eram filhos de latifundiários e membros da classe média urbana, e não trabalhadores rurais sem terra. O que o MTG faz, na verdade, é inventar uma tradição camponesa que, no seu entender, representa o “verdadeiro” gaúcho como uma das manifestações culturais brasileiras mais típicas. Esses são aspectos que não podem ser levados em consideração se as particularidades forem tratadas como essenciais, fora do contexto onde se dão as relações de poder.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao eleger o rural e o sertanejo como definidores da cultura nacional, o MST pode estar excluindo parceiros que não se encaixam nessa categoria, principalmente os de base urbana. Por um lado, o movimento se alia a grupos sociais para lutar por causas em comum, mas por outro os exclui pela própria diferença. No entanto, em contraste com as visões essencialistas que o MST tem de cultura brasileira, existe uma parceria entre os sem-terra e o Movimento Hip Hop (TONI C, 2006, p. 36), que é urbano e influenciado por elementos culturais norte-americanos. Diferentemente do *country*, o *hip hop* é uma expressão cultural fortemente identificada com as minorias raciais e sociais que vivem nas periferias das grandes cidades. Nesse caso, ao invés da identidade de “tradição” – que tenta recuperar uma “pureza anterior” – é a identidade de “tradução” – sujeita “ao plano da História, da Política, da re-

apresentação e da diferença” (HALL, 2003, p. 87) – que volta a predominar. O movimento narrativo duplo em que se inscreve o MST evidencia a sutileza das fronteiras que delimitam as questões culturais. “*Todo ato cultural vive essencialmente nas fronteiras*”, diz Bakhtin (1990, p. 274). Por essa razão, os pontos nodais que formam uma rede social são mais eficazes quando produzem identidades novas e dinâmicas e não quando afirmam particularidades estáticas, separadas do contexto conflituoso da articulação.

Ao transcender sua identidade de resistência (CASTELLS, 1999b, p. 24) ou de tradição (HALL, 2003, p. 87), o MST se expande para abarcar a luta global de parceiros nacionais e internacionais contra um inimigo comum, multidimensional e onipresente, assumindo uma identidade de projeto (CASTELLS, 1999b, p. 24) ou de tradução (HALL, 2003, p. 87). Dessa forma, o movimento garante também seu direito de narrar, e de construir sua identidade, não como agente individual, mas como parte de “*toda uma rede discursiva, cultural, política [e] institucional*” (BHABHA, 2001). A dimensão nacional versus a estrangeira perde sua força diante dos novos desdobramentos das relações de poder em escala global. Se os adversários estão aqui dentro e lá fora, os aliados também. Fiorin (2002, p. 122), ao discutir a polêmica sobre o uso de estrangeirismos no Brasil, afirma que “*a esquerda é internacionalista. Deve contrapor o internacionalismo proletário ao internacionalismo burguês*” Mas ainda se está a incorrer numa oposição binária. Talvez seja mais adequado fazer uso do termo “*transnacional popular*” (YUDICE, 2004, p. 300) em vez de “*internacionalismo proletário*” capaz de contemplar ambas as identidades de resistência e de projeto do MST tanto na sua ação quanto na sua auto-representação.

BIBLIOGRAFIA:

- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. (Trad. Aurora Fornoni Bernardini et alii.) São Paulo: Unesp/Hucitec, 1988. pp. 71-210.
- _____. The problem of content, material, and form in verbal art. In: BAKHTIN, Mikhail. *Art and answerability: early philosophical essays*. (Ed. Michael Holquist e Vadim Liapunov. Trad. Kenneth Brostrom). Austin: University of Texas Press, 1990. pp. 257-325.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. (Trad. Myriam Ávila, Eliana L.L. Reis e Gláucia R. Gonçalves). Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRUNER, Jerome. *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. (Trad. Roneide V. Majer). 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- FIORIN, J. L. Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99. In: FARACO, Carlos A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002. p. 107-125.
- GOHN, Maria da Glória. Apresentação. In: SOUZA, Maria Antônia de. *Educação e cooperação nos assentamentos do MST*. Ponta Grossa: UEPG, 2006. p. 9-12.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- JORNAL SEM TERRA, São Paulo, n. 267 p. 10, nov. 2006.
- LACLAU, E. Universalism, particularism and the question of identity. In: LACLAU, Ernesto. *Emancipations*. London/New York: 1996. p. 20-35.
- _____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 113-133.
- MOUFFE, C. Feminism, citizenship, and radical democratic politics. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven (Eds.). *Social*

- postmodernism: beyond identity politics*. Cambridge/New York: Cambridge, 1995. p. 315-331.
- OLIVEN, R. G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PATTON, C. Refiguring social space. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven (Eds.). *Social postmodernism: beyond identity politics*. Cambridge/New York: Cambridge, 1995. p. 216-249.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica*. São Paulo: Parábola, 2003.
- RICOEUR, P. *Teoria da interpretação*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.
- TONI C. O fim do MST. *Revista Sem Terra*, São Paulo, n. 36, p. 36, nov.-dez. 2006.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

FONTES ELETRÔNICAS:

- A reforma agrária e o povo brasileiro*. 28 mai. 2005. (In <http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2005/05/317658.shtml>.) Acesso em 10 de agosto de 2007
- Campanha pela demarcação das terras indígenas. 9 fev. 2007 Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2775>. Acesso em 10 de agosto de 2007
- Communications Sector. Disponível em: <http://www.mstbrazil.org/?q=book/print/16>. Acesso em 23 de dezembro de 2006.
- Encontro de Violeiros, Tribunal dos Transgênicos e Campanha Nacional pelo Trabalho*. 19 mar. 2004. Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1811>. Acesso em 29 de janeiro de 2007
- Entrevista: Marina dos Santos*. Entrevistador: Marcelo Salles. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista081206.htm>. Acesso em 27 de dezembro de 2006.
- History of MST slogans. Disponível em: <http://www.mstbrazil.org/?q=book/print/16>. Acesso em 23 de dezembro de 2006.
- Mulher sem terra na luta pela reforma agrária. 25 ago. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1875>. Acesso em 29 de maio de 2007.

The right to narrate: interview with Homi Bhabha. (Entrevistador: Kerry Chance. 19 mar. 2001. Disponível em http://hrp.bard.edu/resource_pdfs/chance.hbhabha.pdf. Acesso em 8 de agosto de 2007

Who are the landless or sem-terra? Disponível em <http://www.mstbrazil.org/?q=book/print/16>. Acesso em 23 de dezembro de 2006.

ABSTRACT: This paper seeks to examine the role of narrative in the identity construction of the landless worker. The narrating process implies the possibility of constructing an identity for oneself. As for the landless movement, narrative is useful as a tool for portraying – for the landless themselves and society as a whole – an image other than that presented by dominant groups, usually conceived of as their opponents. Such a counter-narrative is constitutive of both the landless’s self-representation and their actions. As a result, the identity which the movement seeks to construct for itself can be based both on attributes taken from tradition – thus reinforcing purist notions – as well as on difference. The movement’s attitudes towards linguistic and cultural expressions are an important part of this analysis. The data are based on printed and electronic texts produced by the MST.

Keywords: narrative; identity; loanwords; culture

SALGADO, O INESPERADO: O BRASIL NOS QUATRO ROMANCES DE PLÍNIO SALGADO

Flávio Aguiar¹

fwaguiar@usp.br

RESUMO: Este artigo situa, em primeiro lugar, a trajetória biográfica e política de Plínio Salgado, o líder do Integralismo brasileiro. A seguir, descreve e analisa seus quatro romances, caracterizando-os dentro do panorama da década de 30 no Brasil e seu papel no projeto político do autor. A análise também aborda a crítica social que o autor faz à sociedade brasileira do tempo.

Palavras-chave: Plínio Salgado; romance; Integralismo

Nihil humani a me alienum puto.

Máxima preferida de Karl Marx, citando,
no álbum de poesia de sua filha Jenny,
uma frase de Terêncio.

Plínio Salgado foi o principal líder da Ação Integralista Brasileira, movimento de extrema direita, inspirado, em parte, no fascismo italiano, que empolgou parte da juventude e da intelectualidade brasileira durante a década de 1930. Foi jornalista. Era considerado um orador brilhante e, além de publicar dezenas de livros políticos e religiosos, foi também escritor literário de sucesso. Publicou quatro romances e alguns livros de poemas, contos e crônicas. A fama do político,

¹ Professor aposentado da FFLCH da Universidade de São Paulo

no entanto, sufocou, ao longo do tempo, o renome do escritor. Estigmatizado o autor como de “extrema direita” e como “fascista” a obra literária mergulhou num injustificado ostracismo de público e crítica (com raras exceções). Entretanto, deve-se assinalar que seu livro *Vida de Jesus*, publicado em 1942, alcançou até hoje mais de vinte reedições ou reimpressões e, se não é um *best-seller*, tem lugar de destaque nas seções de Religião em algumas das maiores livrarias do país.

Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895, na cidade de São Bento do Sapucaí, estado de São Paulo, na região brasileira hoje conhecida como “Sudeste” então simplesmente “Sul” Morreu na cidade de São Paulo, em 8 de dezembro de 1975, depois de ter sido deputado federal de 1963 a 1974, primeiro pelo estado do Paraná e depois, a partir de 1963, por seu estado natal, São Paulo.

Quando nasceu, o Brasil abolira a escravidão havia menos de sete anos e era uma República havia menos de seis. Era um país predominantemente agro-exportador, sobretudo de café; mais de 70% da população habitava regiões rurais. A integração do território nacional, sob a hegemonia do governo central, no Rio de Janeiro, era ainda débil. No extremo sul do Brasil, rebeldes federalistas contestavam o governo central, numa sangrenta revolta que, em três anos (1893-1895), provocou mais de dez mil mortes, mil pela degola de prisioneiros, de parte a parte. Os rebeldes chegaram a constituir um governo provisório na cidade de Nossa Senhora do Desterro, capital do Estado de Santa Catarina. Reconquistada pelas tropas legalistas em meio a uma sangrenta repressão, com execuções por fuzilamento ou na forca, na fortaleza de Anhatomirim, ela foi rebatizada em seguida como cidade de *Florianópolis*, em homenagem a Floriano Peixoto, o *Marechal de Ferro*. Nos sertões do Norte, massas de camponeses empobrecidos, de ex-escravos expulsos das terras dos senhores, de bandoleiros em busca de refúgio, reuniam-se sob a liderança religiosa do beato Antonio Conselheiro no arraial de Canudos, rebatizado como *Belo Monte*, em terras do estado

da Bahia. Revoltados, esses camponeses, depois de uma tenaz resistência, foram praticamente exterminados por forças do Exército Nacional e de milícias estaduais, em 1897

Em 1975, quando Plínio Salgado morreu, a maioria da população brasileira (cerca de 70%) vivia em regiões urbanas. Embora extensas regiões fossem ainda relativamente pouco habitadas, o Brasil era um país industrializado, sobretudo no Sudeste e no Sul. Seus mais distantes rincões já eram atingidos por redes nacionais de televisão e de rádio. Um governo autoritário – como o do *Marechal de Ferro* – de forte base nos quartéis, mas também com apoio expressivo dos civis de direita, entre os quais Plínio Salgado – dominava o país desde o golpe militar de 1964, que derrubara o presidente eleito João Goulart e promovera violentas perseguições contra militantes de esquerda, opositores liberais, estudantes, operários, camponeses, intelectuais, artistas e jornais dissidentes. Deve-se dizer que, no ano de 1975, o cerne do regime militar – o “sistema” como então se dizia – já dava os primeiros sinais de isolamento e de dificuldades para conter as oposições. O alcance político destas cresceria até a queda, ou melhor, o esfacelamento da “ditadura”, dez anos mais tarde, em 1985, com sua substituição por um governo civil, ainda que eleito indiretamente.

Nas décadas de 20 e 30, ao mesmo tempo em que se firmava o direito da arte à experimentação, todo o campo da cultura passou por um grande processo de politização. O Brasil, antes frequentemente definido como um país pitoresco, pobre, porém afortunado, passou muitas vezes a ser apresentado como um país atrasado e subdesenvolvido. E os romances de Plínio Salgado também participaram dessa redefinição do perfil nacional.

Pelo lado materno, Plínio Salgado descendia de Pero Dias, um dos fundadores da cidade de São Paulo, no século XVI. O ambiente familiar era católico, nacionalista, letrado e conservador. Seu pai era farmacêutico mas, na verdade, o chefe político da cidade; admirava o *Marechal de Ferro*. A mãe era

professora e dava aulas na Escola Normal da cidade, o que, na época, era uma distinção.

A morte prematura do pai forçou-o a trabalhar a partir dos 18 anos. Foi professor, agrimensor, jornalista e desenvolveu atividades de liderança nas iniciativas culturais em sua cidade natal. Em 1918 casou-se com Dona Maria Amália Pereira. Pouco depois nasceu uma filha do casal mas, em seguida, Dona Maria Amália morreu, quando a menina ainda não completara um mês. Plínio Salgado mergulhou numa profunda crise existencial. Melhorou através do mergulho na religião católica – fato que seria marcante tanto em sua vida política como na de escritor.

Na década de 20, Salgado mudou-se para a capital do estado, onde desenvolveu principalmente atividades literárias. A cidade era o palco privilegiado das atividades dos grupos de vanguarda no Brasil, ao mesmo tempo em que cresciam nela as atividades industriais e os bairros operários, com a imigração européia, sobretudo a de italianos, que trouxeram os movimentos anarquistas.

Plínio Salgado via as propostas da vanguarda artística com alguma desconfiança, assinalando que, em países cujos povos eram frágeis do ponto de vista cultural – e este seria o caso do Brasil, país ainda em formação – os princípios da arte moderna poderiam ser mais danosos do que benéficos. Entretanto, isto não impediu que em seu primeiro romance – *O Estrangeiro* – publicado em 1926, adotasse um estilo marcado por “vanguardismos”: uma prosa fragmentária, organizada em instantâneos descontínuos, com variações dramáticas de pontos de vista. O romance foi um sucesso: em menos de um mês a primeira edição se esgotou.

Ao mesmo tempo, Plínio desenvolvia intensa atividade como jornalista, o que o levou ao terreno da política. Desenvolveu aí também reflexões sobre o sentido da arte e da literatura, vendo-as como vetores da construção da sociedade nacional e de valores nacionalistas. Junto com Menotti del

Picchia, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho e outros, organizou e liderou uma das correntes literárias da época, propondo a “Revolução da Anta” que deveria revalorizar a cultura indígena no panorama brasileiro. Sua dedicação foi tal que se pôs a estudar a língua tupi.

Quando, em 1930, Vargas chegou ao poder, à testa do movimento armado que, diz-se até hoje, inaugurou o “Brasil moderno”, Plínio Salgado era escritor de renome, jornalista reconhecido e deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista. Nesta condição, apoiou a candidatura de Júlio Prestes, político paulista e presidente da província, à presidência da República, contra a de Vargas. Prestes venceu as eleições no corrupto sistema eleitoral da República Velha, onde as denúncias de fraude na contagem de votos eram constantes. Desta vez, no entanto, as denúncias catalisaram o descontentamento popular, as inquietações entre muitos militares e as divisões no seio das próprias elites dirigentes. A 3 de outubro, rebeldes sob o comando de Vargas atacavam, às cinco da tarde, o Quartel General do Exército em Porto Alegre. Começava a derrubada do governo do Presidente Washington Luís e o fim da República Velha.

Enquanto os rebeldes conspiravam, Plínio Salgado estava no exterior, numa viagem que, em parte, decidiria o seu destino. Em abril de 1930, seu amigo e correligionário Sousa Aranha convidou-o a ser o preceptor de seu filho – coisa comum na época, em que a formação escolar costumava ser frágil – e para acompanhar a ambos numa viagem ao exterior. Plínio aceitou a oportunidade valiosa, e assim conheceu parte do Oriente Médio e da Europa. O fato mais importante da viagem, segundo ele próprio, foi o mês que passou na Itália, vendo de perto a consolidação do regime fascista, e onde teve um encontro pessoal com Benito Mussolini. Quando chegou no Brasil, em 4 de outubro, um dia, portanto, depois da eclosão do movimento armado liderado por Vargas, estava convencido de que, se o fascismo não era para ser copiado ao pé da letra no Brasil, nosso país precisava de algo muito parecido.

Desde o começo de sua carreira política, Plínio Salgado fora crítico em relação aos postulados comunistas, mas também em relação aos princípios liberais. Via no liberalismo uma das fontes da corrupção e da inércia das elites brasileiras, que abandonavam os mais pobres ao *laissez-faire*, à sua própria sorte. Ao mesmo tempo, esse paradoxal liberalismo oligárquico das elites favorecia a divisão nacional através dos acordos entre os dirigentes regionais, impedindo, na visão dele, a verdadeira integração do país. Veio daí, de reflexões desse tipo, e também do pensamento que contra a fragmentação da pessoa humana – promovida tanto pelo liberalismo como pelo comunismo – se deveria promover a visão do “homem integral”, a adoção do nome “Ação Integralista Brasileira” para o movimento que fundaria pouco tempo depois, em 1932, e que o levaria ao ponto culminante de sua carreira política – e também à sua queda logo em seguida. O objetivo do movimento seria promover a redenção da pátria, através da construção de um “Estado Integral”, que catalisasse o espírito da nação e organizasse a representação das classes.

O movimento integralista cresceu rapidamente no Brasil, em parte devido a sua aliança com movimentos católicos conservadores e com movimentos monarquistas. A ascensão de Hitler na Alemanha deu novo impulso ao movimento. Mas, assinalam historiadores, o Integralismo brasileiro tinha, na prática, mais afinidade com o salazarismo em Portugal, e com o franquismo na Espanha, graças ao seu forte traço católico, do que com os regimes liderados por Hitler e Mussolini. Setores do regime varguista aproximavam-se claramente destes regimes de direita. Em nome do combate ao comunismo, Salgado aproximou-se mais e mais de Vargas. Não poucas vezes, militantes integralistas e comunistas trocaram tiros, ou se envolveram em pancadarias nas ruas, com mortos e feridos. Em 1935, o levante armado organizado pelos comunistas a partir de Natal, no Rio Grande do Norte, e no Rio de Janeiro, aproximou de vez Salgado de Vargas: ele atingiu, assim, o ápice de sua influência.

Plínio constituiu o movimento, misturando nele aspectos de milícias paramilitares com aspectos de ordem religiosa. Os adeptos usavam camisas verdes, tinham a letra grega sigma por símbolo, faziam saudações com a mão direita erguida e espalmada, como no Fascismo. Sua saudação era um grito em língua tupi moderna: *Anauê*, um grito de cumprimento e de guerra. Dois integralistas comuns deviam erguer os braços e gritar *Anauê* uma vez. Os dirigentes, divididos em *provinciais* e *arquiprovinciais*, num arremedo de ordem jesuítica, tinham direito a dois *Anauês*. O dirigente supremo, isto é, o próprio Plínio Salgado, tinha direito a três, e Deus, a quatro, mas só o dirigente supremo podia saudar a divindade em público.

Havia algo de sinistro em tudo isso, mas também, por vezes, de cômico e patético. Um dos jovens adeptos do Integralismo contou, certa vez, ao professor Antonio Candido (que por sua vez repassou-me a história algo anedótica) como resolveu, pelo senso do ridículo, abandonar o movimento. Estava viajando de automóvel pelo interior brasileiro, no caminho da província de Goiás, com mais dois militantes, um deles um arquidiretor, e o motorista. Ao passarem por um ribeirão, o líder perguntou ao motorista qual era o nome da corrente. Ele declarou o nome (que Candido não lembrava mais) e acrescentou que aquele pequeno ribeirão era um dos formadores do grande rio Araguaia que, com o Tocantins, vai desaguar praticamente na foz do Amazonas. O arquilíder fez parar o carro, fez os mais jovens formarem em linha junto à margem – “num calor de rachar” disse o depoente – e gritarem o *Anauê*, de mão erguida, declarando: “Integralistas, saudemos este pequeno ribeirão que vai formar o grande Araguaia, que é um dos rios da unidade nacional!” Segundo o depoente, para ele aquilo foi demais. Na volta, ele deixou o movimento. Entretanto, os outros integralistas passaram a persegui-lo como traidor. Numa ocasião, chegaram a trocar tiros com ele. Em outra, conseguiram sequestrá-lo e o espancaram brutalmente por “traição” fato que alcançou grande repercussão política em São Paulo.

Com esses métodos, Plínio Salgado organizou um verdadeiro Estado paralelo, pronto a tomar o Estado brasileiro. Com efeito, depois da aproximação, o choque com Vargas seria inevitável. Este veio em 1938, no ano seguinte àquele em que Vargas deu o golpe de Estado fundador do Estado Novo, que Plínio, em princípio, apoiou, extinguindo formalmente a AIB como movimento político, em fins de 1937. Em 1938, Vargas deu sinal verde para que os integralistas começassem a ser perseguidos e neutralizados em diversos pontos do país. Em maio daquele ano, um grupo de integralistas atacou estações de rádio e o próprio palácio presidencial no Rio de Janeiro. Mas estavam tão desorganizados que Vargas, sua família e mais um pequeno grupo de defensores conseguiram resistir até que o Exército chegasse com reforços. Embora não fosse acusado de participação nesta tentativa fracassada de golpe, Plínio Salgado foi preso em 1939 e deportado para Portugal, onde permaneceu até a queda de Vargas, em 1945. Embora voltasse a ter influência posteriormente, chegando a ser candidato à Presidência da República em 1955, a sua *golden age* terminara. Depois da volta do exílio, sua atividade política revestiu-se mais e mais de um catolicismo conservador. Algo de seus princípios integralistas sobreviveu no regime imposto pelos militares a partir de 1964, que ele, como já disse, apoiou, tornando-se um dos grandes defensores da censura à imprensa e aos meios intelectuais, para “disciplinar” a nação.

Foi no período de sua ascensão política, e como parte dela, que Plínio Salgado escreveu e publicou seus quatro romances: *O Estrangeiro* (1926); *O Esperado* (escrito em 1930, em Paris, e publicado em 1931); *O Cavaleiro de Itararé* (1933); e *A Voz do Oeste* (1934), romance histórico e, de longe, o pior de todos. Os outros três alternam momentos de fragilidade na construção com momentos de excelente prosa – alguns brilhantes – sobretudo se os vemos como uma composição da mistura fragmentária de pontos de vista, característica dos estilos modernistas, com uma crônica da vida paulista, paulistana e brasileira, num estilo bem tradicional cuja ori-

gem remonta às velhas crônicas medievais portuguesas. O estilo de Plínio apresenta também sinais de leituras naturalistas, como a de Eça de Queirós, e de um certo gosto por atmosferas melodramáticas e românticas.

Com estes ingredientes Plínio Salgado conseguiu traçar retratos muito vívidos e críticos da sociedade brasileira, sobretudo a de São Paulo, e dos processos de transformação por que o país, o estado e a cidade passavam: as levas recentes de imigrantes davam novos perfis ao velho Brasil de raiz lusitana e ao mundo rural caipira, e nas cidades a industrialização mudava a paisagem física e humana. A busca febril de novidades cosmopolitas e de um estilo de vida sofisticado pelas classes ricas e emergentes se contrapunha à crescente pauperização dos bairros periféricos. Tudo isso Plínio Salgado pintou com cores muito expressivas.

Se teve seu forte na pintura dos quadros sociais e na psicologia das relações humanas neste quadro de transformações, Plínio Salgado encontrou seu *Waterloo* literário no desenho de protagonistas consistentes e, sobretudo, no desfecho de seus enredos. Tinha ele um afã político de desenhar quadros não apenas expressivos, mas modelares para a sociedade nacional em transformação. Seus personagens, enquanto se mantinham numa visão exterior de seus movimentos, num mundo social conturbado, exprimiam de modo convincente as alterações em processo na paisagem social. Mas, quando vistos de modo isolado, nas profundezas de suas almas, começavam a resvalar para estereótipos que deveriam encarnar idéias abstratas sobre o ser humano. Como resultado, à medida que os enredos avançavam, as opções, as escolhas, os atos dos personagens começavam a assumir um certo tom artificial. Plínio Salgado jamais conseguiu dar, por exemplo, um desenlace convincente para os enredos amorosos em que seus personagens se envolviam; um certo tom moralista de melodrama ou folhetim antigos terminava por recobrir as situações a que chegavam. Somava-se a isto o desejo evidente por traçar pai-

néis completos da sociedade nacional. Há uma abundância de personagens nos romances de Plínio Salgado: neles há pelo menos uma vintena de protagonistas, dezenas de coadjuvantes e centenas, senão milhares de figurantes. O que poderia ser um impulso para a análise social segundo o modelo de Balzac, transformava-se numa espécie de ópera grandiloquente que tendia ao exagero e à demasia.

Algo destas tendências se espelhava nos prefácios que sempre acompanhavam os romances, e nas classificações com que o autor procurava enquadrá-los. *O Estrangeiro*, por exemplo, era apresentado como uma “crônica da vida paulista” e o prefácio dizia:

“Este livro procura fixar aspectos da vida paulista nos últimos dez anos. Vida rural, vida provinciana e vida na grande urbs. Ciclo ascendente dos colonos (os Mondolfis); ciclo descendente das raças antigas (os Pantojos). Marcha do caboclo para o sertão e novo bandeirismo (Zé Candinho); deslocamento do imigrante nas suas pegadas e novo período agrícola (Humberto) (...)” etc.

Deste modo, o autor vai esboçando cada um de seus personagens ou grupos de personagens como tipos vetoriais da nova paisagem nacional em debuxo.

O segundo romance, *O Esperado*, é o de subtítulo mais lacônico: apresenta-se como um “romance”, simplesmente. Mas, na abertura, diz o autor:

Passam, através deste livro, os Inquietos, os Inadaptados. Passam vítimas e opressores. Chocam-se direções contrárias do Pensamento. É o drama do nosso Espírito. Onde não há culpados. Onde tudo é incompreensão.

Depois ele diz:

“Este romance não defende nenhuma tese”

Respeitando-se o autor quanto à sinceridade de seus propósitos, pode-se dizer que essa afirmação não é verdadeira. O romance defende não uma, mas várias teses: a de que os homens têm um destino pré-traçado em seus caracteres; a de que estes são o resultado do meio em que vivem e da cultura que trazem do berço. Estas duas teses dão ao pensamento de Plínio um ressaibo positivista, comum no naturalismo brasileiro e português. Além destas duas, o romance, pelo título, deixa antever a tese de que somente o advento de um líder providencial pode tirar a nação de seus impasses, espelhados nas páginas finais da narrativa, num grande confronto entre forças políticas antagônicas, mais a polícia, no centro de São Paulo, em meio a uma tempestade.

Este “Esperado” era um tema presente na sociedade brasileira de então. Paulo Prado, um dos intelectuais mais expressivos daquele momento, termina seu *Retrato do Brasil*, de 1928, falando neste líder que fazia falta para libertar o país do marasmo melancólico a que o condenaram as “três raças tristes” que o formaram: os portugueses expatriados, os negros escravizados e os índios exilados em sua própria terra, depois da colonização. O *topos* do “Salvador da Pátria” foi e é recorrente na política brasileira. Suas origens remontam ao velho sebastianismo luso.

Quem seria este “Esperado”? A visão do romance em seu contexto imediato, escrito em 1930 e publicado em 1931, permite supor que, para Plínio, a chegada de Vargas ao proscênio da política brasileira apontava o advento do líder providencial. Mas o tipo de liderança que ele desenvolveu depois, na Ação Integralista Brasileira, permite supor que ele se convenceu de que o “Esperado” seria ele mesmo, Plínio Salgado.

No prefácio deste romance, Plínio já anunciava o próximo, *O Cavaleiro de Itararé*:

Pertence [este romance] à série de crônicas da vida brasileira contemporânea, que começaram com *O Estrangeiro*, que se desdobraram diante do panorama mais complexo

de O Esperado, e que continuarão, possivelmente no terceiro marco de nossa marcha, que será O Cavaleiro de Itararé.

Publicado em 1933, este terceiro romance tinha por motivo de seu título uma lenda do sul do estado de São Paulo, da região montanhosa de Itararé, segundo a qual, em certas noites, a morte passa a cavalo pelos campos, semeando destruição. Embora planejado antes, não se pode deixar de associar o romance e seu título à decepção de Plínio com Vargas. No prefácio, diz ele que o romance foi escrito “em horas amargas de desilusão” Em 1932 houvera um levante militar em São Paulo, contra o governo de Vargas. O levante fora provocado por uma mistura da decepção com o novo regime, que não implementava rapidamente as reformas que anunciara, com um esforço restaurador das velhas oligarquias agrárias de São Paulo, que viam seu poder esvaziado e a quem desagradava a nova política trabalhista, esboçada por Lindolfo Collor. O levante foi sufocado em poucos meses de luta. Plínio Salgado manteve-se distante dos rebeldes de 32, mas não escondia sua insatisfação com o regime de Vargas por sua demora em promover as esperadas reformas que, para ele, deveriam ter um caráter doutrinário exemplar no sentido da salvação e do reerguimento nacionais.

“Itararé” tornou-se um signo de identificação do novo regime e de sua política de compromissos com a velha ordem. Quando as tropas comandadas por Vargas tomaram o rumo do norte, para ocupar o Rio de Janeiro, que então era a capital da república, esperava-se que a grande batalha entre os rebeldes e os legalistas se daria no Passo de Itararé, na divisa entre os estados do Paraná e de São Paulo, uma região pobre e abandonada. Entretanto, cientes de sua posição fragilizada, o Comando das Forças Armadas depôs o presidente Washington Luís e entregou o poder a Vargas. “Itararé” ficou na história brasileira como “a batalha que não houve” Houve até um célebre escritor cômico brasileiro, de grande sucesso na época

ca, Aparício Torelly, que se aut nomeou o “Barão de Itararé” passando a assinar suas obras sempre irônicas e satíricas com este pseudônimo. Hoje ele é mais conhecido por seu apelido do que por seu nome de batismo.

É inevitável, portanto, que se pense em Vargas como o malfadado cavaleiro a que o terceiro romance se referia. Acresce, ainda, que Plínio, no prefácio, dizia que o romance era um chamado aos jovens e aos militares do país para que cumprissem o dever de salvar a pátria. E ele terminava com dizeres mais de orador que de escritor:

Porque, se a juventude, civil e militar, não assume um papel decisivo; se continuarmos a assistir, de braços cruzados, à confusão dos espíritos, ao jogo das intrigas, ao desencadear das ambições dos mil grupos que desarticulam a opinião nacional, então nada mais resta a tentar pela salvação do Brasil.

O quarto e último romance, *A Voz do Oeste*, publicado em 1934, é apresentado como um “romance-poema da época das Bandeiras” E, no prefácio, diz o autor: “A história que vai ser narrada, nos sucessivos capítulos deste livro, é a história da alma brasileira, no alvorecer dos primeiros impulsos da Nação”

O romance enaltece “a mitologia do selvagem americano” porque ela explica “a colaboração misteriosa da Terra nos grandes dramas brasileiros que os séculos sepultaram” o que mistura retórica romântica com determinismo de raiz positivista. O romance narra as aventuras de uma bandeira que, a partir de São Paulo, mergulha no sertão americano até o sopé dos Andes, animada pelo propósito secreto de encontrar El-Rei D. Sebastião, o monarca português desaparecido na Batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África, em 1578. O rei, por misteriosos caminhos e razões, estaria prisioneiro em algum lugar da Cordilheira dos Andes, próximo às minas de Potosí, na atual Bolívia.

A idéia geral é a de expor que, desde o tempo das antigas raças que habitavam o Brasil, este já estava predestinado a ser uma grande nação. Como se vê, o romance se afasta da visão regular do nazismo, da determinação do destino dos povos pela superioridade ou inferioridade racial, fazendo o elogio de uma raça e de uma cultura que, na escala nazista, não seria valorizada. Do fascismo retém a componente grandiosa, o tom grandiloquente que, aliás, torna desagradável a sua leitura, e o sentido de determinação histórica, de grandeza da pátria. Mas chama em sua defesa o velho misticismo sebastianista nascido da crise portuguesa dos fins do século XVI.

Este misticismo fora lembrado por vários intelectuais, entre os quais Euclides da Cunha, em *Os sertões*, de 1902, para explicar as revoltas camponesas brasileiras, entre elas a de Canudos. *A Voz do Oeste* reúne este misticismo de raiz lusa com uma visão das raças indígenas como motivadas por um sentido místico de integração numa civilização maior e superior: a brasileira, que Plínio identificava como matriz da “quarta humanidade” Mas o todo não convence: Plínio não consegue criar personagens históricos convincentes, seus índios parecem mais figurantes de alguma ópera burlesca, e o romance termina literalmente abandonando seus personagens à própria sorte, em troca da visão grandiosa de uma miragem: nas encostas das montanhas alcantiladas resplandece uma cidade descrita como “colossal e imponente” Esta cidade é, ao mesmo tempo, do passado e do futuro, pois, diz o narrador, “para o espírito não existe o tempo” E o autor aproveita a oportunidade para se despedir de seus personagens: “Que importa, de agora em diante, o destino de Martinho e de D. Gonçalo? Que mais interessa El-Rey, o Encoberto? Ou o descobrimento de Violante? Ou o encontro da virgem tupi e das cavernas de ouro?”

A Voz do Oeste dá a impressão de ter sido um romance que, depois de começado, tornou-se um problema para o autor, premido cada vez mais pela cena política complexa em

que ele e o Brasil mergulhavam. E ele, então, terminou-o às pressas, podando a vida dos personagens.

Os romances anteriores reservam melhores páginas ao leitor.

De todos o mais inovador do ponto de vista do estilo é *O Estrangeiro*. É escrito numa sucessão de fragmentos, que apreendem momentos, situações, estados de espírito. Vez por outra escorrega para o aforismo ou para a reflexão abstrata. Entretanto, essa inovação não esconde a concepção melodramática do enredo. O *estrangeiro* do título é um imigrante russo, Ivan. É um refugiado político, que teve seu grande amor negado na terra pátria. Consegue entrar no Brasil, cujo governo fazia uma cuidadosa triagem ideológica entre os imigrantes, em meio a um grupo de imigrantes italianos.

O romance se divide em duas partes bem caracterizadas. Na primeira, Ivan vai para o interior, para as fazendas de café, onde assiste à decadência das famílias tradicionais, constata a miséria dos camponeses (caipiras) brasileiros, abandonados pelos governos, e a prosperidade dos recém-chegados. Na segunda, ele vem para a cidade grande, a metrópole São Paulo, onde abre uma fábrica e enriquece. Vive, então, como industrial próspero numa cidade cosmopolita, que perdeu o contato com as antigas raízes culturais do país e da região. Reconhece, apesar de ser bem aceito na sociedade, que, distante do seu país de origem, levando o peso daquele amor insatisfeito, incapaz de desenvolver novas raízes, será sempre um *estrangeiro*, um apátrida. Para complicar sua situação psicológica, a consolidação dos soviets em sua pátria, depois da Revolução de 1917 traz para o Brasil levas de imigrantes que rejeitam o comunismo. Ivan sonha com a possibilidade de encontrar, entre estes imigrantes, sua amada Ana, descendente de uma família aristocrática.

O final é patético. Ivan pensa reconhecer entre alguns refugiados que vêm pedir emprego em sua fábrica a sua adorada Ana. É noite de Ano Bom, e haverá uma grande festa na

fábrica. Planeja, então, envenenar todos, colocando uma droga poderosa na cerveja que é servida. Fecha-se com a jovem – que, na verdade, não é Ana – no terraço, onde ambos morrem. A conclusão que se tira é que a falta de uma pátria enlouquece o homem, e que esta condição ameaça a sociedade brasileira, arriscada de se distanciar de suas raízes tradicionais sem se consolidar com um espírito de “união nacional”. O romance reserva ainda uma surpresa: os capítulos finais revelam que é um dos personagens, Juvêncio, um mestre-escola nacionalista, que está escrevendo a narrativa, enquanto marcha para o sertão em busca das raízes da pátria.

O Esperado contém algumas das melhores páginas de Plínio Salgado no sentido social. O protagonista é o personagem Edmundo Milhomens que, tentando sobreviver entre a metrópole inovadora e o sertão tradicional, testemunha os novos processos sociais e políticos que, ao mesmo tempo, arrastam e dividem a nação. Merecem atenção especial, por exemplo, os capítulos XXV (“O Êxodo”) e XXIX (“Péo! Péo!"). No primeiro, Plínio relata a situação premente dos caipiras desalojados impiedosamente de suas terras pelas disputas políticas entre líderes de partidos opostos, e forçados a marchar para o oeste. Neste processo, desbravam novas terras, que depois serão novamente ocupadas por políticos e proprietários das cidades, num processo doloroso e sem fim e que foi o processo de ocupação das terras de São Paulo. No segundo, através do jogo entre os personagens, Plínio expõe duas teorias sobre o trato policial dos prisioneiros políticos. Um dos policiais acha melhor convencer os jovens revolucionários da inutilidade de suas idéias através da persuasão, enquanto o outro entende que o melhor é mesmo abalar-lhes o moral pela pancadaria.

Este romance revela a tendência do autor para complicar seus enredos pela multiplicação dos personagens. E termina com uma visão fantástica, de uma batalha no escuro entre forças políticas antagônicas, no centro de São Paulo. Só

a chegada do Grande Líder, o Esperado, poderá salvar esta sociedade ameaçada de desagregação.

Finalmente, *O Cavaleiro de Itararé* faz uma crônica muito interessante do mundo das classes dirigentes de São Paulo, do começo do século XX até o começo da década de 30. Tem de tudo: troca de bebês, revelações de identidade, conspirações, comédia e tragédia social, melodrama e drama amoroso. Dois dos protagonistas (pois são vários) são Urbano e Teodorico, as crianças trocadas. O primeiro, filho de uma família rica, cresce entre pobres – e torna-se dono de um caráter exemplar. O segundo, filho da família pobre, cresce entre os ricos, e carece de melhores qualidades morais. No final, depois de voltas e reviravoltas, Urbano impede que Teodorico e seu irmão Pedrinho (que era filho da família que criara Urbano, sendo, na verdade, irmão de Teodorico) se matem a tiros por causa da jovem Elisa, que ambos desejam. Mas Urbano, ferido, morre. O resultado é previsível: a jovem se deixa conquistar pela memória do herói morto, não casando com nenhum dos pretendentes, o que, na verdade, apenas ratifica o moralismo do autor.

Esses enredos melodramáticos não impedem a percepção de que Plínio traçou painéis muito interessantes das transformações por que passava a sociedade brasileira. Dois aspectos ainda merecem comentários. Em *O Cavaleiro de Itararé* há um personagem judeu – Gruber – no primeiro plano. É um revolucionário e anarquista, mas sem caráter. Age dessa forma menos por convicção do que por compulsão. Plínio esboça a tese de que os judeus, privados de uma pátria e destituídos de uma nação, não podem ter caráter coletivo que dê consistência ao caráter individual. Pesa, portanto, em seu julgamento negativo sobre este personagem, menos a questão racial e mais a cultural, embora também carregada de preconceito inaceitável.

CONCLUSÃO

Fiz uma experiência, apresentando páginas de Plínio Salgado - sobretudo aqueles capítulos de *O Esperado*, em que a questão social avulta, a colegas meus, professores de Letras, pedindo-lhes que identificassem o autor. Responderam-me todos os consultados que deveria ser um autor dos anos 20 ou 30, de esquerda. A surpresa, ao tomarem conhecimento de quem se tratava, confirma o fato de que, se Plínio não conseguiu ser *O Esperado* na política brasileira, ele é ainda hoje um escritor surpreendente, inesperado. Não precisamos - não devemos - concordar com seus preconceitos e com seu conservadorismo reacionário. Mas, na esteira da citação de Marx/Terêncio que nos serviu de epígrafe, não podemos - não devemos - ignorá-lo.

BIBLIOGRAFIA:

- Brandi, Paulo/Soares, Leda - "Plínio Salgado" In *Enciclopédia Brasileira*. 1930 - 1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas s/d. 4º. volume. Págs. 3051 - 3061.
- Salgado, Plínio, *O estrangeiro*. São Paulo: Helios, 1926. 2ª. ed.
- _____. *O esperado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931. 1ª. ed.
- _____. *O cavaleiro de Itararé*. São Paulo: Unitas, 1933. 1ª. ed.
- _____. *A Voz do Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. 1ª. ed.
- Trindade, Hêlgio - *Integralismo. O Fascismo brasileiro na década de 30*. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.
- Vasconcellos, Gilberto - *Ideologia curupira. Análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ABSTRACT: This article describes, in the first place, the biography and the political activities of Plínio Salgado, the leader of Brazilian fascist inclined movement called *Integralismo*. Later, it describes and analyses his four novels, within the frame of the Brazilian Literature in the 30's, and what role they had played within the author's political

project. It also analyses the author's social criticism of the Brazilian society at that time.

Keywords: Plínio Salgado; novel; Integralism

UMA RELAÇÃO CONTURBADA: INTERPRETAÇÕES DA NATUREZA AMERICANA

Alfredo Cordiviola¹

a_cordiviola@yahoo.com.br

RESUMO: Há determinadas palavras que modulam as relações entre o homem e o mundo natural; palavras, conceitos, sentidos que surgem como consequência de determinados modos históricos e sucessivos de interpretar a natureza, mas que também fornecem as ferramentas simbólicas para entender, imaginar e transformar aquilo que compreendemos como “natureza” verbos como *preservar*, *explorar*, *classificar*, categorias estéticas como *o sublime* ou *o pitoresco*, conceitos como *biopolítica* ou *biodiversidade*, entre muitos outros. Neste ensaio, tentaremos analisar as percepções da natureza latino-americana, desde a chegada dos primeiros europeus até o momento atual, procurando mapear a conturbada relação entre os elementos que conformam o mundo natural e as palavras, que inventam, definem e hierarquizam o reino do visível.

Palavras-chave: natureza americana; Ecologia; História

Estamos acostumados a perceber a natureza, esse conjunto de seres, de composições e de fenômenos que conformam o mundo em que vivemos, como uma espécie de santuário. Um santuário que deve ser preservado, pois está sujeito ao império constante das ameaças que a cada dia diminuem seu domínio e instalam riscos concretos e potenciais que excedem os âmbitos locais e adquirem dimensões planetárias.

¹ Professor da Universidade Federal de Pernambuco

Vemos a natureza como uma zona de risco, acossada por um vocabulário composto pelos matizes léxicos da extinção, do desequilíbrio e do esgotamento. Influenciados pelos mitos da abundância e da harmonia, que na tradição ocidental se exprimem através das diversas representações do paraíso e das convenções do *locus amoenus*, e modelados pelos paradigmas do pitoresco que as narrativas de viagem a terras distantes e a indústria do turismo instilaram no nosso imaginário, vemos a natureza como uma região idílica. A natureza é o contrário da cidade, da aglomeração, do caos, é aquilo que está e deve estar afastado para se constituir como tal.

A natureza, por mais vastos que possam parecer os mares, as florestas e as montanhas, é, nestes albores do século XXI, sempre uma ilha, um espaço delimitado, um espelho invertido capaz de regenerar por si mesma as pobreza cotidianas em que estamos submersos. Não apenas como mero escape transitório, mas como aquilo que possibilita que a vida continue, que a perpetuação da espécie esteja garantida.

É por isso, por esta percepção de uma natureza à beira do apocalipse, que estamos acostumados a pensar em termos de responsabilidade quando nos referimos ao sistema natural. Responsabilidade em não poluir o meio ambiente e não comprometer a subsistência, responsabilidade em lidar com as ameaças da tecnologia, em reciclar os resíduos, em produzir e distribuir melhor os alimentos e criar formas de convivência mais justas. Responsabilidade alude a usos conscientes dos recursos, a uma reflexão prévia e a “estudos de impacto” e “desenvolvimentos sustentáveis” que, tanto nos grandes projetos que alteram a vida de comunidades inteiras quanto na mera conduta individual, supõe-se que a natureza e as nossas atitudes em relação a ela, têm de ser previamente calculadas. Um erro ou omissão não afeta apenas aqueles que habitam a região onde eles aconteceram, e podem ter consequências negativas que se expandem, geográfica e temporalmente, comprometendo a vida dos antípodas e o futuro da espécie. A natureza é, assim, um objeto para o pensamen-

to ético (*Que fazer com ela? Como agir?*) porque é um objeto já representado através do prisma da fragilidade, da catástrofe e da perdição. Nesse imperativo ético e nessa noção de catástrofe está baseado o discurso da proteção ambiental, que é, também, produto das sucessivas globalizações do sistema mundo.

Vista como um sistema integrado, autônomo e autossuficiente, a natureza é percebida como uma entidade desprotegida, sempre à mercê de intervenções humanas potencialmente ruinosas. Ativistas, associações civis, poderes públicos e organismos internacionais estão obrigados a impulsionar leis e condutas para regulamentar as possíveis agressões e evitar que a proliferação dos danos atinja patamares irreversíveis. Porque a ação humana, mobilizada pelos Estados e pelas grandes companhias transnacionais, pode ter efeitos devastadores que comprometam as condições ambientais, o bem-estar e a existência mesma dos seres vivos.

Mas essa visão do homem como algoz do mundo natural, que, guiado por lucros imediatos, desconsidera as consequências nefastas da suas ações, é uma aparição relativamente recente no horizonte do capitalismo. O termo “preservar” seja em relação ao mundo natural ou ao patrimônio histórico e cultural, nunca antes pareceu ter o prestígio que foi adquirindo nestas últimas décadas (pode-se dizer também que nunca antes a eventualidade da catástrofe e a memória de hecatombes passadas estiveram tão presentes entre nós). Muito pelo contrário, pelo menos desde o século XV quando as expansões européias pelo espaço atlântico começam a desenhar um mundo moderno que se estabelece pelo exercício da colonialidade do poder e das respostas geradas a partir da diferença colonial, a natureza surge como reservatório ilimitado que, pela astúcia ou pela força, está disponível para quem puder usufruir de suas benesses. Nesse momento, a natureza adquire outro estatuto, a partir da invenção da América. Não por acaso, nas gravuras alegóricas que representavam os continentes, essa quarta parte do mundo foi recorrente-

mente simbolizada como uma mulher nua rodeada de estranhas criaturas, enquanto que a Europa veste túnicas luxuosas e exibe livros e coroas como atributos consagrados de poder e de saber. Na configuração de um mundo global, desse orbe único, contínuo e, ao mesmo tempo hierarquizado e cindido, estão categorias étnicas, tecnológicas e militares que definem as possibilidades e os destinos do Novo Mundo.

Já nas primeiras cartas que descrevem aquilo que, depois, os cosmógrafos chamariam de “América” o continente aparece como uma cornucópia: as árvores são sempre verdes, as águas são infinitas, o clima é ameno, a possibilidade de achar ouro e espécies é sempre grande, os indígenas nus, saudáveis e carentes de toda religião ou “seita” são mansos e haverão de se converter ao Cristianismo em pouco tempo.

Há aqui uma idéia moral da natureza, na qual estão sempre incluídos os indígenas. Essa é a imagem que se desprende da “Carta a Luis de Santángel” que Colombo escreve quando está retornando da sua primeira viagem. Certamente, há também um matiz sombrio, na menção dos canibais e daqueles habitantes da ilha de Avan, que têm cauda, mas, até então, eram apenas rumores, referências que Colombo registra sem ter visto com seus próprios olhos. Essa visão distópica, do indígena, feroz, indolente e epítome de barbárie, vai-se consagrar nas cartas de Vespúcio, nos relatos de Hans Staden e nas gravuras de Theodor de Bry. para deixar uma marca indelével na imaginação européia. Mas não é suficiente para anular as enormes virtualidades que a natureza americana exibe e reserva para os colonizadores. Virtualidades que as conquistas de Hernán Cortés no México e de Francisco Pizarro no Peru ampliam quase ao infinito, não apenas a partir das grandes reservas de ouro e prata, mas também a partir da revalidação dos mitos clássicos e das conjecturas que (especialmente na América do Sul, mas também na Flórida e no Caribe) aludem a cidades imaginárias, Eldorados e fontes da juventude. Os indígenas podem praticar rituais diabólicos, como os sacrifícios humanos que Cortés testemunha em

Tenochtitlán, a natureza pode ser também caminho de perdição e armadilha, como na desastrosa expedição de Orellana pelo Amazonas, mas isso está longe de impedir que as políticas imperiais ibéricas desenhem no século XVI vastos planos de ocupação e de domínio do mundo natural americano, políticas essas que se evidenciam pela imposição de uma ordem imaginada para redefinir as condições de vida das sociedades nativas e as relações com as riquezas minerais, agrícolas e pecuárias geradas pela natureza.

No âmbito espanhol, essa ordem começa a ser representada pela imposição de nomes próprios para identificar os detalhes das costas do mundo descoberto, tarefa que os primeiros navegantes cumprem com rigor. A primeira coisa que Colombo faz é denominar a terra em que desembarca com um nome cristão, tarefa que continuará cumprindo, como Cabral, Vespúcio, Magallanes e Balboa, entre tantos outros, a cada passo da sua navegação. As ilhas, os mares, os cabos, as baías, as enseadas vão recebendo nomes de santos ou de reis que familiarizam o desconhecido e acompanham a posse. Esse mecanismo se torna mais contundente ainda na fundação de cidades, que vão desenhando as redes de ocupação do território. Cidades esboçadas antes no papel, conforme as estritas ordenanças da corte, que impõem a existência de centros geométricos e simbólicos representados pela praça maior, o local onde são edificadas os principais prédios civis e eclesiásticos, e onde são encenadas as cerimônias oficiais (autos-de-fé, aclamação dos vice-reis, festas, procissões, etc.). Em *La ciudad letrada*, Angel Rama analisa os processos históricos e culturais que instauram essa nova ordem nas Américas. Ordem que não se limita a ser uma mera transplantação dos modelos ibéricos, e que aplica os princípios renascentistas da abstração e da sistematização a uma vasta e heterogênea geografia em permanente estado de mutação, ocupada por populações submetidas a enormes transformações nos planos econômico, social e político. Essa ordem, eminentemente urbana, evidencia uma clara hierarquia social, confirmada

pelos traçados urbanos reticulares, planejados racionalmente “a cordel y regla” e por instituições como a Igreja e os diversos organismos administrativos, que sistematizam os signos e os sentidos de uma sociedade nova. Essa sistematização será levada a cabo pelos letrados, agentes que operam no centro das cidades, inventando, consolidando e distribuindo discursos, representações, conceitos, explicações, leis e procedimentos. Cronistas, cartógrafos, burocratas, professores, escritores, cientistas, missionários compõem uma ampla gama de personagens que habitam e operam com a palavra escrita na cidade letrada, uma máquina de produção cultural que organiza as dinâmicas sociais e estabelece as pautas da vida colonial.

Assim, os letrados definem os locais de enunciação e os objetos a serem enunciados, estabelecendo as atribuições da máquina imperial na exploração e usufruto das riquezas naturais. Durante o primeiro século da colônia, o sistema de encomiendas garante as hierarquias entre espanhóis e indígenas e o funcionamento da economia extrativista. As minas determinam a fundação de novas cidades, a ampliação das fronteiras e a dramática transformação das populações indígenas em mão de obra forçada, como em Potosí ou Zacatecas, enquanto as monoculturas introduzem a escravidão em grande escala. Em todos os casos, aqueles que submetem, que se apropriam e se beneficiam das desigualdades da ordem são legitimados como agentes civilizatórios.

Mesmo que a cobiça seja denunciada como origem de todos os males e fonte de perdições, como na *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* de Bartolomé de las Casas e nas profundas controvérsias que agitam a corte espanhola de Carlos V relativas à licitude da conquista, a presença europeia sempre pode ser autorizada através do recurso às causas justas e ao desígnio divino. Se a Providência determinou que as almas e as terras surgissem no horizonte europeu para que pudessem conhecer a Palavra e aceder à salvação, então a natureza americana será sempre um dom, algo que foi dado

por mandato para ser transformado pelos enviados escolhidos. O plano divino obriga a que seja feita a evangelização, e para isso é necessário que os europeus permaneçam e que os recursos naturais sejam utilizados indefinidamente na empresa. Se Colombo já se considerava guiado pela graça e assinava suas cartas como *Christo ferens*, não parecerá extravagante que recorra às profecias antigas para validar sua missão e que afirme, na sua terceira viagem, ter achado o paraíso terreal nas costas setentrionais da América do Sul.

Apesar das injustiças e dos massacres cometidos, a América se firma no imaginário da ocidentalização como toda natureza, como natureza dada não apenas como conjunto de seres, espécies e acidentes, mas como superfície edênica concedida por vontade superior e como espaço recuperado, enquanto invoca a reaparição, agora em um ponto americano do mapa, daquilo que fora extraviado pelo pecado original. Essa percepção quiçá explique os motivos que, muito depois que Colombo e os primeiros assombros, levaram um polígrafo como Antonio León Pinelo a demonstrar, em plena época do barroco peruano, a localização exata do paraíso. Em *El Paraíso en el Nuevo Mundo* (1656), Pinelo, após longuíssimas proposições e refutações e profusas referências autorizadas, identifica quatro grandes rios sul-americanos (Amazonas, Prata, Orenoco e Madalena) como os quatro rios que surgem do Paraíso, que, segundo seus cálculos, estaria situado em plena floresta amazônica, não muito distante da atual cidade peruana de Iquitos. De Pinelo até hoje, o paraíso retorna e continua entre nós, como motivo literário, como fantasia para as massas, como esperança.

Contudo, as alusões ao paraíso paradoxalmente convivem, nos tempos dos vice-reinados, com uma forte desconfiança em relação ao mundo natural. A natureza americana pode maravilhar por sua espessura e abundância, mas é também perigosa, indócil, arteira. Como se aquelas imagens dos canibais que despedaçavam corpos em cerimônias diabólicas também retornassem constantemente, não como tentativa de

descrição etnográfica de um povo em particular, senão como emblema de todas as ameaças e de todos os males que a natureza pode reservar. Por isso, se a natureza é um dom, porque foi dada pela graça divina, é também o espaço das provações a serem superadas e das tentações a serem vencidas. Podemos entender nessa perspectiva as políticas sistemáticas de evangelização, que, como no caso dos aldeamentos jesuítas, impõem aos indígenas rotinas que marcam todas as horas do dia, como modo de vencer o horror ao vazio que poderia provocar as recaídas na barbárie e na idolatria. Muitos missionários se representam a si mesmos e descrevem sua tarefa como se fossem novos eremitas no deserto, que devem lutar denodadamente contra os rigores do entorno e contra a melancolia que surge dos fracassos e retrocessos da catequização, essa *tristitia mortifera* que já tinha sido codificada nos tempos medievais como um dos grandes riscos que deve enfrentar o homem que busca a Deus em solidão e acaba se encontrando consigo mesmo e com todos seus terrores e fantasmas. Da mesma forma, a figura do mártir, aquele que entrega sua vida pela fé e é devorado por um mundo hostil, é funcional no imaginário evangelizador para representar a necessidade da ação humana contra o mundo natural e a importância das condutas exemplares para uma pedagogia da perseverança e da dedicação absoluta.

Essa delicada natureza interna do homem, que nas fragilidades e indolências do indígena americano encontra seu epítome, precisa ser dominada por ser sempre perigosa, da mesma forma que a natureza física, para se transformar em riqueza, deve ser controlada e domesticada em grande escala: através da técnica, como no caso dos instrumentos de navegação que possibilitam situar-se e avançar por entre as temíveis forças do mar, através do discurso, como fazem os letrados em suas relações e histórias naturais e morais, ou mediante rígidos dispositivos, como os que operam nas plantações e nas minas, com suas estruturas hierarquizadas de vigilância. Esses instrumentos de dominação do mundo na-

tural americano, que acompanham a evolução do mundo moderno, tornam-se mais sofisticados e totalizantes no século XVIII, sob o império da racionalidade que impulsiona as reformas bourbônicas e pombalinas.

As grandes transformações econômicas, administrativas e urbanas iluministas marcam um ponto de inflexão no longo período colonial, enquanto as contradições das sociedades americanas, e os conflitos de interesses que pontuam a geopolítica do sistema colonial moderno, já começam a prefigurar essa nova realidade que haverá de se constituir nas primeiras décadas do século seguinte com as lutas pela independência. As novas funções do comércio transatlântico redefinem a noção de monopólio, vigente nos séculos anteriores. A expulsão dos jesuítas altera definitivamente as formas de domínio das fronteiras, as relações com as populações indígenas e o modelo educativo das elites urbanas. Renovados e cada vez mais insistentes desejos de autonomia das elites crioulas se debatem contra as imposições emanadas pela administração imperial. As viagens filosóficas supõem outro modo de aproximação e de conhecimento de uma natureza passível de ser catalogada pela taxonomia colonialista. As repercussões dos discursos científicos eurocêntricos impulsionam debates e funcionam como espelho invertido para a própria valorização do homem americano.

Todas estas transformações dependem, em alguma medida, de uma nova forma de perceber o mundo natural. Como lembra Foucault, “no século XVIII, a continuidade da natureza é exigida por toda história natural, isto é, por todo esforço para instaurar na natureza uma ordem e nela descobrir categorias gerais, quer sejam elas reais e prescritas por distinções manifestas, quer cômoda e simplesmente demarcadas por nossa imaginação” (FOUCAULT 2002, p. 203). Entre a linguagem e as coisas surge um método que se propõe abolir toda incerteza e anular o caos que rege as formas da natureza. A classificação é o instrumento que prepara o terreno para poder ver o real, para definir um campo de visibilidade dentro

do qual tudo tende a fazer sentido e a ocupar o lugar que lhe corresponde. No século da taxonomia, a classificação é o que permite que o mundo natural se torne visível, previsível, lógico. Dois grandes modelos se consolidam como máquinas analíticas, o de Lineu, que se baseava nos órgãos reprodutivos como critério de catalogação, e o de Buffon, que preferia submeter a espécime individual a uma descrição integral que pudesse incorporá-lo a uma série maior.

O modelo unívoco de Lineu propunha características estruturais intrínsecas que, a partir de um conjunto finito de semelhanças e diferenças, definiriam a posição a ser ocupada por cada ser. Já Buffon entendia que esse esquema podia ser muito estreito para compreender a diversidade que reina no plano natural, e optava por enfatizar as afinidades entre as espécies. Para Lineu, o esquema fornecia a base para entender a grande arquitetura do mundo, subsumindo as particularidades dentro de categorias fixas. Buffon, entretanto, reconhecia que a história natural era virtualmente infinita e sempre passível de ser ampliada por novos elementos que pudessem se incorporar à cadeia do seres. Se, para Lineu, o *Systema Naturae* funcionava como um alfabeto magno onde podiam caber todas as plantas, para Buffon a natureza era aquele “vasto espetáculo, cujo conjunto é tão amplo que parece, e é, com efeito, inesgotável nos detalhes” Mas, apesar das suas diferenças, ambos os modelos partem de uma perspectiva baseada em uma consciência planetária que impõe a busca e o desvendamento de novos produtos e terras, e partilham o pressuposto de que a natureza precisa ser ordenada para se tornar inteligível, e para poder descobrir nela as marcas e os fundamentos de um plano superior.

Se a ciência é elevada a uma espécie de metalinguagem universal, capaz de dar conta da diversidade do mundo através das suas classificações e nomenclaturas, a viagem se torna indispensável para comprovar e multiplicar as categorias epistemológicas. As chamadas viagens filosóficas se tornam, assim, um capítulo essencial na produção do saber no sécu-

lo, porque permitem ampliar *in situ* o corpus, e instituem o domínio empírico como teatro para as operações fundamentais da coleta, do estudo e da catalogação. A observação é fundamental, mas se trata de uma observação que já está pautada pelas formas de ver que estabelecem o código, a *mathesis* universal, a ciência da ordem. Na América, algumas das expedições, patrocinadas por Espanha e por Portugal, que cumprem essa função indispensável, são as de La Condamine (*Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas*), de José Celestino Mutis (*Diario de observaciones, Relación del viaje*), chefe da Real Expedição Botânica ao Reino da Nova Granada, e a de Alexandre Rodrigues Ferreira (*Viagem Philosophica*). O delicado desenho, e o livro final que reúne as imagens, operam como comprovações e relatórios de viagem, enquanto os incipientes jardins botânicos fornecem a possibilidade de transformar a natureza exótica em espetáculo para os olhos metropolitanos.

Essa ciência da ordem não se limita, entretanto, a descrever o mundo natural, e pode ser aplicada na interpretação e na hierarquização das diferenças étnicas e culturais. A pretensa superioridade étnica das nações européias, legitimada desde o século XVI, encontrava agora um novo arsenal para se reafirmar. Da mesma forma que, como observou Mignolo, os geógrafos europeus criam nos seus mapas uma perspectiva que torna invisível (e portanto, “objetivo e científico”) o ponto a partir do qual se observa o mundo, gerando assim uma mirada “universal” que hierarquiza centros e periferias, uma linha de pensamento ancorada no determinismo geográfico, com notórios expoentes que vão de Buffon e Cornelius De Paw a Hegel, sentencia a inferioridade e a decadência irreversível da população americana, com argumentos que depois seriam retomados pelos discursos racistas que fundam a antropologia do século XIX. Nessa que Antonello Gerbi denominou a “disputa pelo Novo Mundo” postula-se a superioridade étnica e epistemológica européia, mas também surgem as possibilidades de contestação que, em autores como

o jesuíta mexicano Francisco Xavier Clavijero, o equatoriano Eugenio de Santa Cruz y Espejo ou nas influentes páginas de Humboldt, não apenas invertem a imagem negativa, mas também fundamentam uma diferença americana pensada como caminho de autonomia e de emancipação.

Já durante a primeira metade do século XIX, em pleno processo de formação das comunidades imaginadas hispano-americanas, o continente será insistentemente visitado por viajantes isolados, beneficiados pela diminuição das firmes restrições dos tempos coloniais e pelas chamadas missões científicas, enviadas em caráter oficial pelos governos estrangeiros (alemães, franceses, ingleses, norte-americanos) para mapear de forma integral os recursos e configurações disponíveis. A jubilosa variedade do mundo natural, intuído como totalidade sublime pela experiência e pela imaginação, é o objeto das indagações destes expedicionários. Impelidos por um constante fascínio pelas origens, pelo crescimento e pelas transformações, anunciam as leis do progresso e da extinção, que estão presentes em todas as manifestações do visível. Como se explica na *Viagem pelo Brasil nos anos 1817-1820* dos naturalistas bávaros Spix e Martius, que percorrem o Brasil no limiar da independência, os membros das missões perseguem um programa integral, cujo alvo final é a coleta, a representação e a “museificação” das espécies:

O Dr. Spix, como zoólogo, encarregou-se de todo o reino animal, objeto de suas observações e atividades. Nesse domínio, incluíra ele tudo o que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc.; e igualmente, fará observações sobre os restos existentes embaixo da terra, esses mais seguros documentos do passado e do sucessivo desenvolvimento da criação.

O Dr. Martius, como botânico, assumiu o encargo de pesquisar o reino da flora tropical, em toda sua extensão. Além de estudar, de preferência, as famílias de plantas endêmicas, competia-lhe especialmente investigar aquelas formas que, pelo parentesco ou identidades com plan-

tas de outros países, permitem concluir qual a pátria de origem e a sua sucessiva propagação sobre a terra. Pretendia ele fazer essas pesquisas, levando em conta as relações climáticas e geológicas, e por essa razão estendê-la também aos mais humildes membros do reino das plantas, tais como musgos, líquens e cogumelos. (SPIX, MARTIUS, 1976, p. 22)

Tais “observações e atividades” dos naturalistas bávaros sintetizam as preocupações de muitos dos viajantes que atravessam estepes e florestas durante o século XIX. Se a viagem acaba na litografia e a natureza se transforma na paisagem pitoresca que tantas reverberações terá na estética romântica, é porque, tomando a prosa de Humboldt como modelo e inspiração, os viajantes oitocentistas elaboram *“un poderoso montaje textual en el que la anotación científica, la efusión estética, la preocupación humanística podían acoplarse o desglosarse, alternativamente, de la voz del narrador y de su cautivante relato de revelaciones y accidentes personales”* (PRIETO, 1996, p.17). Dessa montagem textual, que condensa propósitos, modos de interpretação e pontos de vista conflitantes sob um prisma estético, participam as detalhadas observações etnográficas de Debret, as tempestuosas paisagens de Rugendas, as cuidadosas anotações sobre a flora de Saint-Hillaire.

Essas representações serão valiosas também para os americanos que fundam na vastidão da natureza americana um modo diferencial de se inserir no mundo e um instrumento para forjar determinadas mitologias nacionais. Adolfo Prieto estudou a influência que a literatura de viagens teve para a emergência da literatura argentina nesse período, exemplo que pode ser aplicado também a outras regiões do continente. Nessas primeiras décadas do século, a natureza americana é, então, mais uma vez reinventada como objeto de conhecimento, como fonte de riqueza e como teatro da missão civilizadora, como esse “deserto” e esse sublime espetáculo que se consagra nas paradoxais percepções e projetos de um

Echeverría ou de um Sarmiento, que a definem como chave identitária e, ao mesmo tempo, como lugar da barbárie. Se nas encomiásticas páginas de Andrés Bello, a América – e especialmente sua sinédoque, a América tropical descrita na *Silva a la agricultura de la zona tórrida* (1826) – retorna como emblema da opulência e do porvir, para Sarmiento os pródigos naturais podem provocar tanto fascínio quanto consternação. O pampa é um cenário que favorece a liberdade absoluta, representada no nomadismo do gaúcho e, ao mesmo tempo, a matriz de um sistema social desintegrado visto como ameaça, e que deve ser anulado em última instância pelo espírito das cidades para que possa progredir e modernizar-se.

Estas parecem ser as palavras de ordem que regem a organização dos estados nacionais durante o resto do século XIX e grande parte do século XX na América Latina. O salto modernizador que reaparece como um fantasma e como um projeto sempre inacabado nas transformações urbanas da *belle époque* e nos discursos desenvolvimentistas aspira a domesticar a natureza através da técnica e das especificidades de campos científicos cada vez mais compartimentados ao serviço dos ciclos produtivos. Nessa lógica de apropriação indiscriminada dos recursos naturais motivada pelos espectros do crescimento e do progresso, se inscrevem os projetos faraônicos e altamente predatórios, cujo maior exemplo, quicá, seja a falida estrada que leva a lugar nenhum, a Transamazônica.

Nas últimas décadas, esse modelo predatório foi posto em xeque, o que não significa, certamente, que tenha desaparecido. Basta lembrar a desflorestação da região amazônica em favor dos setores pecuários e madeireiros para demonstrar a vitalidade desse modelo, que tende sempre a minimizar a importância dos danos ambientais, mesmo que possam chegar a ser irreversíveis. Mas, apesar dos antagonismos locais e globais que comprometem a definição de acordos de longo prazo, é evidente que as condições são outras, e existe hoje um certo consenso que, mesmo que não consiga evitar

determinados estragos, aponta para a busca de um equilíbrio possível.

CONCLUSÃO

Se, em outras épocas (e quiçá de algum modo, ainda hoje), a natureza da quarta parte do mundo era capaz de promover nostalgias e retornos a uma idade de ouro imaginária e definitivamente perdida ou, pelo menos, permitia vislumbrar as formas de uma promessa dirigida sempre a um futuro melhor; se a natureza americana foi também aquele lugar caótico e hostil que devia ser dominado pelas taxonomias e hierarquizações, hoje, impõe a necessidade de forjar outras alianças, capazes de superar as práticas exploratórias e as encruzilhadas da dependência tecnológica. Entre os mitos que ressurgem e permanecem em suspensão no imaginário, e a história que sempre avança e perturba, estabelecer essa nova aliança é um desafio que não podemos ignorar; um dos vários desafios, e certamente não o mais simples de resolver, que este século impõe ao devir latino-americano.

BIBLIOGRAFIA:

- Duarte, Rodrigo. *Mimesis e racionalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- Gerbi, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996
- León Pinelo, Antonio. *El paraíso en el Nuevo Mundo; comentario apologetico, historia natural y peregrina de las Indias Occidentales islas de tierra firme del mar océano*. Edição de Raúl Porras Barrenechea. Lima: Imprenta Torres Aguirre, 1943.
- Mignolo, Walter. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- Papavero, N.; Llorente-Bousquets, J.; Espinosa-Organista, D. *Historia de la biología comparada, desde el Génesis hasta el Siglo de las*

Lucas. México, D. F., Facultad de Ciencias, Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

Prieto, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina. 1820-1850*. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

Rama, Ángel. *La ciudad letrada*. Santiago de Chile: Tajarar Editores, 2004.

Spix, Johann; Martius, Carl. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

Subirats, Eduardo. *Una última visión del paraíso*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

ABSTRACT: There are certain words that mediate the relations between man and the natural world. Words, concepts, meanings that appear as a consequence of successive and historical ways of interpreting nature, but that also give the symbolic tools to understand, imagine and transform what we know as “nature” Verbs such as *preserve*, *explore*, *classify*, aesthetic categories such as *sublime* or *picturesque*, concepts like *bio-politics* or *biodiversity*, among many others. In this essay we intend to analyze the perceptions of Latin American nature, from the arrival of the first Europeans to the present, trying to delineate the troublesome relationships between the elements that form the natural world and the words, that invent, define and classify the kingdom of the visible.

Keywords: Latin American Nature, Ecology, History

A SINTAXE DOS PRONOMINAIS ÁTONOS EM PERSPECTIVA: UM EXAME VARIACIONISTA DO FENÔMENO DE CLITICIZAÇÃO EM GÊNEROS TEXTUAIS DO PORTUGUÊS DO BRASIL DO SÉCULO XX¹

Daniely Cassimiro de Oliveira Santos²

s.cassimiro@uol.com.br

RESUMO: Esta investigação pretende determinar o estatuto da ordem dos clíticos pronominais na modalidade escrita do Português do Brasil (PB) do século XX. Para tanto, analisam-se contextos constituídos de lexias verbais simples, considerados como ambientes profícuos para análise da ordem dos pronomes em próclise e ênclise. Este estudo, por meio dos postulados acerca dos principais fatores motivadores da ordem pronominal no PB escrito, visa a contribuir para as pesquisas linguísticas sobre o mesmo tema.

Palavras-chave: clítico pronominal; Sociolinguística; variação

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de descrever o comportamento da ordem dos pronomes átonos verificada na modalidade escrita do português brasileiro no decorrer de todo o século XX, no que concerne ao domínio de lexias verbais sim-

¹ O trabalho, aqui apresentado, dispõe do apoio financeiro e intelectual da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro concernente ao Programa Bolsa Nota 10 (Mestrado) da FAPERJ.

² Mestranda da UFRJ

ples, isto é, estruturas oracionais constituídas de uma única forma verbal.

No que respeita à fundamentação teórico-metodológica, esta investigação, de caráter variacionista, concebe-se sob a égide dos postulados da Sociolinguística Laboviana ou Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV 1972; 1994). Com base nessa fundamentação, estuda-se especificamente o parâmetro de precedência proposto por Klavans (1985), que estabelece a possibilidade de o clítico pronominal ocorrer antes ou depois de seu hospedeiro sintático, isto é, o verbo (como em 'me dá' ou 'dá-me'). A conjugação dessas orientações investigativas favorece a adequação descritiva e explicativa que se pretende alcançar no desenvolvimento da pesquisa.

Para o tratamento da modalidade escrita, recorre-se a textos jornalísticos e literários, de modo a observar a norma linguística efetivamente usada na imprensa e aquela empregada por escritores brasileiros, a qual constitui a base da descrição gramatical tradicional (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 309-318; LIMA, 2006, p. 416-420). A análise dos dados coletados no material em questão permitiu identificar as variáveis linguísticas e extralinguísticas responsáveis pelo condicionamento da ordem dos átonos pronominais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pautando-se no preceito sociolinguístico que autentica a língua como um sistema, por excelência, de variação intrínseca não arbitrária (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968), o presente estudo concebe a ordem dos clíticos pronominais como um fenômeno de legítima variação.

Parte-se do pressuposto de que o comportamento variável dos pronomes átonos – que constitui a variável dependente – é motivado por fatores internos e externos à própria língua, ou seja, as variáveis independentes. Em outras palavras,

condicionamentos linguísticos (estruturais) e extralinguísticos (sociais) presidem a regra variável, consoante o que ficou conhecido, na Teoria da Variação e Mudança, como o "problema das restrições" (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV 1972). Desse modo, considerando-se próclise ('me fala') e ênclise ('fala-me') como fatores constitutivos da variável dependente, investigam-se os grupos de fatores – as restrições – possivelmente responsáveis pelo condicionamento do fenômeno em variação.

No que se refere à trajetória das variantes da ordem dos clíticos pronominais no decorrer do século XX, o trabalho adota, ainda, a premissa sociolinguística de que toda mudança pressupõe variação, embora nem toda variação concorra em mudança linguística (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV 1994).

Conjugado ao aporte variacionista, o estudo lança mão de um dos parâmetros de cliticização proposto por Klavans (1985), o chamado "parâmetro da precedência". Partindo do pressuposto de que as formas clíticas (partículas átonas) ocorrem ligadas a um elemento sintático específico (seu hospedeiro), a autora propõe que as línguas do mundo podem ser caracterizadas quanto à posição dos clíticos – antes ou depois – em relação a esse elemento sintático. Tendo os pronomes átonos do português o verbo como hospedeiro sintático, interessa à investigação observar os fatores que determinam a ligação entre o clítico e o verbo nas posições pré-verbal ('se estuda') e pós-verbal ('estuda-se').

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Torna-se conveniente, nesta seção, apresentar brevemente alguns trabalhos sobre o tema da cliticização pronominal cujos postulados orientam e fundamentam o presente estudo. Destacam-se, aqui, duas pesquisas que também investigaram dados jornalísticos ou literários: Vieira (2002) e Schei (2003).

Vieira (2002) analisou o fenômeno da colocação pronominal nas variedades brasileira, europeia e moçambicana do português, nas modalidades oral e escrita, em gêneros jornalísticos diversos. Com base na observação de pronominais átonos em enunciados constituídos de lexias verbais simples (estruturas com uma só forma verbal) e de complexos verbais (estruturas com mais de uma forma verbal), o estudo desenvolveu uma investigação não só morfossintática, mas também prosódica.

A respeito da distribuição de próclise, mesóclise e ênclise, atestou-se que, nas modalidades oral e escrita, a variante mesoclítica, em ambiente de lexias verbais simples, se mostrou em flagrante desuso nas variedades portuguesas do Brasil (PB), de Portugal (PP) e de Moçambique (PM). Ademais, constatou-se que a ordem proclítica é de ocorrência expressiva no PB, nos diversos contextos sintáticos observados na modalidade oral. No âmbito das variedades europeia e moçambicana, a variante enclítica é a mais característica, em ambas as modalidades, quando se trata de início absoluto de oração; nos demais contextos, a próclise, obedecendo a condicionamentos estruturais, passa a ser a opção preferencial. No que respeita aos complexos verbais, constataram-se maiores índices da variante intra-complexo verbal ('pode me dar') nas três variedades analisadas. A propósito do estudo prosódico, estabelecido entre PB e PP observou-se que o pronome átono no PB apresenta, quanto à duração e à intensidade, as mesmas configurações de uma sílaba pretônica vocabular. No que concerne ao PP, os átonos pronominais assumem as características de qualquer sílaba átona vocabular, não importando o caráter postônico ou pretônico.

Igualmente tendo como foco a colocação dos pronomes átonos, Schei (2003) dedica-se à análise de textos literários, elegendo, para tanto, romances contemporâneos de autores brasileiros e portugueses. Em linhas gerais, o estudo verifica que a língua idealizada nos compêndios gramaticais brasilei-

ros toma como referência, quanto à ordem dos clíticos, os padrões averiguados na literatura portuguesa.

É oportuno registrar, ainda, que, segundo Schei (2003), os possíveis fatores envolvidos no condicionamento da ordem são a forma verbal com que o clítico se relaciona, o tipo de átomo pronominal e a semântica com que as partículas átonas são concebidas. A autora, apesar de não realizar uma pesquisa histórica, lembra que, até o século XI, a colocação prototípica no PP era a próclise; contudo, nos séculos posteriores, a norma enclítica, que passa a ser a opção preferencial, torna-se fator de identidade da variedade europeia. Assim sendo, Schei (2003), ao constatar altos índices de próclise em todos os contextos sintáticos do português do Brasil, admite que a norma de uso verificada o aproxima da norma atribuída ao PP do século XI.

Mediante a apresentação de dois dos principais trabalhos que motivaram a presente investigação, no que tange à colocação dos pronomes átonos em textos jornalísticos e literários, expõe-se, a seguir, a metodologia adotada neste estudo.

3. METODOLOGIA

No que concerne às fontes para o estudo do evento variável, faz-se saber que o *corpus* referente ao domínio jornalístico é constituído de textos brasileiros dos gêneros anúncio, editorial e notícia, publicados no século XX e disponibilizados pelo banco de dados do Projeto Varport, que se ocupa da análise contrastiva das variedades brasileira e europeia da língua portuguesa. Esse banco de dados segmenta o século XX em quatro períodos de aproximadamente 25 anos cada: fase 1 (de 1901 a 1924); fase 2 (de 1925 a 1949); fase 3 (de 1950 a 1974); fase 4 (de 1975 a 2000)³. Quanto ao domí-

³ Faz-se saber que a distribuição das fases, assim estabelecidas ao longo do século XX, no *corpus* Varport, decorre do princípio sociolinguístico de que o estudo diacrônico leva em consideração um intervalo aproximado de 20 a 25

nio literário, o presente trabalho, privilegiando a época de publicação nos mesmos períodos contemplados no *corpus* Varport, vale-se de contos⁴ contemporâneos aos textos jornalísticos, o que promove uma análise contrastiva do fenômeno de colocação pronominal nos dois domínios estudados.

A constituição dos *corpora* contribuiu para a investigação da ordem dos pronomes átonos no sentido de que eles se apresentaram como ambientes apropriados para a compreensão das variáveis linguísticas e extralinguísticas que influenciam a ocorrência do evento variável.

A propósito do tratamento estatístico dos casos de colocação pronominal extraídos dos textos, utilizou-se, como instrumental, o pacote de programas GOLDVARB, recurso que disponibiliza as seguintes informações: (a) o índice de aplicabilidade da regra variável da ordem dos clíticos pronominais, isto é, a distribuição geral das variantes proclítica e enclítica; (b) a frequência, os valores absolutos e percentuais e os pesos relativos⁵ de cada variante estudada; (c) as variáveis linguísticas e extralinguísticas relevantes e não relevantes ao condicionamento do fenômeno em análise; (d) o influxo, isto é, o cruzamento entre grupos de fatores.

Ressalte-se que as ocorrências de clíticos pronominais provenientes dos *corpora* estudados foram tratadas em função das variáveis estabelecidas na análise sociolinguística, discriminadas em seguida:

anos (MOLLICA e BRAGA, 2003). Ademais, o ano referente ao início bem como ao fim de cada fase determinada diz respeito à disponibilidade de material necessário para a constituição do *corpus*.

⁴ Os contos foram extraídos de Moriconi (2001).

⁵ Entende-se por peso relativo o valor de aplicação da variante analisada em relação a determinado fator. Em outras palavras, trata-se do valor de probabilidade de ocorrência da variante em um dado contexto, no confronto com todos os demais.

(a) variável dependente⁶: estipulada a partir dos fatores próclise (“O esforço não *se limitaria* ao campo” [E-B-92-Je-006]⁷) e ênclise (“*Acabou-se* a necessidade de trabalho e paciência” [E-B-92-Ja-032]).

(b) variáveis independentes de caráter extralinguístico: consideraram-se os gêneros textuais (anúncio, editorial, notícia e conto), a época de publicação dos textos (fase 1, 2, 3 ou 4) e, especificamente para o domínio literário, os autores⁸, tendo sido selecionados escritores eleitos por um crítico literário como representativos dos períodos em questão.

(c) variáveis independentes de caráter linguístico: para essa categoria, controlaram-se os grupos de fatores tipo de oração, possível elemento atrator do clítico, distância entre o grupo verbo-clítico ou clítico-verbo e um elemento atrator, tempos e modos verbais, tipo de clítico e tonicidade das formas verbais.

⁶ Não se considerou na análise computacional variacionista, cujo modelo matemático só contempla variáveis binárias, a variante mesoclítica. Isto porque essa variante só ocorre com as formas verbais do futuro, o que não segue a premissa de que as variantes devem, além de ter o mesmo significado, ocorrer no mesmo contexto.

⁷ De modo a conhecer o significado de cada código nas notações que identificam os dados no *corpus* Varport, deve-se considerar ‘E’ como modalidade escrita; ‘B’ como Brasil; o número ‘9’ como século XX; o número posposto ao 9 como referência a uma das quatro fases do mesmo século – neste caso particular, a fase exemplificada é a segunda –; ‘J’ como texto jornalístico; ‘e’ como gênero editorial, podendo aparecer nesta posição as letras minúsculas ‘a’ e ‘n’, representando, respectivamente, os gêneros anúncio e notícia; e, os três dígitos finais como o número de localização do texto no *corpus*. Esclarece-se, ainda, que os dados são transcritos neste trabalho da mesma forma como são verificados no banco de dados.

⁸ Optou-se por investigar textos de escritores consagrados pela tradição literária, tendo em vista o desenvolvimento de estudos futuros em que se pretende atestar em que medida as gramáticas brasileiras se inspiram no fazer dos grandes autores da língua portuguesa.

4. RESULTADOS

Consoante a análise dos dados, verificou-se que as ocorrências das variantes no *corpus* jornalístico se distribuem numa proporção de 56% para a colocação pré-verbal e de 44% para a pós-verbal, a depender do contexto morfossintático em que se observam os clíticos pronominais. No domínio literário, atestou-se um índice de 51% para a variante pré-verbal em face de 49% da variante pós-verbal.

Levando em consideração o comportamento particular dos pronomes átonos em contextos de início absoluto de oração (“*Emprega-se* externamente para combater o reumatismo.” [E-B-91-Ja-001]), em que tradicionalmente se prescreve a variante pós-verbal, decidiu-se separar esses ambientes daqueles em que os clíticos pronominais não se encontram em início de oração, mas antecidos por algum elemento, que pode funcionar como um possível atrator (“O governo *não se mostra* muito preocupado com os arroubos oposicionistas.” [E-B-93-Je-005]). Isto porque o estudo pretendeu estabelecer uma análise da manifestação de próclise a partir da presença de um elemento proclisador, o que não seria possível em contextos de início de oração, devido à ausência de tais elementos.

4.1. DISTRIBUIÇÃO DAS VARIANTES PROCLÍTICA E ENCLÍTICA

4.1.1. EM FUNÇÃO DOS CONTEXTOS ORACIONAIS

Apresenta-se, a seguir, a frequência percentual de realização das variantes proclítica e enclítica em início absoluto de oração e nos contextos em que se observam os possíveis elementos proclisadores.

4.1.1.1. CONTEXTO DE INÍCIO ABSOLUTO DE ORAÇÃO (SEM ELEMENTOS PROCLISADORES)

Observem-se os valores percentuais subsequentes relativos à ocorrência de próclise e ênclise em contexto de início absoluto, verificados nos domínios jornalístico e literário.

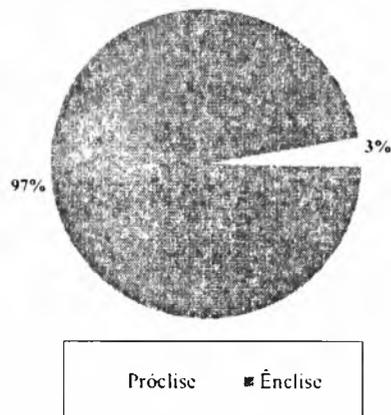


Figura 1: Domínio jornalístico

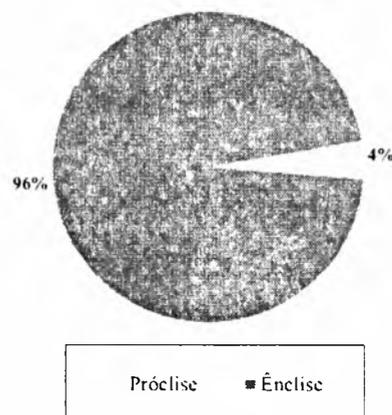


Figura 2: Domínio literário

As Figuras 1 e 2 indicam que, em início absoluto de oração, os índices percentuais de ênclise sobrepõem expressivamente os de próclise nos domínios jornalístico e literário, o que demonstra ser essa variante a opção preferencial do contexto morfossintático em questão.

4.1.1.2. CONTEXTOS CONSTITUÍDOS DE ELEMENTOS “PROCLISADORES”

Os valores percentuais seguintes dizem respeito à ocorrência de próclise e ênclise em contextos em que se verificam elementos que poderiam atuar como atratores do pronome átono, previstos ou não na tradição gramatical (por exemplo, partículas negativas, advérbios, conjunções subordinativas, entre outros), considerando-se os domínios jornalístico e literário.

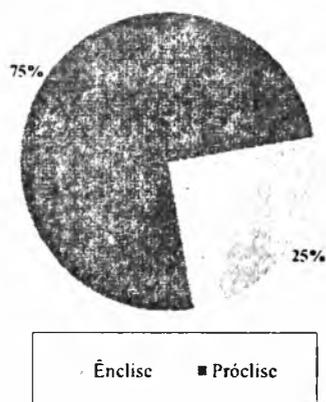


Figura 3: Domínio jornalístico

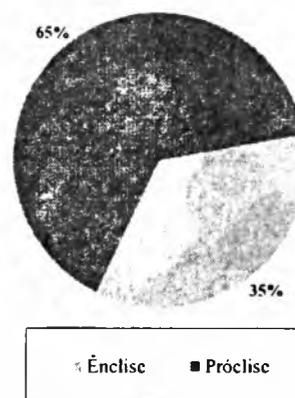


Figura 4: Domínio literário

As Figuras 3 e 4 permitem observar que a presença de elementos anteriores ao 'clítico e ao verbo' faz alterar radicalmente o comportamento verificado no contexto em que o 'verbo e o clítico' se encontram em início absoluto de oração. Em ambos os domínios estudados, os percentuais de próclise passam a ser superiores aos de ênclise.

4.2. ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DAS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

Expõem-se, a seguir, os índices percentuais relativos à época de publicação e ao gênero textual, considerando-se os contextos com a presença de elementos proclisadores. Os ambientes com os verbos e os pronomes em início absoluto de oração, em que se verificam dados de ênclise, não apresentaram, nos dois domínios estudados, diferença do comportamento já descrito ao longo das fases controladas.

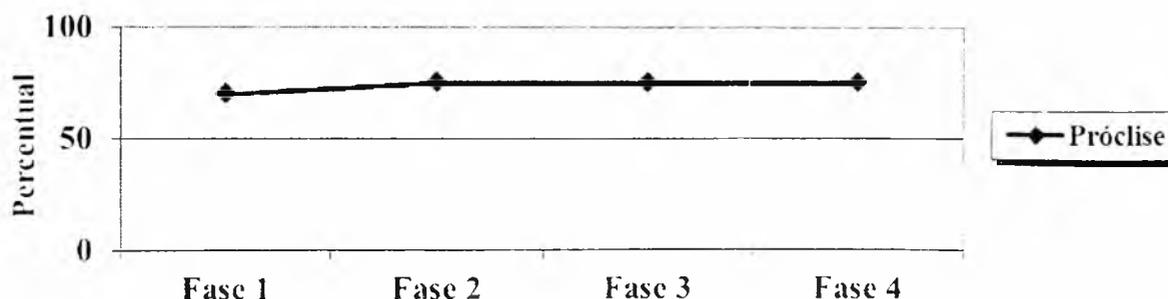


Figura 5: Distribuição da variante pré-verbal segundo a época de publicação dos textos jornalísticos nos contextos com elementos proclisadores

Com base nos percentuais de próclise em cada fase, nos contextos em que não se consideraram os pronomes nos chamados inícios absolutos de oração, constataram-se, no *corpus* jornalístico, altos e semelhantes índices de próclise (entre 70 e 80%), tendo sido registrado, apenas, um ligeiro aumento na passagem da primeira para a segunda fase do século XX.

Observe-se, a seguir, o comportamento diacrônico dos dados de próclise no domínio literário.

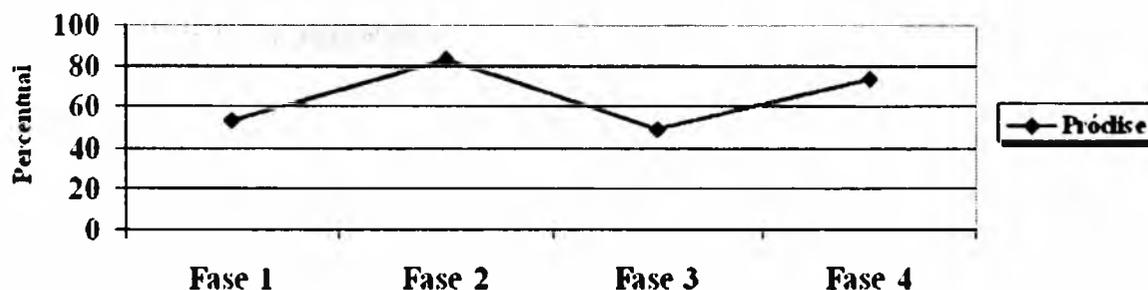


Figura 6: Distribuição da variante pré-verbal segundo a época de publicação dos textos literários nos contextos com elementos proclisadores

No que respeita ao domínio literário, o gráfico relativo à época de publicação revela uma manifestação instável da próclise ao longo do século investigado, com índices mais elevados nas fases 2 e 4. Supõe-se, a esse respeito, que a influência das tendências literárias de cada época, bem como a estilística dos diferentes autores podem colaborar para a diferença de comportamento dos dados em cada período. Com a continuidade da pesquisa, essas hipóteses serão devidamente investigadas.

A propósito dos gêneros textuais analisados, apresentam-se, a seguir, as frequências de próclise, considerando-se todos os contextos observados.

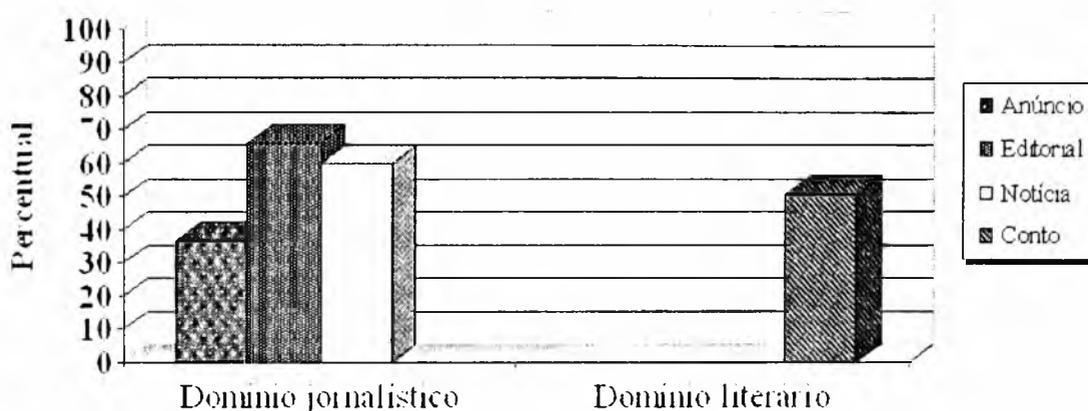


Figura 7: Distribuição de próclise em face do gênero textual

No que tange à variável extralinguística gênero textual, observa-se que, excetuando-se os anúncios, todos os gêneros contemplados registram índices da variante pré-verbal a partir de 50%. Analisando os dados coletados em anúncios, verifica-se que o comportamento particular dos clíticos nesses textos está relacionado ao fato de esse gênero textual apresentar grande quantidade dos chamados inícios absolutos de oração, decisivos à ocorrência de ênclise.

4.3. ANÁLISE DOS DADOS A PARTIR DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Apresenta-se, doravante, a atuação dos fatores constitutivos de cada variável linguística que foi considerada estatisticamente relevante, conforme a seleção efetuada pelo programa computacional utilizado, em relação à variante pré-verbal.

4.3.1. APLICAÇÃO DA PRÓCLISE SEGUNDO OS POSSÍVEIS ELEMENTOS PROCLISADORES

As representações gráficas a seguir apresentam os pesos relativos obtidos para a variante proclítica em face dos possíveis elementos atratores do pronome clítico nos domínios jornalístico e literário.

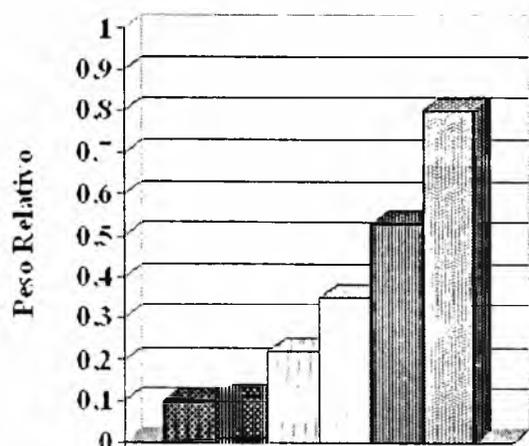


Figura 8: Domínio jornalístico

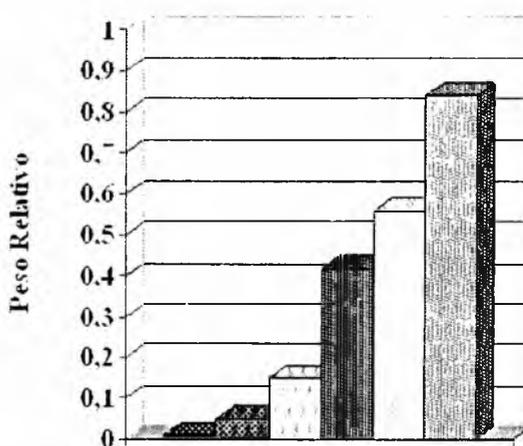


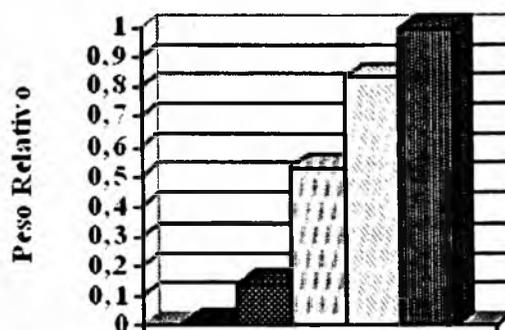
Figura 9: Domínio literário

- Conj. coordenativa
- SAdv- Loc. adverbial
- SN Sujeito
- Prep. 'para', 'em', 'de', 'por', 'sem', 'a'
- Op. de foco e SAdv- um só vocábulo
- Atradores clássicos (Pal. neg., Pron. rel., Conj. int. e sub.)

Nota-se que, em ambos os domínios, os chamados atratores clássicos promovem efetivamente, em primeira instância, a anteposição dos clíticos pronominais ao verbo. A propósito das preposições, que não são tradicionalmente consideradas como atratores, observa-se seu favorecimento a próclise em segunda instância no contexto literário; no contexto jornalístico, elas aparecem em terceira instância e não constituem elementos motivadores da próclise. Similar é o fenômeno verificado com os operadores de foco e sintagmas adverbiais de um só vocábulo⁸, uma vez que tais itens se apresentam em segunda posição de maior atração do clítico pronominal no *corpus* jornalístico, enquanto, no *corpus* literário, aparecem em terceira posição e não favorecem a próclise. De outro lado, o comportamento das conjunções coordenativas, das locuções adverbiais e dos sujeitos, nos dois domínios, é compatível com o que propõe a tradição gramatical, visto que esses elementos se revelam como desfavorecedores da variante pré-verbal.

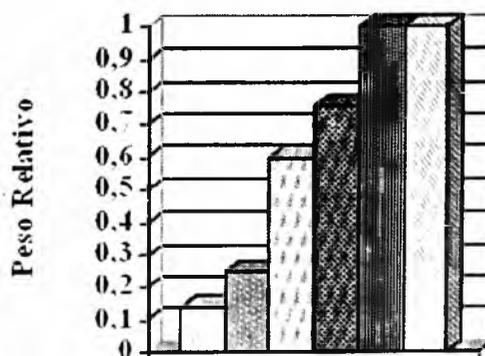
4.3.2. APLICAÇÃO DA PRÓCLISE SEGUNDO A VARIÁVEL TEMPO E MODO VERBAIS

Nesta seção, expõem-se os valores de aplicação da próclise mediante a variável tempo e modo verbais nos contextos jornalístico e literário.



- Imperativo
- Infinitivo / Gerúndio
- Presente e Pretéritos do Indicativo
- Presente, Pret. imp. e Futuro do Subjuntivo
- Futuros do Indicativo

Figura 10: Domínio jornalístico



- Infinitivo
- Gerúndio
- Presente e Pretéritos do Indicativo
- Imperativo
- Futuros do Indicativo
- Presente, Pret. imp. e Futuro do Subjuntivo

Figura 11: Domínio literário

De acordo com as Figuras 10 e 11, verifica-se que, nos domínios jornalístico e literário, os tempos do subjuntivo bem como os futuros do indicativo se constituem como fatores decisivos na aplicação da variante pré-verbal. Ressalte-se que, no contexto dos contos literários, a atuação de tais tempos tem caráter tão proeminente que os registros de próclise se apresentam como categóricos.

No que diz respeito ao imperativo, percebe-se, considerando os dois ambientes analisados, um comportamento discrepante desse modo verbal em termos de condicionamento da variante pré-verbal. Nos textos literários, tal forma se apresenta como favorecedora da próclise, fato não observado nos textos jornalísticos, em que só se registram casos de ênclise.

A propósito das formas nominais do verbo, constatam-se suas condições pouco favoráveis à ocorrência da variante pré-verbal em ambos os domínios.

5. CONCLUSÃO

A análise dos dados permitiu observar, considerando todas as ocorrências verificadas nos *corpora*, uma distribuição semelhante dos índices gerais das variantes da regra de colocação pronominal nos domínios jornalístico e literário do Português do Brasil.

Averiguou-se, ainda, a depender do contexto morfossintático – em função de o clítico pronominal estar em início absoluto ou nos contextos com elementos proclisadores –, que a ordem preferencial é alterada de forma evidente. Enquanto o início absoluto de oração constitui estrutura altamente favorecedora da variante pós-verbal, os contextos em que se constatam os elementos proclisadores se apresentam como ambientes motivadores da próclise.

No que tange às variáveis extralinguísticas, considerou-se a distribuição dos dados consoante os grupos de fatores época de publicação e gêneros textuais. Essa distribuição pro-

curou demonstrar, apenas, o comportamento da regra de colocação pronominal de acordo com os critérios de constituição do *corpus*, sugerindo o que constituiria a norma de uso linguístico em textos que se podem considerar representativos da escrita padrão em cada fase.

No inventário de variáveis linguísticas que se mostraram relevantes para a análise do fenômeno variável, tanto no contexto jornalístico quanto no literário, destacaram-se os grupos presença de um possível elemento proclisador e tempo e modo verbais.

Em decorrência do tratamento específico das variáveis de ordem linguística, observou-se que, dentre os possíveis elementos proclisadores, os chamados atratores clássicos – aqueles considerados tradicionalmente como partículas atratoras – se constituem, de modo geral, nos dois domínios investigados, como ambientes favorecedores da próclise, em oposição às locuções adverbiais, aos SNs sujeitos e às conjunções coordenativas, itens desfavorecedores da variante pré-verbal. As preposições, os operadores de foco e os sintagmas adverbiais de um só vocábulo apresentaram comportamento diferenciado de acordo com o domínio investigado: enquanto as preposições se mostraram desfavorecedoras da variante pré-verbal no contexto jornalístico, os outros elementos apresentaram esse comportamento no contexto literário. A avaliação da variável tempo e modo verbais revelou, como tendência mais evidente, a forte atuação dos tempos do subjuntivo bem como dos futuros do indicativo como contextos favorecedores da próclise, ao contrário das formas nominais do verbo, que se mostraram desfavorecedoras.

Averiguando-se os resultados preliminares deste estudo de natureza variacionista, que descreve a regra variável de colocação pronominal vigente no Português do Brasil, em sua modalidade escrita jornalística e literária, no que respeita a textos do século XX, pretende-se ampliar a investigação por meio do detalhamento dos contextos estruturais presentes em cada gênero textual e em cada fase de publicação. Desse modo, espera-se contribuir para o avanço da pesquisa cientí-

fica no sentido de estabelecer as regras variáveis que caracterizam o padrão brasileiro escrito.

BIBLIOGRAFIA:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- KLAVANS, J. L. The independence of Syntax and Phonology in cliticization. *Language* 61, p. 95-120. 1985.
- LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Blackwell, 1972.
- _____. *Principles of linguistics change*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1994.
- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MORICONI, I. (Org.). *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- SCHEI, A. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2003.
- VIEIRA, S. R. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

ABSTRACT: This investigation aims at determining the status of the order of the clitic pronoun in written Brazilian Portuguese (BP) from the 20th century. To do so, the contexts of simple verbal forms are investigated since they are an appropriate area to verify the manifestation of atonic pronouns in proclitic and enclitic positions. This study, by means of postulating main constraints for pronominal clitic order in written BP, may contribute to linguistic researches on this theme.

Keywords: Clitic pronoun, Sociolinguistic, variation.

DO MITO À RAZÃO: A LÓGICA DA AMBIGUIDADE E A LÓGICA DA NÃO CONTRADIÇÃO

Claudia Luiza Caimi¹

claudiacaimi@furg.br

RESUMO: Este texto propõe a discussão do lugar da imaginação e do lúdico na formação do saber. Apresenta o discurso filosófico grego como a origem do pensamento racional ocidental, que se constitui a partir da oposição com o pensamento veiculado no discurso mito-poético. Caracteriza o discurso da razão a partir de uma lógica da não contradição e o discurso mito-poético constituído por uma lógica da ambiguidade. Também é evidenciada a continuidade dessa divisão no pensamento do séc. XVII, a partir da afirmação da confiança em uma razão que se funda na lógica causal e opositiva, contraposta por Vico, através da caracterização do pensamento poético, que apresenta uma lógica da semelhança, em que a analogia e repetição constituem os universais poéticos. O saber produzido pelo pensamento mito-poético acolhe a experiência e as possibilidades de produzir conhecimento oferecidas pela abertura à pluralidade, à alteridade e ao descentramento da subjetividade.

Palavras-chave: imaginação; ludismo; razão; mimese; saber

O lúdico e o imaginário perderam o valor cognoscitivo e o caráter de construções de conhecimento formativo e transformativo que os antigos lhes atribuíam, em que confluíam indivíduo e História. São hoje associados com irrealidade, ficção, fantasia, sonho, todas características pejorativas no

¹ Professora da Universidade Federal de Rio Grande, RS

âmbito do conhecimento e do social. A imaginação e o lúdico ainda são valorizados nos primeiros anos de escolarização, enquanto “o conhecimento” ainda não se configura em forma de conteúdo e disciplinas. Não é a ludicidade e o caráter imaginativo inerente a formas de conhecimento, mas a do informe psicológico infantil, ou seja, é uma questão de capacidade e desenvolvimento psicológico, como se, posteriormente, essas capacidades fossem perdidas, não mais fizessem parte da capacidade cognitiva do homem. Ou, também, como se o conhecimento fosse algo que se estabelecesse somente no âmbito do abstrato, do lógico, do formal, da série, da enumeração, ou seja, na perspectiva dessas categorias que sustentam uma dimensão mais metódica do saber.

O lúdico e o imaginário, como expressão de experiência plena, são excluídos do conhecimento. Porém, esta separação entre a experiência plena e o conhecimento dá-se ainda entre os gregos. Num período anterior ao pensamento filosófico, a imaginação era um *medium* do conhecimento, tinha assegurado um papel cognoscitivo, ao instituir uma narrativa verdadeira, que manifesta a ordem do mundo. Através do mito, o homem participava de uma unidade em que não havia a divisão entre sujeito e objeto, coisa e palavra, espaço e tempo. Neste discurso a distância entre o homem e o mundo é dissolvida na apreensão das coisas, dos seres e de si, que inscreve o homem – por participação e repetição – na realidade. Como ordem manifestada pela emergência da consciência, através da participação (animismo, totemismo, antropomorfização) as classificações e as análises lógicas são efetuadas com o auxílio de concepções concretas, que adquirem um caráter simbólico sem perder sua concretude e, através da repetição, o equilíbrio entre concepção de mundo e normas de comportamento estabelece harmonia entre o social e o natural, na reafirmação do mesmo.

Detienne, em *Os mestres da verdade na Grécia arcaica* (1988), busca entender a passagem do mito à razão a partir do ponto de vista de Vernant de que há razão no mito. Sua

tese é a de que o pensamento racional surge do mito e que contém resquícios de religião. Essa relação o autor identifica a partir da trajetória da palavra *alétheia* (verdade) que se apresenta como um testemunho na mutação de um pensamento mítico em um pensamento racional, pois é, ao mesmo tempo, potência religiosa e conceito filosófico, marcando entre eles afinidade essencial e ruptura radical. As afinidades se dão pelo tipo de homens que são: o rei da justiça, o poeta, o adivinho e o filósofo: todos privilegiados que têm a “verdade” por atributo. O filósofo toma o lugar dos poetas, magos e adivinhos e do rei da justiça, pretendendo revelar a verdade que é homóloga e antítese da verdade religiosa. Homóloga, porque contém a verdade; antítese, porque a verdade do pensamento filosófico não é da mesma natureza da verdade do discurso arcaico, estabelecendo a ruptura com o mesmo.

Segundo Detienne, no discurso arcaico, o verdadeiro está vinculado à enunciação – do poeta, do rei, do adivinho - que instauram o real no dito, ficando o receptor passivo diante da palavra eficaz que institui em ato e se faz potência, já que traz em si ação. A palavra poética é herdeira do mito; sua função, porém, é outra: está ligada à *mnemosyne*, deusa da memória, faculdade divina que permite ver o passado. Diferente do mundo moderno que compreende a memória como uma categoria psicológica, na Grécia arcaica, a memória é uma força social que permite ao povo saber quem é por pertencer a uma mesma história, assegurando a identidade da nação na recuperação de um passado que não pode ser esquecido. Assim, os poetas cantam as façanhas dos deuses e dos soberanos, celebrando-os e enaltecendo-os, fazendo lembrar o passado e, concomitantemente, podendo fazer esquecer o presente. A memória – neste contexto – não é o oposto do esquecimento, mas seu contraditório, sua negação.

Detienne (1988) argumenta que no pensamento religioso-poético, que antecede ao pensamento racional, a palavra *alétheia* (verdade) mantém com outras potências: *léthe* (esquecimento), *peithó* (persuasão) e *apaté* (engano) relações que

determinam a natureza de sua significação. Observa o autor que, na poesia, como no pensamento religioso, a passagem de *aléthea* a *lethé* traduz-se em termos de semelhança, pois é estabelecida uma equivalência ou, ao menos, um tipo de participação entre os dois termos da comparação, tendendo a uma idéia fundada no jogo de semelhança dos contrários, de coisa dupla. Através da memória se constitui a verdade poética, mas memória e esquecimento estão ligados, já que a verdade do poeta é assertiva, não se opõe à mentira ou ao falso, mas ao esquecimento. Com *lethé* dá-se uma relação de contraste antitético e complementar, marcando uma ambiguidade pelo jogo do verídico e do enganoso, já que a verdade se reveste do engano e o verdadeiro não nega jamais o falso. Como o mundo divino/poético é profundamente ambíguo, no plano do engano (*apaté*) está a idéia de uma presença na ausência e, complementarmente, a de uma ausência na presença, estabelecendo uma lógica em que os contrários são complementares e na qual a ambiguidade constitui um mecanismo essencial.

Essa ambiguidade manifesta-se no próprio discurso poético que pode ser benéfico ou maléfico, como fica evidenciado na fala das musas em Hesíodo (1995) “Pastores agrestes, vis infâmias e ventres só, sabemos [Musas] muitas mentiras dizer símeis aos fatos e sabemos, se queremos, dar a ouvir revelações”. E também no canto das sereias na *Odisséia*, que dizem, vem aqui, decantado Ulisses, ilustre glória dos Aqueus: detém tua nau, para escutares nossa voz. Jamais alguém por aqui passou em nau escura, que não ouvisse a voz de agradáveis sons que sai de nossos lábios; depois afasta-te maravilhado e conhecedor de muitas coisas, porque nós sabemos tudo quanto se, na extensa Tróade, Argivos e Troianos sofreram por vontade dos deuses, bem como o que acontece na nutricia terra. (p. 115), prometendo a Ulisses o conhecimento do passado, do presente e do futuro que é, ao mesmo tempo, o esquecimento de tudo, pois nenhum homem sobreviveu ao canto delas. A palavra poética reveste-se de encantamento

que persuade como uma força sagrada, podendo enganar ou revelar verdades. Quando começa a se mostrar a inquietação de que o *logos* (palavra) pode enganar, surgem as primeiras reflexões sobre a potência da palavra sobre a realidade e sobre o outro.

Vernant (s/d) demonstrou que o pensamento físico dos milésios (Tales de Mileto) dá-se a partir das grandes oposições estabelecidas no pensamento religioso-poético (Hesíodo). O autor tenta desmistificar a idéia do surgimento da razão filosófica instaurada de forma milagrosa, mostrando que a razão se constitui dentro do pensamento histórico. Busca demonstrar que o pensamento mítico e poético se desdobra até a discussão sobre o ser em Parmênides. Ele registra as pesquisas de Cornford, demonstrando que a Filosofia já encontra um modelo de explicação para o mundo na *Teogonia* através da luta entre potências e sua especificidade se constitui em despersonalizar o mito, transformando as potências divinas primordiais em elementos naturais: fogo frio, seco e úmido². Jaeger (2001), em seus estudos sobre o homem grego, mostra que a poesia grega apresenta um modelo de narrativa em que os acontecimentos nunca são apresentados numa simples sequência narrativa, pois são sempre apresentados os motivos e as causas das ações³, característica essa do pensamento filosófico nascente. Outras características que os primeiros filósofos vão tornar núcleo da filosofia clássica, como

² “(...) no domínio da filosofia, caracterizam o novo pensamento grego. (São, por um lado,) a rejeição, na explicação dos fenômenos, do sobrenatural e do maravilhoso; por outro, a ruptura, com a lógica da ambivalência, a procura, no discurso, de uma coerência interna, por uma definição rigorosa dos conceitos, uma nítida delimitação dos planos do real, uma estrita observância do princípio de identidade” (VERNANT, s/d, p. 372-4)

³ Auerbach, em *Mimesis* (Perspectiva, 1897) também apresenta o estilo homérico na narrativa grega como uniformemente objetivo. A singularidade deste estilo está em representar os fenômenos acabadamente, palpáveis e visíveis em suas partes, definindo claramente as relações espaciais e temporais, diferente das narrativas bíblicas que apresentam falta de conexão, efeito sugestivo, multiplicidade de planos entre outros.

a idéia e o sentimento de moderação e medida, têm origem na poesia lírica, e a idéia de justiça como virtude fundamental e condição para outras virtudes, conforme está no pensamento de Platão, é apresentada em *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo.

Para Vernant, o novo na filosofia é uma explicação que se destituiu da magia e do maravilhoso, despersonalizando os elementos e os deuses e rompendo com a lógica da ambivalência. A explicação filosófica institui um pensamento abstrato, que apresenta respostas contundentes e princípios lógicos, que se aproximam da verdade por raciocínio que, por sua vez, distingue o ser (substância) e as qualidades. Assim, com Parmênides (e depois radicalizado por Platão) *alétheia* se confunde com a exigência da não contradição. Nesse pensamento, os contrários são postos simultaneamente no plano da linguagem, de forma que a verdade se institui na e pela linguagem dialética, que tem como princípio o diálogo, duas vozes, e por fim a maiêutica, ponto único em que a verdade se coloca. A verdade é alcançada por pensamento lógico.

Essa transformação está ligada à existência de relações sociais igualitárias e estruturas políticas inéditas (democracia) que se estabelecem a partir do surgimento da cidade. Com o advento da cidade, diz Detienne (1988), a palavra atinge sua autonomia como instrumento político. Esta palavra laicizada, complementar à ação – autônoma e inscrita no tempo – surge do grupo social dos guerreiros, nas assembleias guerreiras e nos funerais, quando da partilha dos saques e da distribuição das oferendas. A palavra do guerreiro não é solitária e unilateral como a dos mestres da verdade arcaicos, é palavra-diálogo, pública, pois perante a assembleia todos os guerreiros têm o direito de emitir opinião, já que são iguais diante do grupo, fundamentando seu discurso no acordo do grupo que manifesta sua aprovação ou desaprovação. A palavra-diálogo, apesar de se manifestar como uma opinião, *doxa*, tendo um caráter persuasivo, já que deve convencer os pares, é pública e necessita do acordo entre os homens para obter sua eficácia.

Com Simônides de Céos, poeta grego que viveu no século IV a.C., Detienne e Vernant identificam a desvalorização da *alétheia*, já que é ele o primeiro poeta a fazer da poesia um ofício remunerado, cobrando para cantar as glórias de um soberano, rejeitando a concepção religiosa da poesia ao transformá-la em instrumento político e ilusório. Simônides descobre o caráter artificial da palavra poética, como imagem do real e não parte dele. Evidência na palavra poética é a capacidade de ilusão, de fazer parecer quando não é.

Para Detienne, na formação do pensamento filosófico, a ambiguidade se distingue da *alétheia* e se refugia na *doxa*, que acolhe um conhecimento que vem do movimento do mundo, apresentando a possibilidade de uma escolha, e mais, de uma escolha que varia de acordo com a situação. É no âmbito da sofística que ela se estabelece, já que para os sofistas, a palavra está delimitada no campo da tensão de dois discursos sobre cada coisa, na contradição das duas teses, tornando lógico o ambíguo. Desse modo, o ambíguo não é mais a união dos contrários complementares, mas a síntese dos contrários contraditórios. A palavra, para o sofista, é um instrumento, mas não de conhecimento real. O *logos* é uma realidade em si, mas não é um significante que tende a um significado. No pensamento sofístico não há distância entre a palavra e as coisas, há puros exercícios de retórica em que, através de argumentação, defendem teses contrárias para convencer a favor de uma. Portanto, a sofística, por um lado, representa o triunfo da palavra ambígua, por outro é responsável, através da prática dos discursos opostos e da análise dos modos do discurso, pela formação do princípio de identidade e pelo advento de uma lógica da exclusão das proposições contrárias.

Por volta do século VI a.C., surge um tipo de pensamento filosófico religioso (os pitagóricos, Parmênides) que se opõe ao pensamento dos sofistas e renova a significação da *alétheia*. Para estes filósofos, por um lado, existe o imutável, o Ser, a memória, a *alétheia*, e, por outro, o fluente, o não ser, o esquecimento. Para Detienne, essa postura parece aproximar

as seitas filosóficas dos poetas e adivinhos, mas enquanto nos poetas a *alétheia* é inseparável de *peithó* (engano), nas seitas é radicalmente separada dela. Seu universo espiritual é um mundo dicotômico onde a ambiguidade cedeu lugar à contradição e o homem acha-se lançado num universo dualista de oposições nítidas no qual a escolha se impõe.

Nesse sistema de pensamento que se separa da lógica do mito, *alétheia* se torna uma potência mais definida e mais abstratamente concebida: simboliza um plano do real que toma a forma de uma realidade intemporal que se afirma como ser imutável e estável e se opõe radicalmente a um outro plano de realidade que o tempo, a morte e a *lethé* definem. No entanto, ainda que a ambiguidade tenha desaparecido como zona intermediária entre termos antitéticos, não foi riscada do mundo humano, como forma do real. Foi afastada do conhecimento, que vai ser, pela primeira vez, tratado em Platão, a partir de uma consciente necessidade de afastar um tipo de educação para a constituição de outro.

Todo o desenvolvimento do pensamento inaugurado pelos pré-socráticos está ligado à separação da palavra do domínio da ação. Na palavra laica, a ação é inscrita no tempo e distinta do discurso. O discurso como realidade autônoma é encerrado em suas próprias leis: conformidade com os princípios lógicos e com o real, submetendo-se à necessidade de referenciar sua verdade. Havelock (1996) defende a tese de que grande parte da obra de Platão é um feroz ataque à poesia como uma disciplina educativa do homem grego, como repositório de conhecimentos úteis, espécie de enciclopédia de ética, política, história e tecnologia que os cidadãos ativos aprendiam como essência de seu preparo educacional e como um modo conservado de comunicação oral, que estabelecia uma consciência, um vocabulário e uma sintaxe, através de uma tecnologia verbal disponível através da fala rítmica. Essa forma de educação e instrução instaura-se num estado (psicológico) de completo envolvimento pessoal de identificação emotiva com o enunciado. A memória oral conservada carac-

teriza-se, para Havelock, por identificação e repetição; atitudes que não exigem nem objetividade, nem análise.

Platão define no *Teeteto* (1986) – como verdadeiro conhecimento – a ciência: sistema de opiniões verdadeiras travadas pela razão dialética, que se mostra mais estável porque encadeia (através da lógica) as opiniões verdadeiras e possibilita uma ascensão segura do mundo do relativo para o mundo do absoluto. Tanto a sofística quanto a poesia, por utilizarem a persuasão e não a demonstração, são incapazes de alcançar o verdadeiro conhecimento. Este implica organizar, dominar e avaliar dados fora do pensamento, já que a filosofia platônica, ao postular a existência da *psyque* e desenvolver uma distinção do eu para o que não é o eu (existência do sujeito), acabou por supor a existência do objeto. Assim, quando se pensa, pensa-se sobre alguma coisa.

Havelock diz que Platão quer estabelecer uma nova forma de pensar a partir da abstração, separando e isolando princípios e constituindo conceitos, em uma linguagem cuja sintaxe é analítica, que não visa à identificação; antes, a expressão. Para separar o eu, é necessário abandonar o ato e o evento (tempo, espaço, circunstância) e pensar nas coisas-em-si. Para tal, o múltiplo é transformado em uno a partir de um ato de integração que nega a vivência dos acontecimentos e oferece uma abstração em que nada acontece, apenas é. Assim isoladas, as coisas não são apenas um; também são ser no sentido em que sua expressão linguística é isenta de tempo verbal (uso do infinitivo) e, portanto, de duração. O objeto abstrato, divorciado da ação concreta deve perder também a visibilidade, pois a experiência visual de cor e forma ocorre apenas quando a essência do objeto é multiplicada e tornada específica. A essência (o Ser, as Idéias) é então abstrata, una e fixa e constitui um sistema de integração total de hierarquias ascendentes e descendentes que formam uma lógica interna própria.

Não cabe aqui discutir a leitura que Havelock faz da obra de Platão, já que é acolhida a proposição de que a poesia

mostra-se como um arsenal da cultura grega, como uma fonte de informação, um sistema de doutrinação e como o modelo de educação. Porém é importante registrar que Platão é muito mais complexo, pois condenou a escrita pela escrita e dissociou-se da mimese mimeticamente, ao utilizar recursos da poesia como o diálogo mimético (dramatização), enquanto expressão da oralidade e reprodução da voz, presentes em quase toda a sua obra, mas mais bem trabalhados no *Fedro* e no *Banquete* e a narrativa ficcional, enquanto verossimilhança, elaborada no *Timeu* e nos vários mitos que narra em sua obra.

Mas é a proposição platônica do conhecimento, enquanto pensamento sobre a experiência e da distância em vez da identificação, exposta por Havelock, que permanece na tradição educacional ocidental. A exclusão da lógica da ambiguidade completa seu curso em Platão e vamos ver em Aristóteles uma sintaxe discursiva abstrata, um sistema filosófico classificatório e uma teoria do conhecimento desvinculada da experiência e da história.

Um outro momento decisivo da separação entre conhecimento e experiência dá-se com o nascimento da ciência moderna. O pensamento científico inicia na modernidade com Galileu e Copérnico, que começam a revolução da Física, tornando-a a ciência explicativa do real, que se desenvolve, graças à Matemática, por dedução e experienciação. Mas é Descartes quem alia o saber físico-matemático com uma concepção de real em uma teoria do conhecimento que se pergunta pela natureza do sujeito cognoscente e pela natureza do objeto conhecido. O sujeito cognoscente de Descartes é *eu penso*, que concebe a si próprio a partir da dúvida hiperbólica: levando o limite máximo da dúvida sobre tudo, mas que – ao extremá-la – evidencia a certeza traduzida na possibilidade de duvidar. Para tal é preciso pensar e, conseqüentemente, “se penso: existo” O sujeito cartesiano é puro pensamento, capaz de fazer abstrações do sensível, tornando-o inteligível. Neste sentido, o objeto do conhecimento se constitui a partir da evidência intelectual, marcada pela

clareza e distinção, apreendida pela via da intuição, pois a visão intelectual – voltada para um campo preparado e ordenado pelo método e autorizada e garantida pela luz inata da razão – instaura a certeza da existência de si e o critério de verdade e garantia do conhecimento⁴

Porém, para chegar à máxima de que a única fonte de verdade é o pensamento, Descartes libertou-se da natureza e da tradição, estabelecendo uma dicotomia entre Epistemologia e História. O sujeito do conhecimento foi privado das paixões e das certezas da autoridade e da tradição e o objeto do conhecimento foi destituído dos padrões coletivos de cultura e História. Descartes rompe radicalmente com a cultura da curiosidade e do espanto, destituindo do conhecimento o maravilhoso, o oculto, o mistério, o enigma, o desejo, e os sentidos ao só admitir a ação lúcida da razão metódica.

Com Descartes, a experiência é mais uma vez excluída do conhecimento, que busca “idéias claras e distintas” pois ela se apresenta incompatível com a certeza. O pensamento autônomo, seguro e indubitável afasta-se da tradição, das certezas subjetivas das paixões, dos desejos, das emoções, das fantasias e toda a variabilidade e particularidade decorrentes da contingência e da arbitrariedade. De forma que,

⁴ Assim, porque os nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, porque há homens que se equivocam ao raciocinar, mesmo no tocante às mais simples matérias de geometria, e cometem aí paralogismos, rejeitei como falsa, julgando que estava sujeito a falhar como qualquer outro, todas as razões que eu tomara até então por demonstrações. E enfim, considerando que todos os mesmos pensamentos que temos quando despertos nos podem também ocorrer quando dormimos, sem que haja nenhum, nesse caso, que seja verdadeiro, resolvi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava. (DESCARTES, *Discurso do Método*, quarta parte)

para Descartes, entre o *res cogitans* e *res extensa* a fantasia e a imaginação não são necessárias, pois não há necessidade de nenhuma mediação para o ato de inteligência⁵

A experiência é substituída pelo experimento, sendo que, no lugar da autoridade (da tradição e da ação) coloca-se a certificação; neste sentido, a ciência moderna propõe um sujeito do conhecimento que reúne em si as propriedades do intelecto separado do sujeito da experiência, como uma realidade psíquica substancial e autônoma. Ela desprezou e desqualificou como conhecimento ou saber verdadeiro o que não podia ser quantificado e objetivado. E a escola, que surge neste cenário, se solidifica, confiando na descrição quantitativa do mundo, na demonstração estatística, nas generalizações, na reprodutividade experimental e na fé do poder da razão.

O surgimento do pensamento filosófico entre os gregos e do científico na modernidade foram marcos da opção por um conhecimento que se estabelece na confiança em uma razão que se funda numa lógica causal e opositiva. Essa, porém, apesar de ter sido acolhida para sustentar a formação escolar, não gozou de absoluta unanimidade. Desde Platão, mesmo tendo expulsado os poetas da *Polis*, a lógica da semelhança atormenta o pensamento. Essa lógica, presente no pensamento mito-poético, acata os contrários como complementares (DETIENNE, 1988), como sombra, deslocando-se progressivamente ao outro recíproco. Esse pensamento obedece a uma lógica de contrariedades, no qual a ambivalência constitui um mecanismo essencial. Desta forma, a lógica da semelhança acata o jogo, o paradoxo, o instável, a indeterminação, todos esses conceitos que hoje estão presentes na

⁵ La certificación científica de la experiencia efectúa en el experimento – que permite deducir las impresiones sensibles con la exactitud de determinaciones cuantitativas y por ende prever impresiones futuras – responde a esa pérdida de certeza que desplaza la experiencia lo más afuera posible del hombre: a los instrumentos y a los números. Pero de este modo la experiencia tradicional perdía en realidad todo valor. (AGAMBEN, 2004, p.14)

maioria dos pensadores contemporâneos, nas várias áreas do conhecimento, mas que a escola ainda não acolheu no processo de formação.

Trazer a lógica da semelhança para o conhecimento foi o empreendimento de Vico na *Ciência Nova*. Para Vico a natureza humana não é imutável. No ato de conhecer os homens transformam-se a si mesmos e ao mundo. Daí a razão não possuir um núcleo central, uma essência que permaneça idêntica a si mesma, como propunha Descartes.

Segundo Vico, a teoria do conhecimento formulada por Descartes, orientando-se exclusivamente pelo conhecimento matemático, subordina todas as demais esferas da indagação à esfera da razão abstrata, e essa pretensão racionalista do cartesianismo se constitui utópica, pois existem certezas humanas fundamentais que, como a retórica, a prudência, a poesia, as leis, as instituições as obras de arte, os rituais, e outras que regulam a vida prática, não se baseiam em verdades do tipo matemático, mas sobre o verossímil⁶.

O argumento de Vico é o de que só se pode conhecer o feito, já que a verdade e o fato são a mesma coisa. A verdade só pode ser encontrada no domínio de tudo aquilo que o homem fez ou produz, naquilo que é expressão da vontade humana e não na natureza, como é pretensão do cartesianismo, pois não há como o homem conhecer a causa de seu próprio ser porque ele não é essa causa, não criou a si mesmo. Neste sentido, as proposições matemáticas satisfazem ao critério da auto-evidência porque a matemática é um sistema produzido pelo homem a partir de necessidades da ação humana na busca de satisfazer a realização de objetivos e/ou desejos.

⁶ Este mundo civil foi certamente feito pelos homens, cujos princípios podem, porque devem, ser descobertos dentro das modificações de nossa própria mente humana. A bem refletir sobre tal fato, causa estranheza (verificar) como todos os filósofos seriamente estudaram o modo de obter a ciência deste mundo natural, do qual – pois que Deus o fez – somente ele tem ciência; e deixaram de meditar este mundo das nações, ou seja, o mundo civil, do qual – pois o fizeram os homens – podiam obter sua ciência os homens. (VICO, 1999, p. 131 -2)

A *ciência nova* tem como método penetrar os princípios e as causas dentro do curso das nações, recolhendo a ordem que flui de elementos e formas de vida que nem são fortuitas, nem determinadas, mas dirigidas e destinadas a satisfazer necessidades, desejos e ambições. Neste sentido, as produções culturais podem ser entendidas, interpretadas e avaliadas a partir da compreensão do propósito para o qual foram criadas⁷

Na investigação do desenvolvimento da humanidade, Vico empreende uma volta aos modos de compreensão das coisas, dos sentimentos e das atitudes das comunidades humanas primitivas. Resulta deste processo uma história universal que se constituiu por três estágios (ou idades), cada qual correspondendo a uma forma de organização social, política e jurídica. Na Idade dos Deuses, os homens que fundaram a sociedade humana eram néscios, insensatos e horríveis bestas, sem nenhum poder de reflexão, mas dotados de sentidos agudos e poderosa fantasia. Diante das forças naturais que os ameaçavam, sentiam e imaginavam divindades terríveis e castigadoras e, por temor a estas divindades, começaram a refrear os instintos, criando famílias e as primeiras ordens civis. Vico chama-as de repúblicas monásticas, pois criam regras de convivência baseadas em rituais religiosos e acreditam viver sob governo direto dos deuses. A linguagem é muda, feita de gestos, sinais e caracteres. Na Idade dos Heróis, as famílias se unem, formando a aristocracia, que domina o restante da população em governos oligárquicos. Cria-se o direi-

⁷ Observamos que todas as nações bárbaras humanas, ainda que, por imensos intervalos de espaços e tempos entre si distanciadas, guardaram estes três humanos costumes: todas possuem alguma religião, todas contraem matrimônios solenes, todas sepultam seus mortos (...) Pois, pela dignidade de que idéias uniformes, principiadas junto à totalidade dos povos, não conhecidos entre si, devem ter um motivo comum de verdade, deve ter sido ditada a todas: dessas três coisas, começou a humanidade e, por isso, devem ser preservadas (...). Para isso tomamos esses três costumes eternos e universais como os três princípios desta Ciência. (VICO, 1999, p. 132)

to baseado na religião. Fundam-se as cidades, que cultivam as virtudes heróicas da piedade, da prudência, da moderação, da fortaleza e da magnanimidade. Os homens derivam sua nobreza dos deuses e a fantasia ainda prevalece sobre a reflexão. O modo de expressão dessa vida é a linguagem simbólica, repleta de imagens e metáforas, não existindo fronteiras entre a imaginação e a realidade, como se pode observar na poesia de Homero. Na Idade dos homens, o governo assume a forma de república popular ou de monarquia, ambas assegurando a igualdade de direitos para todos os cidadãos livres. O homem passa a explicar o universo mediante a metafísica raciocinada e a relação com uma ordem providencial toma a forma de reflexão que procura rastrear a idéia de bem, sobre a qual os homens devem estar de acordo. A linguagem se baseia em vocábulos convencionados.

Essa visão histórica é, ao mesmo tempo, progressiva e cíclica. De um lado progressista, porque de uma fase bestial passa para uma fase heróica e depois racional, por outro lado é cíclica, porque as três fases marcam um ciclo, que eternamente reinicia, formando uma espiral. Com essa lógica, Vico assegura a continuidade entre fantasia e razão, ambas fazendo parte de um processo mais amplo de investigação de mundo incompletamente conhecido.

Como a História dá a tópica do repertório dos possíveis já realizados, dentre as muitas produções humanas, Vico distingue a linguagem como o subsistema simbólico e normativo que imprime em si as formas de vida e da experiência. Assim, é no mergulho nas formas de linguagem da humanidade que ele especifica o material para outras possibilidades de conhecer para além das categorias tradicionais do dedutivo *a priori* e do empírico *a posteriori*.

Vico diferencia a linguagem mito-poética da linguagem silogística. A linguagem mito-poética anima toda a natureza mediante o emprego da semelhança, que se constitui por analogias, primitivamente através de antropomorfização e depois por metaforização, e por ludismo, reprodução das constantes

que adquirem possibilidade e levam ao deleite. Esta linguagem, como a silogística, também apresenta um princípio classificador. Mas enquanto a linguagem silogística forma os universais lógicos a partir dos princípios da identidade, da não contradição e do terceiro excluído, a linguagem mito-poética forma os gêneros inteligíveis das coisas em universais poéticos: deuses, heróis, ritos, entre outros, a partir da analogia e do ludismo, respectivamente, compreendidos pelo autor como participação e repetição⁸

Para Vico, o pensamento fantástico – veiculado pela linguagem mito-poética – que no princípio fingiu os mitos e depois se aloja nas imagens, nas formas das coisas que a fantasia muda, separa e compõe, vincula-se com a experiência social guardada na memória. Assim, a analogia e a imaginação reconstrutiva são métodos de conhecimento, já que a fantasia tem o poder de modelar as imagens das coisas, gerando novas formas sendo, portanto, criadora. O lúdico, por sua vez, revela o prazer que o homem sente ao constituir o uniforme, formando constantes. São as coisas verossímeis que possibilitam e regulam a vida prática e não a razão abstrata.

A defesa de Vico a outras formas de conhecimento, como sabemos, não teve êxito no século XVIII, século em que a grande maioria dos pensadores acatou o argumento socrático e racionalista do imaginário/tradição/lúdico/opinião como o outro (contrário) da razão. Nas palavras de Foucault, o rompimento desse movimento dá-se com os “mestres da suspeita: Marx, Freud e Nietzsche” (FOUCAULT, s/d) e, depois, com seus seguidores, apontando para a ideologia, o inconsciente e o caráter metafórico da linguagem e, conseqüentemente, co-

⁸ Os homens primeiramente sentem sem perceberem: a seguir percebem com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura. Esse aforismo é o princípio das sentenças poéticas, que são formadas com sentidos de paixões e de afetos, diferentemente das sentenças filosóficas, que constituem pela reflexão e mediante raciocínios. Por isso estas marcham vigorosamente para a verdade, quanto mais se alçam para os universais; e aquelas, tanto mais acertadas resultam quanto mais se apropriam dos particulares. (VICO, 1988, p. 152).

locando em questão a razão fundamentada numa metafísica da verdade. O que não impediu que a racionalidade instrumental e mercantil se estendesse por nosso tempo e se estabelecesse na formação escolar.

CONCLUSÃO

Resgatar o movimento da vida humana na sua plena possibilidade para o universo do conhecimento consiste em acolher uma proposição de verdade para além do propósito de dominar uma realidade conflitiva pela coerência, homogeneização e regras imutáveis e eternas. O caráter descontínuo e contraditório da realidade – e múltiplo do objeto – exigem um pensamento capaz de respeitar e elaborar a pluralidade e a ambivalência na forma de um conhecimento que se constitua como uma exercício de resignificação infinita do mundo, que não pode nunca ser totalmente conhecido, só reinscrito.

Assim, colocar em questão os padrões do conhecimento e acolher possibilidades do pensável, como as geradas pela lógica da semelhança, provocam e evocam a disponibilidade do saber. Neste sentido, o lúdico e o imaginário, capazes de abrigar a ambiguidade, o reinício e o imprevisível, se mostram elementos importantes na formulação de novas possibilidades de conhecer que abrigam a experiência, pensada como um estar intensivo no mundo. A lógica da semelhança manifesta essa pluralidade incessante que se abre constantemente a outra coisa imprevisível e incalculável.

Vico não coloca a semelhança como o outro da razão, num movimento de valorização do irracionalismo, em que o mito surgiria como a única verdade revelada. Ele apresenta a fantasia rememorativa como um método de conhecimento ao lado do racionalismo lógico, mais adequado à compreensão do fenômeno histórico e, portanto, humano. Ao evidenciar as semelhanças e o comportamento mimético como possibilidades de conhecimento, Vico possibilita que pensemos a imagi-

nação e o ludismo como dimensões de um modo de conhecer que resgata não só a vida prática, mas também possibilidades de experiência para a formação escolar, que proponham a essa uma dimensão ética e estética. Estética, no sentido oferecido por Wolfgang Iser, de um acolhimento do jogo, daquilo que “está sempre associado a alguma coisa outra que o *si mesmo*. (ISER, W. 2001), provocadora de uma ética aberta à pluralidade, ao descentramento da subjetividade e à alteridade, pois proporciona uma formação na qual se dá, como diz Larrosa, principalmente “um deformar e um transformar a maneira como nomeamos o que vemos e vemos o que nomeamos” (LAROSSA, 2004, p. 272).

BIBLIOGRAFIA:

- AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e historia: destrucción de la experiencia y origen de la historia*. Trad. Silvio Mattoni, Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2004.
- BOBBIO, Norberto. “Vico” In *A teoria das formas de governo*. Brasília: UNB, 1988.
- BOSI, Alfredo. “Leitura de Vico” In *O ser e o tempo na poesia*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- DESCARTES, René. *Discurso do Método, Meditações, Objeções e respostas, As paixões da alma, cartas*. São Paulo: Abril cultural, 1979. (Os pensadores).
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia antiga*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx; Theatrum Philosophicum*. Porto: Rés, s/d.
- JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1988.
- HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HOMERO. *Odisséia*. Trad. Antônio Pinto Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- ISER, Wolfgang. O ressurgimento da estética. In: ROSENFELD, Denis (org). *Ética e estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LARROSA, Jorge. *La experiencia de la lectura: estudios sobre literatura y formación*. Barcelona: Laertes, 1996.
- _____. *Linguagem e Educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PLATÃO. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1986.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. São Paulo: Paz e Terra. s/d.
- VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova: acerca da natureza comum das nações*. São Paulo: Nova cultural, 1988. (Os pensadores)
- _____. *A ciência Nova*. Tradução, prefácio e notas de Marco Lucchesi, Rio de Janeiro: Record, 1999.

ABSTRACT: This work aims at discussing the role of imagination and playfulness in the formation of knowledge. It presents the Greek philosophic discourse as the origin of western rational thought, which is established from its opposition to the thought carried by the mythical-poetic discourse. It characterizes the reason discourse based on the logic of no-contradiction, and the mythical-poetic discourse constituted by the logic of ambiguity. It also demonstrates the continuity of that division in the 17th century's thought by the trust in a reason founded on the logic of cause and opposition, contradicted by Vico, through the characterization of poetic thought, which presents the logic of similarity and in which analogy and repetition constitute the poetic universals. Knowledge produced by mythical-poetic thought accepts experience and the possibilities of producing knowledge fostered by the opening for plurality, otherness and discentering of subjectivity.

Keywords: Imagination; playfulness; reason; mimesis; knowledge

MEMÓRIAS DE RIOS E DE LAGOS NA FICÇÃO AMAZÔNICA

Elizabete de Lemos Vidal¹

vidal@ufpa.br

RESUMO: A pesquisa sobre memórias de rios e lagos amazônicos possibilitou um encontro entre dois escritores – Dalcídio Jurandir e Benedicto Monteiro – traduzindo, do universo literário criado por esses dois autores, vivências do mundo amazônico. Nesse sentido, é possível afirmar que no romance *Marajó*, de Dalcídio Jurandir e no conto *O peixe*, de Benedicto Monteiro, há uma representação do “médico popular” que atua nos espaços da Amazônia ribeirinha. As especificidades e funções atribuídas a esse personagem, no plano do enunciado e da enunciação, auxiliam na reconstituição das memórias amazônicas traduzidas no plano da ficção. O tom de oralidade presente no conto *O peixe*, enriquece o convencional papel do narrador, refletindo as vivências e experiências do autor emprestadas à angústia de um homem dividido entre as coisas de Deus e as tentações do Diabo: águas, peixes, plantas, musgos, cores, cheiros e sabores, elementos de um mundo particular, se agregam à geografia dos rios, lagos, furos, igarapés, que materializam constelação de signos amazônicos.

Palavras-chave: literatura; memória amazônica; narrador/personagem; espaço; tempo; crítica literária

¹ Professora da Universidade Federal do Pará

Ah, todo o cais é uma saudade de pedra!

[...]

E vós, ó coisas navais, meus velhos brinquedos de sonho!

Componde fora de mim a minha vida interior!

[...]

Sede vós os frutos da árvore da minha imaginação.

Tema de cantos meus, sangue nas veias da minha inteligência,

Vosso seja o laço que me une ao exterior pela estética,

Fornecei-me metáforas, imagens, literatura,

Porque em real verdade, a sério, literalmente,

Minhas sensações são um barco de quilha pro ar,

Minha imaginação uma âncora meio submersa,

Minha ânsia um remo partido,

E a tessitura de meus nervos uma rede a secar na praia!"

(Álvaro de Campos)

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa sobre memórias de rios e de lagos realiza o encontro de autores paraenses do século XX cujas obras integram o território amazônico no mapa literário brasileiro, sob a perspectiva do discurso literário de Benedicto Monteiro e Dalcídio Jurandir. Na fala de Benedicto Monteiro se estabelece a relação entre os dois discursos:

Eu acho que aqui no Pará ainda não temos um romancista que expressasse a Amazônia como eu tentei fazer nos meus livros. Por exemplo: o Dalcídio Jurandir é extraordinário, mas ele expressa o Marajó e Belém. [...] Mas, não a Amazônia no contexto geral, quer dizer, nenhuma pessoa, nenhum escritor conseguiu fazer isso. Eu, pra poder fazer isso, escrevi quatro livros e não tenho certeza se atingi grande coisa (NASCIMENTO, 2004, p. 112).

Fica evidente que, ao construir sua obra de ficção, Benedicto Monteiro tinha a intenção de ampliar o território já transplantado para a literatura por Dalcídio Jurandir, sem,

no entanto, reproduzir a estratégia narrativa do escritor de 1930. Talvez, para dar provas de sua independência literária, o escritor detalha seu processo de criação:

[...] Os meus livros são elaborados da seguinte forma: o “Verdevagomundo” retrata a Amazônia e o homem embutido lá no meio, pequeno; “O Minossauro” o título já diz, é um neologismo que eu inventei. Não existe o Minotauro da Ilha de Creta? Eu coloquei “O Minossauro” porque quer dizer o **homem jacaré**, porque é **homem** e **sauro**. Esse é um estudo sobre o homem. Realmente é um estudo sobre o homem da Amazônia, aí, sob vários aspectos; a “Terceira margem” é uma discussão do ensino. O “Aquele um” é uma antecipação do que estão fazendo na televisão hoje: é um hipertexto, quer dizer, o livro está dividido em três partes que são as falas do Miguel das três primeiras obras. A primeira parte, que é da obra “Verdevagomundo” depois tem a segunda, que é a de o “Minossauro” e a terceira que é a da “Terceira Margem” Então, você pega isso (as três primeiras obras) espreme e faz “Aquele um” Tirei todo o contexto histórico, o fragmentário, o anedótico, tirei tudo, fixei-me só na linguagem do personagem Miguel (NASCIMENTO, 2004 p. 106).

O personagem Miguel, a quem se refere o escritor, é Miguel dos Santos Prazeres, o Cabra-da- peste, vulgo afilhado do Diabo, personagem-elo da Tetralogia Amazônica formada pelo *Verdevagomundo*, *O Minossauro*, *Terceira margem* e *Aquele um*. “Não me inspirei em Guimarães Rosa” afirma Benedicto Monteiro ao falar sobre a criação da linguagem do seu personagem. E prossegue: “Inspirei-me em Dalcídio Jurandir, que já escrevia utilizando a oralidade em 1933, quando lançou o romance *Chove nos Campos de Cachoeira*” (NASCIMENTO, 2004, p. 116),

E o que é um autor? Para Foucault, a maneira como respondemos a essa pergunta vai traduzir o sentido que conferimos à obra, e o estatuto ou o valor que atribuímos ao autor: “Perguntar-se-á a qualquer texto de poesia ou de ficção de onde é que veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto (FOUCAULT, 1992,

p. 50). No que diz respeito à obra de Benedicto Monteiro, a resposta sobre autoria, vem do próprio autor, no posfácio do romance *Aquele um*:

Apesar de já ter publicado um livro de poesias em 1945, no Rio de Janeiro, confesso que foi a minha prisão e casação, em 1964, que reacendeu em mim o desejo e a necessidade de retornar à atividade literária. Senti angústia, desespero de colocar no papel um mundo de pensamentos e sentimentos que poderiam morrer comigo para sempre, caso os guardas concretizassem as ameaças de fuzilamento que me faziam na calada das madrugadas. Essa angústia e esse desespero aumentaram ainda mais quando, depois de libertado, regressei à minha casa e encontrei a biblioteca totalmente saqueada pela polícia e militares, que a tinham invadido várias vezes. Pois, além de livros, escritos e documentos preciosos, haviam surrupiado também uma pesquisa que eu tinha realizado sobre o linguajar dos paraenses e amazônidas. Quando percebi que não poderia recuperar as fitas e as fichas dessa pesquisa nas quais havia registrado os falares de toda Região, procurei logo incorporar o que restava na memória em contos que comecei a escrever e no próprio romance que iniciava uma saga da Amazônia (MONTEIRO, 1995a, p. 221-222).

O texto anuncia o nascimento de um projeto voltado para a memória amazônica ribeirinha² com relevo para as influências que os elementos desse universo exercem sobre o destino dos personagens no espaço e no tempo da ficção literária. O romance *Maria de todos os rios*, de Benedicto Monteiro, escrito depois da tetralogia (1995), é pródigo no que se refere à construção de um inventário de plantas que curam doenças que se manifestam, com frequência, no território amazôni-

² “Olhe, esta questão da Amazônia, que falam tanto aqui e fora do país, é uma coisa muito vasta. De perder de vista. Eu, como já lhe disse, conheço ela só pelos rios. Não pelo Amazonas, que é uma imensidão de água. Mas, pelo Tapajós, Xingu, Tocantins, Trombetas, Itacaiunas e outros rios e igarapés, que trançam todas aquelas matas’ (MONTEIRO, 1995b, p. 174-176)

co. Em um diálogo em que o interlocutor permanece silencioso, a narradora organiza fragmentos de memória:

A senhora lembra daquele meu irmão que eu lhe falei logo no princípio da história? [...] Pois é, ele sabia de montes de plantas agrestes que serviam de alimentos. Quando ele se embrenhava aí pelas matas, a senhora pensa, ele não levava nada, de matalotagem. As plantas que ele conhecia é que serviam de alimentos. [...] Até a água do rio ele dispensava. Ele arrumava água das plantas e das árvores. Só não me lembro dos cocos que ele dizia que davam água (MONTEIRO, 1995b, p. 73-75).

Uma enumeração detalhada descreve “o modo de usar” as plantas, segundo o critério das utilidades:

O **espera-primeiro**, também conhecido por **jupindá**, basta cortar o seu tronco e virar a parte cortada para baixo, que nem torneira escancarada. O **cipó-d'água**, como o nome está dizendo, também conhecido como **cipó-vermelho** ou **muiraqueteca**, dá água da mesma forma que o **espera-primeiro**. E eu me lembro ainda que o **cipó-de-caçador**, também conhecido como **itauaçu**, que ele dizia que dava uma água boa, melhor que a água da chuva (MONTEIRO, 1995b, p. 75).

A organização, reordenação e articulação de pedaços de lembranças – “E eu me lembro ainda” – evidenciam que, às experiências e vivências do narrador, se agrega um exaustivo trabalho de pesquisa do autor que legitima a utilização de ervas como alimento e como remédio, no plano do enunciado e da enunciação. Ciente da importância desse conhecimento sobre plantas para o seu projeto literário, o autor/narrador/personagem continua: “Minha mãe sabia de muitas, que ela aconselhava pros parentes e pros vizinhos, quando nos visitavam” (MONTEIRO, 1995b, p. 75). A voz que narra focaliza a lembrança das plantas que servem para remédio. Mas isso não é dito de qualquer jeito. Há uma preocupação em expli-

car a origem do conhecimento e de como e para quem esse conhecimento é transmitido, revelando um narrador /testemunha: “Minha mãe sabia de muitas e muitas coisas. [...] Ela dizia que tinha aprendido tudo aquilo, dos antigos, dos antepassados, às vezes ela dizia que sonhava. Sonhava os remédios e as doenças. [...] Minha mãe era descendente de índio” (MONTEIRO, 1995b, p. 75).

Essa última informação, recuperada pela busca do passado, apresenta o registro da memória que se volta para origens e tradições do mundo narrado, no qual se destaca a forte influência indígena naquele grupo social. E o conhecimento das ervas permite à narradora utilizá-las, também, como pano de fundo onde irá imprimir o nome das doenças que frequentam o mundo amazônico. Referindo-se à lembrança da mãe, lembra que era só falar numa doença que ela já se lembrava dum remédio. “Remédio do mato é claro. Curava até tuberculose. [...] O tal do **leite do Amapá** que pro Mundico só servia de alimento, pra ela servia também como remédio. Minha mãe fazia **aborto**, fazia **parto**, e muito que aconselhava” (MONTEIRO, 1995b, p. 75-76).

Ao esclarecer a função do mesmo remédio para situações diferentes, utilizado por sujeitos distintos – o irmão e a mãe –, a narradora se revela próxima do tempo e do espaço lembrados, o que a torna também testemunha de um mundo particular em que os valores sociais são regidos por códigos culturais³ também particulares. Neste sentido, na condição de narrador/testemunha, seleciona o que considera “intimidades das mulheres” E entre essas “intimidades” estão: falta de menstruação, fraquezas no coração, no estômago, nas per-

³ Segundo Laraia (1999, p. 90), “a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence”. O estudo de Laraia permite compreender a prática do aborto como processo natural, na ficção de Benedicto Monteiro – consequência natural das “intimidades das mulheres”. Naquele contexto, o comportamento social das sociedades ribeirinhas, no que se refere a essa prática, não obedece ao código jurídico vigente no Estado brasileiro.

nas, nos braços, e até “no negócio dos homens” O aborto reaparece como um acontecimento tão natural quanto a menstruação, podendo, portanto, naquele contexto, figurar entre as intimidades das mulheres:

Só nos remédios para as intimidades das mulheres que eu me interessava. Pra aborto, aprendi que **barba-de-barata, buchuda, erva-de-bicho, fadegoso, jambu, jataúba branca, mastruço e urubucaá**. Já pra falta de menstruação, tinha o **jamborandi**, a **bucha** e o **algodoeiro brabo**. Para as fraquezas no coração, no estômago, nas pernas, nos braços, e até no negócio dos homens, ela recomendava **marapuama**. Bem, pra ativar a menstruação, tinha o **cipó-cruz, a genciana, mucuracaá, salva-de-marajó, tarumã-da-mata, e urubucaá**, até pra corrimento, ela tinha a **imbaúba-branca, louro-puxiri, mangue-vermelho, marupá, melão-de-são-caetano e matico** (MONTEIRO, 1995b, p. 75-76).

E o que poderia ser uma enumeração exaustiva de nomes de plantas medicinais e suas utilidades assume importância capital no momento em que o leitor identifica uma fratura exposta – um vazio – no processo de localização das lembranças, durante a recuperação da memória para o registro escrito. Há poucos instantes o leitor tinha a sensação de acompanhar a memória prodigiosa que seleciona, organiza, inclui e exclui informações. Mas, surpreendentemente, a narrativa parece romper a expectativa do leitor, quando o narrador personagem anuncia: “Ah, não posso me lembrar de todos os nomes” uma vez que, ainda segundo o narrador, além das suas plantas vivas, que ela conservava e tratava nos jiraus, ela guardava nos vidros e nos embrulhos as suas plantas mortas. “Eram leites, azeites, sementes, raízes, cipós e cascas, de muitas árvores. Ah, não posso me lembrar de todos os nomes. Mesmo porque, neste particular, ela pouco que falava (MONTEIRO, 1995b, p. 75-76).

O acervo da flora amazônica reunido no fragmento do romance *Maria de todos os rios* representa a realização do projeto do autor de “salvar o que lhe restava na memória”

sobre a Amazônia, em contos e romances. No entanto, o fazer literário não se contenta com o mero registro da memória em longas listas de nomes de plantas. Como se pode acompanhar na obra de Benedicto Monteiro, aquilo que parecia informação árida, desprovida de outros significados que não o de reproduzir ou catalogar signos e símbolos amazônicos, assume a função de inscrever, na ficção, as possibilidades de sobrevivência e as práticas da cultura ribeirinha. O romance *Aquele um* ressalta as habilidades de um pescador “entendido” como se diz na Amazônia, revelando a contribuição do autor que empresta ao personagem/narrador as próprias memórias, sem o que não seria possível a riqueza de detalhes com os quais o personagem é apresentado ao leitor:

Mestre Piranha nunca foi pajé nem feiticeiro. Nego firme e forte. Pescador é que ele era: só pescador, pescador de puro ofício. Morava sozinho na sua canoa e às vezes tinha uma terrível intuição de médico. Curava muitas coisas, o senhor pensa. Benzia, rezava, costurava carne e espinhela caída e dizem até que conversava com os peixes. Isto eu não afirmo. Mas os emplastos que fazia com o sumo das plantas, curavam coisas das mais terríveis. Os chás das ervas, os remédios das raízes, a escolha das plantas que cresciam embaixo d'água mostravam que Mestre Piranha tinha muitos e muitos conhecimentos. Quebradura, era com ele; ninguém precisava procurar médico pra curar hérnia. Ele costurava as carnes com emplastos e rezas – tudo por cima – e o serviço ficava perfeito. (MONTEIRO, 1995a, p. 52)

A construção do personagem Mestre Piranha demonstra que o relato transcende as lembranças, concedendo ao discurso literário a função de legitimar a ação atribuída ao pescador “entendido” Nesse processo, o autor, com o auxílio de suas próprias memórias e da memória coletiva, assegura, no espaço social amazônico, um lugar para as práticas populares de herança indígena, conforme já o fizera no romance *Maria de todos os rios*, na voz da personagem narradora: “Minha mãe sabia de muitas e muitas coisas. [...] Minha mãe era descendente de índio” (MONTEIRO, 1995a, p. 75).

1. BENEDICTO MONTEIRO E DALCÍDIO JURANDIR

Os aspectos dos romances *Aquele um e Maria de todos os rios* ressaltados aqui identificam a existência de um diálogo entre os escritores Benedicto Monteiro e Dalcídio Jurandir no que diz respeito aos poderes atribuídos a alguns de seus personagens ficcionais. No romance *Marajó* (1947 p. 222), o narrador apresenta dois pajés: Leonardina, a flor dos pajés dos campos e dos **lagos** do Arari, e Mestre Jesuíno do Muruacá. Leonardina benzia o gado do coronel Coutinho, defumava as marcas da propriedade, os malhos da castração, cordas, celas, relhos, porteiras. Coronel Coutinho não escondia seu temor “diante da fama de sua amiga” Mestre Jesuíno, ao contrário de Mestre Piranha (de Benedicto Monteiro), não era apenas “entendido”

A apresentação de Mestre Jesuíno (em *Marajó*) é longa, com descrição de minúsculos detalhes de sua aparência física. Mas, o que chama a atenção é a aura mítica com que o narrador recobre Jesuíno, mergulhando-o e revestindo-o com o poder e o mistério do lago mítico que aparece entre as lendas do romance. Guajará era um lago falado, a lenda enchia os campos. Os vaqueiros contavam: “tinha comunicação com o mar, a maré enchia e vazava, **boiavam quilhas de barcos, lemes, pedaços de velas**, vozes de afogados, bois bufavam no fundo, ninguém ousava pescar ou atravessar à noite no **lago** Guajará” (*Marajó*, p. 323). E o narrador comparava: “O silêncio de Jesuíno era como sono. Aquele corpo parecia enorme como o **lago**, abrindo as margens para os descampados tristes. Para ele os caminhos não vinham das águas do mar e dos campos, mas das dores dos homens” (*Marajó*, p. 323).

O narrador enumera curas e milagres de Mestre Jesuíno, cuja fama atraía para o seu barracão, nos dias de sessão do pajé – às sextas-feiras – doentes e desesperados: “caçadores de onça no Salgado, roceiros de Joanes, pescadores de Salvaterra, mariscadores de Camará e brancos fazendeiros com a bexiga

vazando como o capitão Onofre, [...] vaqueiros lanhados de onça, estropiados, rendidos e agonizantes” (*Marajó*. p. 319). Conta, ainda, o narrador que o fumo do cachimbo de Mestre Jesuíno secava feridas, o som de sua voz abrandava as dores: “Com esses poderes o pajé ditava a receita e emplastava a esperança no peito do povo” (*Marajó*. p. 323).

Na ficção de Dalcídio Jurandir, a presença dos pajés representa “a compreensão e o reconhecimento de uma prática social que tem como fundamento, em sua tradição religiosa, a invenção e atualização de saberes populares – o pajé é um médico popular – cujo conhecimento é socializado a partir de um poder que lhe é imanente” (SILVA, 2008, p. 179). Daí concluir-se que Dalcídio Jurandir e Benedicto Monteiro reservaram, em seu projeto literário, um lugar de prestígio para esse “médico popular” que sobrevive nesse universo social. As especificidades e funções atribuídas a cada um, nos contextos do romance e do conto, atualizam e consagram essa presença, no âmbito da realidade amazônica. Nesse mesmo contexto social recriado na ficção cabem, ainda, mais lendas e mitos. E Benedicto Monteiro mistura-os à poética e à magia dos contos de fadas, consagrando suas lembranças nos moldes da literatura, como se percebe no conto “O papagaio”:

Quando o coronel Laudemiro adquiriu os cães de raça lobo, pensou logo em Nêgo Tinta pra cuidar. Os nomes dos bichos foram escolhidos de acordo com a fama do tratador. **Mete-Medo, Lúçifer, Quebra-Ferro e Rompe-Mato**. Eram cães enormes e brabos que Nêgo Tinta só fazia enraivecer cada vez mais. Só ensinava maldades para os danados. Gado montado na mata, porco arisco amoitado no campo, era serviço que o coronel Laudemiro deixava a cargo de Nêgo Tinta com a matilha de cães [...] Chamavam NêgoTinta, pra não usar um outro apelido que ele tanto não gostava: Matinta, Matintaperera.⁴ Mas se assoviavam

⁴ Matintaperera. Mati, mati-taperê; nome de uma pequena coruja, que se considera agourenta. Quando, a horas mortas da noite, ouvem cantar a mati-taperê, quem a ouve e está dentro de casa, diz logo: -*Matinta, amanhã podes vir buscar*

imitando o duende da mata, era muito, muito pior. [...] Ele era mesmo muito feio e muito forte. Havia quem até desconfiasse que ele ao menos fosse criatura de Deus. Era gente-assombração-meio-animal-da-mata. Era Matinta. (MONTEIRO, 1990, p. 47-48)

2. “O PEIXE”

É sob a perspectiva da poética de lembranças que se organizam nos moldes da literatura que considero importante a leitura do conto “O peixe” único sobre a Amazônia ribeirinha que não recorre a outros textos como ocorre em outras obras de Benedicto Monteiro. Ou seja, as mesmas histórias estão tanto nos romances como nos contos. Segundo o próprio autor “você pega isso (as três primeiras obras) espreme e faz *Aquele um*. Tirei todo o contexto histórico, o fragmentário, o anedótico, tirei tudo, fixei-me só na linguagem do personagem Miguel (NASCIMENTO, 2004, p. 106).

Publicado no livro *O carro dos milagres* (1990), o conto “O peixe” representa o saber comum tradicional de uma determinada região – ainda presente na memória do autor – na voz de um narrador/personagem, às vezes personagem/narrador, em longas descrições que fixam, no universo literário, signos específicos do mundo amazônico. No ponto de conversão da memória em texto, a combinação desses signos ultrapassa o nível da simples evocação de tradições, espaços e temporalidades, e alcança questões universais, num desafio à verticalidade e à transversalidade. Nesse sentido, o conto mantém a ficcionalidade, mesmo que o leitor, em alguns momentos, seja tentado a perceber o fato ficcional em relação a

tabaco. Quem, na manhã seguinte chega primeiro àquela casa, será considerado como o mati. A razão é que, segundo a crença indígena, os feiticeiros e pajés se transformam neste pássaro para se transportarem de um lugar para outro e exercer suas vinganças. Outros acreditam que o mati é uma maaiua, e então o que vai à noite gritando agoreiramente é um velho ou uma velha de uma só perna, que anda aos pulos. A matinta pereira é uma modalidade do mito saci-pererê, na sua forma ornitomórfica (CASCUDO, 1979, p. 484-485).

um referente extratextual: a correspondência com o universo concreto do mundo amazônico, cuja representação revela muito mais que um escritor talentoso, com o domínio da técnica narrativa. Revela, também, um crítico de seu tempo, preocupado com a situação de isolamento em que se encontra a região amazônica, no contexto histórico, político e social, do resto da humanidade. É sob essa perspectiva crítica que Benedicto Monteiro representa os problemas do homem amazônico, na ficção literária, com fortes traços de oralidade. E não é por acaso que a narrativa assume o ritmo e, algumas vezes, até a forma da expressão oral.

Levando em conta esse aspecto, Benedito Nunes, no prefácio do livro *O carro dos milagres*, considera que todos os contos de Benedicto Monteiro publicados nesse livro – “O pau mulato” “O papagaio”, “O precipício” “Fim do mundo” “O peixe” e “O sinal” inclusive “O peixe” derivam da fala em que está latente a possibilidade de proliferação ilimitada da narrativa, do personagem arquetípico, aquele que conta histórias. Na opinião do filósofo, essa fala é responsável pela unidade da obra do escritor e graças a essa linguagem intertextual, o relato oral se mantém dentro da narrativa escrita, que irrigada “com a seiva de termos e expressões regionais, consegue preservar, em seu ritmo descontraído, a maneira vital, gratificante, do **velho contador de histórias das sociedades pré-industriais**, ligado à terra e não dominado pela vivência do tempo utilitário” (NUNES, 1990, p. 12).

Em “O peixe” está presente esse contador de histórias, cujo dom da oralidade, além de contribuir para enriquecer o mundo narrado – reconstruído de pedaços de lembranças – revelam o linguajar dos paraenses e amazônidas.

Da combinação de signos que obedece a uma ordem cósmica depende a realização do espaço que irá abrigar a narração. E a narração exige uma ambientação adequada à trama que se desenvolve em torno de um dia difícil na vida de um ribeirinho, pai de cinco filhos, durante o inverno amazônico. O presente da narrativa recupera o momento que o antecede.

Porque era inverno, o pescador, em vez de ir pescar, aventurara-se nas matas, em busca do almoço das crianças. Com uma espingarda velha e sem muita habilidade com o exercício da caça, nada consegue. O conto inicia quando o narrador/personagem, desolado com o insucesso da empreitada, volta para casa e se depara com o choro e a fome das crianças e o olhar de reprovação da mulher. Angustiado com o desespero da família, se vê obrigado a enfrentar as águas do lago que se tornou descomunal, com as cheias do inverno. Essa segunda tentativa para conseguir o almoço da família, sustenta o eixo da trama. Todos os elementos da narração, inclusive o espaço, são regidos pelas duas estações que comandam o tempo na Amazônia: inverno e verão.

3. INVERNO E VERÃO NO TEMPO DA NARRATIVA

[...] o lago agora era muito maior do que eu pensava. Desci sem muita fé de conseguir qualquer coisa, porque conforme tinha dito à mulher, o tempo não estava favorável. Sabia muito bem que com aquele tempo e naquela hora, era impossível pescar. Tinha aprendido isso de meu avô, de meu pai e de minhas vivências por todos esses lagos. [...] Onde acharia peixe naquela imensidão? Naquela hora, com aquele sol e agora com aquele vento. Só muito milagre ... (“O peixe” p. 88);

[...] de cima da ribanceira eu vi logo o tamanho do bruto: agora sim era um lago! Mas antes já tinha sido um campo. Campo e pasto. Varja. Varja alta. Varja alta e varja baixa entremeada de poços no verão. O sol tinindo e tremendo. Vasto, vasto. Lama e charco. Campinarana baita! Tijuco e chavascal. Mas pelo meio do verão, passava um igarapé. Agora nem sinal! Agora nem sinal de correnteza indicava o que havia por baixo. As ilhas é que faziam a mata se unir por longe uma linha do horizonte. [...] Agora era água. Tudo água. Água por baixo e por cima de tudo. **Lago-rio-campo alagado**. Água que se estendia para-nunca mais. (“O peixe” p. 88)⁵

⁵ A partir deste ponto, todas as citações do conto “O peixe” serão acrescentadas apenas do título e da página, correspondente à edição de 1990 de *O carro dos milagres*.

A estratégia utilizada na descrição do ambiente não permite que o elemento dinâmico desapareça da narrativa. Ao contrário. O ritmo do fluxo narrativo se mantém. É o ritmo da narração que dá vida à descrição do mundo mágico-mítico-simbólico da alegoria em que se transforma o espaço da narrativa, percebido pelo narrador/personagem. Quando, finalmente, o narrador retoma o fio da narração, persiste ainda o recurso descritivo misturando os dois planos, sem nenhum prejuízo à dinâmica do conto: “Eu levava tudo pra pescar: espinhel, caniço, arpão e zagaia. Só não levava tarrafa porque era inverno e ela estava toda esburacada da safra do verão” (“O peixe” p. 89) – está pronta a ambientação, imprescindível para o desenvolvimento da ação.

Dispostos assim, em sequência, os signos da pesca – **espinhel, caniço, arpão, zagaia e tarrafa** – parecem destituídos de seus significados dentro de um sistema. Isolados, têm significado limitado, finito. Mas, quando reunidos no plano narrativo (“O peixe”), representam a vontade do narrador em “unir” as coisas do mundo exterior ao mundo interior – imagem que remete ao poema *Ode Marítima*, de Álvaro de Campos, citado na epígrafe deste capítulo. As “coisas navais” reunidas no universo marinho, representam, no poema, o mundo exterior que o eu-poético deseja unir com o mundo interior feito de metáforas, imagens, literatura:

E vós, ó coisas navais, meus velhos brinquedos de sonho!

Componde fora de mim a minha vida interior!

[...]

Sede vós os frutos da árvore da minha imaginação.

Tema de cantos meus, sangue nas veias da minha inteligência,

Vosso seja o laço que me une ao exterior pela estética,

Fornecei-me metáforas, imagens, literatura [...]

(CAMPOS, 1996, p. 314).

A analogia entre as duas linguagens se sustenta, nos dois textos, na metáfora da rede. Enquanto a rede dos versos

de Álvaro de Campos se estende, vazia, a secar na praia, enredando os dois mundos, a rede do conto de Benedicto Monteiro sustenta os fios da narrativa, no estado de ausência que transita na memória do narrador, entre a safra do verão passado e o inverno do presente. No plano da enunciação é inverno e a tarrafa, no conjunto de signos que compõem o mundo exterior – material levado para a pesca – se enche de significados reforçando, inclusive, a noção de tempo cronológico: “Só não levava tarrafa porque era inverno e ela estava toda esburacada da safra do verão” A imagem da **tarrafa esburacada**, presente pela ausência, transcende à simples referência ao tempo para se transformar na alegoria da memória do próprio narrador. O “esburacado” nas malhas da tarrafa corresponde às lacunas do não recuperado nos vazios da lembrança. A metáfora recupera os “buracos” da memória destruída pela safra do tempo – acentuada pela perda de suas anotações e registros, destruídos pelos militares (como está registrado no seu depoimento).

A narração do conto “O peixe” obedece à relatividade temporal porque o tempo presente da narrativa é o inverno amazônico. O signo do tempo traduz a gravidade da situação vivida pelo personagem: “Onde acharia peixe naquela imensidão? Naquela hora, com aquele sol e agora com aquele vento” (“O peixe” p. 88). O pescador estava sem a sua tarrafa. Isso tornava ainda mais desfavoráveis as condições para a pesca. Só muito milagre. Ensimesmado, o pescador inicia a jornada em busca do milagre, evocando em primeiro lugar a ajuda de São Pedro, que era padroeiro da pesca:

Havera de começar com São Pedro, que era padroeiro da pesca.

*Não exigia que aparecesse uma desconforme piracema, porque era **inverno**, e a minha tarrafa tinha ficado esburacada em casa por cima do jirau. Os **jaraquis, os aracus, os curimatans, pacus, carás, mapiris e maparás**, que desciam em cardumes, deviam de estar nas suas ovas pelos buracos dos matupás. Mas bem que São Pedro podia man-*

*dar de lambuja, um **tambaqui**, uma **pirapitinga** ou mesmo um bom **tucunaré**. Se não quisesse mandar pro bico do meu arpão, bem que podia até mandar escolher um anzol do meu espinhel.* (“O peixe” p. 90)

A decisão do narrador em “começar com São Pedro” prenuncia uma lista de evocações na certeza de que São Pedro, sozinho, não teria condições de realizar aquele pedido. A prece, em forma de monólogo interior, recupera seus conhecimentos da natureza. Como pescador experiente, herdeiro dos saberes do avô e do pai, sabia, por exemplo, que durante o inverno “os jaraquis, os aracus, os curimatans, pacus, carás, mapiris e maparás, que desciam em cardumes, deviam de estar nas suas ovas pelos buracos dos matupás” Não querendo exigir muito do santo, sabe que é possível alimentar a esperança de “um tambaqui, uma pirapitinga ou mesmo um bom tucunaré” – peixes que aparecem nos lagos da região amazônica, mesmo no período das cheias.

Ao contextualizar a ação no inverno amazônico, o narrador/personagem aponta a influência do tempo na atividade da pesca, que se orienta pela mudança de estação, ao mesmo tempo em que transforma o ambiente. E o ambiente transformado reflete os efeitos que o inverno provoca: “triste e difícil morar isolado na margem desses lagos, que de repente, ao sabor do Amazonas, viram campos, praias e igapós. O lago agora era muito maior do que eu pensava” (“O peixe” p. 90). Será que realmente o lago era maior por causa da enchente das chuvas, ou essa sensação de grandeza exagerada é provocada pelo sentimento de isolamento? Seria a idéia de **imensidão** e **isolamento** produto de uma impressão que se expande pela imaginação e se alimenta da solidão do narrador/personagem? “A imaginação, por si só, não poderá aumentar ilimitadamente as imagens da imensidão?” (BACHELARD, 1993, p. 189). O texto de Bachelard auxilia a compreender, no texto de Benedicto Monteiro, a fenomenologia da imensidão, partindo do princípio de que “a imensidão está em nós. Está

ligada a uma espécie de expansão do ser que a vida refreia, que a prudência detém, mas que retorna na solidão (BACHELARD, 1993, p. 190). A imensidão, diz Bachelard um pouco mais adiante, “é o movimento do homem imóvel” (BACHELARD, 1993, p.190).

Mesmo que voltada para o contexto de imensidão íntima, a fenomenologia de Bachelard, de certa forma, se aplica ao espaço e ao personagem do conto, uma vez que nesses dois elementos existe imensidão, na medida mesma da solidão que a percebe. Embora pareça paradoxal, diz Bachelard, “muitas vezes é essa **imensidão interior** que dá seu verdadeiro significado a certas expressões referentes ao mundo que vemos” (BACHELARD, 1993, p. 191). As palavras do filósofo remetem às impressões do narrador/personagem sobre o lago. As duas primeiras impressões dizem respeito às noções de espaço e tempo: “abarcava com a vista quase todo o imenso lago (“O peixe” p. 88) e “podia até atravessar o lago e esperar embaixo das árvores no meio do igapó. Mas essa so-menas travessia levaria horas” (“O peixe” p. 89). Das duas primeiras, nasce a terceira impressão, que revela a solidão do personagem: “Não tinha o pai no leme da canoa, nem a madrugada, nem a mocidade, nem o amor ... nem a chumbada ferrada nos dentes, [...] nem sequer uma borbulha de peixe boiando pela minha frente” (“O peixe” p. 90). Os três momentos interligados pela sequência narrativa representam o mergulho do personagem no estado de devaneio, se for levado em conta que “a imensidão é o movimento do homem imóvel. A imensidão é uma das características dinâmicas do devaneio tranquilo” (BACHELARD, 1993, p. 190).

A rearticulação dos três fragmentos, religada ao conto por inteiro, admite – sob a perspectiva da fenomenologia de Bachelard – que não é preciso que o personagem conheça profundamente o espaço do lago para ter a impressão de que está mergulhado num mundo sem limites. Como diz Bachelard: “não é preciso permanecer muito tempo nos bosques para reconhecer a impressão sempre um pouco ansiosa

de que 'mergulhamos' num mundo sem limites" (BACHELARD, 1993, p. 191). Mais adiante, ainda sob a influência de Bachelard, a reflexão comprova que o verdadeiro produto do devaneio de imensidão é a consciência dessa ampliação, justamente no ponto em que o **ser** da imaginação é promovido "à dignidade do **ser** que admira" (BACHELARD, 1993, p. 190). E o ser que admira se refrata no narrador/personagem naquele dia e naquela hora: "de cima da ribanceira eu vi logo o tamanho do bruto: **agora sim** era um lago! Mas antes tinha sido um campo [com um igarapé]. Campo e pasto. Varja. Varja alta e varja baixa entremeada de poços no verão" ("O peixe" p. 88). A imagem do lago nasce de um corpo de impressões que não derivam somente da experiência e do conhecimento do narrador. Derivam, também, da sua capacidade de perceber, imaginar e recriar lembranças no mundo na ficção.

Os aspectos ora discutidos assinalam a estratégia utilizada na transfiguração da memória para o espaço literário, sob a perspectiva de um autor/narrador/personagem seguro de que só a ficção pode abrigar o diálogo entre **tempo e espaço** que se realiza no âmbito da imaginação. Tendo estabelecido as noções de temporalidade e espacialidade, o próximo passo é incluir na discussão as questões universais – quer do ponto de vista sócio-geográfico, quer do ponto de vista religioso. Nesse sentido, o autor/narrador submete o narrador/personagem a viver a experiência do conflito que atormenta o homem desde a criação do universo, entre as coisas de Deus e as tentações do Diabo, sem, no entanto, perder a fé – em Deus e nos santos de sua devoção.

Em meio a essas questões, estão as experiências e vivências do autor que as empresta generosamente aos personagens, aos narradores, aos personagens/narradores e aos espaços cuidadosamente elaborados na ficção. Por isso, no conto "O peixe" o espaço, o tempo, os personagens, as águas, os peixes, as plantas, os musgos e, até mesmo, as cores, os cheiros e os sabores da natureza, nas suas múltiplas variações, exibem o interior de quem narra. E de quem narra a

partir de uma geografia particular, que se constitui de rios, lagos, furos, igarapés, ilhas, correntezas, remansos, linhas d'água, pontes, travessias, margens e barrancos, caminhos andantes, linha do horizonte e um caminhar constante, distante das distâncias.

Nesses espaços, a força narrativa reside na indefinição múltipla da apreensão do olhar – olhar do narrador e, ao mesmo tempo, dos personagens. Olhares que reconhecem reações e sentimentos humanos pelo próprio olhar; olhares que identificam objetos, disposição e utilização de espaços e, principalmente, os movimentos e as transformações da natureza. Graças a essa sensibilidade inerente ao habitante ribeirinho, o autor/narrador investe na construção desta imagem: “A mulher só deu uma espiada pela ilhargá do japá e viu logo que eu não tinha trazido nada. Pelo rápido olhar da mulher, eu pude logo maginar que o tamanho da fome tinha crescido em casa por demais” (“O peixe” p. 87).

A lembrança daquele dia recupera o fracasso da caçada, intensificando a idéia do tempo do inverno. Caçar era quase sempre uma empreitada difícil. O pescador voltara sem nada. O olhar da mulher adivinha o fracasso: “Bastava ela ver que eu vinha segurando aquela espingarda velha, com nojo” para entender que “o traste tinha falhado mais uma vez: batido catolé” (“O peixe” p. 87). Atormentado pela mensagem do olhar, que fazer com sua falta de sorte na caça? Estava **panema**,⁶ como se diz na Amazônia.

Se na opinião de Stradelli, citado por Nunes Pereira (1967), “panema é o indivíduo infeliz na caça e na pesca,

⁶ Panema: “Diz-se, em geral, do indivíduo que tem pouca sorte na caça, na pesca e nos amores. *Pira casara panema* – mariscador que nada traz da pesca, segundo Tastevin. Na opinião de Stradelli, *panema* é o indivíduo infeliz na caça e na pesca, mofino, imprestável, sem expediente. Grande é a diferença em ser *panema* e estar *ensaruado*, isto é, sob a ação de um mal que alguém lhe tenha feito, através de práticas de magia negra. Acreditamos que *panema* seja um *mana* negativo. [...] O contrário de *panema* é *marupiara* – feliz na caça, na pesca e, em geral em qualquer empresa” (PEREIRA, 1967, p. 145).

mofo, imprestável, sem expediente” é nesse estado de desaprovação e reprovação que o narrador/personagem do conto “O peixe” continua à espera do milagre – o almoço das crianças: “- São Pedro bem que podia encaminhar um desses peixes que comiam nos pastos, para a banda da linha esticada por baixo do capim” diz o pescador. Ele bem que olhava as duas varas esticadas: “se mexessem, era sinal de peixe fígado, panela cheia, brando olhar da mulher, alegria das crianças e sossego e paz para mim até na outra hora de comer. [...] A qualquer momento um peixe podia boiar. Boiar ali mesmo na minha frente seria um grande milagre!” (“O peixe” p. 90-91). Mas as horas vão avançando e nada. Diante do silêncio de São Pedro, o pescador recorre ao santo de sua devoção:

Rezei a Santo Antônio que era padroeiro da nossa cidade. Finalmente, Santo Antônio tinha o dever de proteger num raio de muitos e muitos quilômetros todos os seus fiéis. O povo falava que esse mesmo santo adorado na matriz tinha se deslocado milagrosamente da beira de um lago bem longe como esse, à procura de terra firme de beira de rio. Ele mesmo como Santo sabia o quanto era triste e difícil morar isolado na margem desses lagos, que de repente, ao sabor do Amazonas, viram campos, praias e igapós (“O peixe” p. 91).

O Santo é um velho conhecido dos personagens de Benedicto Monteiro. No romance *O Minossauero*, Miguel dos Santos Prazeres, vulgo *afilhado do Diabo*, está ligado ao santo padroeiro por uma promessa. Havia fabricado fogos, foguetes e fogos de artifício para queimar na festa de Santo Antônio: “Eram fogos para nove dias e nove noites. Queimei tudo numa hora. Quer dizer, a hora que eu falo, não é a hora do tempo: é a hora medida pelo próprio fogo, pela coragem e pelo medo” (MONTEIRO, 1997 p. 15). O contexto mítico que envolve a ligação do narrador/personagem com o santo, no romance *O Minossauero*, é o mesmo em que se encontra o narrador/personagem do conto “O peixe” ao justificar: “Rezei a **Santo An-**

tônio que era **padroeiro** da nossa cidade. [...] O povo falava que esse mesmo santo adorado na matriz tinha se deslocado milagrosamente da beira de um lago bem longe como esse, à procura de terra firme de beira de rio” A voz do narrador retoma, na ficção, o mito dos milagres de Santo Antônio, referindo-se às constantes secas que corriam na cidade de Alenquer, quando a imagem de Santo Antônio desaparecia do altar da capela. Os fiéis só recuperavam a imagem, no tronco de uma árvore, depois de muita penitência: “A devoção aumentava à medida que cessavam as provações causadas pelas secas. No caso da fundação do território alenquerense, o Santo inspirou o povo, escolhendo o lugar ideal para o acontecimento, através dos sucessivos desaparecimentos.” (CASTRO, 1996, p. 120)

Retomando o fluxo narrativo do conto, verifica-se que, embora a enunciação dê grande importância ao transcurso do tempo, o centro da narrativa é o **espaço** do lago, intensificado na fala do narrador/personagem: “Santo Antônio que era padroeiro da nossa cidade sabia o quanto era triste e difícil morar isolado na margem desses lagos” (“O peixe” p. 91). O protagonista do conto é o **lago** no inverno (que no verão era pasto por onde passava um igarapé). Suas alterações determinam a ação do personagem/narrador, representação simbólica dos habitantes da Amazônia, no seu ambiente natural onde tudo parece – e é! – estupendo, grandioso, desconforme, principalmente na incomensurabilidade das águas trazidas pelo inverno:

O lago era muito maior do que eu pensava. [...] Remava ainda no meio do capim que beirava o lago: canarana, premembeca, mureru, mururé, malícia, sororoca e arroz-brabo, que ia espaçando, espaçando até encontrar a fundura das águas onde não aparecia mais capim. [...] Podia até atravessar o lago e esperar embaixo das árvores, no meio do igapó. Mas essa somenos travessia levaria horas. Por via das dúvidas, já tinha deixado armado o espinhel. Finquei duas varas no meio do pasto; estiquei a linha den-

tro d'água. Deixei os anzóis pendurados pro-que-desse-e-viesse da parte dos rios. Abarcava com a vista quase todo o imenso lago. [...] O vento quente trazia ainda o triste som do choro das crianças. [...] Peguei novamente o remo e tomei distância no rumo do meio do lago. Um homem no meio de imenso lago, quando sabe que as matas ao longe não formam nem a beira, sente tristeza de olhar para a linha do horizonte. **E ainda por cima, com fome, é coisa muito fácil de desesperar.** (“O peixe” p. 89-90)

Só quem conhece o lago, durante o verão, sabe onde está a terra firme, submersa durante a cheia. Só o pescador entendido e experiente é capaz de fincar a vara no meio do pasto, com tamanha segurança do local para lançar o anzol: “Finquei duas varas no meio do pasto estiquei a linha dentro d'água. Deixei os anzóis pendurados” Mas o lago imenso continuava revoltado, o vento, mais forte e o sol, mais reverberante, descreve o personagem, que se sentia pequeno e completamente abandonado. Levantando-se mais uma vez na canoa, subiu na escala de suas orações. Nossa Senhora era mãe de Jesus, tinha poderes. E, além disso, sabia o que era ter um filho chorando com fome. E então, **em pé na canoa**, faz um pedido com fervor. Fervor não, angústia, quase desespero: “Aí me ajoelhei. Não para puxar a linha do arpão, ou para tirar o peixe das malhas da tarrafa; **eu me ajoelhei foi pra rezar**” E prostado, já no meio do lago, no fundo da canoa, implorei o santo milagre da pesca. (“O peixe” p. 91)

Nos dois fragmentos, as experiências do personagem constituem ensinamentos, lições de pesca, no sentido mais elevado do que se entende por ensinamento. Quando o narrador/personagem explica que se ajoelhou não para puxar a linha do arpão, ou para tirar o peixe das malhas da tarrafa – “eu me ajoelhei foi pra rezar” – é clara sua intenção de compartilhar seus conhecimentos sobre o ritual da pesca, ensinando como, de joelhos, controlar a linha do arpão, ou retirar o peixe das malhas da tarrafa. No entanto, todo esse conhecimento não é suficiente para impedir que seja tomado

pelo desespero. Por duas vezes, ignorado pelos santos a quem recorreu, sente-se completamente abandonado. Mas não perde a confiança e a esperança:

Não, não queria uma canoa cheia: bastava um tambaqui. Tentei rezar a Salve-Rainha até o “nos mostrai” Quando eu era criança, minha mãe sempre dizia: – “meu filho, reza a Salve Rainha até ‘nos mostrai’ que tu encontras **a caça nas matas e os peixes nos rios**, contanto que seja com muita fé” Mas eu nunca tinha experimentado a fé de minha mãe. Aí, me deu de novo aquela cuíra de fé fervente e eu pedi a Deus que me mandasse um peixe. Um peixe que fosse só ao menos para matar a fome dos pirralhos e aplacar o olhar, o triste e duro olhar de minha mulher. (“O peixe” p. 91)

Sua condição diante do poder divino é de humildade: “Não, não queria uma canoa cheia: bastava um tambaqui” Por que um tambaqui? Justamente para facilitar a realização do milagre. Já havia pedido um, para São Pedro que “bem podia mandar de lambuja, um **tambaqui**, uma **pirapitinga** ou mesmo um bom **tucunaré**” (“O peixe” p. 90). Depois, o tambaqui era um peixe da estação. Mas, para aumentar ainda mais o seu desespero, nem mesmo facilitando o milagre, suas súplicas eram atendidas. Depois de uma longa espera o homem atinge seu limite. Verificando que o céu, o vento, o sol e a água estavam todos avessos ao milagre, sucumbe ao desespero. A esperança que antes elevava seus pensamentos para o céu, agora o obriga a curvar-se à tentação. Depois de sondar o ambiente e sentir aquela ventania quente e exasperante, o pescador alimenta uma esperança que era quase um desespero: apela para o Diabo. “– Oh, São Diabo, manda um peixe!” Não só pensou, mas ficou em pé na canoa e gritou: “– Oh, São Diabo, manda um peixe! Quase que escapulo um pelo-amor-de-Deus. Sabia que com o tihoso não se brinca. E nem se deve falar baixinho conforme se reza aos santos (“O peixe” p. 91). Mal acabou de ouvir o som de suas próprias palavras, sentiu que tudo tinha mudado de re-

penete. O sol estava escondido e espalhava uma luz branda e meio morta. A canoa estava totalmente parada e a água, luzente e transparente, assim descritas: “Sofri a extravagância mais esquisita da minha vida. Fiquei entre o céu e o inferno; entre a crença e a descrença; entre a vida e a morte; entre a minha pessoa e a outra dentro de mim...” (“O peixe” p. 92). Um longo e profundo solilóquio identifica as imagens de um espaço até então desconhecido:

[...] Morando tanto tempo naquelas bandas, jamais tinha reparado nas lindas coisas daquele lago. Embaixo daquele gigante espelho, descobri então, mil coisas, mil folhas, mil plantas: capim-àtoa, cipó de lama, folhas de limo, raízes e raízes, tipos de flor, tudo tudo chamando a gente como mãos e acenando como braços. Era a vida de Deus ou a morte do Diabo? Encarei a água como um homem que enfrenta o abismo: para confirmar o equilíbrio. E vi. Vi, por Deus, que eu vi. Vi surgirem do fundo, bem do fundo, do fundo das águas, do meio daquela claridade cristalina, daquela desconforme confusão de cores, umas bolhas que vinham, que vinham, que vinham e espocavam como flores. As bolhas que vinham, viravam ondas na superfície. Aí que eu estatelei. Olhei de novo: as plantas se moviam. Atrás das bolhas, como que nascendo da própria água, ou da transformação das cores, surgia um peixe. Um peixe! (“O peixe” p. 92)

Ao imaginar que aquela transformação resulta de sua infeliz invocação, o conflito do personagem se agrava. Entre o céu e o inferno, entre a crença e a descrença, entre a vida e a morte, entre o desespero e a espera do milagre, começa o combate entre a mais perfeita obra da criação divina e a tentação de Satã na forma de um peixe! Um peixe prateado:

[...] Quem te mandou? Nunca vi tambaqui branco nadando de prancha meio tonteado. [...] Vieste mandado do Céu ou enviado do inferno, sadórico emissário? Tu és cioso ou mal-assombrado? Bem, depois é o fundo da panela: caldo grosso, pirão de puba e pimenta malagueta. **Existe**

a fome das crianças, o olhar duro da mulher e a triste desconfiança. [...] Não, peixe manhoso, t'esconjuro! Faço pelo sinal da cruz três vezes. E te arrenego a cor, perco até o sabor, que a **fome é muito mais forte que a fé nestas paragens**. Eu já sentia era o cheiro do peixe na panela, o gosto na boca e a alegria nos olhos das crianças." ("O peixe" p. 92-93)

Satã só não contava com a **fé** e a determinação do pescador. Estava prestes a ser derrotado pela força das orações. É oportuno recordar as invocações aos santos de devoção do narrador: "Era a primeira vez que eu fazia um pedido com tanto fervor. Fervor não, angústia, quase desespero. **Aí me ajoelhei**. Não para puxar a linha do arpão, ou para tirar o peixe das malhas da tarrafa; **eu me ajoelhei foi pra rezar**" ("O peixe" p. 91). A verdadeira identidade de Satã, no contexto da narrativa, estava por um fio. É a voz do próprio pescador quem **conta** como a fé suplantou a "fome das crianças" e como venceu a tentação:

Eu então **maldei** [...]. Quem te mandou. Nunca vi tambaqui nadando de prancha meio tonteado. Que me conste, não deve ser peixe destas bandas nem vivente terrestre destas paragens. **Vieste mandado do Céu ou enviado do Inferno, sadórico emissário?**

Espera aí, que acabo já com a tua franca pavulage.

[...]

Arrumei o arpão e marquei bem no meio do lombo. Era bem no meio da cabeça e no fio do espinhaço. Ia arpoar: tiro-e-queda no bico de aço. Mas... Uma força de dentro ou de fora de repente relaxou todos os meus músculos e desfez num átimo o mais simples gesto. Aí meu pensamento foi rasgado pelo meio.

Parei como a ave que morre voando bem alto. Olhei para o céu e gritei para o fundo, bem para o fundo do lago: – **Vai-te, vai-te pro Inferno peixe do Diabo.**" ("O peixe" p. 92-93)

BIBLIOGRAFIA:

- BACHELARD, Gaston. *A Poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CAMPOS, Álvaro de. Ode marítima. In: PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1996.
- CASTRO, José Guilherme de Oliveira. *A Viagem mágica de um herói amazônida: Miguel dos Santos Prazeres*. 1996. 368 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras e Artes, Porto Alegre, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *O Que é um autor*. Lisboa: Vegas, 1992.
- JURANDIR, Dalcídio. *Marajó*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947
- _____. *Marajó*. Belém: Edufpa; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- MONTEIRO, Benedicto. *Verde Vagomundo*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974.
- _____. **O minossauro. Rio de Janeiro: Novacultura, 1975.**
- _____. **Aquele um. Belém: CEJUP, 1985.**
- _____. *O carro dos milagres*. Belém: CEJUP, 1990.
- _____. *Maria de todos os rios*. Belém: CEJUP, 1995.
- NASCIMENTO, Maria de Fátima. *A Representação alegórica da ditadura militar em O Minossauro, de Benedicto Monteiro: fragmentação e montagem*. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- NUNES, Benedito. Apresentação. In: MONTEIRO, Benedicto. *O carro dos milagres*. Belém-Pará: CEJUP, 1990.
- _____. *O tempo da narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.
- NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy; PEREIRA, Soraia Reolon. (Orgs.). *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa\Instituto Dalcídio Jurandir, 2006
- SILVA, Dedival Brandão da. **Cabanagem: narrativas da nação**. 2005. 261 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ABSTRACT: This research about memories of Amazonian rivers and lakes makes possible an encounter between two writers – Dalcídio Jurandir and Benedicto Monteiro – translating, from the literary universe created by these two authors, experiences of the Amazon world.

Keywords: literature; Amazon memory; narrator/character; space; time; literary criticism

OS ATOS DE FALA E A ÉTICA DO DISCURSO

Júnia Diniz Focas¹

junia.diniz@globo.com

RESUMO: Discutiremos aqui o postulado da Ética no âmbito do pensamento filosófico, principalmente, no pensamento de Jurgen Habermas e Karl-Otto Apel, ambos expoentes da Escola de Frankfurt.

Palavras-chave: ética, discurso, intersubjetividade, argumentação, performatividade

INTRODUÇÃO

Iniciemos por uma frase profética de Horkheimer e Adorno,² em a *Dialética do Esclarecimento*: “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” Em um texto contundente, os dois autores colocaram em causa os dilemas do homem moderno, fruto do Iluminismo que condenou a racionalidade humana a uma razão instrumental, desvinculada da Natureza e da própria essência humana, materializada pelo progresso em todas as suas dimensões.

A atualidade dessa interpretação da realidade conflui na discussão da Ética no âmbito do pensamento filosófico, principalmente, no pensamento de Karl-Otto Apel e Jurgen Habermas, ambos expoentes da Escola de Frankfurt. Embo-

¹ Professora da Universidade Federal de Minas Gerais

² Horkheimer & Adorno, (1985: 46)

ra com pontos de vista ligeiramente distintos, a estrutura teórica mantém-se intacta nos dois autores, qual seja, a da constituição de uma Ética Discursiva que se corporifique nos processos de entendimento mútuo entre falantes e nos processos argumentativos.

A Ética do Discurso constrói, portanto, um *logos* próprio da linguagem e na qual a questão do ser do discurso assemelha-se ao *logos* aristotélico, incorporado na *doxa*, o ponto de imbricamento entre o ser e o discurso dotado de sentido. Nesse aspecto, a Filosofia desvincula-se de seu estatuto de teoria do conhecimento para envolver-se com as condições do discurso e da argumentação, articulando o sentido e a intersubjetividade como uma condição transcendental do *logos*, ou como postula Apel, como uma Transformação da Filosofia ou ainda uma *Linguistic Turn*.

O discurso passa a ser o ponto central do entendimento do mundo, universalizado por uma teoria de verdade de tipo consensual, a das condições de validade dos argumentos estabelecidos, no diálogo argumentativo, como éticos e morais. As maneiras de se formalizar esse princípio diferem entre Apel e Habermas. Para Apel, a “Pragmática Transcendental” vincula-se às possibilidades de um entendimento mútuo, formulado verbalmente e válido de um ponto de vista intersubjetivo, fundamentando uma Ética Universal embasada por uma “comunidade ilimitada de comunicação” na qual prevalece a compreensão intersubjetiva e a formação de consenso na argumentação, o que pressupõe o mútuo reconhecimento de todos. Já para Habermas, a “Pragmática Universal” estipula a base de validez do discurso, situando-o no campo da racionalidade, na constituição de um *telos* da linguagem.

Em Habermas, interessam três parâmetros de racionalidade: *a estrutura proposicional do conhecer, a estrutura teleológica do agir e a estrutura comunicativa do falar* constitutivos de uma operação integradora da *práxis* argumentativa. Desse modo, os atos de fala que instauram

um desempenho discursivo fazem-no por meio de uma referência conjunta à verdade, às normas sociais e às vivências, instanciando, respectivamente, uma pretensão de *verdade*, de *retitude normativa* e de *sinceridade*. Na intenção de também fundamentar uma racionalidade da ação linguística, Austin, inicialmente, estabeleceu como princípio da ação “performativa” a sua institucionalização e convencionalização, estendendo-os, posteriormente, para os atos ilocucionais. A função imediata de um dizer está vinculada ao estabelecimento de relações constitutivas que se processam no âmbito do intercâmbio linguístico, introduzido por determinado ato de fala. A “apreensão” do sentido, dotado de uma força ilocucional, fixa as condições que integram o *dizer* e o *fazer*. Ou como o expressa Habermas³:

As ações linguísticas interpretam-se por si mesmas, uma vez que possuem uma estrutura autoreferencial. O componente ilocucionário determina o sentido da aplicação do que é dito, através de uma espécie de comentário pragmático. A idéia de Austin, segundo a qual, nós, ao dizermos algo, fazemos algo, implica a recíproca: ao realizarmos uma ação de fala dizemos também o que fazemos. Esse sentido “performativo” de uma ação de fala só é captado por um ouvinte potencial que assume o enfoque de uma segunda pessoa, abandonando a perspectiva do observador e adotando o do participante.

Se os dois autores divergem em alguns pontos de vista metodológicos, a construção teórica de uma Pragmática Universal ou Transcendental obedece a critérios empírico-analíticos semelhantes, à Teoria dos Atos de Fala. Em ambos os autores, o reconhecimento das pretensões de validade contidas nos atos de fala são fundamentais para se atingir o consenso e o entendimento mútuo, resgatados nos processos argumentativos racionalmente fundamentados.

³ HABERMAS, (1990, 67)

Segundo Austin⁴ a Filosofia da Linguagem constitui uma visão crítica e fundamentadora do conceito de linguagem como ação. A dimensão teórica e empírica desse princípio consagrou-se como um fator decisivo e preponderante na conceituação da interação entre sociedade/linguagem, em cujo espaço a noção austiniana de “ação” tem-se mantido praticamente inalterada no que diz respeito a uma teorização dos atos de fala e da sua função social e linguística.

Habermas (1981), na obra *Teoria da Ação Comunicativa*, modifica a concepção clássica da descrição filosófica do ato de fala que, contrariamente a Austin, não apenas “mostra” um dizer, mas, sobretudo, “incita” com o próprio dizer, uma outra forma de agir, denominada Ação Comunicativa. Com isso, ele introduz o conceito de “ação” no interior do próprio enunciado, afetado pelas condições sócio-culturais de sua produção.

Nos dois autores, o ato de falar é empreender e comprometer-se com algo, estabelecendo relações constitutivas entre o mundo e o ser que dele e nele fala, instaurando-se como uma forma de comprometimento ético. É, sobretudo, uma fundamentação de razões e, nesse ponto, há uma convergência entre Austin e Habermas, ilustrada pela fundamentação de uma razão que se dá na linguagem e por ela.

Se entre os autores observamos um ponto de vista comum, veremos que as análises epistemológicas são distintas e exatamente por esse motivo diremos que Habermas representa um “desdobramento” da Filosofia da Linguagem, já que se distancia e se diferencia de Austin no que diz respeito ao caráter da racionalidade linguística. É ainda um “desdobramento” no sentido de que, ao se apoiar nos conceitos austinianos de “performatividade” e dos atos de fala, atribui uma dimensão mais universal e genérica a esse conceito, expresso na Ação Comunicativa. Nela, o sujeito da linguagem

⁴ AUSTIN (1962)

exprime uma inter-relação identificada entre a ação linguística e o universo social, efetuada através de seu desdobramento e de uma descentralização do mundo. Assim, a doutrina de “ação” que se extrai da Filosofia da Linguagem, apreendida através do aspecto convencional e intencional dos atos de fala, passa para a esfera dos preceitos do que seja pretensamente válido no cerne de uma fundamentação e crítica do próprio enunciado.

Em Apel, observa-se uma fundamentação mais abrangente da conceituação e da reflexão sobre a Teoria dos Atos de Fala, entendendo este autor a manifestação de um *logos semântico* da linguagem, mediado pela performatividade. Ao questionar o aspecto convencional da teorização austiniana, Apel expande a idéia de performatividade ao que define como uma Pragmática Transcendental, uma vez que o aspecto institucional ou convencional do ato de fala, configurado por sua “força ilocucional” institui uma “força pragmática” como um ato comunicacional “performativo” dotado de uma “*significação semântico-referencial*” e de uma “*significação pragmática potencial*” Nesse sentido, HERRERO (1997)⁵ tece a seguinte consideração:

Toda proposição semântica em língua natural é potencialmente pragmática, isto é, pode ser referida a um ato de fala que pode ser bem ou mal sucedido. Isso nos mostra que todo ato de fala tem uma dupla estrutura “performativo” – proposicional, isto é, um elemento “performativo” pelo qual se estabelece um tipo determinado de comunicação, e um elemento proposicional que constitui o conteúdo ou objeto da comunicação, ou seja, toda proposição, pelo fato mesmo de ser proferida, implica uma atitude comunicativa, que nos relaciona com os outros, e uma atitude semântico-referencial, que nos relaciona com algo no mundo.

⁵ HERRERO (1997:501)

Se detectamos um “desdobramento” da teoria dos atos de fala em Habermas, em Apel há uma “transcendência” do sentido “performativo” que se incorpora ao sujeito da linguagem, ao ser do discurso, daí a Pragmática Transcendental, apoiada na dupla estrutura “performativo”-proposicional do ato de fala “performativo” Tal postulado dá vazão ao que Apel define como um *logos pragmático-transcendental*, apoiado na dupla estrutura proposicional e semântica do enunciado que se estende ao universo ético do discurso e no qual a performatividade estabelece para o sentido uma pretensão universal de validade. Semelhante a Habermas, essa pretensão universal de validade está calcada no mundo objetivo, no mundo da intersubjetividade e no mundo subjetivo que constroem a dimensão comunicacional da construção linguística do sentido e do discurso, nele internalizado o *logos* da linguagem.

Na prática, há uma reformulação da visão clássica da Teoria dos Atos de Fala, uma vez que a inserção do *logos*, enquanto ser da linguagem, estipula uma visão de discurso e de argumentação que se materializa no consenso e na intersubjetividade expressos por uma “comunidade ilimitada de comunicação” e também por uma interpretação pragmático-transcendental da Teoria dos Atos de Fala. No que se refere à consideração do *logos* na teorização austiniana, Berti⁶ tece a seguinte consideração:

Assim, os textos de Aristóteles tornam-se, para Austin, fontes de inspiração do método linguístico, isto é, de uma análise que deve preceder a todas as ciências e que não por acaso já Aristóteles denominava de “analítica”. De Aristóteles ele retoma a idéia de que o estudo dos problemas filosóficos deve passar pela análise da linguagem, de que a análise do significado dos termos deve passar pela análise do contexto, e de que explicar o contexto no qual uma palavra é usada equivale a explicar as atividades que envolvem os diversos usos da palavra.

⁶ BERTI, (1997. 149)

Semelhante afirmação equivale aos conceitos de Pragmática Universal, em Habermas, e de Pragmática Transcendental, em Apel, pois a consideração do *logos* no discurso, procedente da teorização austiniana dos atos de fala, encontra interpretação e análise no “performativo” como instância do discurso social e ético.

As descrições linguísticas decorrentes desse princípio filosófico são diversas e complexas, envolvendo várias teorizações semânticas e pragmáticas na explicitação dos atos de fala enquanto objetos de uma ação linguística. Nesse contexto, os sujeitos da ação não são apenas os autores da fala, mas também interlocutores que atuam racionalmente, conferindo aos enunciados emitidos pretensões de validade suscetíveis de crítica, constituindo, portanto, um *logos semântico* da linguagem, explicitado no plano do “performativo”

Questões como as das posições ocupadas pelos sujeitos no âmbito de uma Ética do Discurso e da “performatividade” constituem os temas do presente artigo, considerando, nesse panorama teórico, a função da “performatividade” como forma de argumentação que se manifesta por intermédio dos contornos éticos do discurso, na interação entre discurso e mundo social. Nesse aspecto, salientamos aqui que o nosso propósito concentra-se no pensamento de Apel e de Habermas, na Ética do Discurso, na Pragmática Transcendental e nas formas de argumentação nas quais prevalece o entendimento mútuo. Entendimento que discutiremos, nas articulações do discurso, enquanto forma constitutiva de um “*ethos ético*”, de uma performatividade que se manifesta na expressão linguística que ecoa a voz ética do discurso social, de uma “comunidade ilimitada de comunicação”

1. HABERMAS: OS ATOS DE FALA E O DESDOBRAMENTO DA AÇÃO LINGUÍSTICA

Habermas efetua uma releitura da teoria filosófica austiniana, definindo-a como um modelo que não se coaduna com uma visão dinâmica e universalizante da ação social. Um dos pilares de sustentação dessa crítica efetiva-se na função linguística do sujeito do ato “performativo”. Segundo ele, a teoria dos atos de fala constrói um sujeito unitário que interage com um estado de mundo empiricamente vigente, não possibilitando uma relação interpessoal entre falantes. Portanto, Habermas situa a descrição dos atos de fala e, conseqüentemente, da performatividade, no universo da interação social, colocando no lugar da função essencialmente comunicativa da fala a idéia de que o ato de “fazer algo” pela linguagem está diretamente associado a uma relação dialética entre sujeitos e sentidos, intermediada por uma “reflexividade linguística” sendo desse lugar que estabelece um consenso linguístico racionalmente motivado, mediado pela possibilidade de uma fundamentação e crítica dos atos de fala.

A função de primeira pessoa da ação “performativa”, criticada por ele como “ingênua” transforma-se em reflexividade por intermédio dos processos argumentativos, nos quais o *ego*, ao avaliar as conseqüências de seu dizer, assume simultaneamente a posição de *alter*, vendo-se a si mesmo através do interlocutor e assumindo uma posição reflexiva. Sendo ao mesmo tempo o autor de um dizer e o participante em uma argumentação, o falante pode, com isso, exercer uma função de autocrítica, revelando-se como um sujeito que atua comunicativamente no sentido de que os atos de fala libertam-no de uma simbiose institucionalizada que se processa entre o *fazer* e o *dizer*.

Ao atribuir uma dupla estrutura ao ato de fala “performativo” especificada por uma relação reflexiva entre o falante (*ego*) e o interpelado (*alter*) e na qual o autor do discurso, ao adotar a perspectiva do outro, não pode se furtar ao seu pró-

prio papel comunicativo, Habermas apresenta um processo de socialização da linguagem e dos sujeitos da ação.

Concomitantemente à interpretação do sujeito da performatividade, introduz também uma modificação no conceito de ato ilocucional, não apenas restrito aos princípios convencionais, funcionando como um elemento vinculante do enunciado com as pretensões de validade, as quais dizem respeito a um saber prático-moral e aos valores culturais de uma sociedade, interligadas às pressuposições comunicacionais do discurso argumentativo.

O conceito de pretensão de validade atribuí ao enunciado uma função discursiva, desencadeada pelo reconhecimento intersubjetivamente compartilhado de uma força ilocucional que lhe confere legitimidade, podendo este ser racionalmente ajuizado. Desse modo, os atos de fala que instauram um desempenho discursivo fazem-no por meio de uma referência conjunta aos fatos, às normas sociais e às vivências, instanciando, respectivamente, uma pretensão de *verdade*, de *retitude normativa* e de *sinceridade*, sendo que uma delas é tematizada como prioritária no discurso, daí advindo a força pragmática do “performativo”

Com a intenção de também fundamentar uma racionalidade da ação linguística, Austin, inicialmente, estabeleceu como princípio da ação “performativa” a sua institucionalização e convencionalização, estendendo-os, posteriormente, para os atos ilocucionais. A função imediata de um dizer está vinculada ao estabelecimento de relações constitutivas que se processam no âmbito do intercâmbio linguístico, introduzidas por determinado ato de fala. A “apreensão” do sentido, dotado de uma força ilocucional, fixa as condições que integram o *dizer* e o *fazer*.

Em Habermas, este postulado recebe descrição e compreensão distintas, já que a fundamentação dos atos de fala ilocucionais não tem relação direta com a “força” no sentido austiniano do termo, mas sim, aí é que está a questão pri-

mordial, com os vínculos e compromissos éticos que pode suscitar. A autosuficiência de um ato de fala dotado de uma força ilocucional, instanciado enquanto objeto de uma “apreenção” e de uma resposta, aparece reformulado, pois dele advém um efeito ilocucionário de comprometimento, resgatado “performativamente” por pretensões de validez. De maneira inversa, o mérito e a importância de um ato ilocucional não estão no vínculo entre o *fazer* e o *dizer*, mas na possibilidade que apresenta de ser objeto de uma crítica racional e consensualmente motivada, contrária à formulação austiniana de um sistema de ações regido por uma ética institucionalizada da linguagem.

2. APELO “PERFORMATIVO” E A PRAGMÁTICA TRANSCENDENTAL

Ao constituir a Ética do Discurso, Apel parte do pressuposto de que o ato de fala é passível de levantar pretensões a sua validade, pretensões estas situadas no elemento “performativo” enquanto função pragmática, ao passo que as pretensões de verdade encontram-se situadas no elemento proposicional do enunciado. A este respeito, APEL⁷ afirma:

Mais la composante performative (sémantique-autoréférencielle) d'une phrase, au sens de la double structure des phrases sémantiquement explicites, ne permet pas seulement d'élever une prétention à la vérité. Au moyen d'une phrase de la forme: "J'affirme par là que p" on n'élève pas seulement une prétention à la vérité, mais également une prétention à l'exactitude normative de nature éthique.

No âmbito dessa dupla estrutura “performativo”-proposicional é que se instaura a autorreflexão na linguagem e cuja pretensão de validade, ao contrário de Habermas, não

⁷ APEL, (1994, 48)

implica apenas a dimensão sócio-cultural, revelada mediante um ajuizamento crítico dos atos de linguagem, mas sim dos sujeitos humanos imbuídos de conhecimento e de julgamento que os capacitem a levantar pretensões de validade e de tomar posição em relação a elas. Nesses termos, a Pragmática Transcendental estabelece um saber reflexivo, sempre implícito em nossas relações com os outros e do que nós, nessa relação, podemos esperar da comunidade dos seres humanos, sendo nós, os falantes, os responsáveis pela veracidade de nossos propósitos, pela verdade de nossos enunciados e pela correção normativa de nossos juízos. A esse respeito, Apel (1993)⁸ nos esclarece:

Quem argumenta reconhece implicitamente todas as possíveis pretensões de todos os membros da comunidade de comunicação, que podem ser justificadas por argumentos racionais (caso contrário, a pretensão da argumentação se autolimitaria tematicamente). Ao mesmo tempo, ele (o argumentante) se obriga a justificar por argumentos todas as pretensões pessoais referentes a outras pessoas.

Portanto, os planos “performativo” e proposicional atribuem uma realidade ao *logos* humano enquanto “*ser-no-mundo*” instauradores de uma relação intersubjetiva que torna possível a relação reflexiva do homem sobre si mesmo e a sua identificação como sujeito, disso resultando o *a priori* da comunidade de comunicação. Distintamente, Habermas reivindica a unicidade e unilateralidade do sujeito e do mundo, não incrementando uma relação linguística que se estabelece entre o “performativo” propriamente dito e a coordenação de outras ações, estimuladas por um agir comunicativo que socializa os atos de fala.

Em Apel, a fundamentação da ética constitui o paradigma da linguagem em cuja comunidade de comunicação o jogo

⁸ APEL, Estudos de Moral Moderna, pag. 145.

linguístico transcendental estabelece uma estrutura intersubjetiva pragmático-transcendental do entendimento sobre algo. Portanto, a pretensão de sentido e de validade passa a ser pública, patrimônio de uma comunidade ideal de comunicação e de argumentação. Nesses termos, Apel distingue a **comunidade real de comunicação**, compreendida no processo social e histórico de sua constituição e no qual ocorre a socialização através do discurso, das argumentações. Como contraparte, o autor estipula ainda o princípio do consenso intersubjetivo, da construção da ética de uma **comunidade ideal de comunicação**,⁹ baseada no entendimento adequado dos sentidos e dos argumentos, articulação essencialmente dialética, no sentido aristotélico do termo, pois é na comunidade dos falantes que prevalece não apenas a discussão, mas o entendimento racional, a “verdade” consensualmente construída.

A argumentação ou o discurso argumentativo constitui um tipo de comunicação quanto à forma pública reflexivamente intransponível do pensar, responsável por todas as pretensões possíveis que possam ser levantadas no mundo da vida. Portanto, são intransponíveis as condições de validade do discurso, nesse sentido *a priori* e necessárias, responsáveis pela tematização do objeto do discurso, produto de uma autorreflexão comunicativa que estipula as condições transcendentais realizadas discursivamente e intersubjetivamente.

A dimensão filosófica da relação linguagem e mundo social e o postulado fundamental de uma Ética do Discurso, balizada por uma Pragmática Transcendental, determina a linguagem como ponto de convergência do sujeito do discurso e das condições racionais e comunicacionais das validades intersubjetivas dos proferimentos linguísticos. Nestes termos, a

⁹ Essa conceituação está muito próxima do que Perelman define como “auditório particular” e “auditório universal” balizados pela fundamentação da ética no discurso.

questão da verdade ou da falsidade das proposições é objeto da consciência humana, que pode lhes atribuir uma pretensão de validade, ou ainda as pretensões humanas à verdade. Neste plano, essas pretensões explicitam-se na “performatividade” nas condições pragmáticas que fundamentam a Ética do Discurso.

A teoria dos atos de fala não está restrita a um mundo social contingente que determina os sentidos das expressões. Apel assim estabelece a condição de que um ato ilocucional, para fazer parte de uma relação interpessoal, ao mesmo tempo subjetiva e racional, deve ser reconhecido como verdadeiro, não apenas no sentido lógico do termo, mas legítimo e válido no que diz respeito às pretensões comunicativas, às suas potencialidades pragmáticas que, por intermédio das argumentações, instanciam um sujeito do discurso que se materializa na comunidade de comunicação, no ser do discurso que transcende sua condição de ser empírico para se projetar no mundo da linguagem, do consenso e da racionalidade que se manifesta nos processos argumentativos.

Pensando desse modo, podem-se, então, delimitar os princípios do que seja uma pretensão de validade, pois os pressupostos do entendimento mútuo estão no reconhecimento e apreensão de uma atividade “performativa” que mantém uma relação direta entre os juízos de valores de uma sociedade e o discurso que os codifica e potencializa no nível da intersubjetividade. A estrutura da expressão linguística aparece como princípio fundamental, pois o significado proposicional do enunciado e a sua contraparte “performativa” conduzem a dupla estrutura “performativo”-proposicional que estipula uma perspectiva transcendental do discurso, necessariamente ético e argumentativo. Mais uma vez, citamos HERRERO¹⁰:

Essa dupla estrutura “performativo”-proposicional possibilita, finalmente, a autorreflexão na mesma linguagem. Essa descobre, através da explicitação do elemento “per-

¹⁰ HERRERO, (1997, 503)

formativo' não só, como acabamos de ver, as pretensões de validade, mas à medida que elas implicam os sujeitos humanos, descobre que temos que nos atribuir uma função transcendental. Vale dizer que temos de conhecer-nos e julgar-nos capazes de levantar pretensões de validade e de tomar posição com respeito a elas. Temos, assim, um saber reflexivo implícito de nossa relação com os outros e do que nós, nessa relação, podemos esperar dos outros.

Cabe aqui salientar que esse pensamento filosófico a respeito da linguagem, do discurso e da subjetividade encontra eco nas teorizações de Benveniste a respeito da subjetividade constitutiva da linguagem, do espaço dos interlocutores e, principalmente, do princípio da reflexividade entre o EU e o TU internos à língua. A distinção benvenistiana entre língua e linguagem, enquanto duplo espaço da subjetividade linguística, pode ser equiparada à Pragmática Transcendental no sentido de que a dupla estrutura proposicional-“performativa” eleva o estatuto do sujeito da linguagem à questão da ética do discurso. Esse princípio representa, antes de tudo, uma interpretação socializante da própria expressão linguística que não apenas institucionaliza um dizer, mas, sobretudo, encerra em sua própria significação o fundamento de uma relação dialógica, representada pelo desdobramento do sujeito do discurso e dos sentidos que articula.

Se agora traçarmos um paralelo entre Apel e Habermas, veremos que no primeiro a teoria dos atos de fala reflete as implicações sociais da linguagem, nas quais o ato de fala, em sua dupla estrutura “performativo”-proposicional, convoca o paradigma da linguagem como a instância pública de discurso, inserida em uma comunidade ilimitada de comunicação que propicia o processo de compreensão intersubjetiva da realidade e do mundo. A Pragmática Transcendental constrói as condições possíveis de entendimento entre sujeitos que se socializam no discurso e no seu interior constroem uma ética discursiva, somente resgatada argumentativamente e racionalmente. Já para Habermas, os sujeitos e a linguagem são

históricos à medida que se integram a uma dimensão sócio-cultural, revelada mediante um ajuizamento crítico dos atos de linguagem. O princípio da “felicidade” ou da “infelicidade” da “performatividade” cede lugar ao princípio de que a sua legitimidade não diz respeito às circunstâncias apropriadas ou convencionais de sua realização, mas aos discernimentos de que são objetos no decorrer do intercurso linguístico.

A “performatividade” encontra-se associada ao próprio enunciado e vinculada à dinâmica da ação linguística que, como dissemos, coloca o sujeito em uma tríplice relação com o mundo real, o social e o subjetivo, ativada por uma “atitude objetivante” uma “atitude socializante” e uma “atitude subjetivante” Ao proferir um enunciado, o falante refere-se, simultaneamente, a algo nesses três mundos, intersubjetivamente compartilhados, consistindo no que se denomina “mundo da vida” este expresso na noção de “descentralização do mundo” que efetua uma descentralização de uma unidade referencial que desata a conexão entre o *fazer* e o *dizer*.

Concomitantemente à interpretação do sujeito da “performatividade” Apel introduz também uma modificação no conceito de *ato ilocucional*, não apenas restrito aos princípios convencionais, funcionando como um elemento vinculante do enunciado às pretensões de validade, as quais dizem respeito a um saber prático-moral e aos valores culturais de uma sociedade, interligadas às pressuposições comunicacionais do discurso argumentativo.

Em ambos os autores, o conceito de pretensão de validade atribui ao enunciado uma função discursiva e dialética, desencadeada pelo reconhecimento intersubjetivamente compartilhado de uma força ilocucional que lhe confere uma legitimidade, podendo este ser racionalmente ajuizado.

Além desses fatos, ressalte-se ainda o aspecto semântico dos atos de fala. Habermas circunscreve o seu modelo teórico a uma teoria da significação, fundamentada na teoria dos atos de fala, vinculando-os a sua estrutura de expressão

linguística. Assim, a significação está interligada à legitimidade do “performativo” cuja função comunicativa depreende-se do reconhecimento intersubjetivo de suas pretensões de validade em uma conjuntura interacional, ao passo que Apel considera que é a comunidade ilimitada de comunicação que constitui a forma pública na qual linguagem e sujeitos interagem pelo seu próprio pensar e agir, interstício da ética do discurso.

Para Habermas, a socialização da linguagem tem como pressuposto básico o consenso e o entendimento e, dessa condição, a teoria dos atos de fala é reinterpretada em função de uma “troca” de uma “negociação linguística” que se efetua entre a sua aceitação ou não, enquanto para Apel a ação linguística instaura uma relação ético-discursiva entre interlocutores, fundamentada nas dimensões de sentido depreendidas dos processos discursivos.

Neste ponto, encontra-se a questão nevrálgica que, de um lado, contrapõe Apel e, de outro, Habermas, visto que este associa a teoria dos atos de fala aos limites da significação do enunciado, ao passo que aquele associa os sentidos dos enunciados a uma pragmática transcendental ao interpor uma relação reflexiva entre o mundo e os atos de fala.

A expressão e a apreensão de uma “razão” constrói-se através do discurso, funcionando como um canal que integra o mundo social a uma ética discursiva, o espaço de uma dialética da razão que caracteriza a posição dos falantes, substituindo a convencionalidade da ação por uma ética discursiva. Esta posição representa uma concepção de discurso na qual os aspectos linguísticos são essenciais como elementos de sustentação de uma relação filosófica entre teorias da ação e da sociedade, deslocando-se a doutrina do sujeito da ação linguística para o eixo de um saber implícito, condicionado pelo “mundo da vida” ou “pela comunidade de comunicação” intersubjetivamente compartilhados.

A apreensão do discurso argumentativo resgata uma força vinculante que se dá entre a linguagem e o mundo social a que ela se refere. Esta última inter-relação determina as condições dialéticas da produção do sentido, promovendo, assim, uma semantização dos enunciados - no que concerne a sua força pragmática perante um mundo social no qual os sujeitos interagem e se constituem. No que se refere a esta afirmação, Apel¹¹ ressalta a dimensão comunicativa do ato de fala:

Em effect, les énoncés constatifs classés dans la première série peuvent, comme la découvre Austin, servir à la formulation "performative" d'actes illocutoires - dans l'énonciation, par exemple, de la proposition "je constate qu'il pleut" Il apparaît ainsi clairement que tous les actes locutoires possèdent simultanément la "force" potentielle des actes illocutoires, ce qui implique que leur signification (meaning) établie par les conventions ne se limite aucunement à la représentation vraie ou false d'états de choses, mais qu'elle règle aussi, sous une forme intersubjectivement valide, la force pragmatique possible de l'énonciation de la phrase comme acte communicationnel illocutoire.

3. A "PERFORMATIVIDADE": DO CONVENCIONAL À AÇÃO TECNOLÓGICA

A representação de uma relação entre interlocutores processa-se mediante uma ação teleológica, responsável pela liberação da racionalidade da ação linguística. Este conceito percorre todo o contexto de uma ética discursiva e para que possamos entendê-la no conjunto de sua aplicabilidade e de suas consequências teóricas é importante que se explicita a sua articulação linguística.

O sujeito da ação teleológica é o ser solitário que, ao instituir sua relação com o mundo real, constitui um ato comuni-

¹¹ APEL, (1994, 40)

cativo, visto que a sua fala apresenta-se socializada. É a ação teleológica que constrói e constitui a Ação Comunicativa no sentido de que ela produz um recorte discursivo nas categorias falante/ouvinte, enquanto um conceito sociológico de ação.

No âmbito da ação teleológica, Habermas formula a teoria da significação, baseada na relação de sentido resultante da atribuição de uma força ilocucional a orações assertivas, expressando uma modalidade de ação que se dá pelo entendimento e aceitação de suas pretensões de validade. Consideremos um enunciado como:

(1) – Eu prometo que X.

Segundo a concepção austiniana dos atos de fala, da estrutura locucional do enunciado há uma derivação de sentido que pode reforçar um efeito ilocucional ou perlocucional, dependentes de fatores contextuais diversos. Já o mesmo não ocorre em relação à interpretação que Habermas confere ao conceito de ato ilocucional. Ele ativa uma ação teleológica à medida que a sua efetiva realização e aceitação por parte dos interlocutores é mediada pelo entendimento e julgamento de suas pretensões de validade, expressa por uma relação interna entre elas e a razão. E, assim, a ação teleológica reproduz uma Ação Comunicativa que, através de uma estrutura dialógica, interna aos atos ilocucionais, coordena as ações linguísticas, detentoras de um mecanismo interpretativo baseado nas contingências.

Se voltarmos ao enunciado (1), o seu efeito ilocucional, enquanto uma ação teleológica, somente é eficaz no momento em que o ouvinte o interpreta como um ato de promessa que realmente se efetive, expresso na estrutura do ato linguístico. Austin também considerou a relevância da significação, pois realizar um ato ilocucional implica assegurar a sua “apreensão” tornando compreensível o significado e a força da locução. Essa formulação assume o caráter de uma racionalidade

da ação ilocucional, já que, para Austin, ela pode também ser objeto de uma fundamentação crítica, haja vista a distinção entre o ato ilocucional e o perlocucional.

Apel, por sua vez, generaliza o conceito de ato de fala, integrando-o em uma dimensão mais complexa de seu entendimento. A descoberta austiniana do “performativo” consiste, segundo Apel, em uma “revolução paradigmática da filosofia da linguagem” na qual as enunciações “performativas” encerram-se no quadro das instituições sociais, articuladas por intermédio das convenções linguísticas como “uma pré-estruturação semântico-sintática dos atos de fala” formulados no nível performativo.

O que efetivamente aproxima Apel e Habermas encontra-se no pressuposto de uma racionalidade que se revela como uma “racionalidade subjetiva e crítica” constitutiva da teoria filosófica da modernidade

Em Habermas, o conceito filosófico de “modernidade” é entendido como uma forma racional de interação do ser com o mundo que o circunda. A expressão e a apreensão de uma “razão” efetua-se através da linguagem, funcionando como um canal que integra o mundo social a uma ética discursiva. O espaço da Ação Comunicativa é, então, o lugar de uma dialética da razão, expressa pela inter-relação linguagem/significação, do modo como caracteriza a posição dos falantes, substituindo a convencionalidade da ação por uma ética discursiva. As normas sociais e éticas definem a linguagem como legítima no espaço da Ação Comunicativa e qualquer transgressão a uma estabilidade consensual revela uma relação linguística conflitante.

Adotando a análise de Searle (1969), na qual o conceito de “conteúdo proposicional” substitui o de ato locucional, Habermas utiliza essa terminologia na formulação de um conceito formal de proposição sobre o qual pode incidir um componente ilocucional que atribui ao ato de fala o caráter de ação. Partindo de uma proposição, o seu conteúdo formal pode

bifurcar-se em um ato de entendimento (a Ação Comunicativa) ou em um ato que visa a produzir uma certa reação por parte do ouvinte. A esse ato confere a denominação de “ação estratégica” tida como um discurso também argumentativamente marcado, mas coordenado por ações que objetivam produzir um resultado, alcançado através de um jogo de influências entre interlocutores.

Como resultado desta dicotomização, o ato perlocucional austiniano corresponde, metodologicamente, à ação estratégica, já que tem como objetivo atingir o interlocutor, visando a um determinado propósito orientado para certas consequências. No conjunto das relações linguísticas, a ação estratégica é caracterizada como um efeito de sentido secundário, derivado de uma força ilocucional primária. Deve-se recordar ainda que a força ilocucional de uma proposição reside em seu conteúdo proposicional e, assim, todos os outros efeitos fazem parte da ação estratégica.

Esta posição representa uma concepção de discurso na qual os aspectos linguísticos são essenciais como elementos de sustentação de uma relação filosófica entre teorias da ação e da sociedade, deslocando-se a doutrina do sujeito da ação linguística para o eixo de um saber implícito, condicionado pelo “mundo da vida” intersubjetivamente compartilhado. Esta inter-relação promove uma semantização dos enunciados – no que concerne ao seu papel comunicativo e a sua força ilocucional, bem como a força pragmática dos enunciados “performativos” perante um mundo social definido abstratamente como o “mundo da vida” e no qual os sujeitos interagem e se constituem.

4. CONCLUSÃO

A dimensão filosófica da relação linguagem e mundo social e o postulado fundamental da teoria filosófica de Habermas e de Apel são de consequências valiosas para a análise linguística. A teoria dos atos de fala não está restrita

a um mundo social contingente que determina os sentidos das expressões. É baseado nessas idéias que Habermas estabelece a condição de que um ato ilocucional, para fazer parte de uma relação interpessoal, ao mesmo tempo subjetiva e racional, deve ser reconhecido como verdadeiro, não no sentido lógico do termo, mas legítimo e válido no que diz respeito às pretensões comunicativas.

Pensando desse modo, Habermas pode, então, delimitar os princípios do que seja uma pretensão de validade, pois os parâmetros da razão comunicativa estão no reconhecimento e apreensão de uma atividade ilocucional que mantém uma relação direta entre os juízos de valores de uma sociedade e a linguagem que os codifica e externaliza.

A estrutura da expressão linguística, representada na ação “performativa” e ilocucional, aparece como princípio fundamental, pois, partindo da forma do enunciado, resgata sentidos ilocucionais circunscritos a uma situação linguística ideal, isenta de confrontos e que os considera como válidos em uma perspectiva socializante da linguagem. O valor semântico do ato e da força ilocucional não está, portanto, contido apenas na “força” que possa eventualmente comportar. Eles representam, antes de tudo, uma interpretação socializante da própria expressão linguística que não apenas institucionaliza um dizer, mas, sobretudo, encerra em sua própria significação o fundamento de uma relação dialógica, representada pelo desdobramento do sujeito da ação linguística. Neste aspecto, Apel atribui ao ato de fala uma força ilocucional potencial explicitada pelo fato de que o locucional, dotado de sentido, transforma-se no ato ilocucional potencial, visto que dele deriva a “performatividade” a qual, através de sua força pragmática, atualiza o ato ilocucional no plano comunicacional.

Se agora traçarmos um paralelo entre Apel e Habermas, veremos que, no primeiro, a teoria dos atos de fala reflete as implicações sociais da linguagem, onde o sentido do ato de fala

está socializado em decorrência de uma comunidade de comunicação, de uma Pragmática Transcendental, ao passo que, para Habermas, a força do ato “performativo” é decorrente do papel exercido no interior das relações sociais, veiculada por uma dimensão filosófica da linguagem, expressa pela Pragmática Formal. Assim sendo, a função do ato “performativo” está socializada pela linguagem, interior à própria sociedade que o decodifica para fins consensuais e racionais.

Finalizando, diremos que Habermas e Apel representam um “desdobramento e uma transcendência” da Filosofia da Linguagem quando reconhecemos que a ação “performativa” derivada de uma força ilocucional, confere aos enunciados assim modalizados a vantagem de uma interação linguística socializada mediante a possibilidade de se criticá-los racionalmente, princípio modelador da dimensão pragmático-transcendental dos atos de fala e de suas pretensões de validade, constitutivas de uma Ética do Discurso dotada de sentido e de racionalidade integrados à “performatividade”

BIBLIOGRAFIA:

- AUSTIN, J. L. (1962), *Quando Dizer e Fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.
- APEL, K.O.(1994), *Le logos propre au langage humain*. Paris: Éditions de L'Éclate, 1994.
- _____. *Estudos de Moral Moderna*. Petrópolis: Vozes. 1992.
- BERTI, E. A filosofia analítica. In: *Aristóteles no século XX*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- HABERMAS, J. (1981). *Teoria de la Acción Comunicativa*. vol. 1 e 2, Taurus, Madrid, 1988.
- HABERMAS, J. (1983). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HERRERO, F.J. *A Pragmática Transcendental como “Filosofia Primeira”* Belo Horizonte: Síntese Nova Fase, vol. 24, 1997

ABSTRACT: We discuss herein the question of Ethics within philosophical thought, especially with reference to the ideas of Jurgen Habermas e Karl-Otto Apel, both of the Frankfurt School.

Keywords: Ethic, Discourse, Intersubjectivity, Argumentation, Performativity

ANCHIETA, LITERATO Y HUMANISTA¹

Eduardo de Almeida Navarro²

edalnava@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho visa a mostrar a importância da obra de José de Anchieta, humanista do século XVI, e, principalmente, da sua *Arte da língua tupi*, uma das mais originais no seu gênero.

Palavras-chave: Anchieta; gramática; tupi; humanismo renascentista; século XVI

INTRODUCCIÓN

En 1595 era publicado en Portugal el “*Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*” del misionero José de Anchieta. Ese no era un hecho aislado, pues, estaba dentro de un contexto más amplio, que nos interesa conocer a continuación.

Los siglos XVI y XVII pueden ser llamados “La era de las Gramáticas” la época de una nueva Babel. Hasta entonces nunca se diera tanta importancia al estudio de las lenguas y a su “gramaticalización” Ese momento histórico se oponía, así, a una Edad Media en que el ideal del hombre culto era encarnado por el teólogo escolástico y no por el filólogo políglota.

¹ Conferência proferida na Universidad de La Laguna, Tenerife, Ilhas Canárias, Espanha, no ano de 1997.

² Professor da FFLCH da Universidade de São Paulo

En ese contexto, la Filología se libraba de su condición de “sierva de la Teología” *El conocimiento de la verdad pasa por el conocimiento de las lenguas*, en aquel entonces se decía. El valor estético y ético de los textos antiguos es visto, ahora, por sí propio y no como un simple *ornamento de fe*. Se reconoce en Platón, en Aristóteles, Virgilio, Cicerón y Séneca, destellos de sabiduría divina, una anticipación del cristianismo.

Al mismo tiempo en que los eruditos estudian los textos antiguos y se nutren con las fuentes de la cultura occidental, van surgiendo los nuevos estados nacionales europeos. En tal contexto, la lengua pasa a ser una “compañera del Imperio” conforme diría el humanista español Nebrija.

En ese momento, también, los nuevos continentes son descubiertos, lo que hace al hombre europeo conocer las más variadas realidades culturales o lingüísticas, desde la culta y refinada sociedad china de la dinastía Ming hasta cualesquiera de las más organizadas sociedades indígenas de Sudamérica.

La problemática lingüística, originada en el siglo XVI, presentaba, tal como se puede apreciar dimensiones espectaculares caracterizadas en tres aspectos:

1. En el siglo XVI, con el Renacimiento se asistió a la valoración de las denominadas “lenguas sapienciales” o “lenguas de misa” como se decía entonces, esto es, el latín, el griego y el hebreo. El humanista busca ardientemente conocerlas, por tratarse de tres lenguas que facultaban el retorno a los textos de las sagradas escrituras y de la Antigüedad cristiana y pagana.

Se reconoce, así, el valor humano de las lenguas antiguas, que conferirían al hombre mayor dignidad, según el principio del “*hominem humaniorem facere*” (hacer más humano al hombre). Nos recuerda Kuckenheim (1951, p.1) que “*el sabio, sin intermediarios, penetra en el pensamiento griego, se expresa en la lengua de Cicerón, entra en contacto con su Dios por la santa escritura: es el hombre dotado de **triplex lingua** o el **trium linguarum gnarus** (“el conocedor de las tres lenguas”).*

2. Otro fenómeno del Renacimiento es la ascensión de las lenguas vernáculas y nacionales europeas, en una Europa donde surgían los grandes imperios nacionales, que buscarían, ahora, imponer sus propias lenguas a los territorios que conquistasen. Lo mismo que Roma hizo con las regiones que dominaba, esto es, imponer el latín; también España, Portugal y Francia realizarían en sus colonias. Varias gramáticas de lenguas vernáculas fueron fruto, por eso, de imperativos políticos. No aconteció por acaso que la primera gramática de la lengua castellana, la de Nebrija, fuera publicada en 1492, año en que el Imperio Español se fundaba con el descubrimiento de América. Además, es interesante observar que la *Gramática de la Lengua Portuguesa* haya sido escrita por João de Barros, importante figura de la administración colonial, el gran estratega del imperialismo portugués. El año de 1540, en que su obra vino a la prensa tipográfica, estaba bajo el gobierno de D. João III, período crucial para la expansión ultramarina lusitana.

3. Finalmente, en el siglo XVI, ocurrió el descubrimiento de las lenguas oriundas de los pueblos que habitaban regiones y continentes anteriormente desconocidos.

Así, casi en la primera época en que eran publicadas las primeras gramáticas del francés, del castellano y del portugués, salían a luz las gramáticas de las lenguas amerindias, asiáticas y africanas, que, décadas antes, eran completamente ignoradas por los europeos. Por ejemplo, datan de esa época las primeras gramáticas occidentales del japonés, vietnamita, árabe, *gheez* (de Etiopia), tamil (de la India), guaraní, tupí, náhuatl (de Méjico), aymará y del quechua (de Perú y Bolivia), bien como de otras que todavía no eran conocidas.

Ciertas gramáticas de lenguas amerindias fueron publicadas incluso antes que salieran a luz las primeras gra-

máticas del inglés (la primera fue la de Bullokar, publicada en 1586, mientras que el *Arte en lengua de Michoacan*, del Fraile Maturino Gilberti, fue impresa veintiocho años antes, en 1558).

Sin embargo, si la gramaticalización de las lenguas vernáculas y la renovación de las gramáticas de las lenguas antiguas eran un hecho característicamente renacentista, la obra de gramaticalización de las lenguas americanas, asiáticas y africanas sería fruto del trabajo misionero de la Contrarreforma, que no se identificaba con el Renacimiento, sino, al contrario, negaba sus postulados esenciales. En efecto, no hubo dialéctica entre el Renacimiento y la Contrarreforma católica, puesto que entre ellas existió sólo pura negación. Siendo que en ese período la religión comenzó a separarse, en Occidente, de la filosofía y la política, lo que no ocurriría, por ejemplo, en el mundo islámico.

Los misioneros fueron, por eso, los primeros gramáticos de las lenguas americanas, africanas y asiáticas. Para Ignacio de Loyola, el aprendizaje de la lengua de los pueblos a ser evangelizados se convertía en la primera obligación de un misionero jesuita. Los países como Japón, la India, Vietnam, Méjico, Perú y Paraguay deben a ellos, además de los grandes monumentos de su filología, algunas de las primeras gramáticas de las lenguas habladas aún hoy en día por millones de hablantes.

El siglo XVI comenzaría a testimoniar la gramaticalización maciza de todas las lenguas: fuesen muertas o vivas; europeas, americanas o asiáticas; de pueblos de tradición literaria milenaria, como China y Japón; de pueblos ágrafos, como los tupinambas y guaraníes de América. El siglo XVI, de forma paulatina, tornó todas las lenguas dignas de ser puestas en la gramática.

1. LA ERA DE LA GRAMÁTICA Y EL MODELO LATINO

Durante varios siglos, a lo largo de toda la Edad Media, *saber gramática* correspondía a *saber latín*. Así, al iniciarse la Edad Moderna, la gramática latina tradicional era el único referencial teórico que los gramáticos, de aquella época, disponían para hacer gramáticas de las lenguas que, entonces, adquirirían importancia como instrumento de poder de los imperios coloniales o como medio de evangelización de los pueblos de los continentes recién descubiertos. De tal modo, durante el proceso de gramaticalización de las lenguas vernáculas europeas y de las no europeas se encontraría subyacente el modelo latino.

João de Barros (op. Cit., p.135), por ejemplo, subordina la gramática portuguesa a tal modelo cuando declina el sustantivo *rainha* (reina), como si el portugués fuese igual que el latín en lo que se refiere a los casos:

“Número singular	Número plural
Nominativo – la reina	Nominativo – las reinas
Genitivo – de la reina	Genitivo – de las reinas
Dativo – a la reina	Dativo – a las reinas
Acusativo – la reina	Acusativo – las reinas
Vocativo – ¡oh, reina!	Vocativo – ¡oh, reinas!
Ablativo – de la reina	Ablativo – de las reinas”

Esto era muy común entre casi todos los gramáticos de aquella época. Por otro lado, prácticamente todos afirmaban que las lenguas, de las cuales hacían gramáticas por la primera vez, poseían las ocho partes de la oración latina, a saber: el sustantivo, el verbo, el pronombre, la preposición, la conjunción, el adverbio, la interjección y el participio.

De esa forma, el peso de la herencia clásica de una tradición enraizada en la latinidad clásica y medieval, se haría sentir sobre las gramáticas de las lenguas vernáculas europeas

y de las no europeas en pleno siglo XVI. El modelo latino fue universalmente adaptado para ellas. E, incluso, dos idiomas tan diferentes como japonés y quechua fueron tratados de acuerdo al modelo latino.

En lo que se dice con respecto a los gramáticos de las lenguas no europeas, ellos afirmaron de forma casi unánime que tales lenguas poseían las ocho partes de la oración latina, factor correspondiente al propio ennoblecimiento de éstas. En un momento histórico, en que la polémica europea rondaba acerca de la naturaleza humana del indio, la afirmación sobre la existencia de las ocho partes de la oración latina en las lenguas indígenas americanas produjo una inmensa contribución para que se consolidase la idea de la humanidad del hombre americano. En el *Prólogo del Autor al Christiano Lector* el Fraile Domingo de Santo Thomas (1560), gramático de la lengua quechua, expresa dicha idea al afirmar que: “*Assimismo es de notar que en esta lengua como en la latina y en las demas ay todas las ocho partes de la oracion o habla.*”

Varios factores, según nuestro parecer, determinaron tal precedente europeo en la gramaticalización de las lenguas de todo el mundo:

- El carácter misionero del Catolicismo, que se desarrolla con la reforma protestante. Era necesario realizar el estudio de las lenguas de los pueblos a ser convertidos en los continentes descubiertos y construir sus respectivas gramáticas. Ciertamente, el cristianismo fue la primera religión misionera del mundo.
- El latín era la segunda lengua de la Europa medieval, pero dominada solamente por los intelectuales y el clero. A su lado, eran habladas muchas lenguas por parte de los pueblos europeos. Quebrado el equilibrio político medieval y constituidos los nuevos Estados nacionales, las lenguas vernáculas serían elevadas a primer plano, dejando el latín como idioma restringido a

los hombres cultos; lo que no ocurriría en Oriente, donde se habían desarrollado muy poco las lenguas clásicas. Además, en China, la India y el mundo árabe, el conocimiento clásico era encontrado, principalmente, en el centro de las prácticas religiosas o en los cultos. En Oriente, la lengua escrita y la intensidad cultural de los textos, tornaron lenta la evolución de la lengua hablada.

De ese modo se instauraron en Europa ciertas condiciones que conducirían, en los siglos XVI y XVII, a la “*éclosion*” de las gramáticas, acontecimiento de importantes consecuencias para consolidar el papel hegemónico que aquel continente ejercería sobre el resto del mundo en los posteriores siglos.

2. ANCHIETA, UN HUMANISTA DEL RENACIMIENTO Y UN MISIONERO GRAMÁTICO

En dos aspectos Anchieta estuvo presente en la nueva Babel de los tiempos renacentistas y de la Contrarreforma: componiendo epopeyas latinas, acción típica de todo humanista erudito; elaborando la gramática de una lengua indígena americana, asunto normal de misioneros. A continuación, nos interesa conocer algo de su formación cultural, para así poder situarlo de la mejor manera en su época.

Nace en 1534, en las Islas Canarias –cerca de las costas africanas– y parte para Portugal, en 1548, con catorce años de edad, para estudiar en la famosa escuela renacentista lusitana, *Colégio das Artes*, uno de los llamados “Colegios de las tres lenguas” es decir de latín, griego y hebreo, que, entonces, se diseminaban por toda Europa, produciendo los intelectuales de los nuevos tiempos renacentistas. Vivió en Coimbra durante uno de los períodos más perturbados, pero, al mismo tiempo, uno de los más ricos de la vida intelectual portuguesa. Su educación humanística se estableció, en su

mayor parte, fuera del ámbito de la Compañía de Jesús, en la cual entraría solamente en 1551. Por tanto, en sus tres primeros años en Portugal, recibió la más auténtica cultura renacentista, que todavía no se encontraba comprometida con la visión del mundo jesuíta, si se toma en consideración que el colegio, donde Anchieta estudió, sería puesto a disposición de la administración de los jesuitas solamente en 1555.

Así, antes de la educación pública en Portugal haber sido dominada por la Compañía de Jesús, el viejo país de los “cristianos reyes” conoció algunos años de auténtico humanismo renacentista; Portugal tuvo un genuino “*colegio trilingue*” tan al gusto y estilo del príncipe de los humanistas, Erasmo de Rotterdam. Aunque es cierto que eso fue por muy poco tiempo. En verdad, ese tal Colegio, que pasó a funcionar en 1548, casi de inmediato, sería molestado por la Inquisición y, con ello, algunos de sus profesores más famosos quedarían presos, contra los cuáles se iniciarían acciones.

Para Costa Ramalho (1985), la amplia formación gramatical, filológica y literaria de Anchieta lo convierten en un hombre que, a pesar de su visión medieval, participa ideológicamente del Renacimiento. Su latín es el renacentista y no el “cultivado por las órdenes religiosas de todos los tiempos” como pretende Azevedo Filho (1985, pp.16-17). Anchieta no fue, como afirma este último, un hombre del Medioevo y del Barroco, sin pasar por la cultura del Renacimiento; mas, sí fue, según lo evidencia Costa Ramalho, un humanista de nivel semejante, en lo que se refiere al nivel del latín utilizado, a los célebres renacentistas de su época. Por ello, el futuro misionero gramático transportaba consigo una vasta formación clásica.

Lo que hace evidente la excelencia de Anchieta en el uso del latín renacentista son sus poemas *De beata Virgine Dei Matre Maria*, con aproximadamente 5.800 versos, y *De Gestis Mendi de Saa*, con más de 3.000 hexámetros, obra esta publicada como anónima en Coímbra (1563). Otras poesías

latinas, de menor extensión, asimismo fueron publicadas y pudieron llegar hasta nosotros. Anchieta habría realizado, de ese modo, a través de la expresión de Bosi (1979): *un injerto clásico en una sustancia ingenuamente medieval*.

Como misionero gramático, Anchieta reflexiona en su *Arte tupí* su vasta formación lingüística, perfeccionada con sus maestros renacentistas.

3. LA GRAMÁTICA TUPÍ DE ANCHIETA, UNA OBRA REVOLUCIONARIA

Anchieta llegó a Brasil en 1553, con la escuadra de Duarte da Costa, el segundo gobernador general. Pasaría los primeros años en la ciudad de São Paulo de Piratininga, donde aprendería la lengua tupí y haría un esbozo manuscrito de su gramática ya en 1555; sin embargo, su publicación solamente habría de ocurrir en 1595, casi al final de su vida.

La lengua tupí o tupinamba era hablada en toda la costa de Brasil, desde Rio Grande do Norte hasta, más o menos, el paralelo 27 con algunas variantes dialectales (el tupinamba, el tupinamba del norte, etc.). La gramaticalización de la lengua tupí no se hizo de modo aleatorio, incidiendo sobre una lengua que tenía gran extensión geográfica de influencia. Efectivamente, la realidad lingüística del continente era compleja: únicamente en Brasil, de acuerdo a Rodrigues (1986, p.19), se estima que, en la época del Descubrimiento, el número de las lenguas indígenas fuera el doble del que hoy conocemos (es decir, las lenguas serían cerca de 350). Por otro lado, la impresión de una gramática, a causa de los costos elevados en tiempos de una imprenta incipiente, sólo sería justificable en el caso que la lengua tratada fuese hablada por varias personas; lo que haría con que los esfuerzos redundasen en la conversión de muchas almas, objetivo deseado por medio de la publicación de ese tipo de obra.

Por ese motivo, muchos catecismos y gramáticas redactados por misioneros católicos nunca vendrían a ser

editados, pues los costos de publicación corrían por cuenta de las provincias religiosas. Por ello es sabido que los catecismos del Padre Antonio Vieira jamás serían publicados, ya que eran dirigidos a escasas centenas de hablantes de determinadas lenguas amerindias.

El conocimiento del tupí fue, desde luego, considerado condición indispensable para la admisión de todo candidato a la Compañía de Jesús. La Congregación Provincial de 1568 pide que se dispense a los que conozcan tal lengua indígena de la exigencia de estudios profundos para recibir la orden sacerdotal y la profesión de los votos. El propio conocimiento del latín pasó a considerarse indispensable si el candidato fuese versado en la lengua brasileña. Saber tupí se torno condición fundamental para el éxito de la catequesis y el *Arte de Anchieta*, según su biógrafo Pero Rodrigues (1897 p.199), “*es el instrumento principal de que se ayudan nuestros padres y hermanos que se ocupan de los gentiles que hay por toda la costa de Brasil*”

Luego en las primeras líneas del Capítulo I de su obra, Anchieta comienza a usar términos latinos alternados con formas portuguesas. Este proceso será seguido a lo largo de toda su gramática. Por ejemplo, al tratar de las letras, en la hoja 1, afirma que “*Em lugar do s. in principio ou medio dictionis, serve ç com zeura, ut Aço, çatâ.*”

Hay, aquí, el uso de morfología y de sintaxis híbridas, latina y portuguesa. Anchieta utiliza la preposición portuguesa *em* y la latina *in*. Luego inserta la conjunción portuguesa *ou* en un conjunto de construcciones latinas como, por ejemplo, “*in principio ou medio dictionis*” Finalmente, en vez de usar la conjunción portuguesa *como*, escoge la latina *ut*.

Es muy raro tal tipo de hibridismo. No se encuentra algo similar en otras gramáticas de su época. La explicación reside en el hecho del *Arte de Anchieta* haber sido escrito originalmente en latín. La publicación de 1595 constituiría una traducción imperfecta en medio de la cual se identifica un

texto latino original, lo que engañó a muchos comentadores distraídos.

En efecto, algunos quisieron ver en Anchieta un gramático latinizante, como tantos otros de su época. Mattoso Câmara (1965), famoso lingüista brasileño, desencadenó un feroz ataque contra el estudio de la lengua tupí en las universidades brasileñas, alegando la artificialidad de los antiguos estudios de los misioneros, entre los cuales los de Anchieta. Pese a él estar muy equivocado en sus opiniones, el trabajo de Câmara creó enorme polémica con relación a tal asunto. Según Câmara, (op. cit., p.104), con las gramáticas de los misioneros,

...la lengua (tupí) se regulariza por el modelo de la gramática latina, adulterándose las categorías genuinas y el valor de los morfemas. Los verbos pasaron a tener una conjugación a la latina.

Otros estudiosos cayeron en el mismo error. Buescu (1983) y González Luis (1992) consideraron que Anchieta era un gramático exactamente igual que cualquier gramático de su época. En Buescu (op. cit., p.74) leemos que “...la Gramática de Anchieta sigue, una vez más, rigurosamente, el modelo universal: la gramática clásica.”

La verdad es que el *Arte de Gramática da língua mais Usada na Costa do Brasil*, de Anchieta, es una de las obras de gramática más originales de todo el siglo XVI. Solamente la comparación de esa obra con otras de su época puede dar testimonio de eso. Ya algunos aspectos son inéditos y merecen ser mencionados:

- Anchieta niega que el tupí tenga el sistema de casos del latín. Entre los gramáticos de su época ello significaba algo impensable.
- En el *Arte* tupí de Anchieta no existe referencia a las ocho partes “sagradas” de la oración latina, que los

otros gramáticos de su época creían ser las mismas en todas las lenguas. Anchieta sólo trataba de cinco de esas partes de la oración.

– En Anchieta hay el tratamiento simultáneo de la morfología con la sintaxis, relación que solamente el siglo XX tornaría común. Los otros gramáticos de su época reservaban unas pocas páginas finales para estudiar la sintaxis de las lenguas, que describían siempre separadamente.

– Por lo que se sabe, Anchieta fue el primer gramático a usar en portugués un buen número de términos técnicos, propios de la descripción lingüística, tales como *numeral ordinal*, *posposición*, *indicativo*, *modo permisivo*, *frecuentativo*, *negativo*, *interrogativo*, *instrumental*, *monosílabo*, *polisílabo*, etc.

– Anchieta, al frente de nuevos hechos lingüísticos, creó, muchas veces, términos apropiados sin aprovechar la terminología tradicional. Él dio privilegio, por otro lado, a los criterios morfológicos y sintácticos en vez de darlo a los semánticos en la descripción de la lengua: lo que sería común, solamente bien después, entre los estructuralistas del siglo XX.

– Anchieta poseía una sensible percepción de la fonología del tupí, siendo el único a describir la existencia peculiar de ciertos sonidos en aquella lengua.

– Nadie antes de Anchieta, ciertamente, habló del acento como señal gráfica, así como hoy se entiende. Para los otros gramáticos de su época, el acento era cantidad, del modo que existe en latín. Por ejemplo, en la palabra *arma*, en el caso ablativo (léase *ármaa*, o sea, demorando en la a final), la a final es llamada larga y la a inicial breve. El acento, por tanto, hasta el siglo XVI, era algo totalmente diferente de lo que entendemos ahora y Anchieta fue, tal vez, el primer gramático que usó dicho término en el sentido actual.

En consecuencia, por lo que se afirma con respecto a Anchieta, la opinión de Câmara no concuerda con los hechos, conforme a lo que expusimos, pues han sido innumerables las interrupciones verificadas y, en ciertos puntos, indiferentes a las impresionantes originalidades que hicieron que su contribución para con la historia de la gramática sea innegable. ¿Cuál otro gramático, del siglo XVI, habló de acento como grafema y no como cantidad silábica? ¿Quién, en pleno siglo XVI, se recusó a subordinar el nombre y el pronombre al sistema de casos del latín? ¿En cuántas gramáticas del siglo XVI comprobamos la total omisión del número “sagrado” de las ocho partes de la oración latina, así como la ausencia de tratamiento de las categorías gramaticales, a las cuales, hacía siglos, las gramáticas consagraban aventajados capítulos? ¿Cuántos gramáticos del siglo XVI tuvieron la intuición fonológica de Anchieta y su acuidad en lo que concierne al tratamiento de las semiconsonantes, de las vocales nasales, etc.? (Aunque Câmara [op. cit., p. 104] diga que hubo en las *Artes* de los gramáticos del tupí antiguo “simplificación fonética muy grande”.) ¿Qué gramática del siglo XVI trataba sobre la morfología junto con la sintaxis?

Por esto, son innumerables los elementos que apuntamos y nos facultan a afirmar que *la gramática de Anchieta no es latinizante*, y que su originalidad se revela, en varios puntos, tan grande que, para el momento histórico en que se redactó, representa un monumento lingüístico de los más admirables, es decir una obra *sui generis* que anticipa ciertos procedimientos de la Lingüística moderna, que intenta estudiar la estructura de las lenguas en sí y no en relación con la estructura de otras. Además ella contradice “dogmas” gramaticales otrora bastante definidos en las formulaciones teóricas de Occidente, desde Donato y Prisciano y más tarde recuperados por los gramáticos renacentistas.

Con Anchieta, la pretendida “regularización de la lengua a través del modelo de la gramática latina” se siente casi siempre ausente. Y si el capítulo dedicado al verbo hace patente una

subordinación mayor a aquel modelo, también no es menos verdad que está repleto de oportunas originalidades.

No siendo una gramática latinizante, apartándose, en muchos puntos, del modelo universal latino, el *Arte* de Anchieta queda más cerca de una moderna descripción lingüística que las otras gramáticas de su época, éstas sí, muy latinizantes. Por esa razón, según nuestro punto de vista, su carácter poco didáctico. El hecho de haber resultado “muy diminuta y confusa”, de acuerdo a lo que dice sobre ella en la *Aprobación* de la segunda gramática de la lengua tupí, el *Arte* del jesuita Luis Figueira, en sus ediciones de 1621 a 1687, se debe, seguramente, a su carácter de descripción lingüística antes que a su carácter de método de aprendizaje de una lengua. ¿Quién, en efecto, aprendería una lengua extranjera si, en vez de buscar una gramática o un método didáctico, fuese estudiar una obra de lingüística o una obra que versase solamente sobre las estructuras lingüísticas del idioma que quisiese aprender? Por ello, la gramática de Anchieta peca por poco didactismo, pero supera inmensamente otras gramáticas contemporáneas (por ejemplo, la de Luis Figueira) por su mayor acuidad lingüística.

A pesar de que fue educado en el *Colegio das Artes* de Coimbra, donde recibió la más genuina cultura renacentista, y aunque fuese considerado en su época un insigne latinista, Anchieta representó, quizá, el gramático misionero menos vinculado al modelo latino de todo el siglo XVI.

Él fue un hombre de la Compañía de Jesús escribiendo catecismos o poemas religiosos y místicos y se afilió como un hombre del Renacimiento, si tomamos en consideración el latín en que sus obras épicas se vertieron. Finalmente, sus contribuciones fueron las de un hombre situado bien adelante de su tiempo.

BIBLIOGRAFIA:

- ANCHIETA, J. *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)*- (Apresentação do Prof. Dr. Carlos Drummond, da USP). São Paulo, Edições Loyola, 1990.
- AZEVEDO FILHO, L.A.- *A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal*. Rio de Janeiro, Ed.Gerasa, 1985.
- BARROS, J. *Gramática da Língua Portuguesa (1540)* (Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu). Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971a.
- BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1979.
- BUESCU, M. L. C. *O Estudo das Línguas Exóticas no Século XVI*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- CÂMARA JR., J.M.- *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1965.
- COSTA, Ramalho A., "Leodegário A. de Azevedo Filho A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal" (Recensão crítica). *Humanitas*, vols. 37-38,. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985-86, pp.382-385.
- DOMINGOS DE SANTO THOMAS. *Grammatica o Arte de la lengua general de los Indios de los Reynos del Peru*. Valladolid, Francisco Fernandez de Cordoba, impressor, 1560.
- FIGUEIRA, L. *Arte da Língua Brasílica*. Lisboa, Manuel da Silva, 1621.
_____. *Arte de Grammatica da Língua Brasílica*. Lisboa, Miguel Deslandes, 1687
- GONZÁLEZ LUÍS, F., "La gramática de la lengua tupi de José de Anchieta y su dependência de la gramática latina" *Fortunatae*, no. 4. La Laguna, Islas Canárias, Secretariado de Publicaciones, Universidade de La Laguna, 1992, pp.229-244.
- KUKENHEIM, L. *Contributions à l'Histoire de la Grammaire Grecque, Latine et Hebraïque à l'Époque de la Renaissance*. Leiden, E.J.Brill, 1951.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo, Edições Loyola, 1986.
- RODRIGUES, P. "Vida do Padre José de Anchieta" *Annais da Biblioteca Nacional*, XIX Rio de Janeiro, 1897
- VIOTTI, H.A. *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 1980.

FORMAÇÃO DO EDUCADOR, COMPLEXIDADE E SABER LINGUÍSTICO - A CIÊNCIA, A LINGUAGEM E A TECNOLOGIA EM UM PAÍS EMERGENTE

Maria Goreti Amboni Stadtlober¹

mariagoretis@gmail.com

RESUMO: O presente artigo visa a chamar a atenção para a possibilidade de uma nova visão de ensino e aprendizagem e de formação do educador sob o amparo das leis educacionais de Timor Leste, enfatizando a necessidade de preparar o indivíduo para uma reflexão consciente a respeito de valores éticos, cívicos, espirituais e estéticos. Em Timor Leste, a formação de educadores e o ensino da linguagem compatibilizam-se com o pensamento complexo quando se discute que variante do tétum, uma das línguas do país, deve-se aprender. Um pensamento que consideramos, embora complexo, de possível adoção em todas as sociedades já consolidadas e em processo de consolidação, uma vez que se abriga num princípio humanitário de cidadania.

Palavras-chave: educação; complexidade; linguagem; formação; Timor Leste

INTRODUÇÃO

Na tentativa de entender o mundo, fragmentamos, medimos e quantificamos os objetos que nos cercam. Imaginamos que conhecemos o que nos rodeia somente quando conseguimos medir. Se, porém, fazemos parte do processo de

¹ Cooperação Internacional Brasil / Timor Leste – CAPES

observação, seria possível compreender o universo na sua totalidade, em vez de compreendê-lo apenas pelo que conseguimos quantificar?

O pensamento da complexidade, teoria estruturada por Edgar Morin (2001; 2002a, 2002b, 2002c, 2002d, 2002e; 2004), cientista social francês, é muito mais abrangente do que imaginamos. Talvez possamos dizer que se trata de um pensamento impactante para uma sociedade em reconstrução ou emergente, pois envolve a ciência, a tecnologia, as disciplinas escolásticas e transdisciplinares, além dos saberes do paradigma ecossistêmico. Um paradigma que não tem sido facilmente entendido, nem mesmo em sistemas em que a educação já se encontra consolidada. Referimo-nos à possibilidade desta natureza de discussão na cultura de Timor Leste, um país recentemente independente.

Que paradigma é este?, perguntam os pesquisadores, sem, contudo, terem uma resposta definitiva. É importante que as respostas não sejam definitivas porque isso nos instiga a continuar a busca por uma consciência ecológica e planetária.

Pretende-se, com esta reflexão, chamar a atenção para a possibilidade de uma nova visão de ensino e aprendizagem, de formação do educador, tanto inicial como continuada, destacando temas relacionados ao seu entorno, como, por exemplo, currículo, mediação, avaliação, ensino e aprendizagem, à luz da teoria do pensamento da complexidade.

Contribuindo para clarificar este pensamento encontramos, entre outros, MORIN; CIURANA; MOTTA (2003).

1. A LEI DE BASES, O PENSAMENTO DA COMPLEXIDADE, LINGUAGEM E CIDADANIA NA FORMAÇÃO

A Lei de Bases da Educação de Timor Leste, publicada no Jornal da República em 28/10/2008 esclarece que é preciso preparar o indivíduo “[...] para uma reflexão consciente sobre os valores éticos, cívicos, espirituais e estéticos [...]”

No paradigma ecossistêmico fazem-se considerações epistemológicas, dialógicas, pedagógicas e transdisciplinares. Isto significa que somos dinamicamente co-determinados por aquilo que nos cerca. Dentro do nosso cérebro não existe a mesma dinâmica do mundo externo, apenas o seu contrário. Nada acontece de fora para dentro. Por isso, é difícil aceitarmos termos como *treinamento*, *transmissão*, *instrução* para explicar a dinâmica da construção do conhecimento no processo de formação docente.

O pensamento complexo relacionado à educação sinaliza conceitos-chaves ou categorias filosóficas que norteiam o processo, como por exemplo, *circularidade*, *interatividade*, *recursividade*, *emergência*, *transdisciplinaridade*, *intercomplementaridade*, *dialogia*, *auto-organização*. Em cada uma destas categorias estão subjacentes a flexibilidade, a autonomia, entre outros pares como *objetividade-subjetividade*, *ordem-desordem*, *teoria-prática*, *sujeito-objeto*. Ambos coexistem para que o fenômeno científico aconteça. E um reconhece a legitimidade do outro.

O processo de construção do conhecimento possui natureza circular, mas não de círculo fechado e sim de espiral evolutiva, comparada à geometria de fractais, que se auto-organiza e se auto-regenera. O diálogo entre ensino e aprendizagem, a mediação pedagógica poderiam inspirar-se nessa geometria? Como ficam? Ensinar implica criar circunstâncias ou situações que possibilitem vivenciar experiências para que a aprendizagem se desenvolva. A mediação pedagógica é uma expressão que tem satisfeito a exigência de respostas à nova nomenclatura necessária a esta nova postura de ensinar e aprender, pois implica ensinar e aprender de maneira intencional, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos, emocionais, contextuais, de modo a abranger o indivíduo na sua integralidade. Aplicar a mediação pedagógica implica flexibilidade, ou seja, envolve princípios transdisciplinares como, por exemplo, *rigor abertura e tolerância*, como bem explica

Basarab Nicolescu (2001), um cientista de valor na causa do pensamento ecossistêmico, entre outros pesquisadores simpáticos a esta mesma linha de conduta intelectual.

Compreender cada um destes conceitos nos permite ampliar a visão de educação e nos convida a praticar mediação pedagógica. Um conceito ou categoria como, por exemplo, *circularidade* mostra-nos que há uma tendência na natureza, especialmente no fenômeno vivo, em manifestar-se circularmente. É o caso da estrutura celular, do formato dos planetas, às vezes elípticos, outras vezes circulares, e estas manifestações podem estar relacionadas às ciências sociais ou às ciências da natureza. Depois, identificamos a categoria da *interatividade* – um termo apropriado pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que mostra as possibilidades de interação entre os diversos aspectos de um objeto de aprendizagem. Objeto de aprendizagem é um recurso pedagógico digital ou não digital que pode ser usado, reutilizado ou referenciado durante o uso de tecnologias voltadas ao ensino. Os conteúdos instrucionais, *software* instrucionais e educacionais, pessoas, organizações ou eventos referenciados durante o uso da tecnologia aplicada ao ensino são exemplos de objetos de aprendizagem (STADTLOBER, 2008, no prelo).

Encontramos a *recursividade* ou o circuito recursivo como técnica de explicar um conteúdo escolar que não foi de todo compreendido, recorrendo-se ao tema com novas abordagens. Também a *emergência* é outro conceito que se utiliza para explicar a presença dos sistemas abertos (sistemas vivos) ao lado dos sistemas fechados ou duros, como é o caso de uma máquina de computador, por exemplo. Nos sistemas abertos é visível o efeito do retroagir sobre a causa que a realimenta, corrigindo desvios e fazendo o sistema equilibrar-se (por exemplo, uma célula vegetal ou animal). Por analogia, isso implica compreender a escola como o lugar onde se pode errar e corrigir o próprio erro. Um caminhar constante de idas e voltas até que a aprendizagem aconteça (MORIN, 2001; 2002b).

“Caminhante, não há caminho; o caminho se faz ao caminhar” nos diz o poeta espanhol Antonio Machado (1997). Importa o trajeto, o percurso, vivenciar o projeto aqui/agora. O caminho é desvelado à medida que é percorrido. O currículo escolar é uma rede interativa em constante expansão, onde ocorrem intercâmbios, análises, sínteses auto-organizadoras cada vez mais complexas. Somos produtores e, ao mesmo tempo, produtos da experiência que vivemos.

Ajustar as teorias construtivistas de aprendizagem, como queriam PIAGET (1987), VIGOTSKI (1984), entre outros cientistas desta linha, às dimensões teóricas de auto-organização do vivo, no sentido de compreender melhor a gênese dos processos de construção do conhecimento, requer mais que engajamento pura e simplesmente. Requer imersão, pesquisa, reflexão e ação. As experiências vividas constituem os fundamentos dos processos cognitivos e de aprendizagem. Para os físicos, cada momento que vivemos representa uma experiência única. O tempo é irreversível, não retroage sobre a matéria. “Conhecer é uma experiência que se relaciona ao campo espiritual, emocional e de sentimentos, energias, vibrações e corporeidade” reitera Maria Cândida Moraes, pesquisadora do CNPQ-PUC/SP e do Instituto Sentipensar da Universidade de Barcelona na Espanha (2004).

Por isso, os docentes devem criar circunstâncias de aprendizagem. A pedagogia apropriada, portanto, para a nova escola, para o novo aprendiz e para a nova sociedade deveria constituir-se em uma pedagogia de certezas provisórias e dúvidas temporárias, haja vista a volatilidade dos pensamentos, dos sentimentos, energias e vibrações. A essa natureza de educação e método denominamos “ecopedagogia” termo cunhado inicialmente por PIAGET (1987), cientista dedicado ao conhecimento enquanto construção, nas suas referências à educação e sustentabilidade.

O pensamento complexo relacionado à educação sinaliza conceitos-chaves como norteadores do processo e nos faz enxergar a educação com mais lucidez, convidando-nos à prá-

tica da mediação pedagógica. Esta prática, indiscutivelmente nos remete ao estudo das emoções. Por meio deste estudo, entendemos que as emoções refletem as intenções e a consciência das emoções nos leva à consciência de nossas intenções. Os físicos David Böhm e Gary Zukav informam que cada palavra contém energia e toda intenção desencadeia o movimento da energia. Emoções são correntes de energia de substâncias químicas que circulam em nosso organismo por inteiro. Maria Cândida Moraes (2002a; 2002b, 2004), referindo-se aos físicos citados, ensina ainda que os sentimentos negativos consomem energia, interferem no prazer, geram sensações de perda e criam barreiras ao enfrentamento das circunstâncias. Não se deve confundir crítica com pensamento negativo. A crítica é naturalmente acompanhada por uma proposta a algo não resolvido de todo. Já o pensamento negativo expresso em palavras fecha-se em si mesmo, entretanto sem deixar lastro de conforto ao interlocutor. Sentimentos positivos, pelo contrário, ampliam o bem-estar e o prazer de viver.

Precisamos resgatar a alegria e o prazer de estudar nos ambientes escolares. É papel do educador criar espaços para o sentir e o pensar integrados ao agir, em busca da inteireza humana. A palavra tem sua força, é um dos aspectos das pesquisas em Linguística. Entretanto, a fala é mais que linguística; é psicolinguística. Do coração sai e no coração entra. A cura dos pensamentos negativos do consulente pela palavra do terapeuta, para que chegue a sua completude, precisa estar acompanhada da energia da psicolinguística. O trabalho sobre os próprios sentimentos e emoções nos aproxima do pensamento ecossistêmico da complexidade. Um educador pleno é também um terapeuta, é também um ser que promove transformação pela serenidade que lhe é peculiar ao gerenciar conflitos e canalizar problemas, transformando-os em desafios.

Em Timor Leste, a formação de educadores e o ensino da linguagem compatibilizam-se com o pensamento comple-

xo. No que diz respeito ao tétum – uma das línguas do país – que variante de tétum aprender? “Preservar a origem da língua, apesar da influência da modernidade tecnológica” isso nos dizia e recorrentemente nos diz o linguista e reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa’e, Dr. Benjamim de Araújo e Corte-Real (2008). Este posicionamento nos remete ao pensamento de MATURANA e VARELA (1997), teóricos chilenos, criadores da teoria da autopoiese, e autores de pesquisas que têm como efeito social e científico a proposta de uma nova mentalidade: a da *auto-organização* e *auto-regeneração dos organismos vivos*. Este pensamento nos instiga a buscar as raízes antropológicas das análises que fazemos em pesquisa sistematizada, ou mesmo na emissão de um parecer científico sobre determinado fenômeno.

Ao se analisar uma cultura, ao se decidir se alguma experiência deve fazer parte do currículo escolar, requer-se respeito a essa cultura, preservação da experiência dos antepassados, do presente em demanda de um futuro promissor e humanitário. O que aparece de novo também deve ser considerado. Como construir um futuro no presente sem as bases da experiência do passado? Difundir e aplicar o ensino do tétum e do português simultaneamente, em todas as escolas de Timor Leste, é dever não somente da escola, mas também de toda a sociedade. Este posicionamento relaciona-se ao pensamento da complexidade quando aceita a possibilidade de convivência entre diferentes e, até mesmo, de opostos, como intercomplementares.

Compartilhando-se uma visão ultranacionalista, compreende-se que a cultura linguística nacional de Timor Leste não é constituída somente pelo tétum. É temerário ensinar somente tétum aos filhos. A educação deve estar aberta a todas as nacionalidades cooperantes (CORTE REAL, 2008). “O outro deve ser respeitado como legítimo outro” assim asseveram MATURANA E REZEPKA (2004) na sua obra *Formação humana e capacitação*. Outro =~ (igual semelhante) criança, jovem, adulto, velho e todas as formas de vida do universo

nos grandes grupos: mineral, vegetal, animal, hominal, entre outros, num circuito espiral indefinido, de acordo com Dr. Will`S Mak`Gregor (2008), cientista e criador da Quinta-Essência do Método Mak`Gregor, também conhecido por Mestre Haytchana. Sua extensa literatura, com mais de 300 obras publicadas no Brasil e exterior, sistematiza o conhecimento socioantropológico, principalmente o ocidental, enfocando a importância do autoconhecimento na formação humana, tanto epistemológica quanto gnóstica. Sua cultura enciclopédica lhe permite estruturar as bases do pensamento da intervenção biológica e exobiológica tal como ocorre nas pesquisas da Universidade de Princeton nos Estados Unidos da América, contribuindo, assim, para a extensão do pensamento da complexidade por meio da Universidade de Estudos Avançados (UEA).

De semelhante maneira, resguardadas as proporções de abrangência, quando nos reportamos ao Instituto Nacional de Linguística (INL) da Universidade Nacional Timor Lorosa'e em Timor-Leste e sintonizamos com os grandes pesquisadores do conhecimento sistêmico e transdisciplinar, por analogia entendemos que os organismos vivos trazem intrinsecamente seu senso de auto-proteção. Também a criação de institutos, centros universitários, universidades, com a finalidade de guardar a cultura, proteger as línguas e os bens, o capital cultural de uma nação, denota a existência do pensar ecológico, podendo significar que nos predispomos a assumir a responsabilidade pela preservação do meio, seja no sentido das ciências experimentais, seja no sentido das ciências sociais.

Os timorenses, com o uso da língua portuguesa, levam consigo uma história cultural de contradições, lutas, aproximações e convivência sociocultural opostas em muitas circunstâncias. A convivência com os opostos, contraditórios, não lineares, paradoxais lhes permite ampliar a visão de mundo e de percepção do contraditório como forças intercomplementares, o que já foi referido anteriormente. A

metodologia do ensino de línguas, o ensino e a aprendizagem transdisciplinares e interdisciplinares, na concepção teórica de autopoiese, perpassam as diversas disciplinas do currículo: Matemática, ciências físicas e biológicas, História, Geografia, artes, promovendo diálogo intercomplementar entre as diversas frentes de conhecimento e promovendo uma polinização de conhecimentos e culturas, levando-nos à compreensão de que um conhecimento, um jargão de um determinado ramo do conhecimento poderá muito bem ser aplicado a outro ramo como forma analógica de representação e transmissão de saberes, ainda que o termo transmissão precise ser explicado de acordo com o contexto em que se aplica.

Professores não são transmissores, são facilitadores, são possibilitadores de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento (MAINGUENEAU, 1997).

Em Mikhail Bakhtin, considerado o pai da dialogia, por meio de sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, encontramos a informação de que a comunicação é a própria dialogia, é a interação, e o “ato de compreensão é uma resposta, à medida que introduz o objeto da compreensão em um novo contexto – o contexto potencial da resposta” (1986, p. 94).

Uma identidade cultural constitui-se em países emergentes sob a égide da complexidade, como é o caso de Timor Leste, quando se pratica a política linguística inclusiva. A começar pela criação de materiais pedagógicos na língua materna para as séries iniciais e na segunda língua para estudantes da escola primária; reconhecendo aqui o trabalho da Fundação Alola, segundo GUSMÃO (2009), que dentre suas inúmeras atividades dedica-se ao financiamento do ensino e à produção de material didático para mais de 80 escolas em todo Timor, com auxílio recebido de países doadores, especialmente da Austrália. No ensino superior, a criação de institutos de Linguística, de espaços de convivência cultural com práticas de multilinguagem representam uma forte intervenção no processo dialógico entre a sociedade e a universidade na sua missão de ensino, pesquisa e extensão.

Florescendo com as metodologias, com a cultura e com a ciência, aparece a tecnologia, melhor dizendo, a aplicação da tecnologia como recurso de aprendizagem. Alfabetizar-se linguística e tecnologicamente significa não somente acessar a máquina e enviar uma mensagem ou recebê-la, mas pode significar visualização de todos os botões que compõem o *layout* de um ambiente de aprendizagem virtual, numa tela de computador, por exemplo. Nos ambientes virtuais de aprendizagem aprende-se o que normalmente se aprende numa sala de aula presencial, quando bem conduzida esta aprendizagem. Aprender em ambiente virtual pode significar liberdade para aprender, mas também pode significar o contrário, aumentando a possibilidade de fraude.

Cabe esclarecer, todavia, que, quando não estamos habituados com uma página virtual ou com as possibilidades de um ambiente virtual, não enxergamos todos os recursos de que dispõem. Por isso, precisamos aprender a fazer leitura em tela de computador, precisamos alfabetizar-nos tecnologicamente, e nunca é tarde para aprender.

O pensamento complexo e o pensamento da quinta-essência do método Mak'Gregor vieram esclarecer que as oportunidades de aprendizagem estão abertas a todos os que precisam conhecer e se dispõem à aprendizagem, não importando a idade e, tampouco, a mídia em que circula a possibilidade desta aprendizagem. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) promovem organização do fluxo de informação, interatividade, rompimento de barreiras do tempo e do espaço no ambiente, rompimento de fronteiras. O oposto também acontece, como, por exemplo, a globalização do terrorismo. É preciso, no entanto, promover o uso produtivo das tecnologias como uma experiência ótima. O uso produtivo e adequado das TICs possibilita o deslocamento do eixo da aprendizagem do professor para o aluno como protagonista da sua própria construção enquanto indivíduo autônomo na dinâmica do auto-conhecimento.

CONCLUSÃO

Formar educadores segundo o princípio da complexidade faz parte de um diálogo interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, à medida que um conhecimento que não consta de uma disciplina do currículo passe a ser incorporado de acordo com a demanda daquele tempo, daquela cultura, daquela sociedade, e à medida que o conhecimento seja sistematizado sem que se sacrifique uma disciplina para dar base a outra, conhecimento esse que seja adequado de tal modo que contribua para polinizar, enriquecer o processo educacional sobre as bases do rigor, da abertura e da tolerância. Um pensamento que consideramos de possível adoção em todas as sociedades já consolidadas e em processo de consolidação, uma vez que se abriga num princípio humanitário de cidadania.

BIBLIOGRAFIA:

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- CORTE-REAL, B. A. *Língua Tétum: desafios actuais*. Tema 3, palestra de abertura no II Congresso Nacional de Educação, Melhorar a qualidade da educação em Timor Leste. Dili, Timor Leste, 10, 11, 12 de dezembro de 2008.
- FUNDAÇÃO ALOLA. Boletim da Alola Feto Forte Nasaun Forte. Volume 5, Edição 3. Mulheres Fortes – Nação Forte. Timor Leste. Disponível em: www.alolafoundation.org.et Acesso em 15 de abril de 2009.
- GUSMÃO, K. S. *Formação do educador para uma escola criativa. As contribuições da Fundação Alola à sociedade timorense*. Palestra proferida por Ms. Kirsty Sword Gusmão no II Ciclo de Seminários de Pós-Graduação da UNTL em 31 de março de 2009.
- MACHADO, A. *Poesia*. Madrid Alianza Editorial, 1997.
- MAK'GREGOR, W. *Quinta-Essência do Método Mak'Gregor*. Curitiba: Universidade de Estudos Avançados, 2008.

- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.
- MATURANA, H. e REZEPKA, S. N. de. *Formação humana e capacitação*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2002.
- MATURANA, H. R. e VARELA, F. J. G. *De máquinas e seres vivos. Autopoeise - A organização do vivo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.
- _____. *A árvore do conhecimento. As bases biológicas da compreensão humana*. Tradução Humberto Mariotti e Lia Diskin, São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MORAES, M. C. *Paradigma complexo ou ecossistêmico? PUC/SP/ Mimeo*, 2002a.
- _____. *O paradigma educacional emergente*. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2002b.
- _____. *Pensamento ecossistêmico. Educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*. São Paulo: Vozes, 2004.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- _____. *O método 1. A natureza da natureza*. Tradução de Ilana Heinenberg. Porto Alegre: Sulina, 2002a.
- _____. *O método 2. A vida da vida*. Tradução de Marina Lobo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002b.
- _____. *O método 3. O conhecimento do conhecimento*. Tradução Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002c.
- _____. *O método 4. As idéias habitat, vida, costumes, organização*. 3. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002d.
- _____. *O método 5. A humanidade da humanidade. A identidade humana*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002e.
- _____. *A cabeça bem-feita. Repensar a reforma - reformar o pensamento*. Tradução: Eloá Jacobina, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MORIN, E.; CIURANA, E.; MOTTA, R. D. *Educar na era planetária. O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2003.
- NICOLESCU, B. *O manifesto da transdisciplinaridade*. Tradução de Lúcia Pereira de Souza. 2. ed. São Paulo: Triom - Escola do Futuro - Universidade de São Paulo, 2001.

PIAGET, J. *Nascimento da inteligência na criança*. 4. ed. LTC: Rio de Janeiro, 1987

STADTLOBER, M. G. A. *Objeto Virtual de Aprendizagem*. Disponível no Ambiente MOODLE e no Ambiente E-ProInfo. Curso de Mídias na Educação. 2008. No prelo.

TIMOR LESTE. Ministério da Educação. Lei de Bases da Educação. *Jornal da República Democrática de Timor Leste*: Dili, Timor Leste, 2008.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

A ENCARNAÇÃO DE UM IDEAL

Paulo Alex Souza¹

pa.alex@bol.com.br

RESUMO: Este artigo aborda o último romance de José de Alencar, *Encarnação*, enfocando especialmente a trajetória da protagonista, Amália, que, de moça irônica, debochada, cética quanto ao amor e indisposta para o casamento, converte-se em uma esposa exemplar, verdadeiro modelo de abnegação amorosa. Ressaltaremos esse processo de mudança, destacando sua característica principal, a de ser algo predeterminado e necessário, de acordo com o imaginário do qual faz parte. Apontaremos, ainda, outros aspectos e nuances peculiares à produção alencariana e ao temperamento romântico.

Palavras-chave: José de Alencar; idealização; mulher; casamento; amor

INTRODUÇÃO

Escrito em 1877 ano da morte de José de Alencar, *Encarnação* é o último romance do escritor e só foi publicado postumamente. Ele se filia aos chamados romances urbanos do autor, por tematizar a vida social da classe dominante do século XIX, a da corte do Brasil.

Seguindo a linha explorada em romances como *Lucíola*, *Diva* e *Senhora*, a narrativa gira em torno da situação social e familiar da mulher em face do casamento e do amor, como sintetiza Heron de Alencar (1997 p. 261).

¹ Mestrando em Literatura Brasileira e Teorias da Literatura pela Universidade Federal Fluminense

O romance é curto e dividido em vinte e um pequenos capítulos, cuja estrutura e encadeamento são moldados para a publicação em folhetim. Trata-se de um romance pouco analisado e essa lacuna nos motivou a empreender uma leitura que lhe apontasse algumas características ou aspectos.

Naqueles três romances citados, uma das molas propulsoras reside no desnível sócio-econômico entre as personagens que movimentam o drama amoroso. *Encarnação* foge dessa característica, à medida que os dois protagonistas pertencem à mesma classe social. Esse desnível só é mencionado em certo ponto da narrativa quando relacionado a um personagem secundário, de relevo apenas inicial. Em contrapartida, a desarmonia entre uma situação, pessoa ou sentimento ideal com outras discordantes, como apontado por Antonio Candido (2007 p. 544), se faz presente com força neste último romance de José de Alencar. A primeira desarmonia, ponto de partida para a nossa análise, parte da protagonista e constitui-se de sua indisposição em relação ao amor e ao casamento.

Um dos vetores da narrativa é a mudança de opinião e de atitude de Amália, que de sarcástica, irônica, zombeteira acerca do amor e do casamento, passa a uma defensora radical desses dois elementos, a ponto de renunciar a sua personalidade para satisfazer o seu amado. Mas temos de ter em mente que essa mudança é uma fatalidade dentro da narrativa, já que esta está totalmente voltada para desconstruir a primeira imagem que conhecemos de Amália e construir aquela que será a de um modelo de esposa.

Assim, em nossa análise focalizaremos a trajetória da protagonista a partir de sua situação de filha rica e cortejada à de esposa dedicada, com ênfase no aspecto destacado acima, ou seja, a mudança comportamental da personagem. Além disso, veremos essa mudança em correlação com a empreitada de Amália de assumir a personalidade da primeira e falecida esposa de seu marido, vendo esse processo como um se-

gundo passo dado pela personagem a fim de conceder a felicidade ao seu esposo e a si mesma.

O enredo de *Encarnação* narra a trajetória amorosa da jovem e rica Amália e de seu vizinho Carlos Hermano, um rico e elegante viúvo de 38 anos. Ela, filha única do Sr. Veiga e de dona Felícia, toma conhecimento da história de Carlos Hermano, de seu casamento com a jovem Julieta, a morte desta três anos depois, a reclusão a que ele se submetera após a perda da esposa e seu comportamento voltado para cultivar-lhe a lembrança. Ela interpreta esse comportamento como símbolo de amor verdadeiro, apartado dos interesses materiais, e deseja ser amada dessa forma. Para isso, chama a atenção dele e o seduz por meio de solos vocais, e logo estão casados. Mas a tão almejada felicidade não está assegurada, pois há o receio de Amália de que o marido ainda viva em função da primeira esposa, o que é confirmado, já que Hermano teme macular a memória de Julieta pelo contato carnal com Amália. Para solucionar esses dilemas e garantir a felicidade mútua, a protagonista decide se tornar uma nova Julieta, através de um processo de incorporação dos jeitos da morta.

1. AMÁLIA OU A PEDRA NO CAMINHO

A narrativa começa, buscando instaurar uma atmosfera de verossimilhança realista: “Conheci outrora uma família que morava em São Clemente” (ALENCAR, 2002, p. 15)² A forma verbal inicial em primeira pessoa parece fazer do narrador uma personagem dentro da narrativa. Porém, a voz que contará a história não passa mesmo de uma voz distanciada, querendo se passar por próxima através do eu narrativo, pois não participa da trama nem é identificada ao longo desta. Esse procedimento era comum na construção de romances do século

² Por serem muitas as citações do texto literário, doravante limitaremos a referência à indicação de página.

dezenove, à medida que conferia maior veracidade à história, convertendo-se em atrativo para os leitores da época.

Amália é moldada à imagem de outras figuras femininas de José de Alencar, a exemplo de Emília, em *Diva* (1864), e de Aurélia, depois de rica, em *Senhora* (1875). Até mesmo os nomes escolhidos para as personagens guardam uma afinidade fônica entre si. Como elas, Amália é expressão da beleza juvenil aristocrata, verdadeira predileção do autor, uma “bonita moça de dezoito anos, corada como a aurora e loura como o sol” (p. 15). Dona de sedutora graça e de uma alegria viçosa e ingênua, ela é o centro das atenções em seu círculo social. Sua vida é ditada pelo ritmo das festas caseiras e dos bailes sociais, momentos propícios para rapazes e moças da época conseguirem um casamento, de preferência vantajoso.

Assim desejavam os pais de Amália, que, porém, “não pensava em escolher um dentre tantos apaixonados, que a cercavam” Mas não havia desespero, pois eles “reconheciam, ao mesmo tempo, que formosa, rica e prendada como era, a filha tinha o direito de ser exigente; e confiavam no futuro” (p. 15). Esse mesmo pensamento de que a riqueza é garantia de casamento, já consta nos dois romances citados acima. Para mencionar um exemplo, no primeiro, Emília, a protagonista rica, se dá o direito de ser mais esnobe e desdenhosa nas reuniões sociais do que outras moças, pela certeza de que não faltariam pretendentes para ela em virtude do capital financeiro de seu pai.

A indiferença de Amália em relação a escolher um futuro marido é devida às idéias que possuía a respeito do amor, do casamento e do destino reservado à mulher em seu círculo social:

Amália não acreditava no amor. A paixão para ela só existia no romance.

Os enlevos de duas almas a viverem uma da outra não passavam de arroubos de poesia, que davam em comédia quando os queriam transportar para o mundo real.

Tinha sobre o casamento idéias mui positivas.

Considerava o estado conjugal uma simples partilha de vida, de bens, de prazeres e trabalhos.

Estes, não os queria; os mais, ela os possuía e gozava, mesmo solteira no seio de sua família. Era feliz; não compreendia, portanto, a vantagem de ligar-se para sempre a um estranho, no qual podia encontrar um insípido companheiro, se não fosse um tirano doméstico.

Estes pensamentos, Amália não os enunciava, nem os erigia em opiniões. Eram apenas os impulsos íntimos de sua vontade; obedecendo a eles, não tinha a menor pretensão à excentricidade.

Ao contrário, como sabia do desejo dos pais, aceitava de boa mente a corte de seus admiradores. Mas estes bem percebiam que para a travessa e risonha vestal dos salões, o amor não era mais do que um divertimento de sociedade semelhante à dança ou à música.

Conservando a sua independência de filha querida e moça da moda, Amália não nutria prejuízos contra o casamento, que, aliás, aceitava como uma solução natural para o outono da mulher.

Ela bem sabia que depois de haver gozado da mocidade, no fim de sua esplêndida primavera, teria de pagar o tributo à sociedade e, como as outras, escolher um marido, fazer-se dona de casa, e rever nos filhos a sua beleza desvanecida.

Até lá, porém, era e queria ser flor. Das suas lições de Botânica lhe ficara bem viva esta recordação, que o fruto só desponta quando as pétalas começam a fanar-se; se vem antes disso eiva.

Esta moça pertencia a uma variedade de mulher, que se pode bem classificar como o gênero rosa. São elegâncias que só florescem bem no clima ardente do baile, ao sol do gás. A luz é a alma de sua formosura. Na sombra desfalecem e murcham.

Amália vivia no salão; só o deixava para repousar. Seu dia era a noite com os lustres por astros. [...]

A volubilidade desse gênio não era, como alguns supunham, efeito de uma alma fria, indiferente e egoísta. Enganavam-se aqueles que viam na filha do Sr. Veiga uma dessas moças embotadas pela vida precoce da sala (p. 15-16).

Essa longa citação do primeiro capítulo traz o sumário da índole da personagem, cuja construção recebe todos os cuidados do narrador para não fazer dela uma criatura excêntrica. Por isso o vaivém de afirmações e negações sobre sua personalidade, seus gostos e suas opiniões, que compõe todo o capítulo do qual a citação faz parte: embora vivesse para desfrutar dos prazeres das festas, Amália não era como essas *moças embotadas pela vida precoce da sala*; ao mesmo tempo em que não compreendia a *vantagem de ligar-se para sempre a um estranho*, também não nutria prejuízos contra o casamento.

Mas aqui há uma nuance que uma leitura ingênua talvez não perceba: não se trata de o casamento com um estranho não ter vantagem, mas, sim, de que ela é que não compreendia essa vantagem. E a causa dessa incompreensão é, curiosamente, o fato de ela ser feliz. Por essas palavras, é estabelecido, talvez sem querer, uma oposição entre o casamento vantajoso e a felicidade, como se um excluísse o outro. Em suma, o problema está em Amália, que, sendo feliz, seria ignorante.

À medida que a narrativa se desenrola, traz alguns problemas a serem solucionados. Na verdade, são falsos impasses jogados, com vista a conferir complexidade ao enredo, mas resultam em recursos desprovidos de alguma carga dramática. O que escapa dessa sentença é exatamente o primeiro, parcialmente apontado acima, referente à singularidade da protagonista.

O pensamento de Amália acerca do amor é taxativo. Considerar o amor como um divertimento social significa abolir do namoro e do casamento todo tipo de sublimação e transformar a união de *duas almas* em um mecânico contrato de divisão de prazeres e de trabalhos, o qual todos têm de enfrentar em determinado momento da vida. Amália, ciente disso, aceita o casamento *como uma solução natural para o outono da mulher*.

Aqui vemos a utilização da conhecida metáfora das estações do ano para referir-se às fases de vida da mulher. O outono inaugura o período frio do ano, sendo sucedido pelo inverno. É a estação em que as árvores ficam desfolhadas, e corresponderia à época em que a mulher casa, tem filhos e passa a viver para dedicar-se à família, deixando de possuir a sedução, o brilho e a beleza da mocidade. Para esse imaginário, sai de cena a mulher bonita, para entrarem a mãe dedicada e a esposa atenciosa.

Para as jovens como Amália, essa tarefa se impunha ao fim da primeira juventude, por sua vez tida como *esplêndida primavera*, isto é, por volta dos dezessete ou dezoito anos. Esta é a época em que a jovem exibe todo o seu fulgor e encantamento nas reuniões sociais. Isso fica patente no começo do romance *Senhora*, no qual José de Alencar utiliza, por exemplo, a metáfora do meteoro que passa pelo firmamento da Corte, para descrever o período em que a protagonista, antes de casar-se, deslumbrou a todos com sua beleza. Em *Encarnação*, ele utiliza a comparação com a flor, mais exatamente a rosa, que precisa de luz e calor para se desenvolver com beleza. Assim, também Amália precisa do *clima ardente do baile, ao sol do gás*, para mostrar a sua graça. Depois disso, ela sabia que *teria de pagar o tributo à sociedade, e como as outras escolher um marido*.

A problemática está aqui formulada explicitamente: ela não repousa no fato de Amália recusar o casamento, o que não faz, mas sim de ela considerar que ele se dá desprovido de qualquer sentimento amoroso, já que *paixão para ela só existia no romance*, e que, em virtude disso, vê o estado conjugal como uma triste fatalidade. Sendo uma bela jovem, solteira, abastada e feliz, não tinha a preocupação de se casar logo, embora soubesse que teria de fazê-lo cedo ou tarde. Posto isso, vemos, então, que uma das molas propulsora desse último romance de José de Alencar é a necessária e fatídica transformação da personagem, que passará por um processo

de depuração para excluir dela aquilo que não está de acordo com os padrões defendidos pelo narrador para a época. Antes de passarmos à análise desse processo, convém conhecermos mais de perto a protagonista pelo destaque de algumas passagens que nos dão a medida de seu temperamento e de seus pensamentos.

Em uma noite de festa na casa do Sr. Veiga, trava-se um caloroso debate entre Amália e o Dr. Henrique Teixeira, um médico oftalmologista recém-chegado da Europa e amigo de infância do vizinho da casa, Carlos Hermano. Um dos convidados indaga ao médico a respeito de seu amigo, querendo saber se ele era louco, o que Dr. Teixeira nega veementemente e explica o problema que acometia Hermano.

Em determinado momento da conversa, Amália se intromete: “— O senhor defende seu amigo com tanto calor que me faz desconfiar da justiça da causa, doutor” (p. 27). Dr. Teixeira, então, conta aos convidados o episódio acontecido no Museu do Louvre, em Paris, onde Carlos Hermano, ao contemplar um quadro que trazia a imagem de uma bela mulher, subitamente deixou o estado absorto e sombrio que até então o dominava. Nesse momento, Amália interrompe mais uma vez:

— Ora, descobriu-se afinal a Fênix dos maridos! exclamou Amália com uma risada expansiva, dirigindo-se à amiga. Nenhum poeta até hoje, que eu saiba, animou-se a inventar um Penélope masculino. Estava reservada esta glória ao Dr. Teixeira.

— Antes de mim, um poeta, e dos mais ilustres, criou esse no Frei Luís de Sousa, que a senhora talvez não conheça, porque é escrito em nossa língua.

— Até o vi representar, o que deve parecer-lhe ainda mais admirável, depois que os senhores fizeram do Rio de Janeiro um pequeno Paris de bulevar. Mas esse marido que voltou ao cabo de vinte anos de exílio, foi o amor da mulher que o trouxe, ou a lembrança da pátria, a saudade de seu velho Portugal?

— Não se lembra de seu desespero por encontrar a mulher unida a outro? É uma das cenas mais tocantes.

— Esse amor caduco e de cabelos brancos, pois tinha mais de vinte anos....

— Como o de Penélope, acrescentou Teixeira em nota.

— Esse fóssil conjugal é um monstro ideado por Garrett para complicar a situação das duas metades, que o aparecimento do primeiro marido veio separar. O drama está nessa separação realmente incômoda, para quem não gosta de sair de seus hábitos. Assim o romeiro, bem longe de ser o herói, não passa de um pretexto, de um incidente, de um motivo. Faz aí o mesmo ofício de pai cruel que não deixa a filha casar-se democraticamente com qualquer cidadão da rua (p. 27-28).

Amália intervém novamente, agora mais irônica, ao designar aquele que era seu vizinho de a *fênix dos maridos*, fazendo alusão ao seu retorno do estado absorto. O narrador retrata que a exclamação veio acompanhada de *uma risada expansiva*, frisando o deliberado escarnecimento. Como se não bastasse caçoar de Carlos Hermano, Amália também zomba do Dr. Henrique Teixeira, considerando-o como criador de um personagem semelhante a Penélope, personagem da *Odisseia* de Homero. Esposa de Odisseu que partira para guerrear, Penélope esperou o retorno dele durante anos; pressionada a se casar, se dispôs a confeccionar uma mortalha, ao fim da qual se casaria. Mas ela tricotava durante o dia, e desfazia o trabalho durante a noite. Com isso, a protagonista reitera as palavras do narrador ditas no primeiro capítulo, segundo as quais a *paixão para ela só existia no romance*, ou seja, existiria somente como criação de ficcionistas, chamados, no texto, de poetas. O Dr. Teixeira rebate, citando uma obra teatral do escritor português Almeida Garrett, intitulada *Frei Luís de Souza*, na qual um marido desaparecido há vinte anos retorna e encontra a esposa casada com outro homem.

Mostrando-se ferina com as palavras, Amália se refere àquele marido desaparecido como *amor caduco e de cabelos brancos* e, mais à frente, como *fóssil conjugal* monstruoso. Como não aceita a existência, de fato, de um amor verdadeiro, ela

interpreta o drama da mulher e do segundo marido em termos de mero incômodo *para quem não gosta de sair de seus hábitos*, e considera o primeiro marido um incidente a atrapalhar uma situação habitual. Isto desnuda o que muitos relacionamentos se tornam com o passar dos anos: somente um hábito mecânico, a que os cônjuges dão continuidade. Trata-se de um ataque contra o paradigma de amor caro a nossa cultura, um ataque que pode parecer ingênuo, pois vindo de uma moça mimada e sem experiência, mas que tem uma significação específica dentro da narrativa, à medida que faz parte da construção de uma imagem da personagem, que logo depois será desconstruída. Por ora, Amália pode até investir contra o costume social de os pais escolherem o marido para a filha, pois isso será neutralizado não muito à frente.

O diálogo entre o Dr. Teixeira e Amália é interrompido pela dança que principiara, mas com o compromisso assumido pelo médico de contar todo o caso de Carlos Hermano, pois Amália, motivada pela curiosidade, se dispõe a ouvir a história do Dr. Teixeira, que agora recua por recear cometer uma indiscrição:

— E o nosso folhetim?

— Refleti, D. Amália; melhor é falarmos de outra coisa.

— Confessa, portanto, que seu amigo é como os outros; mais um exemplar desse compêndio já muito conhecido que se chama marido.

— Não, senhora, não confesso; calo-me. Não devo expor à sua zombaria a vida íntima do amigo que mais prezo. (p.30)

Compêndio é um livro que traz uma seleção de textos a serem utilizados em sala de aula. Designando o ser marido como um compêndio do qual Carlos Hermano seria um exemplar, Amália parece apontar para as características de algo fechado em si, institucionalizado, cerimonioso, obrigatório e estorvador, sem qualquer idealização de felicidade. Afinal de contas,

Essa natureza alegre e expansiva, esse coração incrédulo e desdenhoso, quando fantasiava os seus idílios, reservava sempre para si a melancolia, a abnegação e o obscuro martírio de uma paixão infeliz. (p. 17)

Em sua resposta à proposição da personagem, o Dr. Henrique Teixeira, um pouco mais franco agora, acusa a característica que estamos aqui focalizando na jovem, ao denunciar sua zombaria em relação à história de Carlos Hermano. Com efeito, a postura de Amália faz dela uma zombeteira não disposta a condescender com o convidado, nem como parte de uma educação de salão. Durante toda a conversa, a cada afirmação do médico sobre a vida de seu amigo, Amália responde com um comentário que guarda uma nítida ironia.

Ao ouvir o episódio do almoço em que Hermano separara um terceiro prato de refeição para uma pessoa ausente (a esposa falecida), Amália dá uma risada e exclama: “— Não é romance, então. É um conto fantástico!...” (p. 31). Adiante, a moça é um pouco mais abusada ao afirmar: “— Temos, pois, aqui na vizinhança um hospital de doidos!” (p. 32). Mais à frente, o médico afirma que Hermano sente ou mesmo vê a alma de sua esposa Julieta, ao que Amália reage:

— Chega a vê-la? disse Amália cuja ironia nada perdoava.

— Com os olhos d'alma. O corpo nada é e nada era para ele. Desde o momento em que Dona Julieta morreu, ele a abandonou como um objeto indiferente, e não teve o menor desejo de vê-la. Isto observei eu.

— Em todo caso, doutor, para fazer-lhe a vontade, convenho em que seu amigo será um homem de muito juízo, mas não aqui neste mundo; no da lua talvez. (p. 33)

As citações dispensam uma análise pormenorizada por deixarem bem evidente a imagem de Amália irônica e sarcástica que *nada perdoava*, como comenta o narrador. Essa ca-

racterística chega a produzir uma certa comicidade que destoa um pouco da tonalidade dramática característica desse romance, bem sensível já a partir do sexto capítulo. Como não achar graça em suas acusações de loucura? Seu ataque contra o sexo masculino é correlato às investidas contra os maridos. São expressões de sua aversão ao que considera imposto, postiço e convencional na sociedade, e ao que quer adiar o máximo possível.

Em suma, até esse ponto da narrativa fica-nos a imagem de uma moça sagaz pela consciência demonstrada sobre o convencionalismo da sociedade em matéria de casamento; irônica e debochada, ao ridicularizar a instituição marital como um objeto; independente e um pouco rebelde dentro dos seus parcos limites; firme em defesa de seu ponto de vista, e de língua afiada pelo teor de seus comentários, que dão a medida de seu ceticismo em matéria de amor: não há no que acreditar pois se trata de uma criação imaginária sem nexos com a realidade da vida. O importante é sabermos que essa imagem é uma barreira erguida contra um padrão moral e de comportamento explicitamente defendido pelo narrador. E, como tal, deve ser derrubada para que a jovem não apenas experimente aquilo que é considerado positivo pela lógica do narrador, como também seja um modelo dessa lógica. Uma mudança da água para o vinho é o que sucederá com a personagem. Agora passemos ao destaque e à análise desse processo.

2. HISTÓRIA DE UMA CONVERSÃO

A primeira referência à mudança de Amália encontra-se logo no começo do sexto capítulo, onde lemos que a moça “já não estava dominada do sestro de motejar e meter a ridículo tudo quanto era sentimental” (p. 34), para aludir a que Amália, no dia seguinte à festa e à conversa com o Dr. Teixeira, refletia seriamente sobre o que este lhe contara. Amália detinha seu pensamento no dueto musical que fizera na noite anterior mas subitamente, esquece a apresentação para

relembrar o que lhe dissera o médico, e isso em virtude do que foi dito acima. A explicação sugere que sua atitude e postura durante a conversa com aquele personagem fora um sestro que a dominava, um cacoete, e, como tal, involuntário e incontido. Com isso, começa a minar aquela postura consciente de si e de seu universo, já que transfere o mérito das palavras e das opiniões para um vago impulso comportamental, em vez de o ser proveniente de sua índole.

A casa vizinha passa a ser alvo da curiosidade de Amália, que fita o seu morador enquanto este passeia pelo seu jardim. Nesse ponto, o narrador nos informa que ela está “impressionada pela narração de Teixeira” (p. 35), e agora, como não está sob efeito do referido sestro, ela olha para Hermano com seriedade e circunspeção, a ponto de poder notar que ele “não tinha nesse momento a expressão de recolhimento e abstração própria do homem que está só” (p. 35). Quanto ao modo narrativo escolhido para apresentar essa mudança, vemos que o discurso direto, utilizado por todo o capítulo anterior para retratar o diálogo, cede lugar ao discurso do narrador, que se faz presente, querendo nos fazer acreditar que tudo brota espontaneamente da própria personagem. Somente assim para dizer que o olhar de Hermano “não era de contemplação; animava-o o raio do espírito em comunicação com outro espírito” (p. 35).

Não sabendo que era observado, Carlos Hermano colhe um lírio e faz um gesto, como que mostrando a flor a uma pessoa sentada ao seu lado. Esse ato produz um efeito em Amália, que o narrador traduz nos seguintes termos:

Então operou-se em Amália um fenômeno psicológico estranho para ela, que vivia unicamente no presente, porém em si mui natural e frequente. Assim como na tela de um transparente as figuras assomam de repente quando as colocam a contraluz, da mesma forma na memória da moça desenharam-se cenas da infância esquecidas por tantos anos. (p. 15)

Depois de dar início ao processo de mudança da protagonista em termos de uma anomalia patológica, agora o narrador convoca a memória para ser a faísca que incendiará o coração indiferente da moça. O passado surge, assim, como um lastro de verdade e ponto de revelação, como bem observou Antonio Candido ao assinalar “o papel decisivo do passado, como elemento condutor da narrativa e critério de revelação psicológica dos personagens” (CANDIDO, 2007 p. 543). Fazer com que ela relembre ações passadas referentes a Carlos Hermano e a sua esposa Julieta, insinua que a chave de sua própria transformação encontra-se dentro dela mesma, restando apenas vir à tona em forma de uma verdade há muito guardada.

Amália contempla o viúvo solitário com o lírio na mão e relembra essa mesma atitude de Hermano, cinco anos atrás, mas junto de Julieta, tendo-se esta inclinado sobre a flor e dado um bafejo de seu hálito, dizendo que lhe havia dado um pouco de sua alma. A cena tipicamente romântica é inteiramente recordada pela protagonista – até as palavras! – e assume uma grande importância, como deixa claro a continuação da narrativa:

Amália tinha muitas vezes lido em romances uns lirismos de amor semelhantes àquele bafejo da flor; e sabia que nos bailes e na vida real eles eram frequentemente copiados e até exagerados pelos noivos.

Todo esse formulário poético do namoro, ela o achava sumamente ridículo; e sempre que o apanhava em flagrante, o havia aplaudido com uma risada gostosa, como um lance de comédia. Entretanto agora que o terno sentimento pela mulher devia parecer-lhe ainda mais extravagante, pela circunstância de não ser já senão uma mímica, bem longe de excitar-lhe o riso, ao contrário, a tinha comovido. Assim devia ser. O gesto de Hermano por mais excêntrico e singular que fosse, aparecia-lhe através da morte cuja sombra o envolvia. Não era uma fineza banal de namorados, nem uma afetação vã. Havia naquele diálogo mudo a comunicação de duas almas cujo elo o túmulo não tinha partido. (p. 36)

Novamente o narrador, através da personagem, relembra o papel da ficção na construção de uma imagem poética do amor. No lugar da ironia, a comoção, no lugar das risadas, a rememoração dos fatos. Uma coisa e outra são consequências de sua mudança em curso, pois ela já não é a mesma. Aquilo que considerava ridículo e que, na situação presente, consideraria ainda mais ridículo, agora a comove deveras.

Mas o que salta à vista é a postura do narrador, que, depois de expor o efeito da cena para a personagem, marca a sua posição com uma franqueza total por meio da frase “Assim devia ser” De modo mais explícito do que até então vinha-se exprimindo, ele lança sua opinião sobre o comportamento desejado para a protagonista: a comoção, então, é o sentimento obrigatório, pois tudo relacionado à cena do casal tem o aval de verdade do narrador, bem como toda a problemática em torno de Hermano. Daí as assertivas finais acerca da cena do jardim, validando o episódio, o gesto e o sentimento deste personagem. Carlos Hermano não é louco, mas ama verdadeiramente a esposa falecida porque essa é a vontade do narrador. Assim, aquele ponto de vista de Amália, novamente explicitado na citação acima, tem de mudar obrigatoriamente.

Em virtude disso, ela “lembrou-se do desejo que tivera outrora de achar um noivo como aquele, que a adorasse, como ele adorava a mulher” (p. 36). Por essas palavras fica patente que a moça já não considera seu vizinho um louco, mas um noivo exemplar. De seu lado, o narrador sente a necessidade de dar uma explicação para o fato de a personagem até então não sentir “o menor entusiasmo pelo casamento” No entanto, sagazmente ele joga para a personagem todo o processo de dúvida e busca de resposta, numa tentativa de mascarar sua ação e compor melhor a mudança de Amália, pela atribuição de uma consciência sobre o fato, que ela não possui.

Uma questão de gosto é a primeira tentativa de resposta ao afirmar que “ela preferia a vida de solteira, por ser mais

livre, mais divertida e mais tranquila” (p. 36). Todavia, outra é a explicação dada, vinda até Amália depois de uma boa noite de sono:

Até então não conhecia senão a aparência do casamento, essa face material, que se vê de fora, e compõe a sua fisionomia social. Agora compreendia que essa união era mais do que um modo de vida; mais do que um hábito e uma conveniência. Era, devia ser, um destino.

Aquele marido, não só fiel à memória de sua mulher, mas unido a ela como no primeiro dia de seu amor; essa afeição, alheia ao mundo e indiferente às vicissitudes da vida, fora uma revelação para Amália. (p. 37)

A explicação baseia-se em conceitos antagônicos. Afinal de contas, de um estado a personagem passa a outro completamente contrário, bem ao gosto romântico. Pelo exposto, a gênese do comportamento e dos pensamentos de Amália está localizada em seu desconhecimento da verdadeira face do casamento, pois ela somente conhecia a *aparência do casamento*. Esta expressão aponta para a conhecida dicotomia entre aparência e essência, sendo o primeiro termo ligado, em linhas gerais, ao que é exterior, superficial, potencialmente falso, que não corresponde à verdade. Já por *essência* entende-se o que é interior, profundo, legítimo, correspondente à verdade última de algo.

Amália, portanto, só atentava para a face externa, a *fisionomia social* do casamento, referindo-se, com isso, ao casamento de conveniência, conduzido como um modo de vida, um hábito mecânico, enfim, àquilo que, para a ideologia da narrativa, não corresponde a um casamento verdadeiro. Este é visto como um destino idílico, no qual os cônjuges viveriam plenamente um para o outro, ignorando a sociedade e os seus prazeres. Como se trata de um destino idealizado, não pode ser mudado nem pode acabar.

A protagonista depara-se com o paradigma dessa visão do amor e do casamento na figura de Carlos Hermano, que se

mantém completamente ligado à memória da esposa, encarnando esse ideal de amor perene. E até a forma de o narrador se referir a ele faz apologia desse ideal, pois, em vez de chamá-lo viúvo, chama-o *marido*, já que o personagem comporta-se como se ainda fosse casado.

Até aqui viemos designando o processo por que passa Amália como uma *mudança* ou uma *transformação*. Sem que esses termos sejam inadequados, vemos aquele que é o autor do feito designá-lo com maior precisão no primeiro período do sétimo capítulo: “Desde aquele dia, que se pode chamar de sua conversão, Amália ocupou-se com a casa vizinha, que dantes não lhe merecia a menor atenção” (p. 38). A protagonista passou portanto por uma *conversão*, segundo o narrador. O termo é bem mais preciso que aqueles dois utilizados, pois eles deixavam mal disfarçada a nuance de um processo em lenta construção, enquanto que uma conversão é algo mais imediato, abrupto, como de fato ocorrera com Amália, visto que, na manhã seguinte à cena do jardim, ela já era inteiramente outra.

O discurso do narrador acerca da conversão de Amália se nutre de um imaginário e de um vocabulário cujos aspectos remetem à religião cristã. Também o Cristianismo baseia-se em revelação e conversão, como tão bem ilustra a história do apóstolo Paulo, que antes se chamava Saulo e era perseguidor dos cristãos, até que o Cristo se revelou a ele no meio de uma estrada, deixando-o cego. Após essa experiência, Saulo converte-se, muda o nome e se torna um dos maiores apóstolos do Novo Testamento. Sua conversão consta no capítulo nove do livro de Atos, da Bíblia Sagrada.

Assim como Saulo, Amália empreendia sua “perseguição” contra o amor e o casamento até ouvir a verdadeira pregação de fé do Dr. Teixeira, que lhe plantou a semente da curiosidade. A cena de Carlos Hermano no jardim é o momento da revelação e, conseqüentemente, da conversão da espectadora, que passa não apenas a acreditar, mas princi-

palmente, a defender com fé aquilo que antes buscou destruir. Vejamos brevemente essa Amália recém-convertida, para quem até a casa vizinha é, agora, objeto de fascínio:

Acompanhava os movimentos da habitação. Ligava aos mais casuais e ordinários alguma significação. Uma janela que se abria, um rumor qualquer, eram como o gesto ou a palavra do edifício, que para ela tinha uma vida, uma história, uma individualidade.

Por Hermano, Amália sentia um indefinível respeito. Parecia-lhe que via nele pela primeira vez um homem bem diverso da gente que povoava as salas e ruas. Nesse habitava uma alma: e era uma alma superior ao mundo, que tinha o seu mundo em si.

Ela, que dias antes ria do espiritualismo de Henrique Teixeira, a propósito do amigo, enlevou-se depois numa ideologia ainda mais abstrata; e achava simples, naturais, evidentes, os fatos que sua imaginação fantasiava. Julgara a princípio uma demência, essa ilusão em que vivia Hermano. Entretanto que exagerava agora aquele fenômeno moral, e atribuía uma intenção misteriosa aos menores incidentes.

Por quem Amália, porém, mais se interessava era pela pessoa que já não existia: pela mulher que Hermano amava. Ela a considerava já como uma irmã sua; evocava a sua imagem, falava-lhe e ficava contente de vê-la feliz por ter inspirado ao marido aquele amor indelével. (p. 38)

Não havemos de ficar remoendo a citação, mas de comentar seus pontos principais, como o *indefinível respeito* que agora a personagem sente por Hermano, que, como já dissemos, é o paradigma de amor, de cônjuge e de homem, destoando dos demais frequentadores de salão por possuir *uma alma superior ao mundo*. Com isso, podemos entender que Hermano não ligava para os prazeres materiais da sociedade, sendo movido somente pelo sentimento que possuía pela esposa morta. A tal alma superior fazia-o “desprendido dos interesses e misérias sociais” (p. 38), enquanto os outros se preocupavam apenas com a imagem que faziam perante a sociedade.

Exemplo do típico exagero romântico, a Amália convertida não apenas acredita nas palavras do Dr. Herinque Teixeira e sua valoração de algo como um amor espiritual, como ela própria detém agora uma *ideologia ainda mais abstrata*, quer dizer, faz-se ela porta-voz de uma exacerbada sublimação do amor e da vida conjugal. No que diz respeito aos divertimentos e ao convívio sociais, Amália repete o comportamento de Hermano, isolando-se do contato com outros e desgostando daquilo que antes era a sua razão de viver:

A sociedade começou a mostrar-se à moça por um novo aspecto.

As futilidades brilhantes que dantes a alegravam e que ela chamava as flores da vida, tornaram-se para seu espírito mais calmo, flores do vento, rosas efêmeras e sem perfumes; e foi assim que a pouco e pouco se isolou do mundo. Sentia um tédio indefinível pelos divertimentos, e só achava prazer na solidão. (p. 38-39)

Com isso, a narrativa incentiva uma visão do amor que não pode conciliar-se com o restante da sociedade, porque vive de si para si, como se o amor ideal obrigatoriamente afastasse o amante do convívio com terceiros e dos prazeres ou atividades sociais, que teriam sua utilidade para se encontrar o futuro cônjuge e, após isso, se tornariam futilidades, despertando tédio em vez de prazer, encontrado, por sua vez, na solidão.

Mas a fronteira do hiperbólico é ultrapassada quando Amália se entrega ao que parece uma tentativa de aproximação com Julieta, começando por considerar-se sua irmã, passando pela evocação da imagem da defunta e o estabelecimento de um diálogo com ela, culminando em Amália contentar-se em ver Julieta. Não há necessidade, aqui, de buscar outras passagens que evidenciem as consequências da conversão da personagem, que passa a experimentar e a fazer tudo aquilo que considerava loucura ou ficção e era alvo de sua zombaria.

3. A VIRTUDE RECOMPENSA

Parece não haver limites para a imaginação romântica e a intenção de colocar a personagem *nos eixos*, como se dizia antigamente. Os eixos aqui pertencem ao narrador. Portanto, ele dá a direção e o ritmo da caminhada. Dentro do recorte que focalizamos, a direção é a celebração do casamento de acordo com os valores defendidos pela narrativa, o ritmo é o característico do nosso mais intenso romantismo sentimental, que dá uma feição muito peculiar à narrativa. Esta apresenta, agora, aquele vai-não-vai amoroso em que as personagens se debatem de hesitação ou se dilaceram em dúvidas profundas e, quando pensamos que virá o desenlace, eis que surge um novo problema que faz perdurar a espera. Na verdade, trata-se de um falso impasse, como já dissemos, logo superado por um gesto, uma palavra ou qualquer coisa que denote o amor que as personagens sentem uma pela outra. E tudo volta a rumar para a direção eleita: a consumação do casamento e a certeza da felicidade futura.

Hermano nos dá um exemplo desse procedimento quando se decide pedir Amália em casamento. Conversando com o Sr. Veiga, ele se lembra de sua esposa morta e recua da intenção. Como não poderia ser diferente nesse modelo de homem romântico, a explicação que dá à Amália é apoiada em sua lealdade, dignidade e em seu respeito pela protagonista. Mas é um falso impasse pois, na manhã seguinte, Hermano envia uma carta ao pai de Amália, pedindo-a efetivamente em casamento.

Antes da cerimônia de casamento e após a sua realização, Amália receia o fato de seu marido não ter esquecido a primeira esposa. O receio é confirmado: Hermano ainda vive apegado à memória de Julieta, mas Amália descobre uma singularidade na obsessão do marido: Hermano é, no fundo, fascinado não por uma mulher, mas por um ideal de beleza ou de expressão que primeiro viu em Julieta, depois no quadro

no museu em Paris, e que agora o transportara para duas estátuas de cera que mantém em casa.

Nesse ponto pode ser encontrado o ápice da conversão de Amália, que, ao conhecer a gênese do comportamento do marido, toma a seguinte decisão:

Seu amor cheio de abnegação inspirou-lhe então uma resolução generosa. Sua existência, que já não tinha sedução nem fim, ela a dedicaria à felicidade do homem a quem amava. Adivinhara o segredo dessa criação ideal da mente enferma de Hermano, e a realizaria em si.

Deus lhe daria forças para operar essa nova encarnação. Dominando então o espírito do marido, o restituiria à razão, ao mundo, ao verdadeiro amor; e seriam felizes.

Para isso era preciso, ela bem o compreendia, fazer um sacrifício de sua personalidade; sacrifício doloroso para as almas superiores, que têm uma individualidade, e que não podem, a exemplo das outras almas de estalão, despir o seu eu, e receber como a cera o molde da vulgaridade.

Ser outro, negar-se a si mesmo, suprimir-se moralmente, não se pode imaginar mais terrível suplício para uma consciência altiva; e foi a este que Amália se condenou no intento de salvar o marido ou perder-se com ele.

Decerto, naquela moça travessa, risonha, incrédula e leviana, que antes enchia de sua alegria as salas e os divertimentos, ninguém pensara encontrar um ano depois a mulher dominada pela paixão mais sublime, e capaz de um heroísmo de amor raro na vida ordinária.

Semelhante aberração não era senão aparente. Aí nesse contraste manifestava-se o efeito de uma evolução psicológica muito natural. A insensibilidade de Amália fora apenas a infância prolongada de uma alma extremosa que só muito tarde conheceu a paixão.

Em vez de gastar-se nos ensaios precoces de amor, com que as meninas antecipam a adolescência, exaltando os perfumes de sua flor, Amália preservara o coração dessa babugem e, quando amou, foi com todas as energias e arrojos da mulher.

Este romance de Amália, a incompreensível encarnação do delírio de um cérebro enfermo, essa admirável intuição, é que me propus contar; e agora sinto que não o conseguirei. (p. 85)

A personagem decide encarnar o ideal de expressão feminina que dominava a mente de Hermano, através da negação de sua personalidade e a adoção do modo de ser de Julieta. Claro está que, para o imaginário romântico, o desconhecimento da personagem em relação à defunta não é levado em conta. O que importa é a consolidação da trajetória explicitada no segundo parágrafo da citação, que de fato acontece. Antes, queremos salientar o comentário do narrador a respeito de Amália antes da sua conversão.

Ele oferece uma terceira explicação para aquele comportamento da jovem. Essa outra explicação é, antes, uma reprimenda direta às jovens que se entregam, segundo ele, *aos ensaios precoces de amor*. Agora que Amália é um exemplo de amor abnegado, o narrador pode-se referir ao seu comportamento no começo como uma aberração somente aparente, porque era o estágio inicial de uma *evolução psicológica natural*, a infância apenas prolongada ou um recurso para ela preservar-se de namoros que não dariam no tão cobiçado casamento vantajoso. Portanto, o narrador naturaliza aquilo que devia ser fruto de escolha consciente e livre, retirando da jovem o que ela de fato nunca teve, pois seu destino já estava traçado. Trata-se de uma suavização patente da carga significativa da primeira imagem da moça. O que era um empecilho e necessitava ser radicalmente mudado pode, agora, ser diminuído, pois a conversão é mais do que satisfatória. Amália antes da conversão é moça travessa, agora, é *mulher dominada pela paixão mais sublime*. Isso coloca em cena uma escala de valores, na qual, as jovens que ainda não se entregaram à “solenidade da vida conjugal e à serenidade de posição de dona de casa” (p. 74) estão um degrau abaixo em relação àquelas que assim já procederam e alcançaram, com isso, o *status* de mulher, embora se aproximem em idade.

Quanto à *resolução generosa* de Amália, é por demais visível o prazer com que o narrador se refere ao processo que terá início. A autoridade divina é convocada para conceder força à esposa, endossando, assim, o procedimento de

encarnar nela o ideal de “beleza imaterial” que fascinara a seu marido. O processo é tratado como um sacrifício e, como tal, traz em si, ao mesmo tempo, uma negatividade e uma positividade: é negativo porque denota perda e sofrimento; mas é também positivo porque engrandece e honra a quem o realiza. Este segundo aspecto o narrador procura realçar através de uma retórica pomposa que enfatiza a superioridade da individualidade de Amália em comparação com as *almas de estalão*, tornando o processo ainda mais doloroso e, por conseguinte, mais honroso. Tudo isso para fazer da personagem um mártir do amor acima das vulgaridades dos casamentos interesseiros. Daí o narrador classificar sua disposição como *um heroísmo de amor raro na vida ordinária*.

O projeto traçado no segundo parágrafo se realiza sem falhas. Amália busca conhecer Julieta através dos utensílios da morta em seu toucador, conservado intacto:

Ao cabo de uma semana, sabia os gostos de Julieta, os seus perfumes prediletos, os moldes de que ela mais gostava, as cores de seu agrado, as músicas favoritas. (p. 87)

O resultado não podia ser outro que o esperado: “A transformação de Amália já era tão perfeita, que enganava Hermano e até o Abreu” Este, o pai adotivo de Julieta, “habitou-se a ver nela a imagem de Julieta e, desde então, envolveu-a na afeição que votara à sua filha de criação” Já Hermano, “tinha momentos de completa ilusão, em que se supunha transportado aos tempos de seu primeiro casamento” (p. 88).

A culminância dessa ilusão acontece quando Hermano decide tirar sua própria vida como única solução para seu duplo dilema: não “trair” a primeira esposa e não deixar a segunda mal-vista perante a opinião pública. Durante um baile em casa de amigos, ele sai a pretexto de buscar sua carteira esquecida em casa. Ao chegar, tranca-se no toucador de Julieta e abre os bicos de gás: intenciona incendiar a casa com ele

dentro. Nesse momento, vê um retrato que Amália tirara dias antes, um retrato que “não era a imagem fiel da beleza radiante de Amália, mas a cópia da transformação que sofrera a moça depois de seu casamento” (p. 92). Esse é o estopim para a alucinação que toma conta da consciência do personagem, que “reconheceu o vulto, a atitude, o gesto, as roupas, as jóias e uns matizes indefiníveis que só ele talvez percebesse. Era Julieta: mas através da sombra de Julieta, ao longe, como uma estrela imersa no azul, surgia a imagem luminosa de Amália” (p. 92). Vejamos mais detalhadamente o teor dessa alucinação:

Nos raptos da imaginação, viu outra vez as duas esposas, a quem havia jurado fidelidade. Às vezes, elas se aproximavam, perto, muito perto, uniam-se estreitamente, e fundiam-se numa só massa vaporosa, donde surgia afinal essa mulher dúplice, essa Julieta-Amália, que estava pintada no retrato.

Pouco depois a imagem da esposa gêmea também, por sua vez, apagava-se em uma sombra indecisa, da qual se destacavam as duas moças, cada uma no seu tipo distinto; (...).

Em face uma da outra, Amália triunfava. Ela era a aurora: e sua rival o crepúsculo suave e encantador. Assim, Julieta, timidamente, envolta no seu perfume de modéstia, afastava-se: e a sombra gentil e melancólica ia-se desvanecendo até esvair-se no fulgor que derramava a formosura da rival. (p. 92-93)

Como podemos ver, a imagem de massas vaporosas para representar fantasmas transparentes, utilizada em produções cinematográficas, não é nada recente. Aqui, as imagens das duas esposas surgem nessa forma e fundem-se numa só mulher. É a consagração do processo empreendido por Amália, embora venha na forma de alucinação e não deixando de ser o resultado positivo do seu intento. Mas a massa se divide e as imagens se delineiam individualmente, com a supremacia da protagonista que é a *aurora* da nova existência de

Hermano. Cabe notar que, até em relação a uma imagem fantasmagórica, José de Alencar utiliza a beleza como elemento de um contraste e de uma preponderância de Amália sobre Julieta, estabelecidos desde o começo da narrativa.

É estabelecido um diálogo entre Hermano e a imagem de Julieta. Ele lhe expõe o fascínio despertado por Amália e o seu receio de macular-se pelo contato com ela, ao que a imagem lhe explica:

Não tenhas este receio, meu Hermano. Queres saber por que tu vês Amália, em mim, em tua Julieta? É porque ela te ama como eu te amei, com igual paixão. Ela e eu não somos senão a mesma e única mulher que tu sonhaste. Podes dar-te a ela: é como se te desses novamente a mim. Vi que estavas triste e só no mundo; que a minha lembrança não te bastava; e então revivi em Amália, transmiti-lhe minh'alma para que fosse tua esposa; para que tu me adorasses em uma imagem viva, que te retribuísse, e não em uma estátua de cera. (p. 93-94)

A confirmação de Amália como a eleita vem pelas palavras da primeira esposa, isto é, da imagem de Julieta, fruto da alucinação de Hermano, que, por sua vez, fora influenciado pela conversão/transformação de Amália. Em virtude disso é que podemos inferir que a alucinação e a explicação dada pela imagem da personagem funcionam como a coroação do processo de perda da personalidade, a que a protagonista se submetera ao decidir encarnar um ideal, tornando-se outra Julieta para o marido. Tudo se dá na mente atormentada de Hermano. A narrativa explicita tratar-se da “derradeira e mais violenta das alucinações que o tinham abalado” (p. 92). Então, segundo nosso ponto de vista, não há porque atribuímos qualquer aspecto transcendental ao episódio, tratando-o como se, de fato, a própria Julieta tivesse falado.

A explicação dissolve o receio de Hermano. O narrador dá o arremate final por meio de uma imagem de viagem temporal, através da qual o personagem sente atravessar os anos

vivididos até aquele momento, acompanhado de uma mulher que é a reunião de Julieta e de Amália e, assim, o “passado e o presente se travavam e confundiam” (p. 94). Já mais adiante, no último capítulo, o narrador lança mão novamente dessa mesma dicotomia temporal para explicar o estado atual de Hermano:

Outrora o passado surgia com tanto vigor na vida desse homem que anulava o presente. Agora era o presente que reagia de modo a substituir-se ao passado. Hermano não se lembrava de ter amado nunca outra mulher senão a sua Amália e identificava tão completamente as duas esposas, que Julieta já não era para ele senão um primeiro nome daquela a quem se unira para sempre. (p. 96-97)

Vale a pena relembrarmos o plano traçado anteriormente pelo narrador. Ele incluía a dominação do espírito de Hermano, a sua restituição à razão e ao amor verdadeiro, culminando na felicidade mútua. Essas palavras guardam significações não muito ingênuas, a começar pelo fato de estabelecerem um elo entre razão, amor e felicidade, como se esses três elementos fossem de tão fácil manejo. Em nossa cultura, os dois primeiros muitas vezes são vistos como excludentes ou, pelo menos, convivem num equilíbrio tenso. Aqui, contraditoriamente, os dois são convocados para, unidos, compor a imagem de equilíbrio que falta a Hermano, que deve subjugar-se ao amor verdadeiro devotado por Amália. Esta atitude representaria seu restabelecimento ao plano racional, sua restituição ao mundo, isto é, à realidade, confirmando por contraste as humoradas acusações de loucura feitas por Amália. A ligação entre razão e amor visa a conceder legitimidade ao intento de Amália. Porém, deixa vir à tona essa contradição.

A citação acima mostra Hermano já dominado, “restituído” à razão, ao mundo presente e ao amor verdadeiro encarnado numa mulher que é a expressão de um único e mesmo amor. A relação definida é de continuidade: Julieta e Amália

são duas mulheres diferentes que representam o mesmo sentimento, remetendo à idéia romântica de um único e indissolúvel amor na vida. Assim, o conflito de Hermano não tem motivo para existir, restando apenas viver a felicidade assegurada por esse amor. Mas, antes, Amália precisa certificar-se da completa transformação de seu marido.

Passado o episódio do incêndio, o casal viaja para a Europa, retornando cinco anos mais tarde, com uma filha de quatro anos de idade. Assim que desembarcam, Amália os leva para as ruínas da antiga casa de Hermano, com o intuito de averiguar “alguma sombra do passado” em seu marido. Caso isso ocorresse, diz a protagonista, “partiríamos hoje mesmo para Montevideú, para qualquer parte do mundo, onde a tua felicidade não corresse perigo. Mas estou tranquila, podemos reconstruir a nossa casa e viver aqui onde nasceu o nosso amor” Ele, por sua vez, num rasgo de auto-análise, declara: “E eu renasci para a felicidade” (p. 97). Hermano vive agora inteiramente no presente e para ele, significando isso a sua nova vida. Ela consegue aquilo que tanto almejava e para o qual se dispôs a empreender a tarefa de renunciar a si mesma. Hermano, apaixonado e feliz, é a recompensa dessa mulher exemplo de amor abnegado, para a qual a felicidade do homem a quem ama é a sua felicidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Amália deixa patente o papel reservado à mulher no imaginário romântico. O comportamento e os pensamentos iniciais da personagem não são os desejados e devem ser abandonados pelas jovens. Se aquele comportamento fora a infância prolongada, um estágio evolutivo, deveria ser obrigatoriamente superado, sugerindo que, para alcançar a maturidade e a felicidade, as moças devem superar essa fase e abandonar as disposições contrárias.

Essa questão está correlacionada a um aspecto muito específico da literatura de José de Alencar, a saber, sua expli-

cita finalidade pedagógica, que, por sua vez, confere ao narrador o papel de árbitro das relações entre sujeito e sociedade. Luis Filipe Ribeiro nos esclarece esse aspecto:

Há em Alencar uma constante preocupação em manter os padrões morais, reforçando-os, e, ao mesmo tempo, denunciar a falsa moral vigente. Como entendê-lo? É simples: o que ele defende não é a sociedade de seu tempo tal e como ela se apresenta; defende a sociedade como ela poderia e deveria ser. É este o sentido pedagógico que atravessa toda sua obra. Ele deseja contribuir para solidificar e cristalizar valores que, se existem, não são cumpridos como deveriam. O que ele escreve assume, então, a postura de um espelho em que os leitores – e, em especial, as leitoras – devem buscar elementos de identificação, quer social, quer moral. (RIBEIRO, 2008, p. 87)

A análise é plenamente adequada ao romance em questão, pelo seu alto teor ideológico, que faz das personagens modelos impecáveis do comportamento moral defendido pelo narrador. Daí, o *assim devia ser* que ele usa com total franqueza em determinado momento. Com *Encarnação*, José de Alencar dá ao público-leitor de romances três exemplares de amor ideal, um masculino e dois femininos. Mesmo o narrador que designa a obsessão de Hermano como uma enfermidade, mostra que ele é a fidelidade em pessoa, enquanto Amália encarna a renúncia completa; a união dos dois resulta na mais perfeita imagem do amor romântico: um único e mesmo sentimento por toda a vida.

Além disso, seguindo esse receituário, os amantes têm a garantia de que alcançarão a felicidade, como o prêmio merecido por terem renunciado ao resto do mundo para viverem a *solenidade da vida conjugal* (em *Encarnação*, essa visão já é definida e defendida no casamento de Hermano e Julieta, superando a morte desta pelo desfecho da narrativa). Assim, Carlos Hermano seria o exemplo a ser seguido pelos homens, enquanto Amália seria o paradigma de conduta a ser seguido

pelas moças, que, além de terem de abandonar os prazeres da vida de solteira e as disposições contrárias ao casamento que porventura tiverem, devem-se entregar completamente ao marido, em abnegação de si.

Isso remete-nos a outro aspecto apontado por Luis F Ribeiro (2008, p. 98) em relação às mulheres – mas também se aplica aos homens – qual seja, que essas narrativas não trazem mulheres de fato, mas apenas imagens idealizadas de mulheres, criadas para desempenhar um papel exemplar, principalmente junto às leitoras. Com efeito, tanto a Amália irônica e zombeteira como a Amália convertida são construções imaginárias inautênticas devido à mecanicidade e à superficialidade de suas ações, assim como as suas bruscas mudanças de personalidade. Embora o drama que a personagem se proponha a viver propicie momentos singulares – como o episódio em que Amália reclama a falta de carinho por parte de Hermano – e lhe dê um pouco de profundidade psicológica, isso ainda não tem força bastante para fazer dela um indivíduo dotado de complicação e densidade humanas.

Quanto à relação estabelecida por Amália entre a realização amorosa e a literatura – que o amor só existiria na ficção – vemos que ela guarda um sentido mais sério do que aparenta, pois acaba funcionando como um gerador de força para a própria narrativa, tendo em vista a trajetória da protagonista. Explicando melhor, se ela descobriu estar enganada sobre a impossibilidade de existir um amor real, então, também estava enganada sobre o fazer literário, por achar que este teria por função dar existência fictícia ao que não existe na tal vida real. Mas, eis que Amália muda de opinião por meio de sua conversão, e não apenas passa a acreditar na existência do amor verdadeiro, como ela própria é a concretização, ou melhor a encarnação da existência amorosa. Então, ao criar homens e mulheres completa e intensamente apaixonados de modo recíproco, a literatura estaria tão somente tematizando a mais pura verdade.

Isso cria uma rede de significação que confere mais força e verossimilhança para a própria obra literária em ques-

tão, que estaria oferecendo aos seus leitores e leitoras dois exemplares ficcionais, porém verdadeiros, de amor sem limites. Trata-se de um estratagema ficcional muito bem elaborado por José de Alencar a fim de conceder maior validade ao seu discurso literário, que seria, então, uma espécie de portavoz da realidade e da verdade, isto é, daquilo que ele considerava a verdade, em vez de um simples “faz de conta”

Finalizando, vemos que, nesse vigésimo primeiro romance, José de Alencar não se afastou das tônicas e lugares-comuns de sua produção que aborda a classe dominante fluminense. Não foi nossa proposta aqui fazer um cotejo com outros romances, mas é patente a filiação de *Encarnação* aos romances *Lucíola*, *Diva* e *Senhora*, no tocante a vários aspectos, tais como: o elogio a uma visão do casamento “descarnalizado” fruto da dicotomia corpo e alma tão cara aos românticos; a presença de um desajuste a ser superado, isto é, a visão do amor como um sentimento que desconhece barreiras sociais, materiais e espirituais. Mas *Encarnação* apresenta também muito material a ser analisado que o distingue das demais narrativas, como, por exemplo, a obsessão de Carlos Hermano ou a veia espiritualista sobre a qual a narrativa versa, não se podendo compreender o descaso da crítica em relação a esse romance, que fica, assim, à espera de pesquisadores dispostos a fazer-lhe análises condizentes com a sua riqueza de características e de assuntos.

BIBLIOGRAFIA:

- ALENCAR, Heron de. José de Alencar e a ficção romântica. In: *A literatura no Brasil*. direção Afrânio Coutinho; co-direção Eduardo de Faria Coutinho. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1997 pp. 231-321.
- ALENCAR, José de. *Diva*. São Paulo: Editora Escala, 2002.
- _____. *Encarnação*. São Paulo: Editora Escala, 2002.
- _____. *Lucíola*. São Paulo: Editora Escala, 2002.
- _____. *Senhora*. São Paulo: Editora Escala, 2002.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CANDIDO, Antonio. Os três Alencares. In:_____ *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. pp. 536- 548.

LEITE, Dante Moreira. *Lucíola: teoria romântica do amor*. In:_____. *O amor romântico e outros temas*. Org. Rui Moreira Leite. 3. ed, ver. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2007 pp. 79-84.

RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário de José de Alencar e Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

VARIEDADES LINGUÍSTICAS E USOS SOCIAIS DA COMUNIDADE DE FALA DOS “HOLANDESES” DE CARAMBEÍ/PR

*Leticia Fraga*¹

leticiafraga@gmail.com

RESUMO: Carambeí, uma pequena cidade do Paraná, foi a primeira colônia holandesa fundada no Brasil, em 1911. Considerando-se que a população de Carambeí é muito complexa cultural e linguisticamente, este estudo intenta fazer um levantamento do uso funcional do português e do holandês ali.

Nós concluímos que os grupos 1M e 1F preferem o holandês; os grupos 2M e 2F são bilíngues em português e holandês; os grupos 3M e 3F são monolíngues em português.

Palavras-chave: língua portuguesa; língua holandesa; variedades linguísticas; usos sociais

INTRODUÇÃO

Carambeí, uma pequena cidade de dezessete mil habitantes, distante 15 km de Ponta Grossa, no Paraná, é uma das três colônias holandesas daquele estado. Mais especificamente, a primeira – portanto, a mais antiga – colônia holandesa do Brasil, fundada em 1911.

Neste artigo, buscar-se-á caracterizar a comunidade de fala “holandesa”² de Carambeí, uma tarefa bastante complexa, respondendo em linhas gerais às seguintes questões: “Quem fala que língua, onde, a quem e sobre o quê” (HYMES, 1964, p. 251)?

1. MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta pesquisa, para fazer o levantamento dos dados a respeito do processo de aquisição da língua portuguesa e da língua holandesa na comunidade “holandesa” de Carambeí, utilizou-se o método etnográfico, pois estudos etnográficos muito têm contribuído para o entendimento da história da cultura de diferentes povos, uma vez que possibilitam que “uma variedade de métodos seja utilizada para minimizar a imposição das percepções e categorias culturais [do pesquisador] no registro e interpretação de um outro sistema” como afirma Saville Troike (1989, p. 128). Portanto, utilizar o método etnográfico significa levantar todos os dados possíveis de uma comunidade, no sentido de investigar um determinado grupo e sua cultura específica. Segundo Arnould e Wallendorf (1994), o método etnográfico caracteriza-se pela prática de:

- Coleta de dados e registro das ações no seu local natural (ou seja, onde acontecem na realidade, e não em laboratórios ou em situações superficiais);

² Neste trabalho, as designações “holandês(es)”/“holandesa(s)” (entre aspas) serão usadas para fazer referência ao indivíduo descendente de holandeses que nasceu no Brasil, em oposição às designações “brasileiro(s)”/“brasileira(s)” (também entre aspas), que se referem ao indivíduo que nasceu no Brasil e não é descendente de holandeses. A opção por estas designações deu-se por duas razões: os próprios “holandeses” de Carambeí fazem esta distinção (autodenominam-se “holandeses” e distinguem-se dos não holandeses, a quem chamam “brasileiros”) e Rickli (2003) propõe em seu trabalho sobre a colônia de Castrolanda a utilização do termo “brasileiro” como referência ao indivíduo que nasceu no Brasil e que não tem ascendência holandesa.

- Participação do pesquisador em um contexto cultural específico;
- Incorporação de múltiplas fontes de dados, entre as quais se encontram a observação (que pode ser participante ou não participante) e a entrevista (não estruturada ou estruturada).

Assim, o método etnográfico requer que o investigador penetre no universo cultural de um grupo étnico específico e, guiado basicamente pelas informações aí obtidas, desvende sua história, seus significados e suas respectivas inter-relações. Em etapa posterior, é preciso selecionar os eventos correlacionados aos objetivos investigativos propostos ou selecionar o que, no curso da investigação, se revele mais significativo para o específico interesse do etnógrafo. Por envolver a chamada *observação participativa*, os estudos etnográficos proporcionam uma ampla visão sobre, por exemplo, a real significação de determinados fatores sociais e linguísticos em determinada comunidade de fala. Logo, ao adotar um método dessa natureza, evitam-se, por exemplo, meras descrições.

Em síntese, atentou-se para uma questão inerente à tarefa do etnógrafo, a de suspender temporariamente o julgamento e abstrair os conhecimentos próprios, que são consequência do pertencimento a uma cultura particular, de forma a tentar entender outra vida cultural como um “*insider*”. Esse foi o procedimento adotado quando da coleta de dados etnográficos no município de Carambei- PR.

A investigação da comunidade “holandesa” de Carambei, mediante aplicação do método etnográfico e da etnografia da comunicação, compreendeu aproximadamente o período de um ano e meio: de março de 2005 a agosto de 2006. A observação como “*sympathetic participant-observer*” ou como “*analytical participant-observer*” isto é, junto com o grupo e sobre o grupo, foram ambas adotadas, já que a comunidade está relativamente acostumada a tais formas de observação,

principalmente pelo contato com jornalistas, com turistas do país e do exterior e com pesquisadores.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados nessa pesquisa foram a observação, a entrevista e o questionário, que são bastante relevantes no caso de um trabalho de campo na área de sociolinguística, como é o caso deste estudo.

Os informantes selecionados para a entrevista residem tanto numa pequena área urbana – um pequeno centro onde se localizam agências bancárias, escola estadual, lojas, supermercados etc. – quanto em locais mais afastados, na área propriamente rural (em fazendas e sítios) e seu universo cultural foi igualmente investigado em ambas as localizações, uma vez que se visitaram várias famílias “holandesas” de Carambeí. No total, entrevistaram-se vinte e quatro pessoas.

Os critérios gerais pré-estabelecidos para a seleção dos informantes foram os seguintes:

- Ter mais de 18 anos;
- Ser descendente de holandeses (pelo lado materno ou paterno);
- Ter nascido (ou ter-se mudado até os 5 anos) e ter sempre vivido na região de Carambeí;
- Ser bilíngue em português/holandês em algum grau.

Antes de cada entrevista, justificávamos a realização do estudo, dizendo que pretendíamos compreender melhor a história da colonização holandesa de Carambeí. Na sequência, preenchíamos uma ficha com os dados pessoais dos informantes, tais como nome completo, idade, escolaridade, cidade em que moram, endereço etc. Na ficha havia também um espaço reservado para anotar o local em que a entrevista foi realizada e a data. Os informantes foram identificados pelas iniciais para preservar a identidade de cada um.

No quadro a seguir, pode-se observar o perfil dos informantes que forneceram os dados referentes à discussão so-

bre os usos linguísticos da comunidade de fala dos “holandeses” de Carambeí.

Informante	Sexo	Idade	Ascendência	Naturalidade	Profissão
DG	M	70 anos	filho de pais holandeses	Carambeí	aposentado
HS	M	73 anos	filho de pais holandeses	Carambeí	agricultor
JG	M	71 anos	filho de pais holandeses	Carambeí	pecuarista
BD	M	71 anos	filho de pais holandeses	Carambeí	agricultor
JLG	F	75 anos	filha de pais holandeses	Carambeí	dona de casa
WGG	F	75 anos	filha de pais holandeses	Carambeí	dona de casa
THS	F	72 anos	filha de pais holandeses	Carambeí	dona de casa
WCGE	F	74 anos	filha de pais holandeses	Carambeí	dona de casa
AF	M	50 anos	filho de pais holandeses	Telêmaco Borba	contador
BD	M	50 anos	filho de pais holandeses	Carambeí	guia de museu
WD	M	47 anos	filho de pais holandeses	Carambeí	agricultor
RW	M	46 anos	filho de pais holandeses	Carambeí	pecuarista
RHB	F	44 anos	filha de pais holandeses	Carambeí	secretária
IS	F	43 anos	filha de pais holandeses	Castrolanda	dona de casa
WSGG	F	41 anos	filha de mãe indonésia e pai holandês	Carambeí	dona de casa
AJWB	F	42 anos	filha de pais holandeses	Carambeí	professora
CD	M	23 anos	neto de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí	estudante
FF	M	22 anos	neto de avós paternos holandeses	Carambeí	estudante
DF	M	24 anos	neto de avós paternos holandeses	Carambeí	estudante

MG	M	21 anos	neto de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí	estudante
GF	F	22 anos	neta de avós paternos holandeses	Carambeí	estudante
SSM	F	21 anos	filha de mãe holandesa e pai "brasileiro" (filho de pais holandeses)	Carambeí	estudante
MD	F	20 anos	neta de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí	estudante
FD	F	21 anos	neta de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí	estudante

Quadro 1 - Perfil sociocultural dos informantes

a) Grupo 1M: informantes DG; HS; JG; BD. O Grupo 1M é o grupo dos idosos de Carambeí. Têm entre 70 e 75 anos. O grupo é bilíngue em holandês/português.

b) Grupo 1F: Informantes JLG; WGG; THS; WCGE. O Grupo 1F é o grupo das idosas de Carambeí. Têm entre 70 e 75 anos. O grupo é bilíngue em holandês/português.

c) Grupo 2M: Informantes AF; BD; WD; RW. O Grupo 2M é o grupo dos que representam os adultos descendentes de holandeses de Carambeí e têm entre 45 e 50 anos. O grupo é bilíngue em holandês/português.

d) Grupo 2F: Informantes RHB; IS; WSGG; AJWB. O Grupo 2F é o grupo das que representam as mulheres adultas descendentes de holandeses de Carambeí e têm entre 40 e 45 anos. O grupo é bilíngue em holandês/português.

e) Grupo 3M: Informantes CD; FF; DF; MG. O Grupo 3M é o grupo dos jovens descendentes de holandeses de Carambeí, que têm entre 20 e 25 anos e estão concluindo

do o ensino superior. Parte do grupo é somente bilíngue incipiente em holandês/português.

f) Grupo 3F: Informantes GF; SSM; MD; FD. O Grupo 3F é o grupo das jovens descendentes de holandeses de Carambeí, que têm entre 20 e 25 anos. Parte do grupo também é somente bilíngue incipiente em holandês/português.

Dessa forma, mediante a comparação entre estas diferentes amostras, acredita-se ser possível a generalização dos resultados obtidos.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O repertório linguístico da comunidade dos “holandeses” de Carambeí/PR é constituído pelas línguas portuguesa e holandesa. Os usos linguísticos da comunidade, no que diz respeito a essas duas línguas, são descritos a seguir por grupos de informantes.

Grupo 1M

Dentro da comunidade “holandesa” o grupo 1M corresponde ao grupo dos idosos do sexo masculino, descendentes dos primeiros imigrantes da comunidade, que, em geral, exerceram atividades ligadas à agricultura e estabeleceram pouco contato com o mundo externo à comunidade. O traço comum a esse grupo é a preferência pela língua holandesa ou, mesmo, o monolinguismo em holandês, além de um forte apego à cultura tradicional holandesa:

Talvez quando encontra um holandês, eu pergunto em holandês. (HS)

Muitos idosos são monolíngues em holandês, mas a maioria fala, pelo menos, um pouco de português, mesmo que com dificuldades:

Os meus cunhados mais velhos prefiram o holandês em cima do português, porque aprenderam português como língua estrangeira. O irmão mais velho dela, 89 anos, ele prefiram holandês e na igreja também. Português é sempre difícil pra ele. Ele fala português, mas ele prefiram holandês. (HS)

Os membros do grupo não revelam sentir dificuldades em falar, entender ou ler em holandês, somente em o escrever. E, segundo o grupo, essa dificuldade se deve ao pouco tempo que a escola dedicava ao ensino da escrita em holandês:

Eu praticamente nunca escrevi o holandês. Como executivo, viajava só no Brasil praticamente. E holandês eu aprendi, o que eu sabia de escrever, aprendi nas aulas de holandês aqui, dois anos. Só tivemos dois anos de holandês. Mas eu nunca cultivei isso. Nunca precisei. (DG)

Grupo 1F

Até 1970, a língua materna dos “holandeses” da colônia era o holandês, língua que era usada na vida doméstica das famílias (KOOY, 1978). Nessa época, o holandês era falado por todos os membros da família, mas vale destacar o papel das mulheres na garantia do aprendizado e da manutenção da língua. Eram as mulheres que ensinavam o idioma às crianças e, na maioria das famílias em que ainda se fala holandês, são as mulheres que se preocupam em conservar a língua holandesa dentro dos lares:

Mas elas entendem o holandês porque a mãe sempre exige bastante delas também. né? (DG)

[O problema está] quando homem casa com mulher brasileira. né? Porque a mãe é que fala com as crianças. Então ali é que se perde. Enquanto a mãe ta falando em holandês, você não perde. (HLV)

Em geral, a mulher é a grande usuária da língua holandesa e só um pequeno número delas, as mais velhas, sobre-

tudo, não fala português. Por essa razão, muitas mulheres com mais de sessenta anos consideram não ter um bom desempenho em português, pois têm um sotaque “muito carregado” nessa língua.

Algumas dessas idosas manifestam um conhecimento passivo do português, pelo contato com os filhos adultos, que discutem negócios diante delas e também pelo contato com os netos escolarizados:

Minha mãe entende um pouco de português; ela tenta ajudar os netos porque ela tem trinta e poucos netos. Muitos netos não sabe falar uma palavra em holandês, né? Mas então ela consegue conversar um pouquinho em português, mas bem o básico mesmo, né? Bem pouco. (BD 2M)

Em termos concretos, as idosas têm bastante ou alguma dificuldade em falar português. No entanto, apesar de suas dificuldades, algumas demonstram que têm preocupação em integrar-se ao país (por meio da aprendizagem da língua portuguesa) e fazem críticas aos que não se esforçam para deixar a condição de monolíngues:

Mas eu vejo o meu irmão e minha cunhada que já tá quantos anos aqui no Brasil, né? Eu penso: como vieram? [como falam mal!] Dai eu acho: isso não pode! Os mais antigos eu entendo ainda [que só falem holandês], porque a comunidade era tão pequena. Todo mundo só falava holandês, não precisava do português. Hoje, não. (WGG)

Grupo 2M

Quanto ao grupo dos homens adultos, a maioria é bilíngue, ou seja, fala a língua portuguesa e a língua holandesa, reservando esta última para as relações com familiares mais idosos:

[Falo holandês] só com os mais idosos. Meu nível [idade] pra baixo só em português. Só com os mais idosos. Mas os mais idosos, a maioria começa a conversar em holandês, por eles saberem que você fala. Então eles começam com você, a opção deles número um é o holandês. Então eles vê que comigo dá pra falar, eles começam em holandês. (AF)

Hoje em dia se eu falo com a minha mãe é só em holandês também. (BD 2M)

No entanto, muitos homens afirmam que a comunicação em holandês é muito difícil, ao passo que “falar português é fácil” A principal razão alegada é a de que se fala muito mais português, em termos de frequência, do que holandês:

É muito difícil falar em holandês. Difícil. Português é muito mais fácil. Português se fala com muito mais frequência. Então [se você] vai conversar com alguém, fala em português. (RW)

Muitos elementos do grupo revelam que têm dificuldades em ler e escrever em holandês:

Eu já mandei carta em holandês pra Holanda. Eu não entendo tudo o que eu leio também, mas é difícil. Esse tipo de coisa, o “u” não se fala “u” né? Essas coisas é bem complicado. Eles emendam palavras, né? E dá pra aumentar muito mais essa palavra, né? É uma palavra só e que se for traduzi é uma frase inteira. (BD 2M)

Agora, escrever é uma tristeza. (WD)

Em relação aos filhos, muitos revelam que decidiram não lhes ensinar a língua holandesa ou para que estes não tivessem sotaque “de holandês” no português, ou porque saber holandês “não serve para nada”:

E hoje eu diria que seria melhor se eu tivesse ensinado eles inglês do que holandês, porque pra esse mundo, holandês

não serve pra nada, infelizmente, infelizmente. Pra ser bem profissional, pra que que serve holandês, hoje, nessa região? Porque fora de Carambeí, tá em Ponta Grossa já não serve. 90% da comunidade aqui não fala holandês. Serve pra quê? Só pros avós. Satisfazer tua mãe. (AF)

Por outro lado, para o grupo, a aprendizagem da língua portuguesa sempre esteve ligada à questão de convivência com o mundo externo à comunidade. Dessa forma, para os homens dessa comunidade, falar a língua portuguesa é uma das maneiras de proteger a família de possíveis perseguições e discriminações.

Grupo 2F

O bilinguismo português/holandês é tão frequente no grupo 2F quanto no 2M. Da mesma forma, no que diz respeito à transmissão da língua holandesa para os filhos, a grande maioria das mulheres optou por não o fazer, especialmente para que estes não tivessem sotaque “de holandês” no português:

Eu tenho um sotaque, eu sei que tenho bastante sotaque, mas é que eu fiquei muito tempo sozinha com meus pais, eu sou assim temporão, né? O meu é bem acentuado. Mas hoje eu penso: “puxa vida, [que] burra” O meu marido também fala holandês, então nós dois podíamos ter ensinado ela [a filha a falar holandês]. Mas o cachorro é bilíngue. Porque não tem problema se ele tiver sotaque, né? (IS)

Assim como os homens, as mulheres também reservam o uso da língua holandesa para as relações com familiares mais idosos:

É, se for um holandês mais velho, uma pessoa de geração mais... Exato, aí, sim, a gente fala holandês. (AJWB)

É que, na verdade, estes são mais velhos, eles têm tendência pra falar em holandês. Se eles começam falar em holandês, eu respondo em holandês. (AJWB)

Ela começa falar em holandês com você, você fala o holandês de volta. (RHB)

Assim como os membros do grupo anterior, as mulheres também acham que escrever em holandês é muito difícil:

A gente se bate pra escrever. Eu me bato pra escrever uma carta lá pra tia, lá. Fica com o dicionário, né? Daí você vê, porque não sabe se é com dois k, com dois l, com dois b. Lá tem muito disso aí, né? Mas eu já faço assim pra eu saber também, né? Como é que é, né? (IS)

Grupo 3M

Quanto ao grupo dos jovens “holandeses” do sexo masculino, todos frequentam a escola e são fluentes em português. Além disso, muitos se envergonham de ser identificados como “holandeses” pela associação que se faz entre ser imigrante holandês e ser “caipira”:

Essa vergonha existe, [de] ser chamado de holandês (FF).

Em geral, os jovens “holandeses” do grupo são monolíngues em português, muitos dos quais podem ser incluídos na categoria de bilíngues incipientes:

O mais velho falava bem o holandês e a mais nova já tem muitas dificuldades. Ela fala, mas ela traduz do português pro holandês. Viajou comigo para Holanda e ela não quis que eu ajudasse ela. “Eu falo holandês, não tem problema” E até que ela se mexeu bem. (HS)

Os jovens “holandeses” do grupo se mostram receptivos a tudo o que diz respeito à Igreja Reformada. Nesse sentido, con-

sidere-se a assumida preferência dos jovens pelos cultos proferidos (em português) pelo pastor holandês. Praticamente todos vivem segundo os preceitos da igreja, mesmo que isso, em alguns casos, pareça bastante antiquado (KOOY, 1978):

Os jovens, por realizarem estudos fora da colônia, faziam contatos com os costumes e os pensamentos brasileiros, de fato bem diferentes do que os da colônia e talvez por isso atraentes para a juventude. Crescia uma geração cuja língua materna não era mais a holandesa, mesmo que a maioria ainda falasse este idioma. Mesmo assim, a influência do pastor Witzier era bem grande sobre os jovens. Quando ele uma vez proferiu as suas objeções contra o baile do chopp organizado pela associação dos funcionários da Cooperativa, no ginásio de esportes, nenhum dos jovens da igreja foi a esse baile. (KOOY, 1986, p. 251)

Como se afirmou, os jovens do grupo são monolíngues em português (ou bilíngues incipientes em português/holandês), mas o que caracteriza o seu comportamento é o prazer de falar português. De modo concreto, o português predomina nas relações sociais desses jovens. Quando o jovem sabe holandês, geralmente esta língua ocupa um lugar secundário nos seus usos linguísticos. Os jovens se consideram brasileiros, não se assumindo como “holandeses” Daí, a prática de privilegiar o uso da língua portuguesa. Em resumo, os jovens “holandeses” (mesmo os que são bilíngues em português e holandês) caracterizam-se pelo uso preferencial do português:

Eles [os filhos] dizem: pra que que eu tenho que aprender [a falar holandês]? (WSGG)

Grupo 3F

O grupo das jovens “holandesas” de Carambeí também é fluente em português e somente uma parte é bilíngue incipiente em português/holandês:

Se você for ver, tem bem pouca menina assim da minha idade que entende holandês. Até falava quando era pequena, mas hoje não fala mais nada. (SSM)

Diferentemente dos rapazes, que manifestam uma atitude de rejeição em relação às tradições culturais holandesas, as jovens “holandesas” nutrem um carinho especial por aquela que é a língua dos seus antepassados:

Acho tão bonito ver minha mãe falando com minha vó [em holandês]. Às vezes eu até entendo uma coisa ou outra. (GF)

As moças também se mostram receptivas a tudo o que diz respeito à Igreja Reformada, pois preferem os cultos proferidos (em português) pelo pastor holandês e vivem segundo os preceitos da igreja.

Assim como no caso do grupo anterior, o que caracteriza o comportamento linguístico das moças “holandesas” é o prazer de falar português e o predomínio dessa língua nas relações sociais que esses jovens mantêm entre si. Mesmo quando a jovem fala holandês “bem” esta língua ocupa um lugar secundário nos seus usos linguísticos. Talvez porque elas se assumam como brasileiras e não como “holandesas” privilegiar o uso da língua portuguesa é uma prática comum do grupo.

O quadro a seguir sumariza as discussões do artigo.

Quem?	Que língua?	Quando?	Onde?	A quem?	Sobre o quê?
Grupos 1M e 1F	Holandês	Sempre	Em casa, igreja, reuniões, festas	Família, parentes, amigos, conhecidos	Cotidiano, assuntos domésticos, religião lembranças do passado
	Português	Raramente	Na rua	Netos mais novos, pessoas em geral, pessoas que preferem falar português ou que não sejam "holandesas"	Cotidiano, escola, negócios em geral, assuntos gerais, comércio
Grupos 2M e 2F	Holandês	De vez em quando	Em casa	Com familiares mais velhos	Cotidiano, assuntos domésticos, religião
	Português	Sempre	Em casa, no trabalho	Familiares da mesma faixa etária, amigos, estranhos, conhecidos	Trabalho, política, esporte
Grupos 3M e 3F	Holandês	Raramente	Casa, eventos da comunidade holandesa	Pai, mãe, avós, idosos	Assuntos familiares, respostas curtas a questionamentos (em holandês)
	Português	Sempre	Demais lugares	Pessoas em geral	Cotidiano, escola, assuntos das relações de amizade

Quadro 2 – Usos linguísticos da comunidade holandesa de Carambeí/PR

Fonte: Dados da pesquisa da autora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a analisar mais detidamente a comunidade de fala holandesa da colônia de Carambeí, com o objetivo de estabelecer os usos funcionais das línguas portuguesa e holandesa naquela localidade. No

que diz respeito a essa questão que nos propusemos responder, concluímos que o Grupo 1M tem preferência pela língua holandesa, além de ter um forte apego a sua cultura tradicional. Em relação à língua portuguesa, o grupo tem dificuldade em falar português, mas demonstra que tem preocupação em integrar-se ao país (por meio da aprendizagem da língua portuguesa) e faz críticas aos que não se esforçam para deixar a condição de monolíngues. Já o Grupo 1F é composto pelas grandes usuárias da língua holandesa. Por essa razão, muitas mulheres com mais de sessenta anos consideram não ter um bom desempenho em português, pois têm um sotaque “muito carregado” nessa língua. O Grupo 2M é bilíngue, ou seja, fala a língua portuguesa e a língua holandesa, reservando essa última para as relações com familiares mais idosos. No entanto, em relação aos filhos, muitos revelam que decidiram não ensinar a língua holandesa a eles ou para que estes não tivessem sotaque “de holandês” no português, ou porque saber holandês “não serve para nada”. Por outro lado, falar a língua portuguesa é percebido como uma maneira de proteger a família de possíveis perseguições e discriminações. O Grupo 2F também é bilíngue em português/holandês e, assim como o grupo anterior, no que diz respeito à transmissão da língua holandesa para os filhos, optou por não o fazer, especialmente para que estes não tivessem sotaque “de holandês” no português. Enfim, os Grupos 3M e 3F dos jovens holandeses, são monolíngues em português, admitem que preferem falar português e muitos podem ser incluídos na categoria de bilíngues incipientes em holandês.

BIBLIOGRAFIA:

- ARNOULD, Eric J.; WALLENDORF, Melanie. Market-oriented ethnography: interpretation building and marketing strategy formulation. *Journal of Marketing Research*, v. 31, n. 4, p. 484-504, Nov. 1994.
- HYMES, Dell H. *Language in culture and society: a reader in linguistics and anthropology*. New York: Harper and Row, 1964.

KOOY, Hendrick Adrianus. *Carambeí 75 anos (1911 1986)*. Carambeí: Ed. do Autor, 1978.

SAVILLE-TROIKE, Muriel. *The ethnography of communication, an introduction*. 2 ed. Oxford, Blackwell, 1989.

ABSTRACT: Carambeí, a small town in Paraná, is Brazil's first Dutch settlement, founded in 1911. Considering that Carambeí Township is fairly complex, both cultural and linguistically, this study intends to do a survey of the functional use of Portuguese and Dutch languages. As far as the first question is concerned, we concluded that Groups 1M and 1F prefer Dutch; Groups 2M and 2F are bilingual in Portuguese and Dutch; Groups 3M and 3F are monolingual in Portuguese.

Keywords: Portuguese; Dutch; Linguistics varieties; Social uses

INFLUÊNCIA DOS ESPECIALISTAS NO CONTEÚDO DEFINICIONAL DOS DICIONÁRIOS ESPECIALIZADOS: O CASO DO VOCABULÁRIO MULTILÍNGUE DE DERMATOLOGIA – VMD

Lídia Almeida Barros¹

RESUMO: *Percebemos, ao longo desta pesquisa, que as diferentes visões dos especialistas da área em estudo (no caso, a Dermatologia) sobre o objeto descrito acabam determinando a organização, por parte do terminólogo, do sistema conceptual e, conseqüentemente, o conteúdo dos enunciados definicionais dos verbetes de um dicionário. Neste artigo, abordaremos um problema bastante comum com o qual o terminólogo se depara durante a elaboração de dicionários técnicos e científicos: as diferentes visões que os especialistas da área têm do objeto descrito.*

Palavras-chave: Terminologia, Definições, Sistema conceptual, Dermatologia

INTRODUÇÃO

Os dados aqui apresentados constituem parte dos resultados obtidos em nossa pesquisa no âmbito do projeto *Vocabulário Multilíngue de Dermatologia-VMD*, desenvolvido no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas-IBILCE de São José do Rio Preto. Nesse dicionário, os termos estão organizados em uma relação hierárquica de sentido e as unidades terminológicas são dispostas em um sistema estruturado (sistema conceptual ou árvore do domínio). As definições foram elaboradas levando em conta a posição que cada termo ocupa nesse sistema.

¹ Professora do IBILCE – UNESP, campus de São José do Rio Preto

Percebemos, ao longo da pesquisa, que as diferentes visões dos especialistas da área de especialidade em estudo (no caso, a Dermatologia) sobre o objeto descrito acabam determinando a organização, por parte do terminólogo, do sistema conceptual e, conseqüentemente, o conteúdo dos enunciados definicionais dos verbetes do dicionário.

Pudemos vivenciar essa questão quando uma de nossas atribuições no projeto foi a de proceder à reestruturação do campo conceptual “Fotodermatoses” e de reformular as definições de alguns desses termos. Nosso *corpus* constituiu-se de três tratados de Dermatologia, obras de referência renomadas na área, a saber: Azulay & Azulay (1999), Sampaio & Rivitti (2001) e Bechelli & Curban (1988).

Para resgatar os contextos que viriam fornecer dados para a homogeneização desse campo conceptual em nosso dicionário e para a redação das definições, procedemos a um estudo aprofundado dos capítulos das três obras relativos a “fotodermatoses”. Constatamos que a terminologia adotada pelos autores coincidia em determinados casos, mas diferia muito em outros. A maior diferença demonstrou-se, entretanto, no que concerne à classificação dada a essas doenças da pele (dermatoses). Observamos que os autores possuíam visões diferentes das doenças e que esse fenômeno extralinguístico imprimia obrigatoriamente conseqüências no plano linguístico. De fato, classificações distintas provocam organização diferente dos termos no sistema conceptual e conduzem a uma descrição distinta dos mesmos. O terminólogo é, portanto, confrontado a dados diversos para a redação das definições.

Para que se possa compreender melhor a questão aqui abordada, no Item 2 deste artigo discorreremos sobre a importância do conceito e do sistema conceptual no processo de elaboração de um dicionário técnico ou científico. No Item 3, discutiremos o papel do especialista e do terminólogo na elaboração de obras terminográficas. No Item 4, apresentare-

mos alguns aspectos metodológicos de nosso trabalho, no qual exporemos algumas características dos tratados que compuseram nosso *corpus* de referência. No Item 5, utilizando exemplos do subcampo conceptual “Fotodermatoses” do VMD, apresentaremos as diferentes visões dos especialistas sobre esse campo conceptual e, no Item 6, daremos exemplos de expressões das diferentes visões dos especialistas nas definições. No Item 7 enfim, faremos algumas considerações finais.

1. CONCEITO E SISTEMA CONCEPTUAL

O conceito pode ser definido como uma “unidade de conhecimento constituído por abstração com base em traços ou propriedades comuns a uma classe de objetos, de relações ou de entidades” (Pavel; Nolet, 2002:105), ou seja, um conceito é a representação mental que fazemos das características mais importantes de um objeto ou de um grupo de objetos. Assim, o conceito de “fotodermatose” é a idéia que temos desse objeto da realidade extralinguística (uma dermatose), de seus sintomas, causas, e, sobretudo, das características que diferenciam uma fotodermatose de outra doença ou que, ainda, distinguem os diversos tipos de fotodermatoses.

Um conceito pode ser identificado, distinto e descrito por meio dos traços conceptuais, ou, de acordo com a linha teórica de Wuster, por meio de características, isto é, de “representações mentais de uma propriedade de um objeto e que serve para delimitar seu conceito” (ISO 1087 1990:2).

Os termos e os conceitos são estudados em contexto, ou seja, no âmbito de “um enunciado que exprime uma idéia completa, no qual o termo estudado encontra-se atualizado” (Dubuc, 1985:62). Os traços conceptuais são identificados por meio dos chamados descritores, que são os elementos contidos no texto que revelam um conceito.

Uma das principais atividades do trabalho terminológico, quando em processo de elaboração de obras terminográficas,

consiste na sistematização e na representação dos conceitos em um sistema conceptual. Por este último entendemos “o conjunto estruturado de conceitos tendo por base as relações estabelecidas entre eles e no qual cada conceito é determinado pela posição que ocupa nesse conjunto” (ISO 1087 1990:6). De acordo com Maria Teresa Cabré (1993), um conceito adquire seu valor dentro de um sistema conceptual.

Embora muitos terminólogos não adotem em sua metodologia de pesquisa e de elaboração de dicionários a organização sistemática dos termos do domínio, esse procedimento é, a nosso ver, de grande importância, possuindo expressão na escolha da nomenclatura, no tratamento dos dados, na determinação dos critérios de funcionamento do sistema de remissivas, no aprofundamento de uma dada pesquisa terminológica, entre outros aspectos da elaboração de obras terminográficas (Barros, 2004:118-119).

O sistema conceptual organiza-se em campos conceptuais, entendidos como “conjuntos de conceitos que mantêm entre si relações temáticas e que podem ser agrupados em torno de um conceito-chave” (ISO 1087 1990:6). Este, por sua vez, é entendido como um “conceito fundamental em torno do qual pode ser agrupado um conjunto de conceitos que com ele estabelece relações hierárquicas ou não hierárquicas” (ISO 1087 1990:3). As relações hierárquicas caracterizam-se pela divisão de um conceito superordenado em conceitos subordinados, resultando na formação de um ou vários níveis.

Os principais conceitos não hierárquicos são: a) os que mantêm relações sequenciais, nas quais há dependência entre os conceitos referentes a objetos que apresentam uma proximidade espacial ou temporal, b) os que mantêm relações pragmáticas, nas quais os conceitos se ligam com base em relações temáticas.

Há dois tipos fundamentais de relações hierárquicas: a) relação partitiva, em que o hiperônimo representa linguística

e conceptualmente um objeto considerado como um todo e os hipônimos, as suas partes; b) relação genérica, baseada na identidade parcial da compreensão dos conceitos considerados específicos. Os conceitos mais genéricos (hiperônimos) possuem maior extensão semântica, enquanto que os específicos (hipônimos) apresentam maior compreensão. Entende-se por extensão a classe das entidades às quais se aplicam ou se referem os termos em questão, enquanto que a compreensão é o conjunto de atributos que caracterizam toda entidade designada pelo termo. Extensão e compreensão são inversamente proporcionais.

Em nosso dicionário, as relações estabelecidas entre os conceitos são fundamentalmente do tipo hierárquico genérico-específicas; a organização dos termos adotada foi a forma de lista sistemática, pois esse tipo de estruturação evidencia as relações hiperonímicas, hiponímicas e co-hiponímicas entre os termos pela diferença de tabulação e pela especificidade do símbolo de classificação. Para termos uma idéia mais precisa da configuração do sistema conceptual do VMD, apresentamos abaixo um trecho do campo conceptual “fotodermatoses” que será tratado em detalhes mais adiante:

4.32. fotodermatose

4.32.1. fotodermatose tóxica primária

4.32.1.1. fotodermatose tóxica primária precoce

4.32.1.1.1. fotodermatose tóxica primária precoce pigmentar

4.32.1.1.1.1. fotodermatose tóxica primária precoce pigmentar imediata, bronzamento imediato, fenômeno de Meirovsky

O símbolo de classificação, ou seja, o código numérico que se apresenta diante dos termos, indica a posição dos mesmos na escala hierárquica de sentido do sistema

estruturado, evidenciando, assim, a relação hiperônimo/hipônimo.

Essas relações de significação mantidas entre os termos são muito importantes quando da elaboração de dicionários, pois delas depende a organização da macro e microestruturas e do sistema de remissivas. Esse aspecto é de grande relevância para a questão que analisamos neste artigo, isto é, a visão do objeto (representado linguística e conceptualmente pelo termo) como determinante da compreensão, delimitação e descrição dos conceitos em uma obra terminográfica. De fato, Cabré explica que “a estruturação de um campo conceptual reflete uma determinada visão cultural e científica da realidade e, nesse sentido, permite diferentes abordagens científicas de um mesmo objeto de base e diferentes abordagens culturais de uma mesma realidade” (1993:208).

O especialista do domínio exerce, efetivamente, grande influência sobre a organização do sistema conceptual, sobre a descrição dos termos nos enunciados definicionais e sobre a estruturação do dicionário como um todo, como procuraremos demonstrar a seguir.

3. O PAPEL DO ESPECIALISTA E DO TERMINÓLOGO NA ELABORAÇÃO DE OBRAS TERMINOGRÁFICAS

Ao elaborar dicionários de áreas técnicas e científicas, o terminólogo deve estar sempre atento às fontes utilizadas, visto que, de acordo com Guy Rondeau, “a qualidade do trabalho sobre os termos depende da qualidade das fontes utilizadas” (1984:85). Na maior parte das vezes, essas fontes são escritas, mas vale lembrar que são de grande importância também as fontes orais, ou seja, a opinião dos especialistas que assessoram os terminólogos em seu trabalho, e, não esqueçamos, a opinião dos próprios terminólogos (*idem, ibidem*). São os especialistas que atestam todas as formas linguísticas de um termo, confirmam o uso de cada unidade terminológica

a partir das hipóteses levantadas pelo terminólogo com base nas fontes de referência (Rondeau, 1984:101).

Em casos de sinonímia, somente esses profissionais podem julgar o valor da relação que se estabelece entre denominação e conceito. A presença do especialista se faz importante também em terminologia comparada, visto que, se o mesmo for bilíngue ou tiver grande conhecimento da língua estrangeira, poderá verificar as equivalências dos termos em duas ou mais línguas (Rondeau, 1984:102).

A opinião de um especialista ainda é indispensável na criação neológica e na difusão dos termos normalizados, já que ele constitui um testemunho da aceitabilidade de tal ou tal termo por seus colegas (*idem, ibidem*).

Na formulação de definições ou na escolha entre várias definições, o terminólogo deve sempre contar com a ajuda de especialistas. Sendo assim, o conteúdo do enunciado definicional é determinado não só pelo trabalho de descrição feito pelo terminólogo, mas também pela visão que os especialistas da área têm do objeto descrito.

Como se pode ver, as funções do terminólogo e do especialista complementam-se. De um lado, o especialista emite sua opinião e esclarece as dúvidas do terminólogo; de outro, este último não se caracteriza como um simples executor das sugestões do assessor técnico. De fato, o papel do terminólogo vai muito além disso, sendo este um ser intelectualizado que conhece de modo considerável o domínio (embora não tanto quanto o especialista) e que tem como tarefa fundamental compatibilizar dados provenientes de obras – no plural – sobre a matéria escrita por autoridades no assunto. Nesse sentido, o terminólogo passa a ter uma visão do domínio que pode – ou não – coincidir totalmente com a visão do especialista que dá assessoria técnica ao projeto em desenvolvimento.

Vale lembrar que, antes da árvore do domínio e das definições elaboradas pelo terminólogo chegarem às mãos do especialista (assessor técnico) para verificação final, essas

sofreram a influência das visões dos especialistas autores das obras de referência que serviram de *córpus* para a extração dos dados sobre os termos do domínio estudado.

É exatamente sobre esse tipo de influência que trataremos no Item seguinte. Com base em exemplos do subcampo conceptual “Fotodermatoses” mostraremos como os especialistas do domínio (enquanto assessores – fontes orais – ou enquanto autores de obras de referência) e os terminólogos acabam impondo certas características ao trabalho terminológico.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO DE ANÁLISE

Para organizarmos o subcampo conceptual “Fotodermatoses” no VMD, estudamos três importantes Tratados de Dermatologia. Cada um deles apresentava a visão de grandes especialistas, a saber: Rubem David Azulay e David Rubem Azulay, professores renomados na UFRJ; Sebastião A P. Sampaio e Evandro A. Rivitti, do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Medicina de São Paulo; e Luiz Marino Bechelli e Guilherme Villela Curban, autoridades em Dermatologia da Universidade de São Paulo, *campus* de Ribeirão Preto e de São Paulo.

Durante o estudo dessas três obras, notamos que cada autor emprega uma terminologia científica própria e classifica as doenças de forma diferente. Esse problema é bastante comum nos domínios de especialidade. No entanto, o terminólogo pode chegar a uma conclusão após a análise de cada obra e após a comparação das visões dos autores.

Em nossa pesquisa, pudemos notar que Azulay & Azulay é a única das três obras que organizou os termos que designam os diferentes tipos de fotodermatose de forma similar ao sistema conceptual elaborado pelos terminólogos, utilizando inclusive, códigos numéricos.

Sampaio & Rivitti, por sua vez, dedicam um capítulo exclusivamente às fotodermatoses, porém não organizam os

termos no mesmo estilo de Azulay & Azulay. Contudo, pela forma e pela sequência como os autores apresentam essas dermatoses, é possível estabelecermos um sistema conceptual coerente.

Bechelli & Curban não empregam, em nenhum trecho de sua obra, o termo “fotodermatoses”. Ao se referirem a esse grupo de doenças, falam em “afecções ou reações produzidas pela radiação solar”. Os autores apenas citam algumas dermatoses sem, no entanto, defini-las (ao menos dentro do capítulo que trata das “afecções ou reações produzidas pela radiação solar”). As únicas doenças definidas nesse capítulo são: **eritema solar**, também chamado de *dermatite solar aguda* e conhecido como *queimadura solar*; **fotodermatites**, provocadas por substâncias químicas (**dermatites fotoquímicas**) ou por vegetais (**fitofotodermatites**); **urticária solar**; **prurigo solar**, também denominado *prurigo de verão* ou *estival* ou, ainda, *erupção polimorfa actínica* ou *eczema solar*. Os autores ainda discorrem rapidamente sobre **envelhecimento antecipado da pele**.

Ao contrário dos outros autores, Bechelli & Curban não apresentam as doenças de modo hierárquico (do mais genérico ao mais específico) e não descrevem a maior parte dessas dermatoses nesse capítulo. Muitas das doenças que Azulay e Sampaio tratam e definem em “fotodermatoses” Bechelli & Curban apresentam em outro capítulo de sua obra. Por essa razão, a obra de Bechelli & Curban não pôde ser por nós utilizada como referência maior neste caso específico de estruturação do campo conceptual “fotodermatose”. Por outro lado, sua obra contribuiu para o levantamento de contextos utilizados na elaboração das definições.

5. FOTODERMATOSSES: DIFERENTES VISÕES DOS ESPECIALISTAS

Pelo exposto acima, percebe-se que Bechelli & Curban, comparado aos outros Tratados que compuseram nosso *corpus*, é a obra que menos fornece informações sobre as

fotodermatoses. Assim, neste artigo, restringimo-nos às visões de Azulay & Azulay e Sampaio & Rivitti.

Com base nos dados obtidos nas obras desses especialistas, pudemos organizar o quadro comparativo abaixo:

Azulay & Azulay	Sampaio & Rivitti
Fotodermatose	Fotodermatose
I. Fotodermatoses tóxicas primárias	I. Fotodermatoses por irritação primária
I.1. Fotodermatoses tóxicas primárias precoces	I.1. Fotodermatoses por irritação primária imediata
I.1.1. Fotodermatoses tóxicas primárias precoces eritematosas: queimadura	I.1.1. Eritema ou queimadura solar
I.1.2. Fotodermatoses tóxicas primárias precoces pigmentar	I.1.2. Pigmentação solar
I.1.2.1. Bronzeamento imediato, Fenômeno de Meirowsky	I.1.2.1. Pigmentação imediata, bronzeamento pigmentar imediato, Fenômeno de Meirowsky
I.1.2.2. Bronzeamento tardio	I.1.2.2. Pigmentação tardia, bronzeamento pigmentar tardio
I.1.3. Espessamento epidérmico	-----
-----	I.1.3. Miliária solar
I.2. Fotodermatose tóxica primária tardia	I.2. Fotodermatose por irritação primária tardia, fotodermatose por irritação cumulativa
I.2.1. Dermatose elastótica actínica	-----
-----	I.2.1. Pele fotolesada ou fotoenvelhecida
I.2.1.1. Elastoma difuso	-----
-----	I.2.2. Melanose solar
I.2.1.2. Pele romboidal	-----
-----	I.2.3. Queratose solar
I.2.1.3. Pele citreínica	I.2.4. Elastose solar, <i>peau citrine</i>
	I.2.4.1. Cútis romboidal
	I.2.4.2. Elastoma difuso
I.2.1.4. Elastoidose cística e comedônica (Favre-Racouchot)	I.2.4.3. Elastose com cistos e comedões (Favre-Racouchot)
I.2.1.5. Nódulos elastóticos das orelhas	I.2.4.4. Nódulos elastóticos das orelhas (da anti-hélix)
-----	I.2.5. Poiquilodermia solar
I.2.1.6. Ceratoderma marginal das palmas	-----
-----	I.2.6. Leucoderma gotada solar
I.2.1.7. Granuloma actínico	-----
-----	I.2.7. Mílio colóide

I.2.1.8. Dermatite verrucosa elastótica solar	-----
-----	I.2.8. Xerodermia solar
-----	I.2.9. Neoplasias malignas
I.2.2. Câncer cutâneo	-----
II. Fotodermatoses induzidas por substâncias químicas	II. Fotodermatoses por sensibilização, fotodermatites
II.1. Fototóxicas	II.1. Fototoxidade
II.2. Fotoalérgicas	II.2. Fotoalergia
III. Fotodermatoses idiopáticas	III. Fotodermatoses idiopáticas
III.1. Erupção actínica polimorfa, erupção polimorfa lumínica	III.1. Erupção polimorfa à luz
-----	III.1.1. Prurigo estival
III.2. Urticária solar	III.2. Urticária solar
III.3. Reticulóide actínico	III.3. Prurigo actínico
III.4. Hidroa vaciniforme	III.4. Hidroa vaciniforme
IV. Grupo miscelânea	-----
IV.1. Poiquilodermia actínica (<i>Civatte</i>).	-----
IV.2. Dermatose coloidal actínica (pseudomilio colóide).	-----
IV.3. Queilite actínica.	-----
IV.4. Lentigo actínico.	-----
IV.5. Ceratose actínica.	-----
IV.6. Cânceres cutâneos (epiteliomas e melanomas).	-----
IV.7. Púrpura senil (<i>Bateman</i>)	-----
IV.8. Pseudocicatrices estelares (<i>Colomb e cols.</i>).	-----
IV.9. Hiperplasia sebácea	-----
IV.10. Miliária solaris (<i>Padilha-Gonçalves</i>).	-----
IV.11. Outras entidades.	-----
-----	IV. Fotodermatoses em doenças genéticas e metabólicas
-----	IV.1. Síndrome de Hartnup
-----	IV.2. Queratose folicular, Doença de Darier
-----	IV.3. Eritema telangiectásico congénito, Síndrome de Bloom

-----	IV.4. Xeroderma pigmentoso
-----	IV.5. Pelagra
-----	IV.6. Porfíria
V. Doenças precipitadas ou agravadas pelas radiações solares	-----
V1. Hereditárias: síndromes de Hartnup, Cockayne e de Bloom, Doença de Darier, xeroderma pigmentoso, porfirias etc.	-----
V.2. Adquiridas: lúpus eritematoso, cloasma, porfíria cutânea tarda, eczema de contato, pênfigo vulgar etc.	-----
-----	V. Dermatoses agravadas pela luz solar
-----	V.1. Pitíriase alba
-----	V.2. Pitíriase versicolor
-----	V.3. Lúpus eritematoso
-----	V.4. Herpes simples

Analisando esse quadro comparativo, nota-se que o termo I.1.3. Espessamento epidérmico, presente em Azulay & Azulay, não apresenta correspondente em Sampaio & Rivitti. Estes autores não tratam do espessamento epidérmico como uma doença isolada, mas o apresentam como sintoma de outras doenças, como podemos constatar nos excertos a seguir:

QUERATOSE: Espessamento da pele, duro, inelástico, amarelado e de superfície eventualmente áspera, por aumento da camada córnea.

LIQUENIFICAÇÃO: Espessamento da pele com acentuação dos sulcos e da cor própria, com aspecto quadriculado. É devido, principalmente, ao aumento da camada malpighiana.

EDEMA: Aumento de espessura, depressível, com a cor própria da pele ou rósea-branca, por extravasamento de plasma na derme e/ou hipoderme (Sampaio, 2001:73).

O quadro nos mostra também que vários termos apresentados em uma obra não encontram correspondentes na

outra, tais como: *dermatose elastótica actínica, pele fotolesada ou fotoenvelhecida, queratose solar, poiquilodermia solar ceratodermia marginal das palmas, leucodermia gotada solar, granuloma actínico, dermatite verrucosa elastótica solar xerodermia solar, neoplasias malignas e câncer cutâneo.*

Outro fato que nos chamou a atenção foi o de que o termo I.1.3. Miliária solar (em Sampaio & Rivitti), cujo hiperônimo é “fotodermatoses por irritação primária imediata” aparece em Azulay & Azulay com o símbolo de classificação IV.10, pertencendo, assim, ao chamado “Grupo miscelânea” Desse modo, podemos perceber que a definição de miliária solar para cada autor é diferente.

Os termos *cútis romboidal, elastoma difuso, elastoidose nodular a cistos e comedões de Favre-Racouchot e nódulos elastóticos das orelhas (da ante-hélix)* são hipônimos de *elastose solar* em Sampaio & Rivitti, enquanto que em Azulay & Azulay seus correspondentes são hipônimos de *dermatose elastótica actínica*.

Erupção polimorfa à luz em Sampaio & Rivitti tem como hipônimo *prurigo estival*. Já o correspondente em Azulay & Azulay, *erupção actínica polimorfa/erupção polimorfa lumínica*, não apresenta nenhum hipônimo.

Em Sampaio & Rivitti não existe um subcampo conceptual com as características do IV *Grupo miscelânea* de Azulay & Azulay, no qual são classificadas algumas doenças que, na opinião desses últimos autores, não se encaixam em nenhum dos demais subcampos.

Observando algumas doenças que Azulay & Azulay apresentam no subcampo V. *Doenças precipitadas ou agravadas pelas radiações solares*, tais como *síndromes de Hartnup, Cockayne e de Bloom, Doença de Darier xeroderma pigmentoso, porfirias e lúpus eritematoso*, pode-se dizer que tal subcampo é uma mescla dos subcampos IV. *Fotodermatoses em doenças genéticas e metabólicas* e V. *Dermatoses agravadas pela luz solar* de Sampaio & Rivitti.

Os sistemas conceptuais acima, que organizamos de forma comparativa, permitem-nos notar que há correspondência entre vários termos empregados pelos autores das duas obras, porém, em outros casos, as terminologias e a organização conceptual são diferentes.

Com base nos dados acima expostos, nota-se que há algumas diferenças de classificação das “fotodermatoses” na visão de cada autor, o que, conseqüentemente, imprime características ao conteúdo definicional dos termos que designam essas dermatoses, como exporemos a seguir.

6. EXPRESSÃO DAS DIFERENTES VISÕES NA DEFINIÇÃO

Apresentaremos abaixo de que modo as diferentes visões dos autores se expressam na definição, tomando como exemplo os termos *miliária solar* e *prurigo estival*.

Como mencionado no capítulo anterior, Sampaio classifica a miliária solar como uma “*fotodermatose* por irritação primária imediata” enquanto que Azulay a insere no *Grupo miscelânea*. Conseqüentemente, a definição dessa dermatose para cada autor será diferente. Abaixo transpomos o trecho em que Sampaio define o termo *miliária solar*:

Sampaio
<p>Miliária Solar. Caracteriza-se pelo aparecimento de pequenas pápulas, encimadas eventualmente por vesículas puntiformes ou crostículas serosas, hemáticas ou sero-hemáticas. Surgem alguns dias após exposição solar intensa, no tórax, principalmente na porção superior, abdome e membros superiores. Não aparece nas áreas cobertas pela roupa de banho.</p> <p>A pele está eritematosa ou pigmentada (eritema ou pigmentação solar) ou seca e descamativa (xerodermia solar). Há prurido moderado e sensação de picadas. Clinicamente, deve ser distinguida da miliária (Capítulo 29) na qual, pela ação do calor, surgem lesões vesiculosas ou vesicopapulosas, e da acne solar, em que as lesões são pápulas foliculares (Capítulo 21) e com a qual pode, eventualmente, estar associada (p.633-634).</p>

Assinalamos em negrito as principais características dessa dermatose na visão de Sampaio. Nota-se, ainda, que o autor atenta para o fato de que, no capítulo 29 de sua obra, é descrita a *miliária*, que não deve ser confundida com *miliária solar*. Vejamos a definição de *miliária* na visão desse autor:

Miliária
A miliária é erupção causada pela obstrução dos dutos sudoríparos com ruptura e subsequente extravasamento de suor na pele. Há três formas de miliária: miliária cristalina ou sudamina, na qual a obstrução e ruptura ocorrem dentro da camada córnea; miliária rubra (brotoeja), em que a obstrução e ruptura ocorrem na camada malpighiana; e a miliária profunda, em que a obstrução e ruptura ocorrem na junção dermo-epidérmica (p.311).

Embora Azulay classifique *miliária solar* como uma dermatose do *grupo miscelânea*, não encontramos em sua obra uma definição para tal termo. Apenas localizamos a definição do termo *miliária* descrito no capítulo sobre *afecções das glândulas sudoríparas écrinas*, como veremos abaixo:

Azulay
Miliária. É mais comum na criança e caracteriza-se por erupção sudoral aguda vesiculosa, disseminada pelo tronco e, às vezes, membros, em consequência de superaquecimento ou, ocasionalmente, por exercício físico, exposição solar etc. Atribui-se à produção excessiva de suor que não consegue ser totalmente excretado. Há três formas clínicas: a <i>miliária cristalina</i> (sudamina) é assintomática, e as vesículas são branco-cristalinas e subcórneas, porque a obstrução ocorre ao nível da córnea; na <i>miliária rubra</i> (brotoeja), as vesículas assestam-se em pele eritematosa devido ao fato de a obstrução ocorrer no nível da camada de Malpighi (as vesículas são intra-epidérmicas e espongióticas); há prurido e sensação de picadura ; na <i>miliária profunda</i> , as vesículas assestam-se sobre pápulas eritematosas porque a obstrução se faz no nível da junção dermoepidérmica; o suor provoca irritação secundária estafilocócica, levando a um quadro de periporite (ver piodermite). A evolução natural observa-se com reparação integral em uma a duas semanas. A terapêutica consiste em emulsão de calamina (formulário); o ar condicionado é preventivo. (p.439)

Vimos, então, que Sampaio distingue a miliária (causada pela obstrução dos dutos sudoríparos) da miliária solar (que surge alguns dias após exposição solar intensa). Já Azulay, apesar de citar o termo *miliaria solaris* no capítulo das Fotodermatoses, define apenas *miliária*, semelhante à *miliária* de Sampaio.

No VMD, com base nos dados fornecidos por essas obras, optamos por classificar o termo *miliaria solaris* como uma fotodermatose. Nossa definição assemelha-se à definição de Sampaio, visto que Azulay não nos forneceu muitas características sobre essa dermatose além do fato de classificá-la no Grupo miscelânea. Vejamos abaixo a definição desse termo no VMD:

VMD

miliaria solaris: s f fotodermatose causada pela exposição intensa ao sol. Surgem pequenas pápulas encimadas eventualmente por vesículas puntiformes ou crostículas serosas, hemáticas ou sero-hemáticas. Caracteriza-se pela pele seca e descamativa, ou seja, xerodermia solar, e pigmentação solar e eritema. Além de ter prurido moderado, o paciente tem sensações de picadas. É importante distinguir a miliaria solaris da miliária e da acne solar, já que na primeira a ação do calor faz aparecer lesões vesicobolhosas ou vesicopapulosas e, na segunda, surgem pápulas foliculares, a que eventualmente pode estar relacionada. Localiza-se no tórax, principalmente na porção superior, abdômem e membros superiores, e não atinge as áreas que são cobertas por roupas de banho. **Outras Designações:**

A seguir apresentamos outro exemplo em que as diferenças de visão entre os autores dos compêndios de Dermatologia imprimiram consequências ao conteúdo definicional no VMD. Trata-se dos termos *prurigo estival ou de verão* (Sampaio) e *prurigo estival ou de Hutchinson* (Azulay). A definição desses termos segue adiante:

Sampaio

<p>Prurigo estival ou de verão. É considerado como uma forma de erupção polimorfa à luz. Clinicamente, ocorrem pápulas e sero-pápulas, róseas ou eritematosas, duras, com superfície achatada. Atinge preferencialmente o dorso das mãos e pernas. A liquenificação é comum. Na face, surgem, com frequência, lesões escoriadas e pápulas ligeiramente amareladas que lembram a porfiria eritropoiética. Ocorrem também lesões nas áreas cobertas, principalmente nas nádegas. É mais frequente em jovens na primeira década de vida, melhorando no inverno. História familiar é positiva em metade dos casos. A resposta às radiações monocromáticas em fototeste no espectro do UVB são normais em 50% dos doentes. A terapia é a indicada na erupção polimorfa à luz. (p.640)</p>

Sampaio classifica a dermatose *prurigo estival* como uma *erupção polimorfa à luz*, ou seja, o termo *prurigo estival* carrega todo o conteúdo semântico de *erupção polimorfa à luz*, além de suas características específicas. Abaixo veremos a definição de *prurigo estival* para Azulay:

Azulay

<p>Prurigo estival (Prurigo de Hutchinson). É um prurigo (lesões papuloponfosas com ou sem vesiculação) que se relaciona à chegada do verão. Localiza-se, sobretudo, no dorso das mãos, antebraços e pernas, porém, em muitos casos, há lesões em áreas não expostas, como as nádegas. Alguns autores consideram-no uma variedade de erupção polimorfa lumínica (p.412).</p>

Nota-se que Azulay não prevê que *prurigo estival* possa também ser chamado *prurigo de verão* como o faz Sampaio, mas apresenta outra terminologia (*prurigo de Hutchinson*) para o termo *prurigo estival*, o que não acontece em Sampaio. Outra diferença na descrição desse termo em cada obra é que Azulay classifica *prurigo estival* como um *prurigo*, e não como *erupção polimorfa à luz/lumínica*.

No VMD, optamos por classificar o termo *prurigo estival* como um *prurigo*, deixando claro, assim como o fez Azulay, que alguns autores classificam essa dermatose como uma *erupção polimorfa lumínica*, como veremos a seguir:

VMD

prurigo estival: s m **prurigo** que atinge pessoas na primeira década de vida, geralmente no verão. A história familiar é positiva em metade dos casos. Caracteriza-se por pápulas e seropápulas, róseas ou eritematosas, duras, de superfície achatada, com ou sem vesiculação. A liquenificação é comum. Na face surgem lesões escoriadas e pápulas de leve coloração amarelada, semelhando-se à porfiria eritropoiética, e as radiações monocromáticas em fototestes no espectro do UVB são normais em metade dos pacientes. **Para alguns especialistas a doença é uma variedade de erupção polimorfa lumínica.** Localiza-se na face, no dorso das mãos, antebraços e pernas, mas há casos em que a doença aparece em lugares cobertos, como as nádegas. **Outras Designações:** prurido de Hutchinson, prurigo estival ou de verão.

Com base nos dados apresentados, fica claro que, nessa etapa da pesquisa, é de grande importância o papel do terminólogo, que tem de tomar algumas decisões para organizar os termos em um sistema conceptual único e para redigir as definições. O terminólogo não pode simplesmente copiar o sistema conceptual ou as definições de um autor. Sendo assim, procuramos levar em conta a opinião de cada autor, observando a forma como cada um classifica essas dermatoses e, sobretudo, analisando os contextos em que cada fotodermatose aparece.

Muitas vezes, o critério adotado pelo terminólogo para escolher determinada classificação é o da clareza, ou seja, adota-se a classificação do especialista que melhor justifica e define suas escolhas. Desse modo, no VMD, a maioria dos termos-entrada e das definições, no subcampo *Fotodermatose*, segue o esquema proposto por Azulay. visto que esse autor é o único que apresenta em sua obra um sistema conceptual pronto. Vale lembrar que não descartamos nenhuma informação fornecida pelos outros autores e, sobretudo, consultamos alguns especialistas que concordaram com nossas escolhas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do quadro comparativo entre as visões de Azulay & Azulay e Sampaio & Rivitti, fica claro que, dependendo da teoria que cada especialista siga, o sistema conceptual, bem como as definições dos termos, apresentam-se de formas diferentes. No meio desse embate encontra-se o terminólogo, que conhece as diferentes posições dos especialistas, dialoga com eles, mas é, afinal, quem toma as decisões, já que suas opções são fundamentadas em razões que foram amadurecendo ao longo do processo de leitura e análise das obras, além da ponderação dos argumentos apresentados pelos especialistas.

Nas definições do VMD, além de constarem vários traços das visões de Azulay & Azulay, de Sampaio & Rivitti e até de Bechelli&Curban, encontram-se também traços da visão do terminólogo, que teve de fazer escolhas entre a classificação de um ou de outro especialista.

A referência a vários especialistas e à qualidade das fontes é de grande importância na elaboração de obras terminográficas. Sendo assim, pode-se dizer que muitas das informações trazidas em tais obras são de responsabilidade não só do terminólogo, mas também dos profissionais da área em questão, já que as visões destes, como já mencionado, acabam impondo características ao trabalho terminológico.

BIBLIOGRAFIA:

- AZULAY, R.D., AZULAY D.R. *Dermatologia*. Rio de Janeiro: Koogan, 1999.
- BARROS, L.A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo:EDUSP, 2004.
- BEHELLI, L. M., CURBAN, G. V. *Compêndio de dermatologia*. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 1988.
- CABRÉ, M. T. *La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antátida/Empúries, 1993.
- DUBUC, R. *Manuel pratique de terminologie*. 2. ed. Québec: Linguattech, 1985.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. *Terminologie - Vocabulaire*, (Norme Internationale ISO 1087:1990). Genebra: ISO, 1990.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. *Manual de terminologia*. Disponível em: www.translationbureau.gc.ca. Acesso em: 01 set. 2002.

RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. 2. ed. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SAMPAIO, S. A. P., CASTRO, R. M., RIVITTI, E. A. *Dermatologia Básica*. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

Tradução

CARTA DE ÉMILE ZOLA AO CAPITÃO DREYFUS

Rosane Mavignier Guedes¹

rosane.m.g@terra.com.br

RESUMO: A carta de Émile Zola ao Capitão Dreyfus, cuja tradução é o tema deste trabalho, faz parte da coletânea de cartas organizadas pelo próprio Zola a respeito do caso Dreyfus, e publicadas no Jornal *Aurore* no período de 1897 a 1900. Acusado de traição à pátria, o jovem capitão de origem judaica foi julgado e condenado à degradação militar e à prisão em exílio. Tendo o processo corrido em segredo de justiça, na Justiça Militar, esse caso ganhou repercussão internacional. Assim, Émile Zola, então chefe da Escola Naturalista e presidente da *Société des Gens de Lettres*, tomou partido em favor do capitão e, engajando-se no caso, publicou diversas cartas abertas. Esta carta foi escrita após o acórdão de revisão do processo, anulando o julgamento de 1894, e antes da instauração de um novo processo. Dreyfus é reenviado diante do Conselho de Guerra de Rennes. Nesse contexto de efervescência política, Zola fala a Dreyfus da atuação de seu irmão e de sua esposa na luta pela anulação do primeiro julgamento, de seu sentimento e da esperança de que a justiça, enfim, seja feita.

Palavras-chave: Pátria, Combate, Justiça.

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos Neolatinos – Francês – pela UFRJ

LETTRE D'ÉMILE ZOLA
AU CAPITAINE DREYFUS

Paris, 6 juillet 1899.

Capitaine,

Si je n'ai pas été un des premiers, dès votre retour en France, à vous écrire toute ma sympathie, toute mon affection, c'est que j'ai craint que ma lettre ne reste pour vous incompréhensible. Et j'ai voulu attendre que votre admirable frère vous ait vu, vous ait dit notre long combat. Il vient de m'apporter la bonne nouvelle de votre santé, de votre courage, de votre foi, et je puis donc vous envoyer tout mon cœur, en sachant que maintenant vous me comprendrez.

Ah ! ce frère héroïque, il a été le dévouement, la bravoure et la sagesse. C'est grâce à lui que, depuis dix-huit mois, nous crions votre innocence. Quelle joie il m'apporte en me disant que vous sortez vivant du tombeau, que l'abominable martyr vous a grandi et épuré ! Car l'œuvre n'est point finie, il faut que votre innocence hautement reconnue sauve la France du désastre moral où elle a failli disparaître. Tant que l'innocent sera sous les verrous nous n'existerons plus parmi les peuples nobles et justes. A cette heure, votre grande tâche est de vous apporter, avec la justice, l'apaisement, de calmer enfin notre pauvre et grand pays, en achevant notre œuvre de réparation, en montrant l'homme pour qui nous avons combattu, en qui nous avons incarné le triomphe de la solidarité humaine. Quand l'innocent se lèvera, la France redeviendra la terre de l'équité et de la bonté.

Et c'est aussi l'honneur de l'armée que vous sauverez, de cette armée que vous avez tant aimée, en qui vous avez mis tout votre idéal. N'écoutez pas ceux qui blasphèment, qui voudraient la grandir par le mensonge et l'injustice. C'est nous

qui sommes les vrais défenseurs. C'est nous qui l'acclamerons, le jour où vos camarades, en vous acquittant, donneront au monde le plus saint et le plus sublime des spectacles, l'aveu d'une erreur. Ce jour-là, l'armée ne sera pas seulement la force, elle sera la justice.

Mon cœur déborde et je ne puis que vous envoyer toute ma fraternité pour ce que vous avez souffert, pour ce qu'a souffert votre vaillante femme. La mienne se joint à moi, et c'est ce que nous avons de meilleur, de plus noble et de plus tendre que je voudrais mettre dans cette lettre, pour que vous sentiez que tous les braves gens sont avec vous.

Je vous embrasse affectueusement.

BIBLIOGRAFIA:

ZOLA, Émile. *L'Affaire Dreyfus – La Vérité en Marche*. Paris, ed : Flammarion, 1969, 231-232.

CARTA DE ÉMILE ZOLA AO CAPITÃO DREYFUS

Paris, 06 de julho de 1899.

Capitão,

Se eu não fui um dos primeiros, desde seu retorno à França, a lhe escrever para falar de minha grande amizade, foi porque acreditei que, assim, minha carta ficaria mais compreensível. E preferi esperar, antes, que seu admirável irmão o tivesse visto e falado sobre nosso longo combate. Ele acaba de me trazer a ótima notícia sobre sua saúde, sobre sua coragem, sobre sua fé e, assim, posso dedicar-lhe a minha sincera amizade, sabendo que agora o senhor me compreenderá.

Ah! Esse irmão heroico foi a abnegação, a bravura e a sabedoria. Graças a ele, após dezoito meses, bradamos sua inocência. Quanta felicidade ele me traz ao dizer que o senhor saiu vivo do túmulo, que o abominável martírio fez com que o senhor crescesse e se depurasse! Pois o trabalho ainda não terminou; é preciso que sua inocência, altamente reconhecida, salve a França do desastre moral no qual ela quase sucumbiu. Enquanto o inocente ficar trancado a sete chaves, nós não existiremos entre os nobres e os justos. Nesse momento, sua grande tarefa é dar-se, com justiça, a paz; é acalmar, enfim, nosso pobre e grande país, concluindo nosso trabalho de reparação, mostrando o homem por quem combatemos, em quem encarnamos a vitória da solidariedade humana. Quando o inocente se levantar, a França voltará a ser a terra da igualdade e da bondade.

É também a honra do Exército que o senhor salvará, desse Exército que o senhor tanto amou, no qual o senhor depositou todo o seu ideal. Não escute aqueles que blasfemam e que gostariam de enobrecer o Exército por meio de mentiras e de injustiças. Nós é que somos os verdadeiros defensores. Nós é que aclamaremos, no dia em que seus camaradas, ao absolvê-lo, derem ao mundo o mais sagrado e o mais sublime dos espetáculos: a confissão de um erro. Nesse dia, o Exército não será apenas o poder, ele será a justiça.

Meu coração transborda e só o que posso é dedicar toda minha fraternidade por tudo o que o senhor sofreu, por tudo o que sofreu sua corajosa esposa. A minha também está solidária comigo. E é isso o que nós temos de melhor, de mais nobre e de mais afetuoso que eu gostaria de deixar nesta mensagem, para que o senhor saiba que os corajosos estão do seu lado.

Com meu afetuoso abraço.

BIBLIOGRAFIA:

ZOLA, Émile. *L’Affaire Dreyfus – La Vérité en Marche*. Paris, ed : Flammarion, 1969, pp. 231-232.

Resenha

LUÍS AUGUSTO FISCHER. LITERATURA BRASILEIRA: MODOS DE USAR.
PORTO ALEGRE: L&PM POCKET BOOK. 2007. 144 p.

Daniel Iturvides Dutra

Danieldutra316@gmail.com

O livro de Luís Augusto Fischer, professor de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem a proposta de ser um guia para leigos em literatura brasileira. Nas palavras do próprio autor, *Literatura Brasileira: Modos de Usar* é uma obra destinada ao que o autor chama de “leitor não profissional” ou seja, ao cidadão brasileiro que não pertence ao meio acadêmico, que deseja conhecer mais sobre literatura brasileira e não sabe por onde começar. Segundo Fischer, o livro é destinado ao “sujeito disposto a ler mais e melhor”

Literatura Brasileira: Modos de Usar dá uma visão panorâmica das principais obras, autores, correntes literárias e momentos históricos que definiram a identidade literária brasileira. Fischer se comunica com o leitor em um tom bem informal, inclusive utilizando várias expressões populares e uma certa dose de humor contido, numa interessante estratégia de cativar o leitor e de se afastar do tom academicista de outras publicações do gênero, que geralmente espantam os leigos. A sensação geral que o texto passa é a de que se trata da transcrição de uma conversa de Fischer com algum conhecido, um bate-papo numa sala de estar ou em um bar.

O livro está dividido em doze capítulos, mas foge da convencional divisão em que os autores dedicam cada capítulo a um movimento literário específico. Em vez disso, Fischer organizou os seus capítulos tendo em mente a relação entre

literatura, história e sociedade. Por exemplo, em um determinado capítulo, Fischer analisa a influência dos “gêneros menores” como a canção popular, a crônica e a caricatura na literatura brasileira, mostrando a importância desses gêneros como forma de expressão literária, algo geralmente negligenciado pelos manuais tradicionais. Fischer fala, também, sobre o Romantismo, o Realismo, o Modernismo e o Tropicalismo, contextualizando a relação desses movimentos com questões sociais e históricas das épocas em que aconteceram, demonstrando, por exemplo, que os escritores realistas tinham em comum o objetivo de “relatar o país a partir de um ângulo crítico, sem direito a fantasias compensatórias, para mostrar o atraso da sociedade brasileira no campo e na cidade”

Ancorado no rigor de sua argumentação, na potencialidade de sua análise e no vasto e profundo conhecimento do tema, Fischer revisita a história da literatura brasileira, construindo um texto que informa, discute e problematiza o embate entre a norma padrão e a norma coloquial, a língua portuguesa e os dialetos indígenas, mais as diferenças linguísticas regionais e, conseqüentemente, incorporação à literatura moderna, demonstrando a relação entre a língua e o conceito de nação na busca pela identidade nacional.

Assim, seu texto pretende não apenas mapear o território da literatura brasileira, mas analisar todas as variantes, incluindo dados tão diferentes quanto a influência da cultura de massa e da estrangeira, a diversidade da cultura popular e a extensão territorial de nosso país. Da análise dessas formas, relações e domínios é que emerge o perfil minucioso do cânone no Brasil. Fischer se declara adepto da tese de Antonio Cândido segundo a qual “ a literatura brasileira passa a existir com o surgimento do desejo de que o país existisse, com os escritores [...] fazendo a literatura para fazer o país”

A abordagem comparativa e interdisciplinar permite ao autor realçar as inter-relações conceituais e ideológicas que os textos literários mantêm entre si e em seu contexto. Numa

perspectiva mais ampla, Fischer ressalta as similaridades e diferenças na constituição das práticas discursivas que revelam todo o processo de formação da literatura brasileira.

Poema

JULIANA

Renato da Silva Fonseca¹

Demora-se Juliana na vitrine.
De lá, vazios ocupam os de Juliana,
Que muito se demora na vitrine.

Ela solta pipas enquanto sonha
E, enquanto sonha, lá bem se demora.
Abre os olhos...

Na cama de Juliana, os travesseiros molham com sal de
olhos de açúcar.

Juliana se demora na cama.
Levanta.

Demora-se no banho, no café, no trabalho.

Demora-se no trânsito, na balada, no sexo.

Demora-se no ontem e no amnhã,

Na tristeza e na alegria.

Esperaram Juliana...

Juliana não veio, demorou Juliana.

Juliana foi-se rápido.

O mundo nem viu,

Não notou Juliana na vitrine

Nem vitrine alguma.

¹ Professor da rede municipal de ensino de São Paulo – SP

Ficha técnica

<i>Formato</i>	16 x 22 cm
<i>Mancha</i>	11,5 x 17,7 cm
<i>Tipologia</i>	Bookman Old Style
<i>Papel</i>	miolo: off-set 75 g/m ² capa: cartão 240 g/m ²
<i>Impressão e acabamento</i>	GRÁFICA DA FFLCH/USP
<i>Número de páginas</i>	294
<i>Tiragem</i>	200 exemplares

ISSN 0101-4862



9770101486201 29